

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALESSANDRA RIBEIRO DE CARVALHO

TURISMO NA TERRA INDÍGENA UMUTINA:  
A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO PLANO DE VISITAÇÃO  
BALATIPONÉ ETNOTURISMO

CURITIBA/PR

2025

ALESSANDRA RIBEIRO DE CARVALHO

TURISMO NA TERRA INDÍGENA UMUTINA:  
A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO PLANO DE VISITAÇÃO  
BALATIPONÉ ETNOTURISMO

Dissertação apresentada ao curso de Pós  
Graduação em Turismo, Setor de Ciências  
Humanas, Universidade Federal do Paraná,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Carnicelli Filho  
Coorientadora: Prof.a Dra. Sarah Marroni  
Minasi

CURITIBA/PR

2025



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Carvalho, Alessandra Ribeiro de.

Turismo na terra indígena Umutina : a participação no processo de planejamento do Plano de Visitação Balatiponé Etnoturismo / Alessandra Ribeiro de Carvalho – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciência Humanas. Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Carnicelli Filho

Coorientadora: Profª Drª Sarah Marroni Minasi

1. Turismo – Estudo e ensino. 2. Indígenas da América do Sul – Brasil. 3. Indígenas – Usos e costumes. 4. Etnia – Aspectos sociais. 5. Cultura e turismo. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TURISMO -  
40001016079P9

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação TURISMO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ALESSANDRA RIBEIRO DE CARVALHO**, intitulada: **Turismo na Terra Indígena Umutina: A participação no processo de planejamento do Plano de Visitação Balatiponé Etnoturismo**, sob orientação do Prof. Dr. SANDRO CARNICELLI FILHO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 22 de Agosto de 2025.

Assinatura Eletrônica

25/08/2025 10:58:45.0

SANDRO CARNICELLI FILHO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/08/2025 10:13:46.0

MARCELO CHEMIN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

15/09/2025 17:22:28.0

LUANA DE SOUSA OLIVEIRA

Avaliador Externo (INSTITUTO FED. DE EDUC., CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS)

---

Rua Rockefeller, 57 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6281 - E-mail: [ppgturismo@ufpr.br](mailto:ppgturismo@ufpr.br)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 477174

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 477174



FONTE: Apresentação Cultural – Circuito Umutina. Arquivo pessoal da autora (2012)

*A partir de um desejo, lágrimas e chuvas, estas se encontram e tornaram das palavras a narração de uma história. A minha história registrada. Por isso, dedico essa pesquisa a Deus primeiramente e aos mil e um nomes que me incentivaram e inspiraram a escrever cada letra dessa dissertação, em especial: ADRIÃO, APODONEPÁ, ARAÚJO, ARIABO KEZO, BASTOS, BOPORANY, BOROPONEPÁ, CALOMIZORÉ, CARVALHO, CARNICELLI, COREZOMAÉ, IPA KIRI, KUPODONEPÁ, NASCIMENTO, NAKATANI, MINASI, MONZILAR, PARIKOKUREU, SORIPA, AMAJONEPÁ, OENNING, PEREIRA, SANTOS, GOSENHEIMER, minha família e amados amigos.*



## RESUMO

A pesquisa realiza um estudo bibliográfico baseado em produções de autores como Corbari (2017; 2023) e Silvestre e Fontana (2023), que discutem o Etnoturismo indígena, além de abordarem conceitos como desenvolvimento, relações de poder, políticas participativas e protagonismo indígena. No Brasil, para normatizar o Turismo em Terras Indígenas e estabelecer diretrizes para a atividade, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) passou a exigir a elaboração de um Plano de Visitação Turística (PV) por cada comunidade que já desenvolvesse ou desejasse implantar essa prática. Essa obrigatoriedade foi formalizada pela Instrução Normativa nº 03/2015/PRESI/FUNAI, visando garantir os direitos territoriais, a autonomia e a valorização cultural dos povos indígenas. Nesse contexto, comunidades da Terra Indígena Balatiponé-Umutina, localizada no município de Barra do Bugres/MT, vêm desenvolvendo um Projeto de Etnoturismo como forma de fortalecer suas tradições culturais e promover sua sustentabilidade econômica. Diante disso, a pesquisa questiona de que maneira a participação e o protagonismo dessas comunidades indígenas são considerados nos processos de elaboração e implementação do turismo em seus territórios. O objetivo geral é analisar a participação comunitária na construção e execução do PV. Especificamente, busca-se: a) analisar o processo de desenvolvimento do plano na terra indígena; b) verificar as relações de poder presentes no planejamento e implementação do PV; e c) identificar como ocorre a participação das comunidades nas ações voltadas à elaboração do plano. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e documental. A coleta de dados envolveu entrevistas semi-estruturadas realizadas com lideranças indígenas, integrantes das comunidades envolvidas, representantes do órgão municipal de turismo e da empresa de consultoria contratada para acompanhar a construção do PV. Os resultados indicam que, embora a iniciativa para o turismo tenha partido das próprias comunidades, a condução técnica e burocrática do processo ficou centralizada em instituições externas, como órgãos públicos e consultorias. Isso evidenciou desigualdades nas relações de poder, com decisões técnicas e financeiras frequentemente sendo tomadas fora das aldeias, o que compromete a autonomia indígena. A análise documental do PV revelou importantes avanços, como o fortalecimento da identidade cultural, a valorização de práticas tradicionais e a busca por alternativas econômicas sustentáveis. Entretanto, ainda há entraves estruturais e políticos, pois as exigências normativas e a condução institucional não asseguram plenamente a autodeterminação das comunidades. As entrevistas evidenciaram uma significativa participação comunitária, principalmente das lideranças, que mobilizaram suas aldeias para dar continuidade ao processo. Contudo, persistem dificuldades relacionadas à compreensão dos processos burocráticos, à manutenção das capacitações e à ausência de instrumentos claros de gestão comunitária em algumas aldeias. A pesquisa oferece uma contribuição relevante ao debate sobre o protagonismo indígena no turismo, beneficiando as comunidades pesquisadas, bem como pesquisadores, gestores e o setor turístico, ao ampliar as reflexões sobre políticas públicas, participação social e o papel dos povos originários no desenvolvimento do Turismo.

Palavras-chaves: Turismo; Relação de poder; Turismo Indígena; Plano de Visitação; Umutina-Balatiponé.

## ABSTRACT

This research is a bibliographical study based on the works of authors such as Corbari (2017; 2023) and Silvestre and Fontana (2023), who discuss Indigenous ethnotourism and address concepts such as development, power relations, participatory policies, and Indigenous protagonism. In Brazil, to regulate tourism in Indigenous lands and establish guidelines for the activity, the National Foundation for Indigenous Peoples (FUNAI) began requiring the development of a Tourist Visitation Plan (PV) for each community that already developed or wished to implement this practice. This requirement was formalized by Normative Instruction No. 03/2015/PRESI/FUNAI, aiming to guarantee the territorial rights, autonomy, and cultural appreciation of Indigenous peoples. In this context, communities in the Balatiponé-Umutina Indigenous Territory, located in the municipality of Barra do Bugres, Mato Grosso do Sul, have been developing an Ethnotourism Project as a way to strengthen their cultural traditions and promote economic sustainability. Therefore, this research examines how the participation and protagonism of these indigenous communities are considered in the development and implementation of tourism in their territories. The overall objective is to analyze community participation in the development and implementation of the Plan. Specifically, the study seeks to: a) analyze the plan's development process on indigenous land; b) verify the power relations present in the planning and implementation of the Plan; and c) identify how communities participate in the actions aimed at developing the plan. The research adopts a qualitative approach, with an exploratory and documentary nature. Data collection involved semi-structured interviews with indigenous leaders, members of the communities involved, representatives of the municipal tourism agency, and the consulting firm hired to oversee the Plan's development. The results indicate that, although the tourism initiative originated within the communities themselves, the technical and bureaucratic management of the process was centralized in external institutions, such as public agencies and consulting firms. This highlighted inequalities in power relations, with technical and financial decisions often being made outside the villages, compromising indigenous autonomy. The document analysis of the PV revealed important advances, such as the strengthening of cultural identity, the appreciation of traditional practices, and the search for sustainable economic alternatives. However, structural and political obstacles remain, as regulatory requirements and institutional management do not fully ensure the communities' self-determination. The interviews revealed significant community participation, particularly among leaders, who mobilized their villages to continue the process. However, difficulties persist related to understanding bureaucratic processes, maintaining training, and the lack of clear community management tools in some villages. The research offers a relevant contribution to the debate on indigenous protagonism in tourism, benefiting the communities studied, as well as researchers, managers and the tourism sector, by expanding reflections on public income, and create alternatives that encourage young people to return to their territory.

**Keywords:** Tourism; Power relations; Indigenous tourism; Visitation plan; Umutina-Balatiponé.



## RESUMEN

Esta investigación es un estudio bibliográfico basado en las obras de autores como Corbari (2017; 2023) y Silvestre y Fontana (2023), quienes abordan el etnoturismo indígena y conceptos como desarrollo, relaciones de poder, políticas participativas y protagonismo indígena. En Brasil, para regular el turismo en tierras indígenas y establecer directrices para la actividad, la Fundación Nacional de los Pueblos Indígenas (FUNAI) comenzó a exigir la elaboración de un Plan de Visitas Turísticas (PV) para cada comunidad que ya desarrollaba o deseaba implementar esta práctica. Este requisito se formalizó mediante la Instrucción Normativa n.º 03/2015/PRESI/FUNAI, con el objetivo de garantizar los derechos territoriales, la autonomía y la valoración cultural de los pueblos indígenas. En este contexto, las comunidades del Territorio Indígena Balatiponé-Umutina, ubicado en el municipio de Barra do Bugres, Mato Grosso do Sul, han venido desarrollando un Proyecto de Etnoturismo como forma de fortalecer sus tradiciones culturales y promover la sostenibilidad económica. Por lo tanto, esta investigación examina cómo se considera la participación y el protagonismo de estas comunidades indígenas en el desarrollo e implementación del turismo en sus territorios. El objetivo general es analizar la participación comunitaria en el desarrollo e implementación del Plan. Específicamente, el estudio busca: a) analizar el proceso de desarrollo del plan en tierras indígenas; b) verificar las relaciones de poder presentes en la planificación e implementación del Plan; y c) identificar cómo las comunidades participan en las acciones destinadas a desarrollar el plan. La investigación adopta un enfoque cualitativo, con una naturaleza exploratoria y documental. La recopilación de datos involucró entrevistas semiestructuradas con líderes indígenas, miembros de las comunidades involucradas, representantes de la agencia municipal de turismo y la firma consultora contratada para supervisar el desarrollo del Plan. Los resultados indican que, si bien la iniciativa turística se originó dentro de las propias comunidades, la gestión técnica y burocrática del proceso estuvo centralizada en instituciones externas, como agencias públicas y firmas consultoras. Esto puso de relieve las desigualdades en las relaciones de poder, ya que las decisiones técnicas y financieras a menudo se toman fuera de las aldeas, lo que compromete la autonomía indígena. El análisis documental del PV reveló avances importantes, como el fortalecimiento de la identidad cultural, la valorización de las prácticas tradicionales y la búsqueda de alternativas económicas sostenibles. Sin embargo, persisten obstáculos estructurales y políticos, ya que los requisitos regulatorios y la gestión institucional no garantizan plenamente la autodeterminación de las comunidades. Las entrevistas revelaron una importante participación comunitaria, en particular entre los líderes, quienes movilizaron a sus pueblos para continuar el proceso. Sin embargo, persisten dificultades relacionadas con la comprensión de los procesos burocráticos, el mantenimiento de la capacitación y la falta de herramientas claras de gestión comunitaria en algunos pueblos. La investigación ofrece una contribución relevante al debate sobre el protagonismo indígena en el turismo, beneficiando a las comunidades estudiadas, así como a los investigadores, gestores y al sector turístico, al ampliar las reflexiones sobre las políticas públicas, la participación social y el papel de los pueblos indígenas en el desarrollo del turismo.

Palabras clave: Turismo; Relaciones de poder; Turismo indígena; Plan de visitas; Umutina-Balatiponé.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	-	TURISMO ÉTNICO INDÍGENA.....	46
FIGURA 2	-	POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.....	49
FIGURA 3	-	POVOS ANTIGOS - BALATIPONÉ.....	51
FIGURA 4	-	TRONCOS LINGUÍSTICOS TUPI E MACRO-JÊ.....	52
FIGURA 5	-	COMUNIDADE BALATIPONÉ.....	53
FIGURA 6	-	DETALHE DA LOCALIZAÇÃO DA TI UMUTINA.....	54
FIGURA 7	-	DETALHE DA LOCALIZAÇÃO DA TI UMUTINA COM BARRA DO BUGRES.....	55
FIGURA 8	-	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS DENTRO DA TI..	59
FIGURA 9	-	ARTESANATO.....	60
FIGURA 10	-	JOVEM GUERREIRO - PINTURA E VESTIMENTA.....	61
FIGURA 11	-	PINTURA CORPORAL.....	61
FIGURA 12	-	PINTURAS CORPORAIS E TRAJES FEMININOS.....	62
FIGURA 13	-	CHOCALHOS USADOS NAS MÃOS E PÉS.....	62
FIGURA 14	-	CASA DE RONDON TOMBADA COMO PATRIMÔNIO ESTADUAL.....	63
FIGURA 15	-	ESPINHA DORSAL DO PLANO DE VISITAÇÃO .....	75
FIGURA 16	-	PROFESSORA E DOUTORA ELAINE COM GRUPO CULTURAL BALATIPONÉ.....	85
FIGURA 17	-	O ARCO FLECHA - UM INSTRUMENTO USADO PARA ESPORTE, PESCA E CAÇA.....	86
FIGURA 18	-	CASA DE PALAFITA É UM DIFERENCIAL DA ALDEIA BOROPÔ.....	86

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	-	POLÍTICAS PÚBLICAS INDÍGENAS NO BRASIL.....	39
QUADRO 2	-	INFORMAÇÕES DOS INDÍGENAS DAS ALDEIAS-FOCO DO PLANO DE VISITAÇÃO.....	56
QUADRO 3	-	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA SEGUNDO OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	66
QUADRO 4	-	RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS SECUNDÁRIOS PARA COLETA DE DADOS.....	67
QUADRO 5	-	PLANO DE VISITAÇÃO CONFORME A IN 03/2015.....	76
QUADRO 6	-	PROGRAMAÇÃO POR ALDEIA.....	80
QUADRO 7	-	CAPACIDADE DE CARGA POR ALDEIA.....	80
QUADRO 8	-	ATIVIDADES OFERTADAS PELAS ALDEIAS.....	81
QUADRO 9	-	INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL EM CADA ALDEIA.....	82
QUADRO 10	-	MATRIZ DE RESPONSABILIDADE .....	82
QUADRO 11	-	CONSOLIDADO DOS DIAGNÓSTICOS SWOT DAS ALDEIAS BALATIPONÉ .....	92

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABETA SUMMIT	Congresso Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Comitê de Ética Nacional em Pesquisa
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EMPAER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNAI	Fundação dos Povos Indígenas
FAINDI	Faculdade Indígena Intercultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MMA	Ministério de Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
PV	Plano de Visitação
PRESI	Presidência
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica
MEI	Micro Empreendedor Individual
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

PMT	Plano de Marketing Turístico
PN	Plano de Negócio
ONG	Organização Não Governamental
ROI	Retorno sobre Investimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMDEMATUR e Turismo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO.....	19
1.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	21
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>23</b>
2.1 O ETNODESENVOLVIMENTO.....	23
2.2 RELAÇÕES DE PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
2.2.1 Turismo e políticas públicas indígenas.....	33
2.2.2 Políticas públicas e participação comunitária.....	40
2.3 PROTAGONISMO INDÍGENA E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	42
2.3.1 Etnoturismo e Turismo Indígena.....	44
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO POVO BALATIPONÉ-UMUTINA.....	49
2.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	64
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>65</b>
3.1 ABORDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	65
3.2 MÉTODOS E COLETA DE DADOS.....	66
3.3 TÉCNICA PARA ANÁLISE DOS DADOS.....	69
3.4 ÉTICA EM PESQUISA.....	71
<b>4 ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE VISITAÇÃO TURÍSTICA BALATIPONÉ.....</b>	<b>72</b>
4.1 INTRODUÇÃO.....	72
4.2 PLANO DE VISITAÇÃO BALATIPONÉ ETNOTURISMO.....	73
4.2 DIAGNÓSTICO.....	83
4.2.1 Aldeia Boropô.....	85
4.2.2 Aldeia Katamã.....	87
4.2.3 Aldeia Adonai.....	88
4.2.4 Aldeia Central (Umutina).....	88
4.2.5 Águas Correntes.....	89
4.2.6 Aldeia Uapô.....	89

4.2.7 Aldeia Massepô.....	90
4.2.8 Aldeia Bakalana.....	90
4.2.9 Análise Geral o Diagnóstico.....	91
4.3 PLANO DE MARKETING.....	94
4.4 PLANO DE NEGÓCIO.....	96
4.5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.....	99
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	100
<b>5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>102</b>
5.1 INTRODUÇÃO.....	102
5.2 RELAÇÃO DE PODER: A DINÂMICA DE INFLUÊNCIA, CONTROLE E DEPENDÊNCIA.....	103
5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: DA CONSULTA À DECISÃO COLETIVA.....	108
5.4 PROTAGONISMO ÍNDIGENA E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	109
5.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO.....	113
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA LIDERANÇAS BALATIPONÉS.....</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA AGÊNCIA DE TURISMO BALATIPONÉ.....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO DE BARRA DO BUGRES.....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA EMPRESA DE CONSULTORIA EM TURISMO.....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE 5 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>133</b>
<b>APÊNDICE 6 - REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO.....</b>	<b>140</b>
<b>APÊNDICE 7 - CARTILHA TURISMO - POVO BALATIPONÉ.....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXO 1 - INSTRUÇÃO NORMATIVA No. 03/2015.....</b>	<b>161</b>

<b>ANEXO 2 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO No. 006/2023.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO 3 - PLANO DE VISITAÇÃO BALATIPONÉ - ETNOTURISMO.....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXO 4 - AUTORIZAÇÃO EM TERRA INDÍGENA FUNAI.....</b>	<b>243</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em comunidades indígenas no Brasil, ainda se tem um estereótipo de um personagem: homem ou mulher, de cabelos longos, sem vestimentas, mas com muitos adereços, com colares e brincos de penas ou dentes de animais. Em suas atividades imagina-se que caçam, pescam ou passam o dia deitados em uma rede - são considerados preguiçosos. Além desses estereótipos, historicamente os povos indígenas no Brasil, desde a colonização, vêm sendo dizimados, escravizados, expulsos de suas terras, marginalizados ao ponto de perderem suas tradições milenares e a valorização de sua cultura (Melatti, 2023; Corbari, 2017; Ramos, 2021; Monzilar, 2019; Herter da Silva; Kuhn Júnior, 2018). As comunidades que resistiram a esse processo anseiam por alternativas que garantam não só sua sobrevivência, mas também, a qualidade de vida nesses territórios, por meio da afirmação de seus direitos constituídos.

Esse contexto mostra-se oposto à diversidade biológica e cultural, marcada por forte componente ancestral que os povos e os territórios indígenas do Brasil têm (Souza *et al.*, 2021) ainda mais com grande potencialidade para o setor turístico. Essas comunidades tradicionais têm despertado cada vez mais interesse pelo turismo. Este despertar direciona-se especificamente ao Etnoturismo, enquanto atividades de valorização e preservação cultural e natural, de base comunitária e de interação entre povos.

Este estudo aborda o turismo enquanto fenômeno humano complexo, passível de análise por múltiplas perspectivas, com ênfase no enfoque das ciências sociais aplicadas. Para fins de sistematização teórica, adota-se uma classificação segmentar que posiciona o Turismo Indígena como modalidade específica do Turismo Étnico, este último inserido no âmbito mais amplo do Turismo Cultural (Brasil, 2010; Sudré *et al.*, 2022; Oliveira, 2024).

Sendo assim, é importante estabelecer uma diferença entre os termos usados neste estudo. Alguns autores, como Sudré, *et al.* (2022), esclarecem que o turismo étnico é um segmento do mercado de turismo que envolve a atratividade relacionada aos aspectos culturais das comunidades étnicas. Já o Etnoturismo tem relações com os conceitos de etnodesenvolvimento, com um “modelo de gestão a partir dos valores étnicos, com bases comunitárias, tendo organização e o planejamento, determinados e executados pela comunidade étnica”. (Sudré, *et al.*, 2022, p. 88-89), podendo ser indígena ou não. No mesmo sentido, o Turismo Indígena é uma “atividade turística em que os povos indígenas estão

diretamente envolvidos, quer através do controle ou por verem a sua cultura servir como a essência da atração” (Hinch; Butler, 1996 *apud* Sudré *et al.*, 2022, p. 88).

Vale lembrar que discussões e políticas públicas com o tema do Turismo Indígena não existiam até 2012, foi com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) em seu Artigo 5º que veio apresentar às práticas indígenas sustentáveis de Etnoturismo e de Ecoturismo como práticas possíveis, desde que houvesse a concordância da comunidade e a diversidade dos povos indígenas (Rosa, Rosa e Nassar, 2020).

Como forma de normatizar o turismo em terras indígenas no Brasil e propor diretrizes à atividade, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) passou a exigir a elaboração e implementação do Plano de Visitação (PV) a cada comunidade que já desenvolvesse a atividade turística e ou que gostaria de implantá-la. O plano é regulamentado pela Instrução Normativa nº03/2015/PRESI/FUNAI, que, segundo descreve, busca garantir o respeito aos direitos territoriais dos povos originários, assim como seus usos, costumes e tradições, conforme expõe a Constituição Federal de 1988 (CF/1988).

Destaca-se na Normativa 03/2015 em seu Art. 1º que a visitação com fins turísticos em terras indígenas, são “de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Etnoturismo e de Ecoturismo”, que para ser implementado, a Terra Indígena precisa elaborar seu plano como processo de planejamento do Turismo.

O viés do novo paradigma de desenvolvimento inclusivo propõe como meta a melhoria da qualidade de vida e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), descentralizando ações e incorporando preceitos que envolvam a gestão participativa e integrada de todos os envolvidos no processo de planejamento turístico. O Turismo Indígena com base local, cujo diferencial esteja representado na questão da etnicidade, pode ser sistematizado como estratégia de inclusão social, de desenvolvimento sociocultural e de conservação ambiental.

Portanto, políticas públicas, planos ou projetos devem considerar integralmente as necessidades das comunidades, desde saúde e educação até geração de emprego e fortalecimento cultural, tendo como elemento central a gestão participativa. Esta se configura como ferramenta fundamental para o desenvolvimento turístico, cabendo aos parceiros envolvidos promover ações de sensibilização, capacitação e captação de recursos. Dessa forma, o Turismo poderá se consolidar de maneira factível, alinhada às realidades locais e capaz de maximizar os benefícios para os territórios indígenas.

Desta forma, identifica-se que o protagonismo e a autonomia são princípios centrais do etnodesenvolvimento. A partir deles, podemos ter no Etnoturismo, por meio do Turismo



Indígena, uma fonte não apenas de geração de emprego e renda, mas de afirmação, valorização cultural e preservação das tradições e dos recursos naturais. Acima de tudo, é por meio da participação das comunidades na construção não apenas do Turismo, mas das políticas públicas que beneficiem a todos os indígenas. Por isso, na pesquisa buscou-se tecer algumas reflexões sobre etnodesenvolvimento, relações de poder e políticas públicas, protagonismo e planejamento participativo, levando em consideração que pouco se estuda sob esses paradigmas a partir do Turismo Indígena.

Desde 2009 os Balatiponé, povo indígena foco desta pesquisa, buscam outras alternativas sustentáveis para a economia local, seja por meio de práticas melhores de plantio (Monzilar, 2019) ou por meio da prática do Ecoturismo e do Etnoturismo. Com isso, a partir de 2017 realizaram algumas ações pontuais para a elaboração do Plano de Visitação Turística, porém, sozinhos não conseguiram produzir um material integral. Para tanto, oito aldeias em conjunto, propuseram implementar o turismo em seus territórios, a partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, a Associação Indígena Balatiponé e o Governo do Estado de Mato Grosso.

Considerando o interesse das comunidades indígenas do território, a Secretaria Adjunta de Turismo de Mato Grosso disponibilizou o recurso financeiro para que a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo pudesse realizar a contratação de uma empresa de consultoria para auxiliar as aldeias na construção desse plano. A partir de então, a empresa vencedora da licitação passou a trabalhar com as comunidades e desenvolver o plano durante o ano de 2023, conseguindo a anuência da FUNAI no final de abril de 2024.

Diante desse contexto, o problema da pesquisa é: Como a participação e o protagonismo de comunidades indígenas é contemplada nos processos de elaboração e implementação do turismo em terras indígenas?

O objetivo geral da pesquisa é **analisar a participação das comunidades indígenas Balatiponé-Umutina<sup>1</sup> na elaboração e implementação do Plano de Visitação em seus territórios**. Os objetivos específicos são: (a) analisar o processo de desenvolvimento do plano nesta terra; (b) identificar a participação das comunidades na implementação das atividades de elaboração do plano, (c) verificar as relações de poder ocorridas no planejamento e implementação do plano.

---

<sup>1</sup> O povo indígena Balatiponé ocupa a Terra indígena Umutina, área também habitada pelos povos Iranxe Manoki, Nambikwara e Paresí.

## 1.1 CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Como contribuição, essa análise poderá beneficiar tanto as comunidades pesquisadas, como também o setor turístico, pesquisadores, gestores e a sociedade em geral, ampliando as discussões referentes à relações de poder, à participação comunitária e ao protagonismo indígena no processo de desenvolvimento do turismo nas suas comunidades, desde o planejamento, implementação e execução. Além do mais, pode ser um instrumento de sensibilização, gerando mais conhecimento acadêmico, fornecendo novos *insights* e perspectivas sobre o tema.

Os benefícios diretos aos/às participantes são: reiterar o protagonismo indígena (lideranças indígenas) ou a atuação como gestor público ou a atuação como assessor e consultor de turismo (empresa licitada), ao terem um espaço para expressar sua opinião sobre o tema.

Os benefícios indiretos da participação no estudo são: representar as comunidades indígenas ao dar voz e aumentar a visibilidade delas em questões que envolvem o turismo em seu território; representar o poder público (municipal), ao dar voz e apresentar suas ações em seu município; ou representar a área de consultoria em turismo, ao dar voz e apresentar suas ações e resultados de projetos de turismo realizados.

Os benefícios para a ciência incluem a produção de conhecimento sobre o Turismo Indígena, por meio da discussão de sua prática, compreensões, desafios e necessidades. De modo geral, esta dissertação pode contribuir para o debate sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas.

Os benefícios sociais são a divulgação para a sociedade, que poderão ser aferidos a partir de material digital em formato de cartilha dos resultados que serão divulgados aos participantes do estudo e pode ser utilizado como material de divulgação científica. Essas são apenas algumas das contribuições que essa pesquisa pode oferecer à sociedade. No entanto, faz-se aqui uma ressalva, que é importante que a discussão sobre turismo seja desenvolvida e gerenciada com a comunidade respeitando seus direitos, suas culturas e seu ambiente.

## 1.2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O trabalho é inspirado na experiência, vivência e até transcendência durante minha vida acadêmica, pessoal e profissional com comunidades tradicionais, entre elas indígenas. O primeiro despertar foi ao realizar um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em

Turismo em 2002, pela Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), em que, juntamente com outra graduanda, pudemos levantar as histórias/narrativas contadas pelas etnias localizadas na Tríplice Fronteira: Argentina/Brasil/Paraguai, nas cidades de Puerto Iguazú, Foz do Iguaçu (PR) e Ciudad del Este e analisar como essas histórias são conhecidas pela população de Foz do Iguaçu, tendo como proposição um evento multicultural, que valorizasse essas narrativas.

Além desta inspiração, essa dissertação se dá em especial, pelo convívio que tenho com as comunidades Balatiponé-Umutina desde 2008, por ser turismóloga concursada em Barra do Bugres, Mato Grosso, município no qual está localizada a Terra Indígena Umutina (TI Umutina).

Neste município tive a oportunidade de coordenar, em três anos consecutivos, o **Projeto Circuito Umutina** pelo Programa de Caminhada na Natureza do Estado de Mato Grosso. Este programa tinha como objetivos fomentar o turismo na área rural do estado de forma responsável, respeitando e valorizando a cultura, as tradições e o modo de vida da comunidade local; despertar no território o empoderamento da comunidade, incluindo-a no planejamento e gestão do turismo, garantindo que ela tivesse controle de como suas terras e recursos seriam apresentados aos visitantes e como poderiam ser beneficiados economicamente pelas atividades turísticas; Construir parceiros para implementação do turismo - seja entre as próprias aldeias e instituições do território, entre os órgãos governamentais (executivo e legislativo, locais, estaduais e federais), organizações não governamentais e o setor privado; E por fim, sensibilizar a sociedade em geral quanto aos atrativos culturais e ambientais focando em um modelo de turismo que fosse benéfico para todos, mas protegendo os direitos e interesses da comunidade Balatiponé.

Esta pesquisa retrata parte desses anos de trabalho com os Balatiponé, pois, além dos projetos turísticos, houve um envolvimento e participação de outros programas e ações com a comunidade que me trouxeram conhecimentos e também, uma sensação de pertencimento e respeito mútuo; foram momentos de muitas conquistas, alegrias, pânico, indignação, dor e orgulho. Vêm em mente os primeiros impasses que vivenciei, os períodos de secas, o qual, um em particular, tivemos que montar uma força tarefa juntamente com a Defesa Civil, para auxiliar não só as pessoas, como o plantio, os animais e a floresta. Um dos piores momentos foi o das queimadas, principalmente de 2019 em que por 19 dias, o fogo atingiu a aldeia Massepô queimando 4.100 hectares. Tivemos que retirar da aldeia as crianças, idosos e outros indígenas do local, para evitar a ocorrência de vítimas. Durante esses dias todo território foi mobilizado e muitos indígenas se dispuseram a combater o fogo de maneira unida e da forma que podia. Mas a pandemia da Covid-19 foi a mais significativa, visto que atingiu muito

rápido o povo Balatiponé, em especial a aldeia Águas Correntes, que registrou a primeira mulher, indígena, artesã e anciã do município a falecer por causa da pandemia - Sebastiana Uapodonepá, que poucos meses antes de falecer, tive a oportunidade de entrevistá-la e fotografá-la. Por outro lado, houve muitos momentos de alegria, como as festas tradicionais, campeonatos e muitas reuniões que participei.

Outra inspiração dá-se dos primeiros contatos com os povos indígenas de Mato Grosso e do Brasil, principalmente por meio da educação superior indígena, em que Barra do Bugres é referência internacional por meio da Universidade do Estado de Mato Grosso, por meio da Faculdade Indígena Intercultural (Faindi/Unemat). Inicialmente comecei escrevendo para sites e jornais impressos os eventos ocorridos pela Unemat, pela Prefeitura, Câmara Municipal, entre outras instituições locais. Depois com a fotografia, em que a câmera registrava os eventos e outras atividades da comunidade Balatiponé, ela era instrumento que me aproximava de pesquisadores, fotógrafos, cineastas e outros profissionais que buscavam conhecer a história e o território desse povo.

Ressalto também que como atuava como interlocutora regional do Programa Nacional de Regionalização, na região das Nascentes, pude me envolver com outros projetos regionais indígenas de turismo. Por consequência desses anos de experiência, tanto de pesquisa como de vivência, tornando, como os próprios Balatiponé me chamavam “parente”, venho por meio dessa dissertação narrar essa história. História essa que vai além das palavras aqui descritas, mas que com orgulho de saber que de uma forma singela, pude contribuir com as aspirações do povo Balatiponé para o desenvolvimento do Turismo em suas aldeias. Se eu pudesse, as palavras seriam trocadas pelas fotografias que me acompanharam nesses últimos anos. Mas de forma carinhosa, com os sobrenomes indígenas do território, fica aqui o registro de tudo isso que vivemos: MONZILAR, CALOMIZORÉ, COREZOMAÉ, PARIKOKUREU, UAPO, ARIABO KEZO, IPA KIRI, CUPUDUNEPÁ, SORIPA, AMAJONEPÁ, entre todos que me acolheram muito bem.

### 1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, conforme detalhado a seguir: após esta Introdução, detalhando o tema de estudo, o problema de pesquisa, os objetivos, as justificativas, as contribuições e a trajetória da pesquisa. Em seguida o Capítulo 2 tem-se a revisão da literatura, onde discute-se os conceitos teóricos que fundamentam a pesquisa, a

saber: Etnodesenvolvimento e Turismo; Relações de Poder e Políticas Públicas; Protagonismo Indígena e Planejamento Participativo; e a caracterização do Povo Balatiponé-Umutina.

Por sua vez, o Capítulo 3 descreve o percurso metodológico, o qual teve abordagem qualitativa, utilizou os métodos de coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas e pesquisa documental, bem como a utilização das técnicas de análise (análise de conteúdo) e as considerações éticas. O Capítulo 4 tece uma análise crítica do Plano de Visitação Turística Balatiponé, examinando-o conforme a IN 03/2015 (FUNAI), os diagnósticos das aldeias, os planos de marketing e negócios, e os documentos complementares.

O Capítulo 5 traz a apresentação e análise das entrevistas, realizando a discussão dos resultados das entrevistas, considerando as relações de poder no planejamento; políticas públicas e participação comunitária; e o protagonismo indígena e planejamento participativo. E finalizando com o Capítulo 6 sintetizando os principais achados, as contribuições do estudo e sugestões para pesquisas futuras.



## 2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura está estruturada em três tópicos que discutem primeiramente o Turismo a partir de uma atividade do Etnodesenvolvimento, que tem como princípio o respeito à autonomia e à autodeterminação dos povos indígenas. No segundo tópico trata das Relações de Poder e Políticas Públicas, trazendo para a dissertação a relevância da organização das sociedades, em particular, as indígenas, visto que essas lutam por essa autonomia, mas sempre termina sob tutela parcial ou total do governo ou outras instituições. A respeito sobre políticas públicas é retratado como as legislações e a criação de instituições ligadas diretamente às gestões de políticas se desenvolveram ao longo dos anos. Por último nesse tópico, na questão da participação comunitária, o objetivo maior é discutir a qualificação desta participação dos indígenas no que se refere às políticas públicas ligadas ao seu povo, especificamente do turismo. No tópico Protagonismo Indígena e Planejamento Participativo, é discutida a luta dos povos indígenas para ter além da autonomia, o protagonismo no planejar das políticas públicas de suas terras.

### 2.1 O ETNODESENVOLVIMENTO

Por muito tempo, o sentido do termo desenvolvimento foi dado pelo grau de industrialização alcançado por uma sociedade. Sinônimo de industrialização e avanço tecnológico, denotou e definiu o processo de transformação do ambiente natural com a finalidade de gerar riquezas materiais (produtos), ao mesmo tempo que as impôs à sociedade como “necessidades” (Azanha, 2002), o que ocorreu também nas sociedades indígenas (Nu-Sol, 2022).

Pensar em Turismo e desenvolvimento de uma forma geral é pensar na interação complexa entre a atividade turística e o crescimento econômico de uma região ou de uma localidade, que pode ser visto como um papel significativo no desenvolvimento de uma localidade, proporcionando benefícios econômicos, definido como aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, ou uma análise na geração de empregos, aumento da renda e estímulo ao comércio local (Oliveira, 2002; Barreto, 2015; Sharpley, 2022) ou custos negativos, tanto econômico, sociocultural e ambiental (Sharpley, 2022).

Sharpley (2022) descreve que alguns pesquisadores veem que o desenvolvimento sustentável é um aspecto fundamental na interação entre turismo e desenvolvimento,

visando garantir que a atividade beneficie a região de forma equitativa e preservando seus recursos naturais e culturais para as gerações futuras. Por outro lado, a relação entre turismo e desenvolvimento é complexa e envolve uma variedade de interesses, incluindo o crescimento econômico, a satisfação dos visitantes e os benefícios para a comunidade local (Oliveira, 2002).

No entanto, é notável que poucos escritos acadêmicos tenham adotado explicitamente uma perspectiva de modernização. Para Sharpley (2020) o desenvolvimento sustentável por meio do turismo, segue inatingível, isso porque na discussão teórica e na prática do desenvolvimento sustentável é mais controverso e havia virado um paradigma ocidental dominante até o ano 2000, para o desenvolvimento global. Nesse contexto o autor apresenta uma discussão do decrescimento sustentável como uma proposta mais alternativa.

A proposta de decrescimento já vem sendo discutida há algum tempo por alguns autores, como é apontado por Hall *et al.* (2021), os quais abrangem dois temas-chave: primeiro, que o crescimento econômico global contínuo não é apenas ambientalmente insustentável, mas também, agrava os desafios socioeconômicos que supostamente aborda; e segundo, que a adoção de estilos de vida significativos baseados no princípio do “suficiente” em vez de “mais”, juntamente com uma redução proporcional no consumo (e produção), pode melhorar o bem-estar das pessoas dentro dos limites ambientais do planeta (Sharpley, 2021). Neste contexto Sharpley (2021) ainda exemplifica essa proposta com os argumentos de Tim Jackson em que, a prosperidade e o bem-estar não são encontrados no consumismo e na acumulação de riqueza, mas sim, na conquista da saúde, não apenas fisiológica, mas também psicológica, social, espiritual e sexual.

Pode-se analisar que o desenvolvimento sustentável não foi alcançado desde que sua teoria foi proposta em 1950, isto pois, quanto mais há o crescimento econômico por exemplo, mais as disparidades da pobreza tomou conta dos países (Sharpley, 2021), o que considerando as políticas públicas, principalmente para o turismo, pouco ou nada tem melhorado essa situação. Essa contraposição retrata que grande parte do desenvolvimento do turismo em todo mundo continua sendo impulsionada por uma agenda subjacente à modernização, apesar de críticas que apontam para desafios como a mercantilização, a perda de autenticidade e as mudanças sociais resultantes do turismo, que não são frequentemente abordadas pela teoria da modernização.

A relação de turismo e desenvolvimento pode ser analisada a nível local, ponderando sobre a questão econômica, apontando a fonte de receita e a geração de

emprego para as comunidades. Além disso, o turismo pode promover a preservação cultural e ambiental, incentivando a conservação de patrimônios naturais e culturais. No entanto, o desenvolvimento do turismo também pode trazer desafios, como a pressão sobre os recursos naturais, a especulação imobiliária e a descaracterização cultural. Assim, é importante considerar o planejamento e a gestão do turismo de forma sustentável, levando em conta os impactos sociais, econômicos e ambientais.

A relação entre desenvolvimento e turismo é complexa e requer uma abordagem integrada que leve em consideração múltiplos aspectos, incluindo a participação das comunidades locais, a preservação do meio ambiente e a promoção de práticas sustentáveis (Ramos, 2021; Corbari, 2022; Barreto, 2015).

Destarte, a discussão sobre o etnodesenvolvimento é mais recente e teve mais destaque em 1981 em São José da Costa Rica na reunião de especialistas em etnodesenvolvimento e etnocídio, que conceituou o termo numa contraposição às teorias e às ações desenvolvimentistas e etnocidas. Para Batalla et al. (1982) etnodesenvolvimento é o:

Exercício da capacidade dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento (Batalla *et al.*, 1982, p.72).

Num conceito mais atual e de forma complementar, Barreto e Lanzarini (2023, p. 100) destacam que o etnodesenvolvimento:

em linhas gerais, pode ser compreendido como formas de desenvolvimento próprias de grupos étnicos, que possui como características fundamentais: a) autogestão comunitária e a autonomia na defesa de seus interesses; b) valorização da cultura, saberes e fazeres tradicionais (formação com base na própria cultura); c) cooperação e a confiança entre os membros; e d) promoção de bem-estar e o empoderamento das comunidades.

Para o etnodesenvolvimento, os grupos étnicos são os protagonistas da atividade, detêm o controle de seu território, seus recursos culturais e naturais e são autônomos na defesa de seus interesses e na construção de seu futuro.

Sen (2000) apresenta a questão do protagonismo ao enfatizar a participação na gestão como nuclear para alguns dos problemas fundamentais que têm mitigado a força e o alcance da teoria do desenvolvimento. Diante de decisões críticas, é o povo diretamente implicado que deve ter a oportunidade de participar na decisão do caminho a escolher, o que seria o oposto se houver a mediação do poder. Assim, reitera que "a insistência em que as tradições estabelecidas devem ser atacadas, ou seja, que as pessoas devem obedecer às decisões das autoridades, religiosas ou laicas, que tutelam as tradições – reais ou imaginárias." (Sen, 2000, p. 10).

A partir desses parâmetros, a autonomia das comunidades indígenas, bem como seu protagonismo dependem da sua capacidade gestora de seus próprios desenvolvimentos:

que busquem formar seus quadros técnicos - antropólogos, engenheiros, professores etc - de modo a conformar unidades político-administrativas que lhe permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes [...] e de terem capacidade de impulsioná-lo. (Batalla *et al.*, 1982, p.72).

Stavenhagem (1997) descreve que em termos gerais os princípios básicos que regem o etnodesenvolvimento são:

Objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradições locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas” (Stavenhagem, 1997, p. 72).

No contexto mais abrangente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, ocorrida em 1989, para entender a relação entre comunidades e governo na tomada de decisão ou autogestão, exemplifica que o direito das comunidades tradicionais à consulta prévia, livre e informada é prevista centralmente nos itens 1 e 2, do Artigo 6º da Convenção: portanto, os governos deverão:

consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas as medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Barreto e Lanzarini (2023b) ressaltam o protagonismo das comunidades dentre as características do Etnodesenvolvimento. É exatamente no protagonismo das comunidades em gerir seus territórios, seus recursos culturais e naturais que se são autônomos na defesa de seus interesses e na construção de seu futuro. Sen (2000) apresenta a questão da participação como nuclear para alguns dos problemas fundamentais que têm mitigado a força e o alcance da teoria do desenvolvimento. Diante de decisões críticas, é o povo diretamente implicado que deve ter a oportunidade de participar na decisão do caminho a escolher. Contudo há relações de poder que se aplicam e modificam essas decisões, havendo uma interferência. No caso dos povos indígenas, por exemplo, na elaboração de seus planos de visitação, pode até não ser uma relação direta, mas pode ocorrer que o povo implicado pode escolher o caminho (pois a oportunidade de participar da elaboração é mediada por relações de poder não vivenciadas nas sociedades ou organizações ou modo de vida indígena).

## 2.2 RELAÇÕES DE PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para retratar em teoria como as comunidades indígenas se organizam e se mantêm, seja em que setor for, econômico ou social, é preciso entender primeiramente a questão de relações de poder, que de certa forma, interferem direta ou indiretamente a participação e ou engajamento dos indivíduos na implementação do turismo em suas comunidades.

Essas relações de poder são estabelecidas quando alguém deseja algo, que depende da vontade de outro, criando uma relação de dependência entre indivíduos ou grupos em relação a outros (Foucault, 1993; Bourdieu, 2002). Essa dependência se torna maior em relação e à medida que o dominado deseja muito o que o controlador tem mais domínio e, portanto, controle. As relações de poder existem em diversos âmbitos, como nas organizações, na sociedade em geral e nas comunidades indígenas.

As formas de poder são estudadas por diversos pensadores, como Michael Foucault, Pierre Clastres, Carmem Junqueira, Paulo Freire e Pierre Bourdieu, entre outros, são importantes para entender as estruturas sociais e a dinâmica das relações humanas, essencialmente dos povos originários com os não indígenas e entre eles.

Para Foucault (1993), o poder não é simplesmente um recurso que algumas pessoas ou instituições, como o governo, possuem e usam para controlar outras pessoas, mas sim, uma força que atravessa todas as relações sociais e que é constantemente exercida



e resistida. O autor rompe com as concepções clássicas do poder e define o poder como uma rede de relações onde todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores, dando vida e movimento a essas relações. O filósofo também acreditava que o poder é produzido por meio de práticas discursivas, ou seja, por meio da linguagem e do conhecimento que produzimos e compartilhamos, e, são essas práticas que determinam o que é considerado verdadeiro ou correto em uma sociedade.

Ainda, de acordo com Foucault (2008), o poder não está localizado ou centrado em uma instituição, mas está distribuído e agindo em toda a sociedade, em todos os lugares e em todas as pessoas. O autor faz uma análise ascendente do poder, partindo da especificidade do poder para os seus aspectos gerais, incluindo as relações dadas nesse contexto. Assim, a relação de poder é tida como uma ação sobre a ação, em que o poder é exercido pelas práticas que moldam e controlam o comportamento das pessoas. Em que enfatiza a importância do conhecimento e das práticas discursivas na formação e manutenção do poder. O papel do discurso na produção e reprodução do poder, mostra como as formas de fala e as palavras usadas em determinados contextos podem ter efeitos poderosos (Foucault, 1993; 2008). Nesse sentido, Foucault argumenta que o poder e o conhecimento são interdependentes e que o conhecimento é uma forma de poder que é usada para controlar e disciplinar as pessoas.

Bourdieu (2002) argumenta que o poder simbólico opera por meio de símbolos, rituais e práticas culturais, exercendo influência sobre indivíduos e grupos de forma não coercitiva, mas por meio da internalização de valores e normas sociais. Isso implica que o poder não é só exercido por instituições políticas ou econômicas, mas também pela cultura e pelo conhecimento. Esses símbolos são, portanto, meios de integração ou desintegração.

Nesse sentido, o poder simbólico é imperceptível, quase mágico, como conceitua Bourdieu (2002, p.8), ao afirmar que “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”. Para o Estado, a comunidade ou as instituições, Bourdieu (2002) discorre que o uso do símbolo no patrimônio, por exemplo, pode ser uma forma de poder estabelecido conforme sua época, "como poder de constituir o dado da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica)," (Bourdieu, 2002, p. 14).

Refletindo mais a respeito Wolf (1999) apresenta o poder em termos relacionais, permite-se diferenciá-lo em quatro modalidades:

a) A primeira, individual, refere-se à “potência ou capacidade que é tida como inerente em um indivíduo”, um sentido nietzscheano de poder, bom para entender porque as pessoas se envolvem no jogo do poder mas não para entender o próprio jogo.

b) A segunda, transacional, manifesta-se nas interações e transações entre pessoas e refere-se à habilidade de “um ego de impor seu desejo sobre um alter”, uma perspectiva weberiana que não considera a natureza das arenas onde as interações existem.

c) A terceira é o “poder que controla os contextos nos quais as pessoas exibem suas capacidades e interagem com outras”, enfatizando os instrumentos que permitem que uns controlem as ações de outros. Wolf (1999) designa esta modalidade de poder tático ou organizacional.

d) A quarta modalidade, o poder estrutural, isto é, “o poder manifesto em relações e que não opera apenas internamente aos contextos e domínios mas também organiza e orquestra os próprios contextos e especifica a direção e distribuição de fluxos de energia. Em termos marxianos, refere-se ao poder de distribuir e alocar trabalho social. É também a modalidade de poder com a qual Foucault se preocupava quando falava de ‘governança’, significando o exercício da ‘ação sobre a ação’”.

Complementando, pode-se analisar os conceitos e formas de poder, sendo definido como a capacidade de fazer algo, de empreender algo, e pode ser exercido de diversas maneiras, como poder ideológico, político e econômico. As relações de poder no âmbito das organizações podem influenciar a dinâmica de trabalho, a tomada de decisões e a interação entre líderes e subordinados (Duarte, 2023). Assim, o poder é o exercício da liderança sobre outras pessoas, influenciando o interesse dos outros para que adotem comportamentos ou realizem tarefas. O poder pode estar presente em qualquer ambiente social, desde a escola até a relação familiar e domiciliar e existem diversas formas, como a autoridade formal, a coerção, a persuasão e a legitimidade (Freire, 2019).

Em suma, ressalta-se que para Foucault (2008) o poder e o conhecimento, o discurso e a resistência são maneiras de se lutar contra a dominação, ressaltando a capacidade das pessoas para resistir e transformar as relações de poder em suas vidas. Além disso, o filósofo discute o conceito de poder disciplinar, que se refere às técnicas de controle e disciplina usadas em instituições como escolas, prisões e hospitais (Valle, 2018).

No âmbito da educação e conscientização, para Paulo Freire, com uma visão crítica e marxista, o desenvolvimento da educação intercultural no país, teve um importantíssimo papel, o qual foi influenciado por sua experiência com os povos indígenas brasileiros. Ele defendia a importância de respeitar e valorizar suas culturas e

conhecimentos (Castro; Oliveira, 2022) e reforçava que a linguagem e o poder estão intimamente relacionados.

A linguagem é uma ferramenta de poder e pode ser usada para manter ou desafiar as estruturas de poder na sociedade, e a educação deve abordar essa relação. Em uma entrevista para a Revista Perspectiva (1985), Freire enfatizou que o poder é percebido e exercido por meio da linguagem e que o opressor perfila o oprimido, definindo a realidade deste. Paulo Freire discorre a respeito da dificuldade da leitura, sendo uma dificuldade de linguagem e de corte de classe, para ele, ao mesmo tempo “Não é possível entender o problema da linguagem, sem uma referência ao poder, e o poder, é um poder de classe, evidentemente.” (Freire, 1985, não paginado). Em uma discussão crítica, o autor relata nesta entrevista que, só quem detém o poder pode dizer o que seria discurso culto ou não, para ele:

Ora, entre nós, quando a gente pensa no chamado padrão culto, a primeira pergunta que a gente faria seria: quem disse que este é o culto? E aí tu chegas à questão do poder: só quem tem poder define, só quem tem poder descreve, só quem tem poder perfila e por isso é que o opressor perfila o oprimido, por isso é que o opressor dá nome à terra do oprimido. (Freire, 1985, não paginado).

Interessante entender a visão de Paulo Freire, pois, para ele, quem detém o poder do conhecimento ou da linguagem, o detém até para chegar em um outro continente e renomear àquela terra, como foi na colonização e que ocorre ainda, muitas vezes, como na obrigação de seguir-se uma gramática padrão - uma língua padrão no país, impedindo, por vezes, a manutenção de muitas línguas maternas.

Para haver mudanças, e uma reinvenção da sociedade e do poder, Freire propõe que haja um diálogo e uma ação entre “classes”. Por fim, defende a importância de desafiar as estruturas de poder opressivas por meio da educação crítica e libertadora, que capacitasse as pessoas a compreender e transformar as relações de poder em suas vidas e na sociedade (Oliveira; Santos, 2022).

Pierre Clastres (2004) discute a relação de poder entre os povos indígenas e a sociedade ocidental, destacando a diferença na concepção de poder entre essas culturas. Clastres (2004) relata que o Ocidente classifica as sociedades indígenas “como sociedades sem poder”. Elas apresentam um chefe, mas este chefe é desprovido de poder coercitivo. Para o pesquisador, o grande problema é que, para pensar o poder nessas sociedades, a

etnologia parte sempre do poder político que se baseia na dicotomia “comando-obediência”.

Clastres (2004) critica essa etnologia por fazer com que as sociedades originárias girem em torno da civilização ocidental, como se o poder comando-obediência fosse a forma universal do poder. Ele defende que é necessário compreender as sociedades indígenas a partir de si mesmas, retirando o Ocidente do centro das indagações e vendo a questão do poder por meio das soluções dos próprios indígenas; assim como Paulo Freire propõe na área da educação, o que seria uma "revolução copernicana" na etnografia para possibilitar uma antropologia política mais ampla e inclusiva - mudando o paradigma e inserindo o indígena no centro (Clastres, 2004).

Para ocorrer o poder político nessas sociedades, Clastres (2004) o interliga com a história, que necessita uma organização social. A partir da premissa que todo ser humano é capaz de educar as gerações futuras em sua própria cultura, para manter sua estrutura social, e isto, portanto, representa a tradição. Cabral (2023, não paginado) ressalta que:

O poder não coercitivo é realizado de forma que uma figura mítica representa o chefe nos rituais que servem para rememorar a organização social. Basta que seja uma figura, nem sempre a mesma, mas que apenas cumpra a função de líder. No entanto, ele não exerce poder nenhum sobre os membros da sociedade

Nesse sentido, as relações de poder referem-se à dinâmica de influência, controle e dependência entre indivíduos, grupos ou instituições em uma sociedade. Elas descrevem como o poder é exercido, distribuído e mantido em diferentes contextos, como político, social, organizacional e educacional.

Sztutman (2008) faz uma contribuição interessante ao analisar as relações de poder na sociedades ameríndias desafiando as concepções tradicionais e ocidentais sobre política e autoridade. O antropólogo ao estudar o antigo povo Tupi evidencia as dinâmicas de poder entre dois personagens centrais: o profeta (ou o líder religioso/espiritual) e o principal (ou chefe político). Assim, para o autor essas duas figuras representam diferentes maneiras de liderança e autoridade, que se complementam, mas também se enfrentam em determinadas situações. Para ele, a dinâmica do poder é apresentada como um fenômeno complexo, multifacetado e frequentemente distinto das concepções políticas ocidentais modernas.

O profeta (Xamã), na ótica de Sztutman(2008), é um líder que exerce poder de forma simbólica e espiritual. Ele muitas vezes é visto como alguém que articula as

aspirações, crenças e valores do grupo, influenciando a maneira de pensar da comunidade diante do mundo, até mesmo com a natureza, com o sobrenatural e com outros grupos. Ele não detém o poder político diretamente, mas sua influência é essencial para o equilíbrio e a ação coletiva da comunidade. Por meio de suas mensagens espirituais e seu poder de mobilizar a fé, ele pode fortalecer a identidade cultural e coletiva, além de exercer poder sobre os indivíduos em um nível mais profundo.

Por sua vez, o principal é o chefe político responsável por questões práticas como a organização social, distribuição de recursos e defesa da comunidade. Apesar da sua autoridade, seu poder não é absoluto e pode ser desafiado pelo profeta. A relação de ambos pode ser tensa, pois representam esferas distintas de poder: o principal, o político; o profeta, o simbólico.

Para Clastres (2004) as relações de poder no turismo podem influenciar a dinâmica e a estrutura das interações entre turistas, agências de turismo e comunidades locais, e é importante considerar essas relações para garantir a sustentabilidade e a preservação das culturas e recursos naturais envolvidos no turismo.

Entendendo a grandeza do poder, seja em qual sociedade, indígena ou não, a antropóloga brasileira Carmem Junqueira em entrevista para Nu-Sol, em sua pesquisa como é a relação de poder, essencialmente dos povos indígenas Kamayurá do Parque Indígena do Xingu e dos Cinta-Larga do Parque Indígena do Aripuanã, ambos no Mato Grosso, ela descreve que em qualquer circunstância as pessoas disputam o poder, mesmo que seja mínimo.

Mesmo que o poder seja ínfimo e que não haja nenhum privilégio material. Mas o poder não é só privilégio material, ele tem um fascínio, uma sedução. Nada mais na vida social tem tamanha sedução do que o poder, então tão pequeno que ele seja, as pessoas vivem para obtê-lo, vivem para ganhá-lo, vivem para conquistá-lo (Nu-Sol, 2021b, não paginado).

Nessa perspectiva, vê-se que a relação das sociedades indígenas, com a sociedade em geral e com o governo, é uma relação que envolve conflitos e relações de poder. Ao longo da história, a inserção das comunidades indígenas no Estado brasileiro ocorreu de forma arbitrária e colonialista, resultando em uma relação meramente formal e jurídica,



decorrente do princípio do *jus solis*<sup>2</sup>, que determina como brasileiro o cidadão que nasce em território brasileiro. Desde a colonização, houve interesse em normatizar as relações entre os indígenas e os não indígenas, legitimando a exploração da mão de obra e a usurpação de suas terras e riquezas (Corbari, 2017; Silva, 2008).

Esses estudos e análises refletem a complexidade das relações de poder entre os povos indígenas e as instâncias de poder, destacando a necessidade de compreender e respeitar as dinâmicas próprias dessas sociedades, bem como a importância de promover relações mais equitativas e respeitadas.

### 2.2.1 Turismo e políticas públicas indígenas

O cenário das políticas nacionais indígenas é distinto e dialético em cada setor, seja no social, cultural, político ou econômico. A criação da Normativa que regulamenta a atividade turística, acaba dificultando a elaboração ou implementação do turismo. Por exemplo, no que tange às questões da aplicabilidade, o objetivo da Normativa é regulamentar o turismo nas terras já regularizadas, deixando as comunidades indígenas que não possuem a homologação de suas terras, ou que não estão inseridos em um território indígena, sem a proteção de um Plano de Visitação (Oliveira, 2024).

Partindo de uma discussão mais abrangente, a aplicabilidade das políticas públicas do Turismo Indígena, ainda sofre com a comunicação entre os órgãos representativos do poder, que, baseados em legislações atrasadas, impossibilita o debate numa esfera global sobre o desenvolvimento adequado e produtivo com os próprios indígenas (Jesus, 2012; Gov, 2020; Souza, *et al.* 2020).

Em termos de políticas públicas, o Brasil tem buscado avançar na garantia dos direitos dos povos indígenas, incluindo ações para promover a saúde, a participação política, a preservação cultural e o reconhecimento dos direitos territoriais. Assim compreende-se que as políticas públicas indígenas visam assegurar a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, reconhecendo sua diversidade cultural e étnica, e promovendo seu desenvolvimento integral e autônomo (Herter da Silva; Kuhn Júnior, 2018) Ressalta-se que, com o envolvimento dos indígenas nas discussões de interesse público e coletivo, é possível promover sua inclusão social, tornando-os protagonistas.

---

<sup>2</sup> O critério adotado pelo Brasil, via de regra, é *jus soli*, ou seja, a nacionalidade originária está prevista quando o nascimento ocorre em território brasileiro, sendo este cidadão considerado brasileiro nato, conforme art. 12, I, a, da CF/1988 (JusBrasil, Oliveira, 2020).

No Brasil, desde a década de 1970, vem-se discutindo leis que possam garantir essa autonomia (Souza *et al.*, 2021; Herter da Silva; Kuhn Júnior, 2018). No primeiro momento tem-se a elaboração do Estatuto do Índio, publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 1973 - Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 -, que em seu Art.1º, trata da regulação da situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional (Brasil, 2023; Herter da Silva; Kuhn Júnior, 2018).

O estatuto tem algumas controvérsias relativas ao desenvolvimento autônomo das comunidades indígenas. O Art. 2º trata dos deveres da União, dos Estados e dos Municípios, bem como dos órgãos das respectivas administrações indiretas, com relação à proteção das comunidades indígenas e à preservação dos seus direitos, dentre os quais, destacam-se:

- I - estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;
  - II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integradas à comunhão nacional;
  - III - respeitar, ao proporcionar aos índios meio para seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;
  - IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;
  - V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;
  - VI - respeitar, no processo de integração de índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;
  - VII - executar sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;
  - VIII - utilizar a cooperação de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;
  - IX - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos de Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;
  - X - garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em fase da legislação lhes couberem.
- Estatuto do Índio - Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

A partir desses direitos concedidos aos povos indígenas, evidencia-se, para este estudo, o acesso à integração nacional; a garantia de inclusão em projetos e programas de desenvolvimento social, cultural e, conseqüentemente, econômico, além da possibilidade

de livre escolha dos meios de vida e subsistência. Tais direitos são interpretados de forma ambígua, uma vez que o próprio indígena, ainda sob tutela do Estado, fica dependente das determinações exigidas pelo Estatuto, ou seja, seu direito é condicionado e atendido parcialmente (Herter da Silva; Kuhn Júnior, 2018).

Analisando mais alguns artigos do Estatuto, percebe-se a dificuldade para compreender, completamente, a dinâmica de seguridade dos direitos e deveres dos indígenas. Observa-se, no decorrer da lei, o seguinte:

Art. 24 - O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades.

Assim complementando com os artigos 43 e 52:

Art. 43 - A renda indígena é a resultante da aplicação de bens e utilidades integrantes do patrimônio Indígena, sob a responsabilidade do órgão de assistência ao índio.

Art. 52 - Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com seu grau de aculturação.

Esses trechos tratam do direito à posse para uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas pelos indígenas, a fim de aumentar a renda e a qualidade de vida. Analisando o proposto, verifica-se a dialética existente quanto ao estímulo ao desenvolvimento, uma vez que enfatiza a restrição, tanto no que se refere à disseminação e propagação da cultura indígena, quanto à possibilidade de geração de renda e divisas, além da conservação cultural promovida pelo turismo em territórios tradicionais. As determinações fomentadas pelo Estatuto do Índio não são tratadas com o devida rigidez no país, mesmo porque várias comunidades vêm desenvolvendo, há décadas, a promoção do Turismo Indígena, como acontece com os povos Pataxó, na Bahia, os Xavantes no Xingu no estado do Mato Grosso, os Marajoaras do Pará, entre outros. Estes sofrem reflexos negativos advindos, não exclusivamente da atividade turística, mas principalmente do próprio sistema de produção capitalista, que geram, inevitavelmente, a informalidade e o desemprego em detrimento do próprio processo de comunicação e tecnologia implantadas. Em contrapartida, há também a observação de impactos positivos quando se fomentam a educação ambiental, o intercâmbio cultural, a geração de renda e o emprego para os próprios indígenas (conforme apontado anteriormente no Art. 43º do Estatuto do

Índio), a formação profissional adequada (Art. 52º do Estatuto), entre outras formas de desenvolvimento do turismo.

Um dos pontos emergentes de discussão na esfera federal está exatamente nesse assunto, uma vez que existem diversos exemplos positivos espalhados no território nacional e internacional de Turismo Indígena que não são levados em conta quando se pensa na promoção da inclusão social, econômica e cultural de tais comunidades.

A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais nº169, tratado internacional adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em 1989 (OIT) baseia-se no respeito às culturas e aos modos de vida dos povos indígenas e reconhece entre seus direitos, o da terra e aos recursos naturais, e a definir suas próprias prioridades para o desenvolvimento (Maciel, 2024). Ela garante a consulta e o empoderamento desses povos quanto às políticas, programas e ações em seus territórios, seja em qualquer setor, da educação ao turismo.

Maciel (2024) salienta que com o objetivo de proteger os direitos coletivos dos povos indígenas, a Convenção 169 vem de consonância com a CF/1988, e só foi promulgada no Brasil em 2002, pelo Decreto n. 5.051, de 19 de de abril de 2004, o que define que a partir desta data a Convenção passa a ter caráter obrigatório no Brasil. Recepcionada no direito brasileiro com status de supralegalidade, por ser um tratado sobre os direitos fundamentais, ela busca superar práticas discriminatórias que afetam os povos indígenas e assegurar que participem na tomada de decisões que impactam suas vidas, portanto, prevê medidas especiais para garantir uma igualdade efetiva entre os povos indígenas e todos os outros setores da sociedade. Não são privilégios, mas adotam medidas que vem de acordo com as particularidades dos povos indígenas. A Convenção 169 adota a Convenção Nº 107 de 1957, a qual é considerada o primeiro instrumento internacional que consagrou o direito dos povos indígenas (Maciel, 2024).

Interessante verificar também o que aponta Maciel (2024), que a Convenção assegura aos povos indígenas a igualdade de tratamento e de oportunidade no pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Para compreender melhor, podemos analisar que:

Os Artigos 3º, 4º, 20 e 24 tratam do princípio da não discriminação;

Os Artigos 14 e 18 remetem ao direito dos povos indígenas à propriedade e à posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Os artigos 2º, 5º e 7º tratam sobre direito ao respeito a sua integridade, sua cultura e instituições.

O Artigo 7º descreve o direito a determinar sua própria forma de desenvolvimento (econômico, social ou cultural).

Os artigos 6º, 7º e 15 remetem ao direito de participação na tomada de decisão sobre políticas e programas que os interessam ou os afetem. Qualquer decisão portanto que for de caráter de política pública que esteja ligada aos povos indígenas, esses povos devem participar, além de ter conhecimento do que está ocorrendo.

Os artigos 6º, 15, 17, 22 e 28 descrevem sobre o direito a serem consultados sobre as medidas legislativas ou administrativas que lhes possam afetar.

Paralelamente ao cenário exposto, a gestão profissional das políticas de turismo foi iniciada principalmente a partir do Plano Nacional de Turismo estruturado em 2003. Com a criação da Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, foi sancionada a Política Nacional do Turismo (PNT). Dentre as várias disposições desta lei quanto ao planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, estabeleceram-se questões sobre regulamentação, normatização e fiscalização dos prestadores de serviço. Apenas um artigo faz breve menção ao desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais: o Art. 5º indica que a PNT tem por objetivos:

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural.

XI - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística (Lei 11.771, 2008).

Por outro lado, em 1994 as diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo articulavam a inclusão de povos indígenas, estimulando-os a participar do processo de planejamento como forma de preservação de seu patrimônio cultural e ambiental. Ainda encontram-se disponíveis os manuais e orientações, como é o caso das Diretrizes para o Turismo Cultural elaborada pelo Ministério do Turismo, em que é possível visualizar parâmetros teóricos e conceituais a respeito do que se entende por turismo cultural e outros recortes inseridos nesse universo turístico (místico, gastronômico, religioso, étnico, esotérico, entre outros), além de orientar o planejamento adequado e específico a esse segmento.

De fato, as dinâmicas territoriais e socioculturais vão se modificando ao longo do tempo. Não é diferente quando se insere a produção turística nos espaços indígenas e estas



objetivam a conservação ambiental, cultural e fonte de renda alternativa para propiciar sua autodeterminação e sustentabilidade, como acontece na experiência percebida por Faria (2009). Nesse sentido, os organismos de fomento devem considerar o exotismo com que tratam certos territórios étnicos; despiando-se do olhar do colonizador e considerando que ações verticalizadas devem ser tomadas porque tais núcleos não sabem decidir o que é prioritário.

Em 2012 foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) pelo Decreto nº 7.747, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. (Oliveira, 2021; Brasil, 2012).

Por meio do 1º Seminário Nacional de Povos Indígenas, ocorrido entre 26 a 30 de abril de 2021, via plataforma YouTube e promovido pela FUNAI<sup>3</sup>, teve como premissa promover o diálogo sobre perspectivas, ferramentas e instrumentos para o etnodesenvolvimento, e destacar a abordagem econômica e de sustentabilidade socioambiental entre os povos indígenas, o Governo Federal, estados, municípios e a iniciativa privada, a partir de informações atualizadas e das preocupações de agentes de cada macrorregião. Seu objetivo foi debater a efetividade das políticas públicas com interface dos indigenistas em consonância com a CF/1988. Garantir aos povos indígenas o direito de decidir seus próprios modelos de desenvolvimento dentro de suas vocações culturais e das disposições constitucionais.

Com isso, pode-se sintetizar os documentos que orientam as políticas públicas envolvendo indiretamente e diretamente o Turismo Indígena no Brasil:

---

3

Disponível

em:

[https://www.youtube.com/watch?v=zkg1-F20rPo&list=PL\\_wMCxYPtINNzO\\_fX3iJ6oBG5UEfiDtttr](https://www.youtube.com/watch?v=zkg1-F20rPo&list=PL_wMCxYPtINNzO_fX3iJ6oBG5UEfiDtttr).

Acesso: 02 mai. 2025.

QUADRO 1- POLÍTICAS PÚBLICAS INDÍGENAS NO BRASIL

<b>Instrumento</b>	<b>Descrição</b>
<b>Estatuto do Índio:</b> Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 , regulamenta a situação jurídica dos índios ou silvícolas.	Publicado no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 1973 - Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 - em que seu Art.1º, trata da regulação da situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional.
<b>Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994).</b>	Estabelece os parâmetros básicos para uma Política Nacional de Ecoturismo com a finalidade de garantir qualidade de vida da população, a conservação do patrimônio ambiental e contribuir com os caminhos para o desenvolvimento sustentável.
<b>DECRETO No 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996.</b>	Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.
<b>Manual Indígena de Ecoturismo (MMA, 1997).</b>	Teve como objetivo informar e capacitar as comunidades indígenas sobre o desenvolvimento de atividades ecoturísticas que estavam sendo realizadas, de maneira informal, em todo o país
<b>Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia (MMA, 2002).</b>	Um dos objetivos principais desta cartilha foi contextualizar o Ecoturismo, principalmente como um caminho possível para a promoção do desenvolvimento sustentável da região amazônica.
<b>Marcos Conceituais – Ecoturismo: orientações básicas (MTUR, 2010).</b>	Este caderno buscou difundir o conhecimento sobre o Ecoturismo no Brasil, traçando diretrizes para a promoção, desenvolvimento e comercialização de destinos e guias turísticos no país.
<b>Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Ministério da Justiça/FUNAI, 2012).</b>	O PNGAT tem como objetivo proteger, conservar, resgatar e orientar o uso sustentável dos recursos naturais e culturais em terras e territórios indígenas.
<b>Instrução Normativa Nº 03 (Ministério da Justiça/FUNAI, 2015).</b>	O principal dispositivo de política pública que estabeleceu as regras e diretrizes para atividades de visitação, para fins turísticos, em Terras Indígenas.
<b>Criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) Decreto 11.355 de 1 de janeiro de 2023.</b>	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.
<b>Lei Nº 14.701, de 20 De Outubro De 2023</b>	Regulamenta o Art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

FONTE: Adaptado de Souza *et al.* (2020)

Em geral, nos últimos anos, as políticas públicas indígenas no Brasil têm passado por desafios e avanços significativos. Após a Constituição de 1988, houve um

reconhecimento e uma série de políticas públicas destinadas a garantir os direitos e a demarcação de terras indígenas (Herter da Silva; Kuhn Júnior, 2018). Assim, da publicação do Estatuto do Índio em 1973 até a Criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) em 2023, pelo governo Lula, passaram-se 50 anos, e é possível verificar como as políticas para os povos indígenas que incentive o desenvolvimento do turismo em seus territórios ainda são incipientes. Para a FUNAI mesmo, o Turismo é analisado dentro de um departamento de Etnodesenvolvimento, entendendo que essa atividade vai além da promoção cultural, mas também do desenvolvimento econômico destes povos.

O movimento indígena tem buscado ocupar espaços políticos e promover a conscientização sobre a importância da luta indígena, visando a reparação histórica. Além disso, as comunidades indígenas têm se organizado para garantir sua participação e defender seus direitos, por isso mesmo com a sanção da Lei nº 14.701/2023, que altera a maneira como o Estado reconhece e demarca as terras indígenas no Brasil e estabelece novas regras para o uso de terras indígenas, como a realização de atividades econômicas, isto incluindo o Turismo (Art. 27), o tema das terras indígenas ainda é um assunto complexo e debatido.

### 2.2.2 Políticas públicas e participação comunitária

O conceito de políticas públicas refere-se a um conjunto de ações e programas desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos previstos na sociedade, sendo fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento de uma sociedade, influenciando a maneira como os recursos e investimentos são alocados para fins específicos, com o objetivo de promover qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos (Luíndia, 2007). Seus fundamentos disciplinares estão nos estudos de políticas públicas na ciência política, na sociologia, administração pública, antropologia, psicologia social, economia, o direito, entre outras (Secchi *et al.*, 2020).

Conforme apresenta Secchi *et al.* (2020) as políticas públicas podem ser caracterizadas a partir de quatro critérios:

1. Abrangência: Em que podem afetar todos os cidadãos, independentemente de sexo, raça, religião ou nível social;
2. Execução: São executadas em todas as esferas de governo, sejam ações em nível federal, estadual e municipal.

3. Objetivos: Podem ser usadas para tratar questões que afetam a sociedade, como saúde, educação, meio ambiente e serviços públicos.
4. Interesse Público: O conceito de “público” em políticas públicas refere-se ao interesse público, ou seja, de toda a sociedade.

Resumidamente as políticas públicas organizam a sociedade, estabelecendo regras de comportamento e contribuindo para a organização de processos burocráticos. São também essenciais para garantir direitos da população em áreas como educação, saúde, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte, infraestrutura, segurança, turismo, entre outros (Secchi *et al.*, 2020), incluindo “recortes transversais como gênero, faixa etária, raça e etnia, diversidade sexual e direitos humanos”.

Nesse mesmo contexto, Luíndia (2007) expõe que essas políticas são um instrumento fundamental para promover o bem-estar da sociedade e garantir direitos. A autora apresenta algumas ferramentas para implementar as políticas públicas no setor turístico, que devem ser usadas pelas políticas governamentais, para reduzir os impactos ambientais, vindos do turismo e, especialmente do Ecoturismo: legislação, regulamentação, controle, coordenação de políticas e programas, infraestrutura, incentivos e planejamento para os empreendimentos.

Desta forma, a questão da política participativa, é uma forma de democracia em que os cidadãos têm maior participação na tomada de decisões políticas do que na democracia representativa tradicional. A participação cidadã é uma base vital para o sistema político democrático, mas não é suficiente para fundamentar o corpo da democracia representativa. A democracia participativa se baseia na ideia de uma cidadania ativa e de uma opinião pública consistente, reservando aos partidos políticos os aspectos ou questões que requerem experiência ou conhecimento especializado (Mereles, 2017; Alverga, 2003). A democracia participativa é uma forma de transformar o modelo democrático representativo para adequá-lo melhor aos novos problemas e necessidades. A participação cidadã é constituída por todas as práticas políticas e sociais por meio das quais a cidadania pretende e tem capacidade de incidir efetivamente sobre a tomada de decisões públicas.

A democracia participativa permite uma participação cidadã maior do que na democracia representativa, mas menor do que na democracia direta, e é equivalente em muitos de seus mecanismos à democracia semidireta.

A participação cidadã é vista como uma base vital para o sistema político democrático, e a democracia participativa se baseia na ideia de uma cidadania ativa e de uma opinião pública consistente, reservando aos partidos políticos os aspectos ou questões que requerem experiência ou conhecimento especializado. A democracia participativa pode ser feita pelos mecanismos eleitorais ou deliberativos, e implica pensar os regimes democráticos em terceira dimensão, onde uma maior qualidade democrática requer interfaces governo-sociedade, onde os processos de incidência tenham lugar (Gaspardo, 2018). A participação cidadã é vista como uma série de ideias e atividades que favorecem um maior empoderamento dos cidadãos nos assuntos públicos que os afetam, e é o conceito político por excelência de qualquer democracia. Ela vai muito além do ato simbólico do voto, ela inclui a interação direta dos cidadãos com as instituições políticas, contribuindo para uma governança mais transparente, responsável e inclusiva.

### 2.3 PROTAGONISMO INDÍGENA E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Planejar significa ser e agir de forma responsável, orientando ações que contemplem o bem-estar coletivo. Seguindo esse raciocínio, entende-se que toda e qualquer atividade deva ser realizada com ética e sem falsas promessas que possam assegurar expectativas ilusórias apenas para beneficiar instituições.

Conforme se observa na análise dos autores Martins *et al.* (2019) o protagonismo indígena no processo de planejamento e implementação do turismo é um elemento fundamental para garantir a sustentabilidade e a legitimidade das atividades turísticas em territórios indígenas. O conceito de planejamento participativo reconhece a importância de envolver as comunidades locais, neste caso em estudo, os povos indígenas, nas decisões que afetam seu modo de vida, território e recursos naturais.

Nesta linha de entendimento o Art. 5º, III da Instrução Normativa nº 003/2015/PRESI/FUNAI não deixa dúvidas em relação a esse protagonismo, ao definir que

§ 3o. Os Planos de Visitação deverão ser elaborados sempre sob a coordenação e responsabilidade do proponente e contemplar a participação e o protagonismo das comunidades indígenas na elaboração, execução, percepção dos frutos, monitoramento, avaliação e revisão do plano . (FUNAI, 2015, não paginado).

De igual forma Rosa, Rosa e Nassar (2020), em seus estudos acerca do Plano de Visitação na terra indígena Jaquiri, no Médio Solimões/AM apresentam que o



protagonismo indígena implica não apenas em serem consultados ou informados sobre projetos turísticos, mas também em participarem ativamente de todas as fases do processo, desde a concepção até a implementação e gestão contínua. Isso abarca o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais indígenas sobre o meio ambiente, a cultura, e as práticas sustentáveis, e a integração desses conhecimentos no planejamento e desenvolvimento das atividades turísticas. Nesta perspectiva, assume-se uma importância ainda maior, devido à complexa interdependência entre os diversos setores que compõem a atividade turística.

O planejamento turístico tem como premissa contribuir para o desenvolvimento sustentável do destino, maximizando os benefícios para a comunidade local e minimizando os impactos negativos, como o caso citado por Marquez e Falcão (2021) em análise da capacidade de carga turística na Trilha Kuatá, Comunidade Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos (Pacaraima/RR). Em seu estudo, os autores exemplificam que dentro da etapa de planejamento, realizar uma avaliação da capacidade de carga turística se destaca como uma estratégia eficaz na prevenção e redução de problemas ambientais associados à introdução e ao crescimento do turismo em áreas rurais, por exemplo (Marquez; Falcão, 2021). Considerando a relação entre planejamento e gestão ambiental, essa abordagem, ainda que não resolva todos os desafios de sustentabilidade por si só, oferece suporte significativo, principalmente durante as fases iniciais de desenvolvimento dos destinos turísticos, especialmente em locais naturais com rica biodiversidade.

Assim, o planejamento participativo permite que as comunidades indígenas expressem suas necessidades, interesses e preocupações em relação ao turismo em seus territórios. Tal prerrogativa inclui a definição de objetivos e prioridades, a identificação de oportunidades e desafios, e a elaboração de estratégias para garantir que o turismo beneficie efetivamente as comunidades locais e contribua para a conservação dos recursos naturais e culturais.

Além disso, Andrade e Cruz (2022) demonstraram que o planejamento participativo fortalece a autonomia e a capacidade de autogestão das comunidades indígenas, permitindo que elas exerçam controle sobre o desenvolvimento do turismo em seus territórios e tomem decisões que estejam alinhadas com seus valores, tradições e interesses a longo prazo.

No entanto, conforme pontuam Binfaré *et al.* (2016) é forçoso reconhecer que o protagonismo indígena no planejamento participativo do turismo enfrenta diversos desafios, o que pode incluir a falta de recursos e capacitação, a pressão externa de

interesses comerciais e turísticos, e a desigualdade de poder nas relações com o Estado e outros atores envolvidos no setor turístico.

Portanto, promover e fortalecer o protagonismo indígena no processo de planejamento e implementação do turismo é estratégico para além da Instrução Normativa nº 003, para garantir que as atividades turísticas sejam socialmente justas, ambientalmente responsáveis e culturalmente respeitadas, contribuindo para o bem-estar e o empoderamento das comunidades indígenas e para a conservação dos territórios indígenas e seus recursos naturais e culturais.

### 2.3.1 Etnoturismo e Turismo Indígena

As comunidades indígenas no Brasil têm despertado cada vez mais interesse no turismo - para o Etnoturismo e o Ecoturismo - enquanto atividade de valorização cultural e natural, desenvolvimento econômico de base comunitária e interação entre os povos (Proença, 2020). O Turismo Indígena, assim, tem enorme potencial no Brasil, podendo ser explorado em 14% do território (Guimarães, 2021).

No turismo para questões mercadológicas, o setor é segmentado conforme suas características próprias. No que tange esse tema de estudo, tem-se que o Turismo Cultural é um dos macros segmentos (Sodré, 2022) onde está inserido o Turismo Étnico e pode ser entendido como:

"as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (Brasil, 2010, p.15).

Cada expressão da cultura é classificada em "áreas de interesse específico e que geram demandas de viagem com motivação própria, mas se configuram dentro da dimensão e caracterização do Turismo Cultural" (Brasil, 2010, p.17).

O Turismo Étnico está inserido nesse segmento e "constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos" que inclui comunidades representativas da imigração europeia e asiática, comunidades indígenas e quilombolas e outros grupos sociais, vez que "preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres" (Brasil, 2010, p.10).

O turismo desenvolvido pelos povos indígenas tem recebido diversas terminologias durante décadas, em que é possível encontrar: Turismo Étnico, Etnoturismo (Etnoturismo Indígena), Turismo Indígena, Turismo em Terra Indígena, Turismo Comunitário Indígena, Turismo Étnico Indígena, Turismo em Território Indígena, entre outros (Pereiro, 2013; Silvestre; Fontana, 2023, Proença, 2020; Souza *et al.*, 2021). Com finalidade de caracterizar a atividade, sem perder seus valores e suas perspectivas, a partir de vários eventos na América Latina, escolheu-se um termo para melhor caracterizá-lo, sendo portanto “Turismo Indígena”, o qual é adotado nesta pesquisa. Desta maneira, tem-se:

O conceito de turismo indígena emerge, então, como um conjunto de práticas construídas e selecionadas de forma consciente pelos próprios indígenas, a fim de serem oferecidas aos turistas, sob os preceitos da sustentabilidade (Silvestre; Fontana, 2023 p. 488).

Para Faria (2005) o Turismo Indígena é realizado em terras indígenas ou na cidade com base na identidade cultural e na gestão do grupo/etnia. Ele questiona a visão do Turismo Indígena limitando apenas nas terras e na identidade, pois há aquele também que não quer o turismo dentro do território, mas querem divulgar suas culturas, como valorização da identidade e ganho econômico. A autora diferencia claramente os conceitos de Turismo Indígena e Ecoturismo com base em suas abordagens teóricas e práticas.

Proença (2020) faz um complemento a esses conceitos, descrevendo que o Turismo Indígena é apresentado como uma forma de turismo que ocorre em territórios indígenas, sendo caracterizado por envolver diretamente as comunidades indígenas na gestão, controle e definição das atividades turísticas. Para a pesquisadora, esse turismo deve respeitar a autonomia, a cultura e as práticas tradicionais dos povos indígenas, sendo preferencialmente desenvolvido sob os princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC) e do Etnodesenvolvimento, reforçando o protagonismo indígena na atividade. A autora destaca que no Brasil esse conceito ainda é, muitas vezes, confundido com Turismo Étnico" ou Etnoturismo, que podem ocorrer sem participação ativa das comunidades e reproduzem estereótipos culturais, ao contrário do Turismo Indígena, que busca garantir autonomia e benefícios concretos às populações envolvidas.

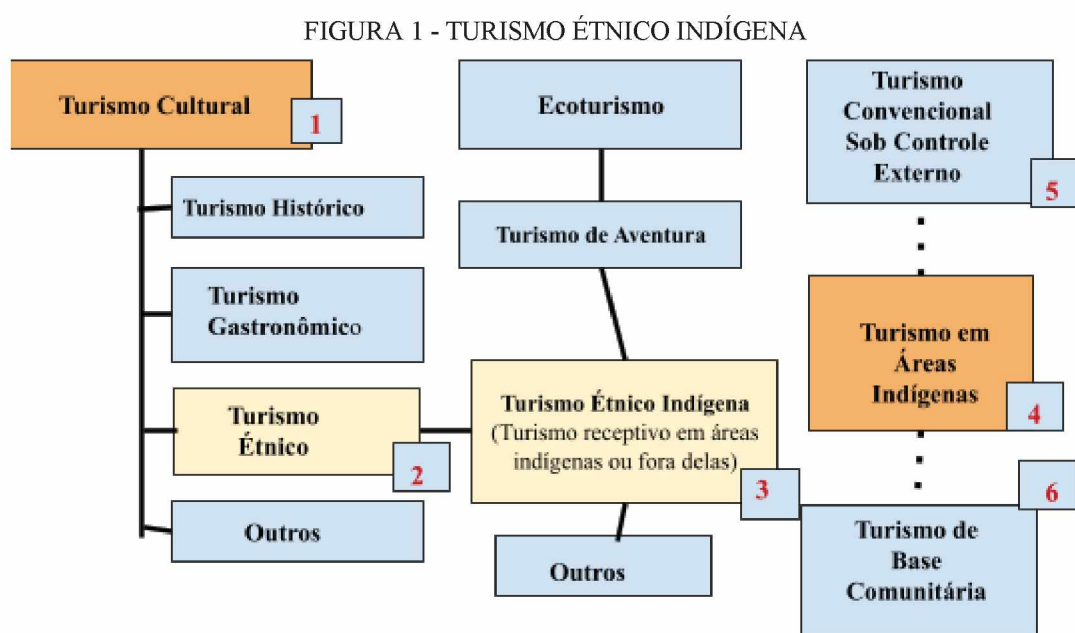
Por conseguinte, adota-se neste estudo que o Etnoturismo:

Configura-se como parte do turismo cultural tendo como atratividade as características culturais étnicas. Em meio ao turismo étnico pode-se encontrar diferentes etnias compostas por quilombolas, ribeirinhos,

indígenas, dentre outros grupos, que em si também se subdividem. (Sudré *et al.*, 2022, p. 86).

Oliveira (2024) apresenta o Turismo Étnico Indígena sendo dividido em áreas indígenas ou fora delas, tendo diferentes atividades. Podendo, por exemplo, ocorrer o Ecoturismo na área indígena.

O estudo realizado por Corbari, Bahl e Souza (2016) sobre Turismo Cultural, Étnico e Indígena e outras denominações, por meio de uma revisão bibliográfica de autores nacionais e internacionais, resultou numa proposta de um modelo explicativo, que visa organizar e dividir esses conceitos com base nos segmentos e nos tipos de gestão do turismo, respeitando as particularidades e inter-relações entre eles, ainda mais no contexto de comunidades indígenas. O modelo apresenta-se na Figura 1.



FONTE: Adaptado de Corbari, Bahl e Souza (2016)

Portanto esse modelo divide:

1) **Turismo Cultural**: considerado um segmento amplo que inclui “subsegmentos” como Turismo Gastronômico, Arqueológico, Histórico, Arquitetônico e Étnico, sempre relacionado a experiências com o patrimônio cultural material e imaterial. Entre os autores que discutem esse segmento estão Costa (2009), Faria (2008), Van den Berge e Keyes (1984).

2) **Turismo Étnico**: está inserido no Turismo Cultural e se refere à visitação de comunidades marginalizadas cuja cultura é vista como exótica, no Brasil temos como exemplo as comunidades quilombolas, as comunidades que representam a imigração

européia. Entre os autores que contribuíram para essa conceituação estão (Oliveira; Jesus, 2010; van den Berghe, 1995; Faria, 2005; 2008; van den Berghe; Keyes, 1984; Valene Smith, 1992; Barretto, 2005).

3) **O Turismo Étnico Indígena** é uma modalidade específica, focada na identidade indígena e gerida pelas próprias comunidades indígenas. Ele ocorre dentro das áreas indígenas ou fora delas, desde que a identidade focal seja a indígena, exemplo temos o autor Faria (2008).

4) **O Turismo em Áreas Indígenas**, que ocorre em territórios indígenas mas pode ter variadas motivações, como Ecoturismo, turismo científico ou de aventura. descrevem esse tipo os autores Chaves (2012) e Guimarães (2006) Tanto o turismo étnico indígena quanto o em áreas indígenas podem ser praticados sob princípios de **Turismo de Base Comunitária e Sustentável** (5/6), embora existam práticas convencionais controladas por agentes externos.

Além desses tipos de turismo, os autores apresentam o Turismo Indígena sendo o turismo emissivo feito pelos próprios indígenas, abrangendo diversos segmentos, como negócios, lazer e eventos. Ele é defendido por Oliveira (2006).

Essa proposta resumida visa clarificar conceitos e fomentar a construção de uma teoria sobre turismo.

Uma outra proposta é a de Barreto (2005), em que subdivide o turismo étnico (ou Turismo Indígena) sob duas vertentes: a primeira são os “zoológicos humanos”, por meio da mercantilização da cultura indígena. A segunda, quando a comunidade está comprometida com “a revitalização de sua cultura” e decide o que mostrar para o turismo, podendo resguardar sua identidade. Tendo essas duas facetas do turismo étnico, e nesse caso do Turismo Indígena, é preciso que as comunidades tenham essa sensibilização de o que se trabalhar e como; quem fará parte do projeto, quando e onde. Para que a mercantilização por meio do turismo, não gere mais impactos negativos do que qualidade de vida à população.

No trabalho de Silvestre e Fontana (2023), os autores fazem as seguintes indagações que devemos também refletir: O que tem sido pesquisado sobre o Turismo Indígena no Brasil? As pesquisas têm avançado para outras áreas do conhecimento? Quais localidades, povos e/ou Terras Indígenas - TIs foram estudadas?

Desde 2014, Brandão *et al.* (2014), com sua revisão bibliométrica sobre a produção internacional na área Turismo Indígena, entre 1990 e 2012, apontava uma “incipiência de pesquisas na área” e na época não encontrava produções de autores



brasileiros, “Talvez porque as questões indígenas ainda entendidas como territórios exclusivos dos antropólogos vinculados aos órgãos governamentais ligados à política indigenista”. (Brandão, 2014b, p. 683). Apontam que as pesquisas se concentram no país no Norte e Nordeste, e que prevalecem alguns estudos com algumas etnias do nordeste.

Sob ótica do Ministério do Turismo, ainda pode-se entender que o Etnoturismo é

O desenvolvimento da atividade turística, sob os princípios do etnodesenvolvimento e do Turismo de Base Comunitária, em território de grupos étnicos, em que suas manifestações culturais se constituem no elemento central da atratividade (Barreto, Lanzarini, 2023, p.106).

O Etnoturismo pode ser considerado uma das atividades que agrupam alguns dos princípios do Etnodesenvolvimento, ou seja:

Podendo ser um instrumento de relações interculturais, de geração de emprego, renda e bem-estar social e de fortalecimento das raízes e identidades culturais, essenciais para a perpetuação das características socioculturais dos grupos étnicos. (Barreto; Lanzarini, 2023 p. 106).

Por outro lado, o TBC também é visto como uma atividade dentro do Turismo Indígena, em que busca a utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais, promovendo um desenvolvimento sustentável. Para isso, é necessário um planejamento cuidadoso e uma abordagem utilitarista, ou seja, que valorize a utilidade e benefícios para a comunidade local. Visa-se então, descobrir outros modos de vida, que respeitem a diversidade cultural e ambiental, e que superem a hegemonia da sociedade de mercado. Não se deseja substituir um modo de vida pelo outro, mas sim promover a coexistência de diferentes modos de vida (Sampaio, 2007; 2023).

Dentro desta perspectiva, o Turismo Indígena assemelha-se ao turismo comunitário, contrapondo, conforme destacam Silvestre e Fontana (2023, p. 488):

O modelo de turismo de massa, impessoal, especializado por natureza, desprovido de laços com a cultura e saberes locais, sem compromisso real com o ambiente natural, acima de tudo, tendo unicamente o lucro como razão maior. Silvestre e Fontana (2023, p. 488).

Seja qual tipologia de turismo ocorra dentro dos territórios indígenas ou fora, a priori é buscar qual se identifica mais com a comunidade, valorizando sua diversidade cultural e preservando seus recursos naturais.

## 2.4 CARACTERIZAÇÃO DO POVO BALATIPONÉ-UMUTINA

Historicamente os povos indígenas no Brasil, desde a “colonização”, vem sendo dizimados, escravizados, expulsos de suas terras, marginalizados ao ponto de perderem suas tradições milenares e a valorização de sua cultura (Corbari, 2017; Ramos, 2021; Nu-Sol, 2022). As comunidades que resistiram a esse processo anseiam por alternativas que garantam não só sua sobrevivência, mas também, a qualidade de vida nessas terras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), no Brasil somam-se 305 povos indígenas, com 1.693.535 pessoas e 274 línguas diferentes. A maioria desses povos encontram-se em áreas rurais, essenciais para a preservação, conservação e manutenção da biodiversidade natural brasileira (Figura 2). Nos últimos anos, como um meio de geração de emprego, renda e valorização cultural, cresce o interesse do desenvolvimento do turismo de forma bilateral, tanto dos turistas no país. Além das comunidades manifestarem interesse pela atividade, um público específico de turistas mostra-se interessado em vivenciar suas culturas. Tal ação fortalece a interculturalidade entre os povos indígenas e não indígenas (Ramos, 2023).

FIGURA 2 - POVOS INDÍGENAS NO BRASIL



FONTE: Instituto Cultiva (s/d)

De acordo com a CF/1988 o usufruto de terras indígenas deve ser exclusivo e permanente dos povos indígenas, cabendo ao Estado brasileiro valorizar suas culturas, tradições e meios de vida de forma sustentável (Constituição Federal, Art. 231 e 232; Senado, 2022). Abrindo um adendo sobre esses artigos, é importante diferenciar os conceitos de Terra Indígena e Território. Enquanto a Terra Indígena refere-se às 'terras tradicionalmente ocupadas pelos índios', reconhecidas como bens da União (CF/1988, Art. 231), o Território engloba dimensões mais amplas, como o espaço simbólico, cultural e de reprodução material e espiritual do povo, conforme destacado por Monzilar (2018).

Neste sentido, a pesquisadora Eliane Boroponepa Monzilar no seu artigo "Território Umutina: Vivências e Sustentabilidade" (2018), apresenta que o território indígena, particularmente para o Povo Umutina, vai além da simples definição geográfica de terra (p.3). A autora distingue entre:

Terra é compreendida como um espaço físico e geográfico, enquanto território é compreendido como todo o espaço que é imprescindível para que um grupo étnico tenha acesso aos recursos que tornam possíveis a sua reprodução material e espiritual, de acordo com as características próprias da sua organização produtiva e social. É visto como um "espaço do cosmos", mais abrangente e completo (Monzilar, 2018).

Para os povos indígenas (Monzilar, 2018), o território compreende a própria natureza. Isto inclui não apenas os seres naturais, mas também seres sobrenaturais, espíritos e deuses que habitam nesse espaço. A relação dos indígenas com a natureza e o meio ambiente em que estão inseridos é fundamental para a compreensão do território. A apropriação do meio físico e a transformação simbólica do território, demonstra uma particularidade da dinâmica desse espaço, que é compartilhada por um coletivo. Assim, as aldeias se estabelecem em locais estratégicos, com referenciais simbólicos e históricos.

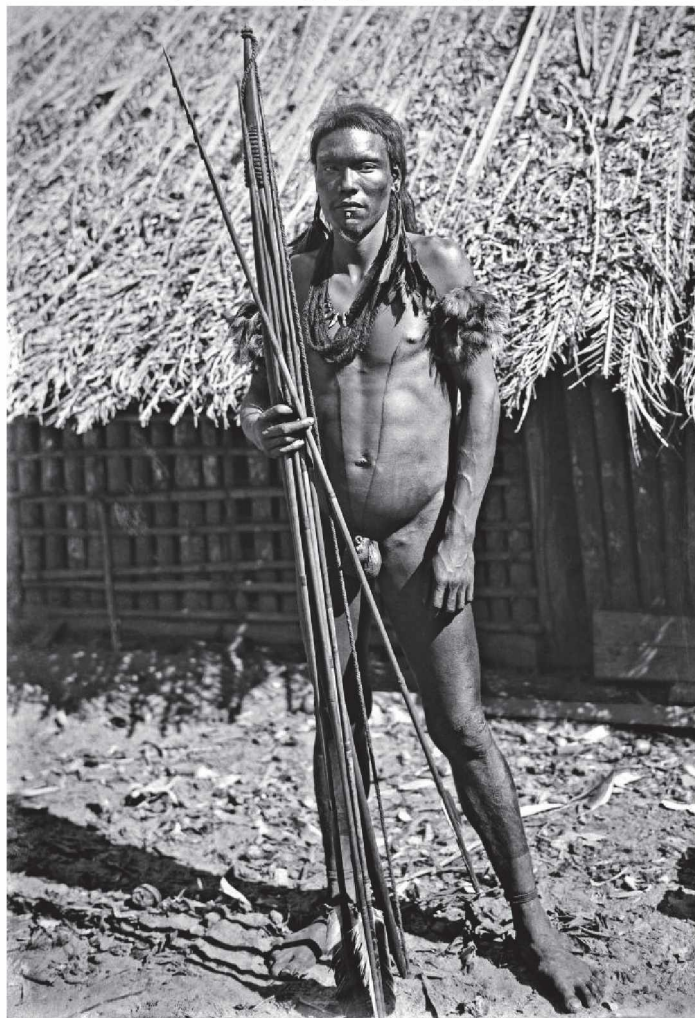
Localizado em Barra do Bugres, Mato Grosso, na Instância de Governança Turísticas das Nascentes - no Polo Cerrado Mato-Grossense (Mapa do Turismo, 2024) . As aldeias localizadas na Terra Indígena Umutina (TI Umutina) desde tempos imemoriais praticam o manejo dos saberes da cultura material e imaterial, a agricultura familiar, práticas peculiares sociais e ambientais, que as caracterizam, como um dos povos originários do país<sup>4</sup> (Calomizorè, 2020).

---

<sup>4</sup> Projeto Semana Cultural Balatiponé-Umutina da Escola Estadual Indígena Julia Pará – “Semana Cultural Indígena” – Aldeia Umutina – Barra do Bugres, fevereiro de 2022. Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Educação 109436- E.E. Indígena Julia Pará.

O Balatiponé (Figura 3) tem sua composição histórica em outras etnias, as quais ainda permanecem na T.I. Umutina: Pareci, Nambikwara, Bororo, Bakairi, Irantxe, Kayabi, Monoky, Terena, Umutina e Chiquitano, porém, desde 1992 passaram a se reconhecer como Umutina, (Boroponépá, 2018; Negro, 2019) e mais recentemente, autodenominam Balatiponé, que tem dois significados distintos, Povo Antigo (Negro, 2019) ou Povo Novo (Socioambiental, 2025).

FIGURA 3 - POVOS ANTIGOS - BALATIPONÉ

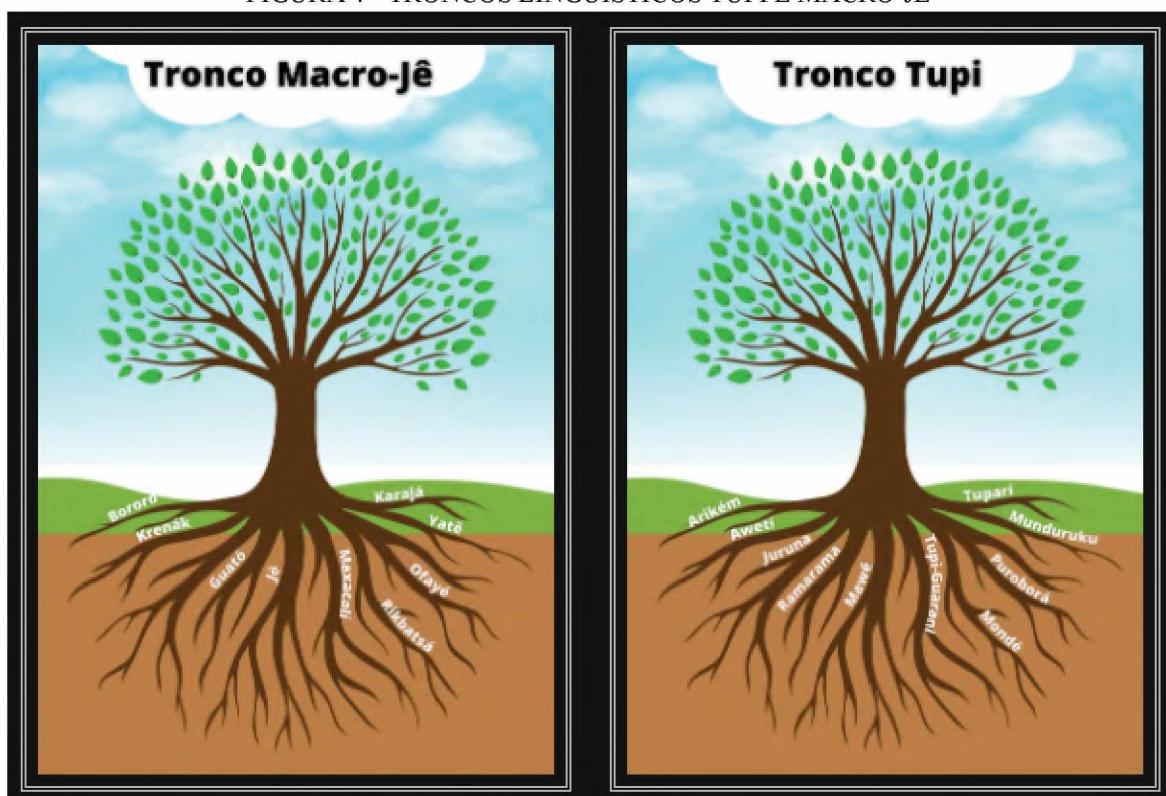


FONTE: Museu Casa Borges. Foto José Louro restaurada por Mario Friedlander

No Brasil possui dois grandes troncos linguísticos, o Tupi e o Macro-jê (Figura 4), o Balatiponé pertence ao tronco linguístico Macro-jê, da Família Bóroro. Esse tronco é uma das maiores famílias linguísticas na América do Sul. Como os Balatiponé sofreram um dos piores massacres indígenas no país (Monzilar, 2019), não é possível encontrar no território muitos falantes fluentes da língua originária “por isso, há um processo de revitalização das práticas tradicionais e principalmente da língua materna.”(Monzilar, 2022 p. 230-231).



FIGURA 4 - TRONCOS LINGÜÍSTICOS TUPI E MACRO-JÊ



FONTE: Costa e Chaves (2020)

Os documentos oficiais do Estado mostram a existência da etnia ainda no século XVII, os quais evidenciam que no passado a etnia, em determinado momento histórico afastou-se do grupo principal e subiu principalmente o curso do rio Paraguai, e manteve um modo de vida nômade entre a região do Alto Paraguai e o rio Sepotuba, até os conflitos com os não indígenas, mediante os ciclos econômicos da Estado (Calomizoré, 2020; Schultz, 1945), e sua fixação da região se deu de forma estratégica. A Figura 5 mostra como era a comunidade Balatiponé.



FIGURA 5 - COMUNIDADE BALATIPONÉ



FONTE: Museu Casa Borges (2020). Foto de José Louro, restaurada por Mário Friedlander

Segundo aponta a antropóloga Boroponepá (2018) os “Umutina viveram um dos mais dolorosos processos de contato. No início do Século XX estavam reduzidos a 23 sobreviventes.” Para o Povo Balatiponé sobreviver foram realizados casamentos interétnicos com outros indígenas trazidos para o território.

A convivência com outras culturas, trouxe grandes mudanças para o Umutina que, na conjuntura atual, está se organizando e ressignificando sua cultura, de modo a manter o sustento para viver e garantir a sustentabilidade, nas dimensões social, cultural, territorial e ambiental. (Boroponepá, 2018 p. 4).

A TI Umutina foi demarcada em 1960, na região Centro-Oeste do Brasil (Monzilar, 2022), fica a cerca de 160 km de Cuiabá, em Mato Grosso e 15 km da sede de Barra do Bugres. Ela tem formato de uma ilha fluvial, sendo cercada por um lado pelo rio Xopô (Bugres), à direita e à esquerda pelo rio Laropô (Paraguai) e ao todo o território possui 28.120 hectares. Propriedades privadas com plantio de cana e cultivo de gado também fazem divisas com o território (Monzilar, 2019; Monzilar, 2022).





FIGURA 7 - DETALHE DA LOCALIZAÇÃO DA TI UMUTINA COM BARRA DO BUGRES



FONTE: Nilson Guedes/Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, MT (s.d.)

Sobre a formação espacial e social, Monzilar (2020) ainda relata que a da aldeia Central (maior aldeia do território), “tem um formato retangular, as casas são uma do lado da outra”. As construções históricas tombadas pelo estado, ainda permanecem. Elas foram construídas entre os anos de 1943 e 1945 com a seguinte composição: Casa do chefe de posto, escola, farmácia e doze casas para moradia.” As moradias atuais são diversificadas, de madeira, alvenaria e pau-a-pique. Alguns ainda conservam a cobertura de palha, como o Buriti (Monzilar, 2020). A organização social é composta por Cacique, as lideranças (como os anciões), profissionais da saúde, os professores, a associação e a comunidade.

Todos os componentes familiares colaboram no trabalho da roça, os homens, as mulheres e os filhos. Diferente de outras etnias, as mulheres, por exemplo, fazem parte de todas as atividades sociais e já obteve a posição de Cacique, sendo registrada como a 1ª Cacique Indígena do Brasil, Creuza Assoripa<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Com feito inédito, indígena Umutina se torna cacique por ter se consagrado a melhor atiradora de arco-flecha Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2011/indigena-umutina-se-torna-cacique-por-ter-se-consagrado-a-melhor-atiradora-de-arco-e-flecha>

É possível observar que a TI Umutina é bastante preservada, pois o povo faz a roça de toco, planta e colhe utilizando técnicas e conhecimentos tradicionais indígenas. Com base nesse sistema, são produzidos alimentos para sustento familiar. “Além da agricultura, a pesca é parte importante da alimentação e a principal fonte de renda das famílias.” O artesanato também constitui fonte de trabalho e renda para as famílias Umutina. Após medida do Governo Federal proibindo a comercialização de artesanato confeccionado com base em restos de espécies de animais como dentes, ossos e penas de aves silvestres, a confecção foi reduzida. Havia uma “casa do artesão” na cidade que comprava tal tipo de artesanato. Porém, a partir dessa medida, houve um declínio na comercialização, levando as famílias artesãs a buscarem outras alternativas de renda ou mudarem-se para a cidade (Monzilar, 2018; Monzilar, 2019).

No Quadro 2 é possível verificar a base da economia das aldeias que fazem parte do projeto de Etnoturismo Balatiponé, foco deste estudo.

QUADRO 2 - INFORMAÇÕES DOS INDÍGENAS DAS ALDEIAS-FOCO DO PLANO DE VISITAÇÃO

<b>Aldeia</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Nº de Moradores</b>	<b>Fontes de Renda</b>
<b>Uapo</b>	2	2	Artesanato e Agricultura Familiar
<b>Central</b>	100	170	Artesanato e Agricultura Familiar
<b>Águas Correntes</b>	07	18	Artesanato e Agricultura Familiar
<b>Boropô</b>	3	8	Artesanato e Agricultura Familiar
<b>Katamã</b>	3	7	Artesanato e Agricultura Familiar
<b>Massepô</b>	11	42	Artesanato e Agricultura Familiar
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>247</b>	

FONTE: Adaptado Plano de Visitação (2023, p.10)

Entre as práticas culturais que cultivavam e mantém ainda a ancestralidade viva estão as danças tradicionais, os cânticos, a língua materna, a pintura corporal, os trançados e cestarias, e a preparação dos sabores tradicionais como Jolorokwá (Chicha) e haré (peixe). Ancestralidade essa que faz parte do patrimônio cultural tanto barra-bugrense, como mato-grossense e que se constitui como um dos principais atrativos turísticos culturais (Calomizoré, 2020): Katamã, Jekirinó, Mixinose, Boika, Lorunó, essas danças são importante e tem um significado que são forma de homenagear, agradecer e

pedir a força para a natureza e para os espíritos (MONZILAR, 2018). Para os Umutina a terra tem um valor onde habitam todos os seres naturais e sobrenaturais, um lugar que tem o acesso aos recursos que tornam acessível a sua produção e reprodução material e espiritual, assim, são transmitidos os saberes e fazeres ancestrais, como confecção de ornamentos tradicionais que são feitos de matéria prima, fornecem alimentos para sobreviver, lugar que pratica a dança e o rituais, as histórias e memórias dos anciões que são detentores de conhecimentos, a cosmologia, uma relação amistosa e dialógica com o meio ambiente e em todos os âmbitos sociais, culturais e econômicos. O projeto de educação escolar desenvolvido na escola indígena Jula Pará visa contribuir para que os jovens valorizem sua história, o cotidiano das famílias que mantêm práticas tradicionais de produção e a relação de harmonia dessas práticas com o meio ambiente na qual estão inseridas, a fim de demonstrar que é possível buscar alternativas de auto sustento dentro do espaço territorial, manejando e usufruindo da terra de maneira sustentável.

Devido à falta de condições de trabalho, de apoio e perspectiva de sustento, muitas famílias estão saindo da aldeia e indo para a cidade em busca de emprego. O êxodo é maior entre os jovens, que vão para a cidade em busca de emprego e, segundo eles, melhor “qualidade de vida”. Alguns conseguem encontrar trabalho, mas outros acabam retornando para a aldeia frustrados (Monzilar, 2022.15). A mesma autora ainda destaca a preocupação dos pais quando o filho, jovem, vai para a cidade, pois a juventude aprecia o encanto do mundo moderno. Nesse sentido, os jovens estão vulneráveis a trilhar caminhos que pode levá-los a depreciar os costumes e as tradições indígenas

Monzilar (2022) descreve que conforme os relatos dos mais velhos, no passado eles praticavam um grande ritual chamado culto aos mortos (Adoê), que acontecia na temporada em que o milho amadurece, sendo composto de várias cerimônias. Ela complementa que:

Atualmente, no entanto, é realizada a “festa tradicional”, semelhante a esse ritual, que acontece no período do mês de abril, intitulada “Semana Cultural”. Os professores se reúnem e se organizam, e depois cada um escolhe a turma e a atividade a ser realizada. Os professores convidam os anciões para ensinar os estudantes de acordo com as atividades, e fazem os preparativos das danças tradicionais e a pintura corporal. Todos pintam os corpos com a pintura masculina e a feminina, feita com a tinta do jenipapo; são cantados os cânticos na língua e são feitas as comidas típicas: jukuputu, haré as sado, jukupariká, a bebida jolorokwá, feita de humataká, arroz, raspa da mandioca e bacava, e a caça. (Monzilar, 2022 p. 234)

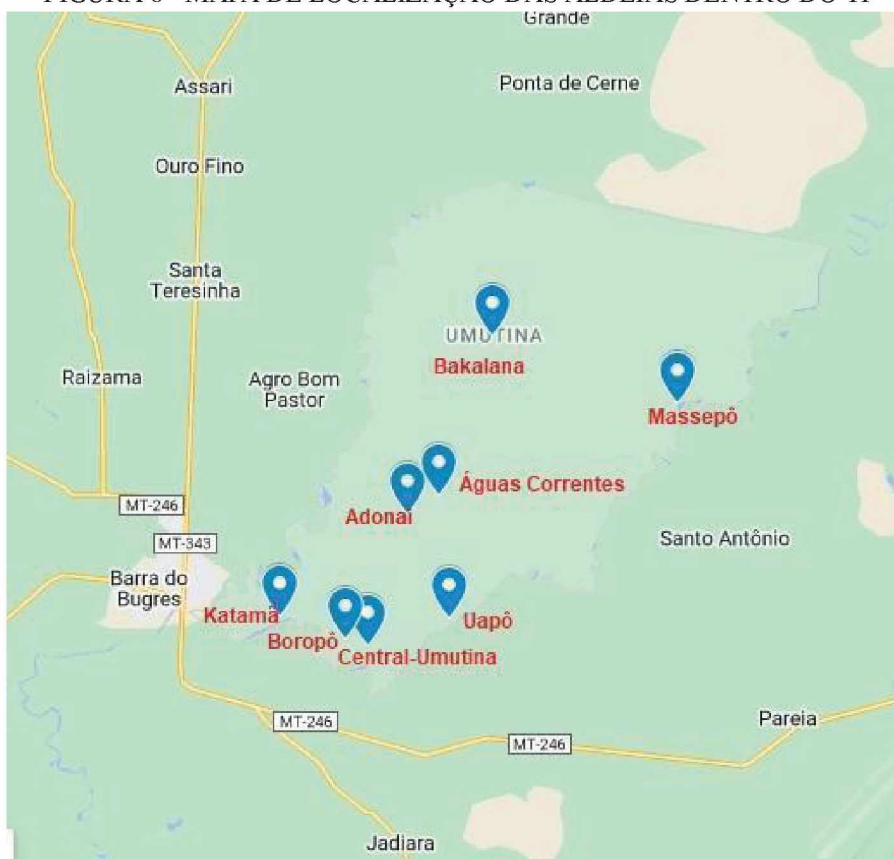


Desde 2009 os Balatiponé buscam outras alternativas sustentáveis para a economia local, seja por práticas melhores de plantio (Boroponepá, 2018; Monzilar, 2022) ou por acreditarem que o Ecoturismo e Etnoturismo são uma dessas alternativas (Adrião; Alessandra, 2020).

Diante dessas circunstâncias, a partir de 2017 realizaram algumas ações pontuais para o planejamento do turismo e elaboração do PV, porém, sozinhos não conseguiram produzir um material integral (Carvalho, 2008; 2019; Barra do Bugres, 2022), de acordo com a Normativa da FUNAI. Para tanto, oito aldeias propuseram a implantar o turismo em seus territórios, dando continuidade ao planejamento turístico. As aldeias que estão nesse processo são: Aldeia Central Umutina, Aldeia Bakalana, Aldeia Massepô; Adonai; Águas Correntes; Katamã e Boropô – soma cerca de 260 indígenas, moradores destas aldeias, e indiretamente todas as outras aldeias que constituem o território – totalizando mais de 400 indígenas (Barra do Bugres, 2022).

Com o objetivo de estruturar o turismo em suas terras de forma sustentável e autônoma, as aldeias Balatiponé deram continuidade ao processo de planejamento, estabelecendo uma parceria com a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, a Associação Indígena Balatiponé e o Governo do Estado de Mato Grosso. Reconhecendo o interesse das comunidades, a Secretaria Adjunta de Turismo de Mato Grosso destinou recursos financeiros à Prefeitura, que, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, contratou uma empresa de consultoria especializada para assessorar na elaboração do Plano de Visitação. A empresa selecionada por licitação trabalhou diretamente com as aldeias ao longo de 2023 para desenvolver o projeto (Figura 8). Durante esse processo, duas comunidades (Bakalana e Adonai) decidiram não prosseguir com a iniciativa, avaliando que ainda não estavam preparadas para implementar a atividade turística em seus territórios.

FIGURA 8 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS DENTRO DO TI



FONTE: Empresa Consultoria adaptado do Google Earth (2022)

O Plano foi entregue para a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e teve a anuência da FUNAI no final de abril de 2024. A cada ano, precisarão renovar a anuência e cumprir com os apontamentos levantados pela instituição federal. Cada aldeia fez o compromisso de seguir o que está no Plano de Visitação e trabalhar com o Etnoturismo conforme proposta de cada roteiro encaminhado.

Ressalta-se, portanto, que o interesse inicial e primordial em desenvolver o turismo na TI Umutina partiu, antes de tudo, do próprio povo, por intermédio de seus representantes legais constituídos. Nesse processo, o papel do Estado e do Governo Municipal, e demais parceiros, é de articular com órgãos reguladores, fornecer capacitação, e propiciar melhores condições para a implantação da atividade turística, por meio de assessoria técnica consultiva.

Desta forma, entende-se que o Turismo Indígena quando planejado de forma responsável, em que a comunidade tenha o protagonismo, autonomia e participação (Guimarães, 2021; Ramos, 2021; Sudré *et al.*, 2022) além de ser um meio de preservação, conservação e manutenção do patrimônio cultural e natural, é também de promoção

social, gerando renda para os anfitriões, melhoria da qualidade de vida e propiciando experiências únicas aos visitantes .

Como pode ser observado a base do turismo em todas as seis aldeias são a confecção e venda do artesanato e os produtos da agricultura familiar. O artesanato, por exemplo, é uma das principais fontes de renda das famílias envolvidas com o turismo.

FIGURA 9 - ARTESANATO

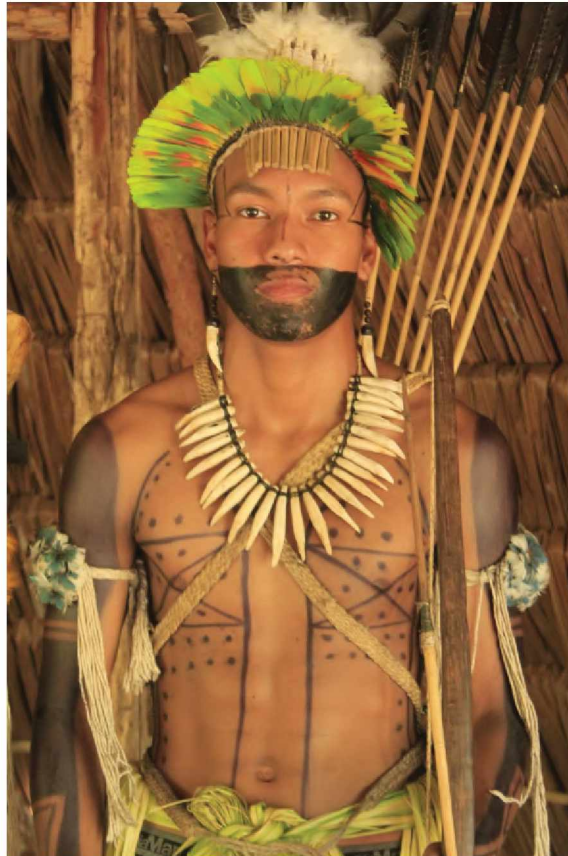


FONTE: Autora (2022)

Ao analisar a ancestralidade Balatiponé, é possível ver que cada vez mais busca-se resgatar as tradições que ficaram por muito tempo esquecidas. Entre essas tradições está a pintura corporal masculina e feminina, que podem ser obtidas da tinta de jenipapo, urucum ou ainda argila branca, ambas remetem aos animais e peixes encontrados no território. As pinturas masculinas simbolizam o tamanduá-bandeira e peixes como a cachara e o pintado (Carvalho e Adrião, 2020). Ela é usada tanto em rituais, apresentações ou para a caça e outras atividades tradicionais (Figura 10).



FIGURA 10 - JOVEM GUERREIRO - PINTURA E VESTIMENTA



FONTE: [www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br) (2024)

No homem a pintura tem ainda como objetivo ressaltar os músculos do dançarino (Figura 11).

FIGURA 11 - PINTURA CORPORAL



FONTE: [www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br) (2024)

Por outro lado, as pinturas corporais femininas simbolizam as formas de couro de cobras e também o peixe cachara (Adrião e Carvalho, 2020)

FIGURA 12 - PINTURAS CORPORAIS E TRAJES FEMININOS



FONTE: Autora (2020) e Museu Casa Borges foto de José Louro, restaurada por Mário Friedlander

Os instrumentos musicais são os chocalhos de pé e de mão, flautas de taboca, buriti, de chifre de boi. Os objetos artísticos, ainda são representados por cestarias feitas de diversas matérias-primas como tabocas, palhas de babaçu, talas de buriti e cipós.

FIGURA 13 - CHOCALHOS USADOS NAS MÃOS E PÉS



FONTE: Autora (2022)



Tem-se ainda o *boiká* (arco) e *ixó* (flecha). O couro de onça usado nas costas durante os rituais representa a força e o respeito, bem como homenageiam espíritos da mata. As vestimentas femininas também são representadas por adornos de plumagens como os volumosos brincos feitos de penas de gavião, arara, mutum e jacu. A *ametá* saia tubular feito de fibras de tucum ou algodão. O bracelete de penugem. Os colares podem ser feitos de pequenos dentes de animais ou sementes de variadas cores.

A permanência e a vivência desses conhecimentos que garantem os direitos historicamente conquistados pela etnia, entre eles, o mais importante: o direito ao Território. No passado, diversas famílias Balatiponé tinham os seus locais de moradias distantes da aldeia Umutina, onde praticavam a lavoura e cultivavam diversos produtos agrícolas como: banana, arroz, mandioca, milho, batatas. Com o passar do tempo, muitos desses locais foram abandonados.

O patrimônio arquitetônico que podemos ver que ainda retrata o período do SPI está nas Casas Históricas (Figura 14) construídas pela Comissão Rondon entre os anos 1943 a 1945, elas são tombadas como Patrimônio Histórico e Artístico Estadual pela Portaria N° 036/SEC/2008, de 29/10/2008. Elas foram construídas para abrigar as equipes que foram para a região implantar as linhas telegráficas.

FIGURA 14 - CASA DE RONDON TOMBADA COMO PATRIMÔNIO ESTADUAL



FONTE: Autora (2019)

Vale ressaltar que desde o tombamento só o Casarão da sede do SPI recebeu uma restauração no ano de 2019, por meio da Lei de Incentivo a Cultura do Estado de Mato Grosso, captado pelo projeto Boloriê. Quanto às outras casas, estão se degradando, ou recebendo reforma sem nenhuma técnica de restauro. O projeto de Rondon junto à população indígena era de pacificá-los, criando um novo aldeamento, e colocando-os aos cuidados da Comissão. Ficando igualmente protegido de qualquer ação que lhe impeça ou reduza a visibilidade ou paisagem estética e ambiental.

## 2.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A revisão da literatura permitiu consolidar os fundamentos teóricos que embasam esta pesquisa, articulando três eixos centrais: etnodesenvolvimento, relações de poder e protagonismo indígena no turismo.

Em primeiro lugar, o conceito de etnodesenvolvimento (Batalla, 1982; Stavenhagen, 1997) destacou-se como um paradigma essencial para compreender o Turismo Indígena não apenas como atividade econômica, mas como estratégia de autonomia, valorização cultural e gestão territorial. Os princípios de autodeterminação e sustentabilidade, presentes na Convenção 169 da OIT (2004) e na Constituição Federal de 1988 (Art. 231), reforçam que o desenvolvimento deve ser orientado pelos próprios povos indígenas, respeitando seus modos de vida e cosmovisões.

No que diz respeito às relações de poder, a análise de Foucault (1993), Bourdieu (2002) e Clastres (2004) evidenciou como estruturas históricas de dominação, desde a colonização até as políticas públicas contemporâneas, influenciam a participação das comunidades em projetos turísticos. Apesar dos avanços legais, persistem assimetrias na tomada de decisões, muitas vezes centralizadas em agentes externos (Estado, consultorias, ONGs), o que limita a autonomia indígena prevista na IN 03/2015 da FUNAI.

Por fim, o protagonismo indígena emergiu como eixo transversal, demonstrando que o turismo, quando planejado de forma participativa (como no caso do Plano de Visitação Balatiponé), pode ser uma ferramenta de resistência cultural, geração de renda e reinserção dos jovens no território. A valorização de saberes tradicionais, como pintura corporal, artesanato e manejo ambiental, reforça a noção de território (Monzilar, 2018) como espaço não apenas físico, mas simbólico e espiritual.

Essa síntese teórica prepara o terreno para a análise empírica do Plano de Visitação, do que se discute nos capítulos seguintes, com foco na participação das comunidades, nas dinâmicas de poder e nos desafios para a efetiva autogestão do Turismo Indígena.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos deste estudo são apresentados neste capítulo em quatro partes, a primeira descreve a abordagem e caracterização da pesquisa. A segunda parte como procederá os métodos e coletas de dados. Na terceira parte serão apresentadas as técnicas para Análise dos dados. Na quarta, é descrito como é importante a ética em Pesquisa, principalmente em relação aos povos originários indígenas.

#### **3.1 ABORDAGEM E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

Tendo como pressupostos básicos que a realidade não é construída de forma objetiva, mas social e subjetivamente, em que os pesquisadores são vistos como parte do processo, este estudo usou como base a abordagem qualitativa, acreditando no que diz Veal (2011), de que envolve a coleta de grandes quantidades de informações a respeito de parcialmente poucas pessoas ou organizações, ou informação mais limitada de um grande número de pessoas ou organizações (Veal, 2011).

Como a abordagem qualitativa é mais flexível, é possível abordar o tema com criatividade e imaginação (Godoy, 1995). De acordo com Creswell:

A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa da investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise dos dados que é tanto indutiva quanto dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final ou a apresentação inclui as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança. (Creswell, 2014, p. 50).



Métodos para coletar informações qualitativas foram usadas nesta pesquisa, como a análise documental e entrevistas semi-estruturadas e, as quais são chamadas de pesquisa etnográfica ou trabalho de campo etnográfica.

### 3.2 MÉTODOS E COLETA DE DADOS

Os métodos e técnicas de coleta de dados são projetados para explorar e compreender fenômenos sociais complexos em profundidade. O estudo é exploratório-descritivo com abordagem qualitativa ao buscar analisar a participação das comunidades indígenas Balatiponé na elaboração e implementação do PV em seu território. A descrição e explicação do processo de participação das comunidades foram feitas a partir de uma revisão bibliográfica e documental, relatando os conceitos e preceitos pertinentes sobre Etnoturismo em terras indígenas como alternativa ao Etnodesenvolvimento e de pesquisa de campo (entrevistas semi-estruturadas).

Os instrumentos de investigação para coleta de dados foram roteiros de entrevistas semi-estruturadas com as lideranças indígenas e integrantes que participaram e participam do processo de desenvolvimento do Plano de Visitação Balatiponé (ANEXO-3). As entrevistas qualitativas estruturadas (Apêndices 1- 4) permitem uma exploração detalhada das perspectivas, experiências e opiniões dos participantes da elaboração e da implementação do PV.

O Quadro 3 caracteriza a pesquisa (fonte de dados, técnica e instrumento de coleta de dados, análise de dados e discussão dos resultados), por objetivo específico.

QUADRO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA SEGUNDO OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	FONTES DE DADOS	TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS
Analisar o processo de desenvolvimento do PV nas terras indígenas.	Primárias (entrevistas com lideranças indígenas e representantes externos . Secundárias (documentos e registros sobre o processo, legislação pertinente)	Pesquisa de campo (Entrevistas semi-estruturadas - Roteiros de entrevistas nos Apêndices 1 a 4) Pesquisa documental (formulário para fichamento textual e visual dos documentos)	Análise de conteúdo temática (das entrevistas e dos documentos): Visitação. Tema 1: Processo de desenvolvimento do plano -Protagonismo indígena Tema 2: Participação das comunidades na elaboração e implementação do PV -). Tema 3- Relações de poder no processo de planejamento e implementação do PV
Identificar a participação das comunidades na implementação das atividades de elaboração do PV			
Verificar as relações de poder ocorridas no planejamento e implementação do PV			

FONTE: Dados da pesquisa (2025)

Os principais dados secundários que foram utilizados estão apresentados no Quadro 4. O Plano de Visitação foi publicado em um site de e-books, mas foi colocado na íntegra em anexo para facilitar o manuseio e o acesso quando necessário. Por outro lado, os documentos complementares como são muito volumosos eles estão disponíveis por meio do QR Code na página 117 no Plano.

QUADRO 4 - RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS SECUNDÁRIOS PARA COLETA DE DADOS

Nº	Nome do Documento	Interesse/Fonte/Disponível	Envolvidos/Instituição
01	Instrução Normativa 03/2015	Base para a construção do Plano de Visitação da Terra Indígena Umutina	Fundação Nacional do Índio
02	Ata de Registro de Preço Nº06/2023/ Pregão Presencial 04/2023 Registro de Preço	Base para contratação da empresa de assessoria. Disponível em <a href="http://www.barradobugres.mt.gov.br">www.barradobugres.mt.gov.br</a>	Prefeitura Municipal e empresa contratada
03	Plano de Visitação Balatiponé Etnoturismo	Disponível em: <a href="https://heyzine.com/flip-book/e2e1a6142f.html#page/3">https://heyzine.com/flip-book/e2e1a6142f.html#page/3</a> .	Aldeias e Empresa contratada
04	Diagnóstico das 8 Aldeias do Território Indígena Umutina	Produto do Plano de Visitação. Saber se houve participação das comunidades. Disponível QR Code página 117 do PV.	8 Aldeias
05	Plano de Sinalização Turística	Produto do Plano de Visitação. Saber se houve participação das comunidades. Disponível QR Code página 117 do PV.	6 Aldeias (2 desistiram)
06	Plano de Marketing	Produto do Plano de Visitação. Saber se houve participação das comunidades. Disponível QR Code página 117 do PV.	6 Aldeias (2 desistiram)
07	Plano de Negócios	Produto do Plano de Visitação. Saber se houve participação das comunidades. Disponível QR Code página 117 do PV.	6 Aldeias (2 desistiram)
08	Apostila de Primeiros Socorros	Produto do Plano de Visitação. Saber se houve participação das comunidades. Disponível QR Code página 117 do PV.	6 Aldeias (2 desistiram)
09	Manual Condutas e Boas Práticas	Produto do Plano de Visitação. Saber se houve participação das comunidades. Disponível QR Code página 117 do PV.	6 Aldeias (2 desistiram)
10	Manual de Estratégias de Impedimentos de Consumo de Bebidas Alcoólicas e Drogas	Produto do Plano de Visitação. Saber se houve participação das comunidades. Disponível QR Code página 117 do PV.	Território Balatiponé
11	Cartilha de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Produto do Plano de Visitação. Saber se houve participação das comunidades. Disponível QR Code página 117 do PV.	Território Balatiponé

FONTE: Dados da pesquisa (2024)

A coleta de dados ocorreu tanto em fontes primárias quanto em secundárias, sendo definidos os procedimentos técnicos, relacionados com o Quadro acima citado.



Para **Pesquisa Bibliográfica**, foram realizadas buscas nas Bases de dados Scielo Google Acadêmico, Portal de Teses e Dissertações da Capes, entre outros repositórios. A partir da pesquisa de Silvestre *et al* (2023) foi possível realizar uma revisão bibliográfica de pesquisas publicadas no período de 1999-2021. Esse estudo foi essencial para a análise do projeto, pois identifica trabalhos em comunidades indígenas do Brasil, organizados sete temas principais. A maioria concentrou-se em compreender os impactos do Turismo sobre os aspectos culturais, sociais, ambientais e econômicos das comunidades. Outros temas apresentados foram pesquisas que analisaram as estratégias das comunidades para apropriação do turismo, e como a atividade pode ser um meio de resistência e fortalecimento da identidade.

A **pesquisa documental** consiste na coleta, classificação, seleção e utilização de informações de fontes primárias, sejam elas orais, escritas ou visuais. Essa abordagem concentra-se em documentos, sejam eles atuais ou antigos, que ainda não foram analisados cientificamente ou analiticamente. Esses documentos podem incluir uma variedade de fontes, como relatórios, jornais, fotografias, vídeos, entre outros, e são essenciais para compreender fenômenos históricos, culturais, sociais e econômicos. A pesquisa documental é amplamente utilizada nas ciências sociais e humanas, permitindo análises qualitativas e quantitativas para responder a questões de pesquisa específicas.

Os participantes da pesquisa (seis lideranças indígenas) foram recrutados por intermédio da Associação Indígena Balatiponé. Os demais, dois participantes externos (gestor público municipal e assessor de turismo) foram convidados pela pesquisadora.

A anuência das comunidades envolvidas e a concordância das comunidades alvo da pesquisa foram obtidas por intermédio da FUNAI regional de Tangará da Serra, MT, sem prejuízo do consentimento individual, que em comum acordo com as referidas comunidades designaram o intermediário (liderança indígena) para o contato entre pesquisadora e a comunidade. Incluímos aqui o compromisso da anuência das comunidades envolvidas tal como previsto na Resolução nº 304/2000 - CNS, item III § 2, antes do início da coleta.

As estratégias ou intervenções que foram utilizadas com os participantes para a coleta de dados foram entrevista presencial individual com roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndices 1 a 4) com gravação em áudio (somente para aqueles que autorizaram) e realização de anotações (para todos os entrevistados).

Devido a espera da autorização para entrar em território indígena pela FUNAI, as entrevistas foram realizadas em dois momentos, primeiro em janeiro de 2025, com as

lideranças institucionais externas: Um representante da Prefeitura Municipal, especificamente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, denominado **I7 (I de instituição e 7 de número de entrevistado)** e outro com um representante da Empresa de Consultoria em Turismo, identificado como **I8 (I também de instituição e 8 como número de entrevistado)**.

A partir da autorização da FUNAI (ANEXO-4) para a pesquisa, foram realizadas as entrevistas com os representantes das lideranças indígenas entre maio e junho de 2025, nesse estudo denominados A1; A2; A3; A4; A5 - identificando as aldeias cinco aldeias que participaram do processo de elaboração e implementação da pesquisa. Ressalta-se aqui, que o entrevistado da aldeia 6, desistiu da entrevista. E, por último, foi entrevistado um representante da Agência Receptiva de Turismo Balatiponé identificado como I6, como um dos resultados gerados a partir da anuência do PV.

Não houve testes de produtos nem coleta de materiais que pudessem reproduzir aspectos de criações artísticas/culturais indígenas na pesquisa. Conforme estabelece a Portaria nº 177/2006 - PRESI/FUNAI, Art.6º, as imagens indígenas serão utilizadas somente para fins de pesquisa e as imagens que serão objeto dessa análise fazem parte do Plano de Visitação Etnoturismo Balatiponé (2023).

Por fim, os dados coletados com as entrevistas e os documentos foram transcritos, analisados e interpretados conforme os objetivos e temas estabelecidos para a escrita final do trabalho. Assim que a pesquisa for encerrada, o conteúdo das gravações das entrevistas e os dados exportados e analisados serão armazenados pelas pesquisadoras por um período de cinco anos. Os materiais serão excluídos ou destruídos após o período de armazenamento. As informações relacionadas ao estudo serão conhecidas apenas por pessoas autorizadas e a divulgação de qualquer informação em forma de relatório ou publicação será feita de maneira codificada, mantendo a identidade dos participantes preservada, salvo explícita decisão do participante em divulgar sua identidade.

### 3.3 TÉCNICA PARA ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, que pode ser descrita como um método empírico, sistemático e flexível usado para examinar e interpretar dados textuais (Flick, 2012). Este método permite identificar padrões, temas e significados dentro de um conjunto de dados qualitativos, como entrevistas, documentos, ou outras formas de comunicação textual. Ela tem por objetivo

classificar o conteúdo dos textos alocando as declarações, sentenças ou palavras a um sistema de categoria (Flick, 2012, p. 134). Essa análise visa decompor dados textuais em categorias que possam ser quantificadas ou examinadas qualitativamente. Ela busca não apenas a frequência de palavras ou expressões, mas também o contexto e as nuances dos dados, revelando assim significados subjacentes e tendências (Flick, 2012). A pesquisa segue os procedimentos descritos por Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021). Procedimentos da Análise de Conteúdo:

- a) Pré-análise: consiste na familiarização com os dados e definição do material, que envolve a escolha e a leitura repetida dos dados para uma compreensão aprofundada. A formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.

Essa escolha inicial dos materiais ocorre para “decidir quais deles, efetivamente, estão de acordo com os objetivos da pesquisa”.

- b) A análise do material: Momento de tratar o material coletado, transformando-o em dados passíveis de serem analisados, por meio de operações de codificação.

Essa codificação implica o estabelecimento de um código (número/letra ou qualquer outra forma de representação) que possibilite identificar rapidamente cada elemento da amostra recortada para a pesquisa.

- c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: Nessa etapa a análise do material pesquisado resulta na “enumeração e na sistematização das características de seus elementos”. Um texto é produzido para cada categoria, de “modo a expressar o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise”. Consequentemente, parte para a interpretação dos dados. E que possibilite interpretar, não só o que está explícito no conteúdo, mas também implícito.

Por fim, se fez uma triangulação dos métodos, teorias, fontes de dados ou investigadores para analisar um mesmo fenômeno, o que permite entender a realidade de vários ângulos e reduzir distorções que podem surgir de uma única perspectiva (Santos, 2020).

### 3.4 ÉTICA EM PESQUISA

Quando se pensa em pesquisa com povos indígenas, há sempre uma preocupação maior com as implicações éticas do estudo, além de autorizações de ingressos em suas terras, regulamentados por normativas da FUNAI, sendo de exclusiva da presidência da instituição (Portaria nº177/PRES/2006; Normativa nº001/1995; Resolução 466/2012), concomitante a esse processo, é necessário também:

- Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa/Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Paraná (CAAE Nº81578624.9.0000.0214) em 15 de julho de 2024;
- Aprovação Comitê de Ética Nacional em Pesquisa (CONEP) (Nº 7.169.866) em 21 de outubro de 2024;
- O parecer de mérito científico da pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme estabelecido na Resolução Normativa RN-009/1987 do CNPq e Portaria CNPq nº941, de 11 de julho de 2022.

Como se trabalha com as comunidades sem influenciar em seus pensamentos, como abordar temas, às vezes muito delicados, como relações de poder? Neste instante é preciso a ética em pesquisa. Ela se refere ao conjunto de princípios e diretrizes que orientam a condução de estudos científicos de maneira responsável, respeitando os direitos e a dignidade dos participantes, além de garantir a integridade e a credibilidade do processo de pesquisa. Ela também é essencial para assegurar que os estudos sejam realizados de forma justa, transparente e com um impacto positivo, minimizando riscos negativos e protegendo o bem-estar de todos os envolvidos.

Partindo dos princípios éticos, esta pesquisa almeja trabalhar com os principais aspectos que compõem a Ética em Pesquisa:

1. Respeito à Dignidade Humana: Envolve tratar o tema e os participantes com respeito, garantindo que suas opiniões, privacidade e autonomia sejam sempre consideradas e preservadas;
2. Consentimento Informado: Antes de participar, os participantes foram plenamente informados sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios do estudo;



3. Confidencialidade e Privacidade: Os dados pessoais e as informações coletadas dos participantes serão tratados com estrita confidencialidade, garantindo que suas identidades não sejam reveladas sem consentimento.

4. Minimização de Riscos: A pesquisa foi planejada para evitar ou minimizar qualquer dano físico, psicológico, social ou legal aos participantes.

5. Justiça e Equidade: Busca de uma distribuição justa dos benefícios e encargos da pesquisa. Nenhum grupo deve ser injustamente favorecido ou prejudicado.

6. Integridade Científica: Envolve a honestidade na coleta, análise, e interpretação dos dados, bem como na comunicação dos resultados;

7. Responsabilidade dos Pesquisadores: Os pesquisadores são responsáveis por seguir as normas éticas, monitorar a conformidade durante a pesquisa e responder por quaisquer consequências que possam surgir.

Esses princípios são fundamentais para a condução de pesquisas éticas, assegurando que o processo científico contribua positivamente para o conhecimento, sem comprometer os direitos e o bem-estar dos indivíduos envolvidos.

Era possível que os participantes se sentissem constrangidos ao responder algumas perguntas da entrevista, para tanto as perguntas buscavam ter uma linguagem mais compreensível, bem como a pesquisa foi realizada no ambiente do entrevistado, como forma de garantir mais conforto e segurança. Lembramos ao entrevistado que a fala era confidencial e só seria conhecida pelos pesquisadores; que a fala estaria contextualizada no estudo e que o entrevistado não seria identificado; e que a pesquisa era voluntária e o entrevistado poderia deixar de responder qualquer pergunta ou mesmo deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo (Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 9º, Inciso II). Os pesquisadores estavam disponíveis para conversar e esclarecer qualquer dúvida que os participantes tivessem sobre a pesquisa.

## **4 ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO DE VISITAÇÃO TURÍSTICA BALATIPONÉ**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Este capítulo traz uma análise crítica do Plano de Visitação Turística (PV) do povo indígena Balatiponé, exigido pela FUNAI para regulamentar o turismo em Terras Indígenas, conforme a Instrução Normativa nº 03/2015. O PV busca garantir que o

turismo respeite os direitos, usos e tradições dos povos originários e contemple itens como objetivos, público-alvo, atividades, roteiros, hospedagem, transporte, plano de negócios, primeiros socorros, condutas e gestão de resíduos.

Além do PV, o capítulo examina também documentos elaborados pela comunidade com apoio da Empresa de Consultoria em Turismo, como o Diagnóstico das oito aldeias envolvidas, o Plano de Marketing, o Plano de Negócios, o Plano de Sinalização, materiais sobre primeiros socorros, condutas e práticas sustentáveis, além de orientações sobre álcool, drogas e resíduos. A análise verifica como a participação e o protagonismo das comunidades Balatiponé foram considerados no desenvolvimento do turismo em seus territórios.

#### 4.2 PLANO DE VISITAÇÃO BALATIPONÉ ETNOTURISMO

Como forma de regulamentar o Turismo em Terras Indígenas e propor normas e diretrizes à atividade, a FUNAI passou a exigir a elaboração e implementação de Planos de Visitações (PVs) às comunidades que já desenvolvem a atividade turística ou que gostariam de implantá-la. O PV é regulamentado pela Instrução Normativa da FUNAI nº03/2015 (IN 03/2015), a qual visa garantir que tais atividades respeitem os direitos territoriais dos povos originários, assim como seus usos, costumes e tradições, de acordo com orientação da CF/1988. Ela estabelece normas e procedimentos para o ordenamento, autorização, acompanhamento e fiscalização de atividades turísticas em territórios sob responsabilidade da FUNAI.

A IN 03/2015 é composta por 34 artigos e 3 anexos, na sua introdução faz menção às legislações anteriores às normativas que lhes dão suporte, desde a CF/1988 até a Lei 12.593 de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 - estabelecendo como objetivo a regulamentação do Ecoturismo e Etnoturismo em Terras Indígenas. Portanto, esse objetivo visa promover políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento dessas atividades de forma legal, sustentável, segura e respeitosa com as culturas e os territórios indígenas.

Nos primeiros artigos a IN 03/2015 apresenta como deve ser estruturado o Plano de Visitação, estabelecendo as normas para visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos Etnoturismo e Ecoturismo.

Deste modo, de acordo com o Art 5º da IN 03/2015, cada PV necessita estabelecer a seguinte estrutura:

a) objetivos e justificativas da proposta de visitação; b) público alvo, frequência de visitas previstas, quantidade máxima de visitantes por visita e previsão de tempo de duração por visitas; c) distribuição das competências na comunidade levando em conta aspectos sociais, geracionais e de gênero; d) parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições; e) descrição das atividades propostas aos visitantes; f) delimitação do roteiro objeto das atividades de visitação, constando mapa ou croqui; g) condições de transporte, hospedagem, alimentação e atividades correlatas à visitação oferecidas pelo proponente aos visitantes, assim como quaisquer riscos ou eventualidades inerentes a essas condições; h) plano de negócios simplificado, contendo custos previstos para operação, manutenção e monitoramento da visitação e atividades correlatas, assim como previsão de receita, lucro e investimento, visando à continuidade da atividade; i) estratégia de atendimento de primeiros socorros; j) manual de conduta e boas práticas, para visitantes e para a comunidade; k) estratégia para impedir a entrada de bebidas e drogas nas comunidades indígenas e outros ilícitos; l) estratégia de gestão de resíduos sólidos; m) estratégia de monitoramento da atividade de visitação; n) estratégia de capacitação dos proponentes (Instrução Normativa nº 03, 2015, s/p).

Destaca-se, por sua vez, que a Normativa tem alguns pontos favoráveis ao desenvolvimento da atividade e outros que vão contra a autonomia das comunidades indígenas. Como por exemplo, em seu texto a Normativa visa apenas conceder a aprovação do PV para Terras Indígenas, não abrangendo o turismo que ocorre em outras áreas indígenas ou fora de áreas indígenas demarcadas, mas que tenha a atividade turística realizada por indígenas, o que vem contrário à autonomia dos povos indígenas garantida pela CF/1988 (Oliveira, 2024).

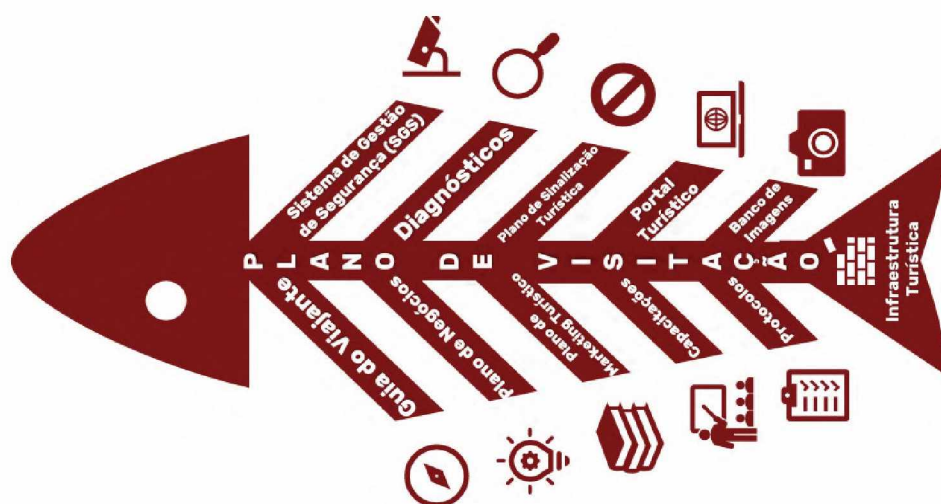
A Normativa reconhece o potencial do turismo como forma de valorização cultural e geração de renda para as comunidades indígenas, desde que realizado de forma sustentável e respeitando a autonomia e os direitos dos povos indígenas, em consonância com a Convenção 169 da OIT, a qual estabelece o princípio Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI): garante que os povos indígenas sejam informados e participem de forma autônoma das decisões que os envolvem. Assim, a Normativa busca regulamentar o Turismo Indígena, sendo a primeira normativa da FUNAI voltada especificamente para o turismo nas terras indígenas, o que não existia até o momento.

Em Mato Grosso, a proposta pioneira de um Plano de Visitação foi realizada pela etnia Paresí em 2020, por meio das aldeias Wazare, Quatro Cachoeiras e Utiariti, localizadas entre o município de Sapezal e Campo Novo dos Parecís (Operação Amazônia Nativa, 2022). O sucesso no lançamento deste produto de Etnoturismo lançou

o olhar de outras etnias do estado, sobre a possibilidade de abrir as aldeias para visitação turística.

O povo indígena Balatiponé vêm buscando o Etnoturismo e o Ecoturismo como segmentos de turismo a serem desenvolvidos em seu território desde 2009. Conforme estabelecido no PV Balatiponé, a partir dele foram realizados levantamentos e materiais técnicos solicitados pela IN 03/2015 e também outros materiais complementares que a comunidade precisava. Esses materiais são: o documento do Plano de Visitação em si; Guia de Visitante; Plano de Negócio; Diagnósticos; Plano de Marketing Turístico; Plano de Sinalização Turística; Capacitações; Portal Turístico (site); Protocolos e Banco de vídeo e Imagens (Figura 15). As Capacitações e o Sistema de Segurança (SGS), não foram incluídos nessa etapa do Plano, visto que o recurso financeiro não foi suficiente. Para melhor entendimento, foram analisados cada um desses documentos, a partir da participação da comunidade para produzi-lo.

FIGURA 15 - ESPINHA DORSAL DO PLANO DE VISITAÇÃO



FONTE: Plano de Visitação Umutina (2023 p.13)

O Plano de Visitação foi elaborado durante todo o ano de 2023 por meio da participação da comunidade, via reuniões mensais com a Empresa de Consultoria. Atendendo o artigo 5, o PV Balatiponé tem a seguinte proposta esquematizada no Quadro 5.



## QUADRO 05 - PLANO DE VISITAÇÃO CONFORME A IN 03/2015

Plano de Visitação do Terra Indígena Umutina/Balatiponé	
Requisito da IN 03/2015 Art. 5º	Plano de Visitação Umutina /Balatiponé
a) objetivos e justificativas da proposta de visitação;	<p><b>Objetivo Geral:</b> Desenvolver o Etnoturismo e o Ecoturismo nas seis Aldeias Indígenas Balatiponé de Barra do Bugres-MT;</p> <p><b>Objetivos Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os potenciais ecológicos e turísticos por meio dos recursos naturais e culturais, como os rituais, as festividades, danças, músicas, culinária, entre outros;</li> <li>• Dar suporte à execução planejada de um programa de atividades ecoturísticas e de turismo cultural como alternativa de desenvolvimento sustentável;</li> <li>• Promover a participação ativa das mulheres indígenas em atividades de visitação, garantindo sua representatividade, ancestralidade e valorização.</li> <li>• Engajar os jovens indígenas nas atividades de visitação, oferecendo oportunidades de aprendizado e empoderamento, valorização da cultura indígena (identidade coletiva) e incentivo para permanências nas aldeias por meio do turismo;</li> <li>• Incluir os mais velhos, os anciãos, como guardiões do conhecimento tradicional, proporcionando espaços para compartilhar suas histórias e saberes;</li> <li>• Promover, por meio do Etnoturismo, o fortalecimento cultural e a memorização de valores, hábitos, tradições e rituais indígenas.</li> <li>• Estabelecer medidas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais presentes na TI, em conformidade com os conhecimentos tradicionais.</li> <li>• Sensibilizar os visitantes sobre a importância da preservação do meio ambiente, da biodiversidade e do ecossistema da TI como um valor cultural indígena;</li> <li>• Criar espaços de diálogo e troca de experiências entre indígenas e visitantes não indígenas, visando à construção de relações de respeito e valorização mútua.</li> <li>• Estimular a realização de atividades culturais conjuntas, promovendo a compreensão e o respeito pela diversidade cultural.</li> <li>• Incentivar o Etnoturismo como uma alternativa de renda para as comunidades indígenas, valorizando seus produtos e serviços tradicionais.</li> <li>• Identificar ações que contribuam para a melhoria da</li> </ul>

	<p>qualidade de vida nas comunidades indígenas.</p> <p><b>Justificativa:</b> Diante a busca por novas alternativas econômicas, e também pela autonomia, o turismo tornou-se uma oportunidades à TI Umutina, que por meio do PV, deseja atender a IN 03/2015 e assim implantar o turismo nessas seis aldeias.</p>
b) público alvo; frequência de visitas; quantidade máxima de visitantes por visita e previsão de tempo de duração por visitas.	<p><b>Público alvo:</b> indivíduos ou grupos, como famílias e amigos, que buscam visitação turística ou recreativa, com interesses na prática de atividades de imersão cultural, ecológicas, científicas e/ou pedagógicas; a frequência deve obedecer às particularidades escolhidas por cada aldeia. Os períodos de visitação poderão ser abordados, mediante solicitação prévia do representante legal da aldeia sob justificativa prevalente, tais como: manifestações culturais e/ou religiosas. A <b>quantidade máxima e o período de duração das visitas variam</b> por cada aldeia, explanado nos próximos quadros.</p>
c) distribuição das competências na comunidade levando em conta aspectos sociais, geracionais e de gênero;	<p>Cada comunidade dividiu as competências por afinidade, interesse e disponibilidade de cada membro, que se colocou à disposição para trabalhar com o turismo.</p>
d) parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições;	<p>Associação Indígena Balatiponé; Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Secretaria Adjunta de Turismo do Estado do Mato Grosso; Prefeitura Municipal de Barra do Bugres; Empresa de Consultoria em Turismo; Assembleia Legislativa de Mato Grosso (Deputado Cattani); Conselho Municipal de Turismo de Barra do Bugres; futuros parceiros: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater; Programa REDD Early Movers Mato Grosso (REM MT); Agências de Turismo e demais parceiros que forem firmando durante o desenvolvimento da atividade.</p>
e) descrição das atividades propostas aos visitantes;	<p>Agricultura familiar; trilha; passeio de barco; pintura corporal; dança/canto; arco e flecha; ciclismo; culinária; ponto de recepção; artesanato; pescaria; banho de rio; hospedagem; observação de pássaros; ensinamento da língua nativa.</p>
f) delimitação do roteiro objeto das atividades de visitação, constando mapa ou croqui;	<p>Cada aldeia especificou seu roteiro, tanto para 1 dia, como 2 dias ou mais, detalhado no Plano de Visitação em Anexo, páginas 56 a 61 (ANEXO 3).</p>

g) condições de transporte, hospedagem, alimentação e atividades correlatas à visitação oferecidas pelo proponente aos visitantes, assim como quaisquer riscos ou eventualidades inerentes a essas condições;	As aldeias têm cada uma uma estrutura diferenciada, porém todas necessitam realizar travessia no rio Paraguai para ter acesso a cidade. As estradas internas também são de barro, e necessitam de grande manutenção na Prefeitura, principalmente para os períodos de cheia.
h) plano de negócios simplificado, contendo custos previstos para operação, manutenção e monitoramento da visitação e atividades correlatas, assim como previsão de receita, lucro e investimento, visando à continuidade da atividade;	O plano de negócio foi criado de acordo com os dados de cada aldeia, contendo: Dado dos empreendedores e suas atribuições, missão do projeto, setores de atividades, forma jurídica, enquadramento tributário, capital social, fontes de recursos; análise de mercado, estudo dos concorrentes, estudos dos clientes; Plano de Marketing; produtos e serviços oferecidos; preço, localização do negócio; Necessidade de pessoal .
i) estratégia de atendimento de primeiros socorros;	Foi criada uma Apostila de Primeiros Socorros, descrevendo o conceito de pronto atendimento e demais processos e procedimentos necessários para atender um paciente/visitante/turismo em situação de emergência.
j) manual de conduta e boas práticas, para visitantes e para a comunidade;	Elaborado em conjunto com as seis comunidades do projeto, o Manual de Conduta e Boas Práticas busca respeitar a cultura e as tradições da comunidade, visando atender às normas locais; Preservação do patrimônio cultural e natural; gestão de resíduos; Interação responsável; Suporte à economia local; Segurança pessoal e coletiva; respeito à vida selvagem e ao meio ambiente; participação em atividades culturais; feedback construtivo e proibição do consumo de álcool.
k) estratégia para impedir a entrada de bebidas e drogas nas comunidades indígenas e outros ilícitos;	O comprometimento de cada liderança e das pessoas envolvidas com a elaboração do PV é a principal estratégia para impedir as entradas de produtos ilícitos no território, para isso, o Manual de Conduta e Boas Práticas foi criado.
l) estratégia de gestão de resíduos sólidos;	Foi criada uma Cartilha de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, além de um comprometimento entre as comunidades e a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres em realizar a coleta de lixo periodicamente.
m) estratégia de monitoramento da atividade de visitação;	Cada aldeia tem o seu representante legal que faz o controle dentro do seu território de entrada e saída de visitantes/turistas. Contudo foi criado um site com sistema de reservas, que pode auxiliar nesse controle. O site é <a href="http://www.balatipone.com.br">www.balatipone.com.br</a>

n) estratégia de capacitação dos proponentes	Durante o ano de 2023 o foco principal foi a elaboração e implementação do Plano de visitação para as comunidades envolvidas, mas ao mesmo tempo, no ano de 2024 foi criada a agência de Receptivo Turístico Balatiponé e a partir dela e de seus envolvidos, foram sendo recebendo capacitações em eventos nacionais e regionais, como a Feira Internacional do Pantanal em 2024 e 2025; Salão do Turismo em São Paulo em 2024; ABAV EXPO 2024.
--	--

FONTE: Autora (2025)



O Plano foi desenvolvido de forma individual para que cada aldeia tivesse seu próprio roteiro, visto não a dificuldade de algumas trabalharem com outras. Assim, o PV tem a caracterização dividida por aldeia, delimitando desde o período de visitação, até mesmo cada atividade turística elaborada por roteiro e aldeia. Conforme apresentado no diagnóstico de 2023 a atividade seria em sua grande maioria nos finais de semana ou *Day Use*, para que o turismo ficasse mais organizado em relação às rotinas das comunidades, principalmente a agricultura, conforme explícito no quadro 6.

QUADRO 6 - PROGRAMAÇÃO POR ALDEIA

Aldeia	Dias de Visitação	
Massepô	Sexta a Domingo	
Uapô	Segunda a Domingo	
Águas Correntes	Sexta a Domingo	
Boropô	Sábado, Domingos e Feriados	
Katamã	Sábado, Domingos e Feriados	
Central	1º Final de Semana de Cada Mês	

FONTE: Adaptado Plano de Visitação (2023)

Assim, cada aldeia tem seu próprio número de capacidade de carga (Quadro 7), “dependendo dos recursos disponíveis, da estrutura de hospedagem, das características culturais e das restrições ambientais” (PLANO DE VISITAÇÃO, 2023 P. 24). Essa capacidade pode ser alterada ao longo do tempo, dependendo da “evolução do projeto, a obtenção de conhecimentos científicos relevantes e a autorização da FUNAI” (PLANO DE VISITAÇÃO, 2023, P. 25).

QUADRO 7 - CAPACIDADE DE CARGA POR ALDEIA

Aldeia	Day Use/Pessoa	Pernoite/Pessoa
Massepô	10	10
Uapô	-	12
Águas Correntes	-	15
Boropô	20	-
Katamã	15	-

Central	-	-
---------	---	---

FONTE: Adaptado Plano de Visitação (2023)

Em relação à exigência de competências IN 03/2015, cada aldeia dividiu as atividades a partir da afinidade, disponibilidade, infraestrutura, equipamentos e interesse de cada uma (Entrevista com A2). Cada aldeia tem um atrativo diferente, mesmo estando no mesmo território. As atividades especificadas no Quadro 8, assim como o levantamento das infraestruturas disponíveis podem contribuir com o planejamento estratégico, tático, operacional e gestão do turismo no território.

QUADRO 8 - ATIVIDADES OFERTADAS PELAS ALDEIAS

Atividades ofertadas	Boropô	Uapo	Katamã	Central	Águas Correntes	Massepô
Agricultura Familiar	X		X	X	X	X
Trilha	X	X	X	X	X	X
Passeio de barco	X	X	X	X	X	X
Pintura corporal	X	X	X	X	X	X
Dança/Canto	X	X	X	X	X	X
Arco e Flecha	X	X	X	X	X	X
Ciclismo			X	X	X	
Culinária	X	X	X		X	X
Ponto de recepção	X	X	X	X	X	X
Artesanatos	X	X	X	X	X	X
Pescaria	X	X	X	X	X	X
Banho de rio	X	X	X	X	X	X
Hospedagem		X			X	X
Observação de pássaros		X			X	X
Língua raiz					X	

FONTE: Adaptado Plano de Visitação (2023)

Para elaboração dos roteiros, como foi relatado anteriormente, foi necessário o levantamento da infraestrutura disponível em cada aldeia, o que pode-se observar no Quadro 9 que a maioria das aldeias estão em fase de implantação de algumas estruturas, como local para hospedagem.

QUADRO 9 - INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL EM CADA ALDEIA

Infraestrutura	Boropô	Uapo	Katamã	Central	Águas Correntes	Massepô
Banheiro	Banheiro da própria casa	Masc/Fem. disponível	Pronto Masc./Fem	Na Escola	Masc/Fem. com chuveiro	Pronto Masc./Fem. com Chuveiro
Local de alimentação	Casa tradicional sendo construída	Na própria casa	Barracão em manutenção	Área coberta no campo	Aldeia Temática	Construindo (salão de eventos)
Hospedagem	não tem	4 casas disponíveis	não vai ter	Não tem	Aldeia temática (barraca e rede)	2 Casas tradicionais prontas
Local de recepção	Construindo uma casa tradicional	Construído	Barracão em manutenção	Área Coberta no campo	Aldeia temática	
Medidas e equipamentos de segurança	Coletes Salva vidas adquiridos	Coletes Salva vidas adquiridos	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
cozinha preparada	Na própria casa, não preparada	Na própria casa, não preparada	Na própria casa, não preparada	Na escola preparada	Em construção	Construída, preparada

FONTE: Plano de Visitação Balatiponé (2023)

O PV traz de importante a nomeação das pessoas das aldeias que se dispuseram a trabalhar com o turismo e assumiram responsabilidade por atividades, conforme demonstra o Quadro 10:

QUADRO 10 - MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

Atividades	Atividades
Financeiro	Cerâmica
Restaurante	Tecelagem

Apresentação de línguas, cantos e dança	Condutor de turismo
Divulgação rede social	Contador de histórias, lendas
Artesanatos	Atividades de aventura
Trilhas	Ajudante de hospedagem e camping
Cestaria	Recepção dos visitantes
Compras suprimentos	Pintura Corporal
Documentos, relatórios	Transporte (cidade x aldeia x cidade)
Serviços gerais	

FONTE: Plano de Visitação Balatiponé (2023)

A competência distribuída por afinidade e atividade traz para os envolvidos uma responsabilidade, que pode ser alterada a qualquer momento. Essa competência é detalhada no Plano de Negócio da comunidade, disponível no PV página 117.

#### 4.2 DIAGNÓSTICO

A partir da elaboração do PV, outros documentos foram gerados pela comunidade com a assessoria da Empresa de Consultoria em Turismo, primeiramente o Diagnóstico das 8 Aldeias (no PV página 117) que iniciaram o plano em Abril de 2023 (Boropô, Katamã, Adonai, Umutina (Central), Águas Correntes, Uapo, Massepô e Bakalana)

O objetivo principal do diagnóstico foi realizar uma análise sistemática dos atrativos turísticos nas aldeias para identificar os seus pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. O diagnóstico é considerado uma ferramenta essencial para o planejamento e gestão de destinos turísticos, fornecendo informações para orientar as estratégias de desenvolvimento e promoção do turismo no território analisado (Diagnóstico, 2023).

O documento reconhece a complexidade do contexto étnico do território indígena, enfatizando a necessidade de cautela e atenção à escuta comunitária para descrever o processo de forma mais próxima possível da realidade relatada pela comunidade local, sendo a voz das demandas da comunidade conforme orienta a Convenção de 169 da OIT e como regulamenta a NI 03/2015.

A estrutura do documento inclui uma introdução, seguida de diagnósticos individuais para cada uma das oito aldeias. O diagnóstico foi realizado pela Empresa de



Consultoria em Turismo, com base em informações coletadas em campo entre entrevistas e observações entre os dias 2 e 6 de abril de 2023.

A metodologia central utilizada foi a Matriz Metodológica SWOT (*Strengths* - Pontos Fortes, *Weaknesses* - Pontos Fracos, *Opportunities* - Oportunidades, *Threats* - Ameaças). Esta ferramenta de planejamento estratégico é utilizada para analisar cenários e embasar a tomada de decisões, combinando pontos fortes com oportunidades para potencializar benefícios, minimizando pontos fracos e atentando-se às ameaças. O documento considera relevante que a SWOT seja realizada de forma participativa com membros locais estratégicos, que conhecem a realidade local, e o contexto das aldeias, com os líderes comunitários interessados em trabalhar com o Turismo. As definições dos componentes da SWOT foram atribuídas a Kotler (2015) (Diagnóstico, 2023). A metodologia, apesar de ser muito utilizada, pode não ser suficiente para levantar as reais necessidades das comunidades, principalmente se não houver capacitação sobre o tema analisado, como por exemplo a implementação do Turismo nas aldeias.

Para cada uma das 8 aldeias, o documento apresenta os levantamos específicos, que são bases para o PV, identificando:

- a) O interesse da aldeia no turismo;
- b) Segmentos de turismo potenciais;
- c) Pessoas interessadas em trabalhar com turismo;
- d) Produtos potenciais, especialmente artesanato e culinária;
- e) Um Quadro *SWOT* detalhado para a aldeia;
- f) Objetivos da comunidade com o turismo;
- g) Potenciais parceiros;
- h) Pontos Fortes da Análise.

O documento produzido reconhece a especificidade e complexidade de trabalhar em um território indígena, destacando a necessidade de escuta comunitária. Identifica uma variedade de potenciais, segmentos turísticos e recursos culturais e naturais específicos de cada aldeia. Identifica os Pontos Fracos e Ameaças, que incluem falta de infraestrutura básica (banheiros, alojamento e equipamentos), acesso e sinalização precários, marketing deficiente, ausência de roteiros integrados, falta de apoio/investimento externos, e ameaças ambientais como queimadas e caçadores ilegais.

#### 4.2.1 Aldeia Boropô

A aldeia Boropô é composta por uma família com cinco membros, mas com expectativa de crescimento devido ao retorno de ex-moradores que estão na cidade ou por estudo ou por trabalho. Todos os moradores da aldeia demonstram interesse em atuar no setor turístico, o que reflete um forte engajamento comunitário. O local possui grande potencial para o desenvolvimento do turismo, sustentado por sua beleza natural, proximidade com os rios Paraguai e Bugres, diversidade de fauna, flora e elementos culturais únicos. A liderança feminina fortalece o artesanato e a organização interna da aldeia. A cacique (Figura 16), é uma das primeiras caciques mulheres do território, assim como sua irmã, são também pesquisadoras dos saberes e tradições da comunidade, promovendo, assim, um modelo de gestão com enfoque comunitário.

FIGURA 16 - PROFESSORA E DOUTORA ELAINE COM GRUPO CULTURAL BALATIPONÉ



FONTE: [www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br)

As principais atividades turísticas identificadas incluem trilhas, banho de rio, camping, vivências culturais, pintura corporal, produção artesanal (como trançados, camisetas pintadas e arco e flecha - Figura 17), e eventos na casa cultural - cuja arquitetura é inspirada nos povos indígenas do Suriname. A interculturalidade é um diferencial marcante do local.

FIGURA 17 - O ARCO FLECHA - UM INSTRUMENTO USADO ESPORTES, PESCA E CAÇA



FONTE: [www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br)

Do ponto de vista econômico, o Diagnóstico aponta que a aldeia se sustenta com a renda de servidores municipais, além de atividades como pesca e agricultura, que também pode abastecer (Figura 18) o turismo. Há planos para a construção de um lago de peixes e um campo esportivo, reforçando a infraestrutura de lazer e comunitária.

FIGURA 18 - CASA DE PALAFITA É UM DIFERENCIAL DA ALDEIA BOROPÔ



FONTE: Plano de Visitação Balatiponé (2023)

Entre os pontos fortes da Aldeia Boropô estão o protagonismo indígena, a hospitalidade reconhecida por visitantes, e o engajamento com o turismo como oportunidade de futuro para os jovens da comunidade. No entanto, algumas necessidades ainda demandam atenção, como capacitação e aquisição de equipamentos para facilitar a venda do atrativo. A aldeia almeja também parcerias estratégicas com políticos, empresários, agricultores, o Grupo Barralcool e o Itamarati (Grandes indústrias sucroalcooleiras regionais), buscando viabilizar o crescimento sustentável do turismo local.

#### 4.2.2 Aldeia Katamã

O diagnóstico turístico da aldeia Katamã mostra que a atividade teve início em 2020 e há interesse da comunidade em expandi-la, como faziam anteriormente na aldeia Central-Umutina - visto que eram moradores daquela aldeia. A principal fonte de renda ainda é a agricultura familiar, complementada pela venda de artesanato e da pesca.

A aldeia tem potencial para desenvolver diversas modalidades de turismo, como Enoturismo, Ecoturismo, Turismo De Natureza, Cicloturismo, Cultural, entre outros. Doze moradores demonstraram interesse em atuar no turismo.

Entre os pontos fortes estão a proximidade com Barra do Bugres e os rios Paraguai e Bugres, o envolvimento cultural das crianças e a diversidade cultural. A Unemat, próxima da comunidade, é vista como parceira para formação, projetos e divulgação.

As fragilidades apontadas são a falta de estrutura para receber turistas (ocas, equipamentos náuticos, roteiros e projetos específicos). O objetivo da aldeia é aumentar as visitas, construir infraestrutura adequada (como locais de pernoite e cozinha) e firmar parcerias com instituições como a Unemat, políticos, empresas e o Ministério do Turismo.

#### 4.2.3 Aldeia Adonai

De acordo com o Diagnóstico realizado a Aldeia Adonai busca desenvolver o turismo como atividade complementar de renda. Apesar da seca entre maio e novembro (2023) limitar as atividades, a comunidade vê potencial no restante do ano. As opções de turismo incluem trilhas, canoagem com canoas de cocho, observação de animais, venda e



oficinas de artesanato, pesca artesanal (com destaque para a pesca do timbó), culinária e hospedagem tradicional. Oito moradores demonstraram interesse em atuar na área.

A aldeia se destaca pela tradição artesanal, pela pesca e pelo potencial para turismo rural. Há apoio de uma família local e oportunidades de capacitação por meio da Unemat.

Entretanto, existem desafios como a falta de infraestrutura básica (banheiros, hospedagem, água, sinalização, segurança, internet e equipamentos turísticos). A principal meta é fortalecer a venda de artesanato como fonte complementar de renda.

Parcerias com a Unemat e o Ministério do Turismo são vistas como estratégicas. Portanto, a Aldeia Adonai possui forte potencial turístico, mas precisa superar desafios estruturais para viabilizar um turismo sustentável e melhorar a qualidade de vida local.

#### 4.2.4 Aldeia Central (Umutina)

O diagnóstico da Aldeia Central, maior aldeia do território com cerca de 100 famílias, revela grande interesse da comunidade em desenvolver o turismo para aumentar a venda de artesanato e valorizar a cultura local. Há potencial para diversos segmentos turísticos, como o histórico-cultural, esportivo, gastronômico e observação da fauna.

Muitas pessoas estão dispostas a trabalhar com turismo e o artesanato é uma atividade econômica forte e diversificada. A aldeia se destaca por sua multiculturalidade, riqueza de matérias-primas, proximidade com Barra do Bugres e possibilidades como eventos e trilhas de ervas medicinais.

Na convivência com a comunidade, essencialmente nos eventos, é possível observar uma grande organização das apresentações culturais, principalmente das danças tradicionais, com as vestimentas e indumentárias.

Por outro lado, a aldeia enfrenta desafios como ausência de hospedagem e estrutura para eventos. Também há carência de projetos para organizar e estruturar os serviços turísticos. A meta é ter turismo com vendas mensais e valorização cultural. Parcerias com instituições como Unemat, empresas locais e políticos são vistas como estratégicas. A aldeia tem grande potencial turístico, mas precisa superar obstáculos para garantir uma estrutura adequada e aproveitar plenamente as oportunidades.

#### 4.2.5 Águas Correntes

Com o diagnóstico levantado, pode-se ver que para a aldeia Águas Correntes o turismo é uma forma de gerar renda, valorizar o trabalho local e transmitir conhecimento, encarando-o como uma evolução. Diversos segmentos são possíveis na aldeia, como Turismo Étnico, Ecoturismo, Rural, Gastronômico, de Experiência e Observação de Aves.

Muitas famílias demonstram interesse em atuar com turismo. O artesanato é forte, assim como a produção para consumo próprio, com potencial para eventos gastronômicos e turismo rural. A aldeia já tem uma associação com CNPJ e conta com projetos culturais e uma proposta de aldeia temática.

Quanto aos desafios, incluem falta de equipamentos, acesso precário, ausência de sinalização, divulgação e estrutura turística. A comunidade busca parcerias políticas e outros apoiadores para desenvolver o setor.

#### 4.2.6 Aldeia Uapô

O Diagnóstico mostra que a aldeia Uapo tem desenvolvido o turismo como uma importante fonte de renda para a comunidade, atraindo visitantes nacionais e internacionais. Ela oferece modalidades como Observação de Aves e Animais, Ecoturismo, Turismo de Saúde, Científico, Rural e Étnico. Destaca-se por ser a única aldeia da região com estrutura para pernoite e recepção de turistas.

Seus pontos fortes incluem a consciência ambiental e o uso sustentável do território. Por outro lado, enfrenta desafios como a falta de apoio externo, dificuldades em formar parcerias e problemas ambientais graves causados por pessoas fora da aldeia (desmatamento, pesca ilegal, caça, poluição e práticas predatórias).

A aldeia busca tornar o Turismo sua principal fonte de renda, de forma sustentável. Potenciais parceiros incluem a FUNAI, o Ministério do Turismo e artesãos de outras aldeias. Com investimento e apoio, a aldeia Uapô tem potencial para se tornar um modelo de Turismo Indígena Sustentável.

Observa-se que desde 2017 a aldeia e sua liderança tem muito engajamento para buscar desenvolver o turismo e elaborar o PV. Desde então, vem buscando se estruturar e implementar um roteiro turístico.

#### 4.2.7 Aldeia Massepô

A aldeia Massepô vê o turismo como uma oportunidade de fortalecer sua cultura e gerar nova fonte de renda. Atualmente, a comunidade vive do artesanato e da agricultura familiar (mandioca, milho, abóbora e café). Possui potencial para desenvolver segmentos como Pesca, Turismo Cultural, Histórico e Educacional.

A aldeia produz diversos tipos de artesanato e está unida em busca de parcerias e investimentos. Destacam-se como pontos fortes: a união familiar, a diversidade de atrativos, a valorização cultural e a presença de anciões envolvidos com a atividade.

Entre os desafios, assim como em outras aldeias, estão o risco de incêndios, acesso precário, internet instável e gestão de resíduos. A aldeia busca apoio de entidades como Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), Prefeitura de Barra do Bugres e o Governo do Estado para superar essas dificuldades.

O Diagnóstico apresentou que com investimentos e parcerias, o turismo pode melhorar a qualidade de vida e preservar o patrimônio cultural da aldeia Massepô. Conforme planejado no plano de visitação, um evento cicloturismo em Abril 2024 demonstrou a capacidade de organização da comunidade, além de ter facilitado a construção de uma cozinha, refeitório e uma grande casa tradicional (Xipá) para atender os visitantes.

#### 4.2.8 Aldeia Bakalana

Como demonstra o Diagnóstico, a Aldeia Bakalana possui grande potencial turístico devido à sua localização em uma mata rica em biodiversidade e elementos culturais e gastronômicos únicos. Com possibilidades de Turismo Étnico, Científico, Gastronômico e trilhas, além da produção artesanal (flechas, anéis, cestinhas, colares, etc.), a comunidade busca no turismo uma nova fonte de renda e fortalecimento cultural.

Entre os pontos fortes estão a presença de frutos nativos como bacaba, açaí e buriti, a abundância de tucum e a pintura corporal tradicional. Contudo, o turismo ainda é novo na aldeia e enfrenta desafios como a falta de estrutura, capacitação, comunicação,

mobilização comunitária e riscos como incêndios e ausência de manutenção nas áreas de visitação.

A aldeia pretende superar essas barreiras com parcerias e investimentos em capacitação, infraestrutura e apoio institucional, contando com aliados como a Unemat, Senai e a prefeitura. O objetivo da Aldeia é tornar-se um destino turístico sustentável, gerar renda, criar oportunidades e permitir o retorno de indígenas que estão fora da Terra Indígena.

#### 4.2.9 Análise Geral o Diagnóstico

A coleta de dados em campo da equipe técnica da consultoria, foi realizada em um período de cinco dias para cobrir as oito aldeias do projeto. Embora o documento menciona a importância da escuta comunitária em contextos étnicos complexos, um período tão limitado levanta questões se foram suficientes para levantar demandas de todas essas aldeias.

Vale destacar que o diagnóstico identifica ameaças graves como queimadas, destruição da mata nativa, caçadores ilegais, poluição de rios e pesca predatória, tanto de pessoas de fora do território, como do próprio povo. O documento foca na análise do potencial turístico apesar destas ameaças, sem detalhar explicitamente como o desenvolvimento do turismo, baseado neste diagnóstico, irá contribuir ativamente para mitigar ou combater estes problemas ambientais e de segurança.

Pode-se analisar que é constante nos diagnósticos a necessidade de apoio e investimento externos e a dificuldade em obtê-los. As oportunidades listadas frequentemente dependem de parcerias externas (Unemat, políticos, empresas, órgãos governamentais). Isto aponta uma vulnerabilidade significativa, afinal, o sucesso da implementação do PV derivado deste diagnóstico dependerá fortemente da concretização destas parcerias, o que não está garantido apenas com o diagnóstico.

A necessidade de roteiros integrados com outras aldeias aparece como um ponto fraco recorrente para várias aldeias. A análise individual por aldeia é detalhada, mas a forma como o diagnóstico avalia ou propõe a articulação e integração entre as oito aldeias no âmbito de um plano de visitação para o povo Balatiponé como um todo não é totalmente clara na proposta. Algumas ameaças até citam dificuldades de parcerias e "consciência do turismo" de outras aldeias, sugerindo que a integração não é um dado



adquirido e representa um desafio significativo que o diagnóstico identifica, mas cuja solução não é detalhada nestas partes do documento.

Na convivência com as comunidades, foi possível observar que algumas têm dificuldades em trabalhar com outras aldeias, o que dificulta fazer e implementar roteiros integrados, por isso, foi realizado um roteiro por aldeia, conforme sua potencialidade.

Embora a sustentabilidade e a valorização cultural sejam mencionadas como objetivos gerais do turismo no território, os detalhes nos quadros SWOT e objetivos específicos das aldeias tendem a focar-se mais nas necessidades de infraestrutura, atividades turísticas e geração de renda/emprego. Uma análise mais crítica poderia questionar se o diagnóstico detalhou estratégias concretas para garantir que o turismo se mantenha em linha com os princípios de autonomia e preservação cultural para além da identificação geral dos pontos fortes culturais.

O Diagnóstico fornece uma estrutura utilizando uma ferramenta padrão (SWOT) para identificar o potencial e os desafios do turismo em 8 aldeias do TI Umutina, com base em uma breve observação de campo e entrevistas. Reconhece a complexidade do contexto e a importância da participação comunitária e normativas específicas. Apresenta quadros detalhados por aldeia, listando potenciais atrativos, segmentos, necessidades e parcerias, que foram resumidos integrados no Quadro 11. As propostas sugerem que a limitação nos detalhes metodológicos apresentados, a complexidade do enfrentamento das ameaças ambientais e de acesso, e a forte dependência de fatores externos para a superação dos pontos fracos e aproveitamento das oportunidades são aspectos que requerem atenção crítica ao considerar a profundidade e suficiência deste diagnóstico para um planejamento de longo prazo em um território tão complexo.

QUADRO 11 - CONSOLIDADO DOS DIAGNÓSTICOS SWOT DAS ALDEIAS BALATIPONÉ

<b>Pontos Fortes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Engajamento e protagonismo indígena</li> <li>● Riqueza cultural e artesanato diversificado</li> <li>● Ancestralidade</li> <li>● Potencial de recursos naturais e Ecoturismo</li> <li>● Proximidade e potencial de parceria com a Unemat</li> <li>● Produção agrícola familiar e potencial gastronômico</li> <li>● Disposição para buscar apoio externo e parcerias</li> <li>● Potencial de geração de renda e desenvolvimento sustentável</li> </ul>
----------------------	---

<b>Pontos Fracos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso e sinalização precários</li> <li>• Marketing e comunicação deficientes</li> <li>• Ausência/Necessidade de roteirização e roteiros integrados</li> <li>• Falta de infraestrutura básica e equipamentos</li> <li>• Ausência de projetos estruturados para o turismo</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitações e cursos diversos</li> <li>• Parcerias estratégicas</li> <li>• Aproveitamento de recursos culturais e naturais para produtos turísticos.</li> <li>• Geração de emprego e renda para jovens</li> </ul>
<b>Ameaças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de apoio e investimento externos</li> <li>• Problemas ambientais críticos</li> <li>• Dificuldades de parcerias e consciência do turismo entre aldeias:.</li> <li>• Ausência de solução para o lixo. Internet precária</li> </ul>

FONTE: Elaborado pela autora (2025)

Os diagnósticos levantados para o Plano de Visitação Etnoturismo Balatiponé para as aldeias Boropô, Katamã, Adonai, Central, Águas Correntes, Uapô, Masepô e Bakalana revelam um panorama detalhado de seus potenciais e desafios. Ao consolidar as análises SWOT de todas essas comunidades, é possível identificar pontos em comum que são determinantes para o desenvolvimento do Etnoturismo na região.

As aldeias Balatiponé possuem potencial impulsionado pelo atrativo cultural, o engajamento comunitário e os recursos naturais. No entanto, a concretização desse potencial está intrinsecamente ligada à superação de desafios infraestruturais, à implementação de estratégias de marketing eficazes e, fundamentalmente, à captação de apoio e investimento externos. Durante a elaboração do Diagnóstico, ao se levantar as infraestruturas e estruturas necessárias para se desenvolver o turismo, tanto a aldeia Bakalana, como a Adonai preferiram sair do projeto nesse instante e entrar em outro momento que tivessem mais tempo de se organizarem. Assim, seis aldeias passaram a desenvolver os outros documentos necessários para implementação do turismo.

### 4.3 PLANO DE MARKETING

O "Plano de Marketing Turístico Balatiponé" (PMT) (disponível em QR Code no PV página 117) detalha uma estratégia para posicionar as seis aldeias do projeto, como um destino de Etnoturismo. O plano visa destacar as tradições culturais e a biodiversidade da região, oferecendo aos visitantes uma imersão autêntica na cultura indígena e experiências na natureza. Baseado em estudos de mercado e tendências turísticas, como a busca por experiências e Turismo de Base Comunitária, o documento estabelece objetivos para promover as aldeias a nível regional, nacional (curto prazo) e, posteriormente, internacional (médio/longo prazo), por meio de ações focadas em produtos, promoção e comercialização.

O PMT é um componente essencial do projeto mais amplo de desenvolvimento do turismo dentro da TI e integra-se com o PV e o Plano de Negócios. A sua confecção incluiu a participação ativa das lideranças, que contribuíram com a sua visão e preferências em relação ao tipo de visitante desejado. Atendendo o princípio de participação indígena no processo de planejamento turístico, como enfatiza Barretto (2005) que o planejamento turístico deve sempre incorporar a participação ativa da comunidade, valorizando o saber local e evitando projetos impostos por fora. A autora defende o modelo participativo ou transacional como base para o turismo sustentável e responsável.

O projeto Balatiponé almeja ser reconhecido como um ponto de Etnoturismo que oferece experiências de profunda imersão na cultura local e atividades em contato direto com a natureza. Além disso, o plano visa fortalecer o Etnoturismo no Mato Grosso e no Brasil e contribuir para resultados positivos por meio de práticas econômicas e sustentáveis nas terras indígenas.

A estratégia do PMT foca-se em estabelecer um posicionamento forte e distintivo, destacando os diferenciais únicos das seis aldeias. O grande destaque do Etnoturismo é a combinação harmoniosa entre a imersão no ambiente natural e a experiência cultural, tanto material quanto imaterial dos povos indígenas.

Para alcançar os objetivos, as ações do plano estão estruturadas em três eixos principais:

1. **Produtos e Serviços:** Organizar treinamentos contínuos para os anfitriões locais focando na qualidade dos serviços, proporcionar a vivência de todos os integrantes

das Aldeias para que saibam falar sobre o turismo e propor melhorias, e estabelecer parcerias com agências em Cuiabá que atuam no turismo de negócios para oferecer experiências complementares "*bleisure*" (combinação de trabalho e lazer)

2. **Promoção e Publicidade:** A estratégia é segmentada, alinhando a oferta aos padrões de consumo dos públicos-alvo, utilizando ações *online* e *offline*. Inclui a criação da marca turística "Balatiponé" com logo que destaca símbolos e traços típicos, desenvolvimento de um portal turístico online ([www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br)) que divulga atrações, serviços, eventos e vende artesanatos, além de formação de um banco de imagens, promoção de uma campanha "de dentro pra fora", para incentivar os locais a conhecerem as experiências, veiculação de publicidade em aeroportos de emissores principais para MT (a longo prazo), geração de conteúdo específico para agências e operadores, elaboração de materiais impressos segmentados e distribuição, utilização de redes sociais e marketing virtual e participação em eventos turísticos relevantes. Um mecanismo para monitorar os resultados das estratégias de comunicação deve ser desenvolvido.
3. **Comercialização:** Enfatiza a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam na venda, combinando atendimento ágil com personalização e humanização. A ascensão da internet e das plataformas digitais é um fator chave, que deve ser integrado. As ações incluem organizar *Press Trips* e *Fun Trips*, instituir um ponto de venda em Barra do Bugres (a longo prazo), realizar capacitações para agentes de viagens e operadoras, concretizar alianças com empresas de transporte, firmar parcerias com agências e plataformas de venda *online*, e proporcionar treinamentos contínuos para os encarregados de vendas nas aldeias.

O PMT também considera os mercados estratégicos, identificando a importância da proximidade com Cuiabá (porta de entrada para voos nacionais e internacionais) e cidades vizinhas (fluxo regional via terrestre). Turistas internacionais de países que frequentemente visitam o Brasil, como EUA, Argentina, e países europeus, são vistos como mercados-alvo. Há uma demanda crescente por experiências autênticas, sustentabilidade e imersão cultural.

O documento menciona que a concorrência no Etnoturismo em Barra do Bugres geralmente utiliza abordagens promocionais básicas, focando em aspectos naturais sem destacar a profundidade cultural. Isto representa uma oportunidade para as aldeias Balatiponé se diferenciarem por meio de uma identidade de marca mais autêntica. Na realidade não tem um outro produto de Etnoturismo no município.



O PMT é uma estratégia abrangente que busca, por meio de ações diversificadas e um posicionamento focado na autenticidade cultural e natural, tornar o Etnoturismo nas aldeias Balatiponé um segmento de destaque, gerando benefícios econômicos sustentáveis para as comunidades e promovendo a valorização da cultura indígena. Ele destaca que é preciso ter um monitoramento contínuo para adaptar as estratégias conforme as mudanças do mercado.

Portanto, o PMT Balatiponé é uma excelente estrutura, que pode ser considerado eficiente e promissor, pois tecnicamente ele é bem alinhado às diretrizes da FUNAI, e respeita os princípios fundamentais do turismo em terras indígenas. A presença de atividades culturais autênticas, formação de identidade visual própria, segmentação étnica do mercado e estrutura de capacitação contínua mostra que o projeto Etnoturismo Balatiponé segue um ótimo planejamento. Com poucos ajustes em termos de distribuição de renda e maior clareza sobre a autonomia nas vendas, o plano pode se tornar uma referência nacional de Etnoturismo responsável no Brasil.

O que se analisou nestes dois anos após a construção do PV e outros planos, que tanto a empresa contratada (mesmo sem alguma ligação contratual), até mesmo o município por meio da SEMDEMATUR e o governo estadual, continuam a dar suporte e monitoramento ao projeto de Etnoturismo Balatiponé.

#### 4.4 PLANO DE NEGÓCIO

O Plano de Negócio (PN) (disponível em QR Code no PV página 117), elaborado em dezembro de 2023 com a participação das comunidades indígenas do projeto, com a colaboração da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, por meio da SEMDEMATUR e da Empresa de Consultoria em Turismo, descreve um projeto de turismo nas seis aldeias do Povo Balatiponé. A partir da proposta diferencia-se do turismo convencional ao atrair viajantes que valorizam experiências genuínas e desejam contribuir para a valorização e sustentabilidade das comunidades locais. Espera-se que o projeto se torne uma fonte significativa de renda para as aldeias, fortalecendo a economia local e promovendo autonomia. Além disso, visa ser mais um instrumento de preservação cultural, permitindo ao povo Balatiponé reafirmar e partilhar a sua identidade e riqueza cultural. A estratégia geral é estabelecer um modelo de turismo que dê visibilidade à herança indígena, promovendo interações enriquecedoras.

O PN foi realizado para atender as exigências da FUNAI estabelecidas na IN 03/2015. Sua missão é impulsionar um desenvolvimento integrado e sustentável nas aldeias, valorizando a diversidade cultural e histórica, equilibrando modernidade e tradições com respeito às raízes. Ele tem uma visão para 2030 que é posicionar o Etnoturismo Balatiponé como referência nacional em excelência, reconhecido por experiências autênticas e baseadas no respeito pelo patrimônio cultural, histórico e natural. Os valores incluem Inovação, Cooperação, Qualidade, Empreendedorismo, Humanismo, Empatia, Parcerias, Associativismo, Competitividade, Sustentabilidade, Hospitalidade e Valorização.

As atividades oferecidas são diversas e refletem as tradições e particularidades de cada aldeia. Incluem atividades comuns como arco e flecha, artesanato, apresentações de dança e canto, trilhas, culinária, pintura corporal, entre outras. Algumas aldeias oferecem atividades específicas como passeios de barco, pescaria e hospedagem.

A liderança do projeto é distribuída entre os caciques das aldeias, cada um com atribuições específicas ligadas ao turismo, como gerir encontros culturais, preservar o artesanato, promover eventos desportivos ou focar no desenvolvimento sustentável e intercâmbio cultural.

A forma jurídica combina a autonomia de cada aldeia, que pode ter o seu próprio CNPJ para gestão financeira e administrativa independente, com a representação centralizada por meio da Associação Indígena Balatiponé. Esta estrutura permite flexibilidade operacional, diversificação de receitas e responsabilidade limitada por aldeia, enquanto a associação defende os interesses gerais, negocia acordos e obtém certificações. O enquadramento tributário é misto, utilizando o regime de Microempreendedor Individual (MEI) para pequenos negócios individuais e o registro como associação para iniciativas comunitárias. O MEI oferece simplificação administrativa, benefícios tributários e acesso a benefícios sociais, enquanto as associações permitem representação coletiva, flexibilidade na captação de recursos e governança participativa. A listagem dos CNPJs existentes mostra que algumas aldeias já operam como associações ou MEI, enquanto outras ainda não possuem CNPJ.

Não há um capital inicial estabelecido. O projeto é totalmente financiado pelos recursos próprios de cada aldeia, demonstrando autonomia e incentivando a gestão responsável, a fonte de recursos primária virá da venda de artesanato, atividades turísticas (oficinas, caminhadas, palestras), agricultura tradicional e eventos culturais. Fontes

externas incluem parcerias com agências de turismo, colaborações com ONGs e instituições e programas governamentais.

A análise de mercado indica que o Etnoturismo está crescendo no Brasil, sendo Mato Grosso um estado fértil para o segmento. Há uma procura crescente por experiências autênticas e sustentáveis. Barra do Bugres, localizada estrategicamente entre o Pantanal e a Amazônia, possui um patrimônio cultural e natural rico, atraente para este tipo de turismo. A infraestrutura local tem melhorado. Em relação à concorrência, há operadores tradicionais e especializados, mas existe uma oportunidade para o Povo Balatiponé se diferenciar com uma identidade de marca autêntica. Os clientes potenciais incluem turistas de Cuiabá, cidades vizinhas (em um raio de 350 km) e mercados internacionais interessados na cultura e natureza da região.

O plano financeiro projeta um investimento inicial estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por aldeia para melhorias e equipamentos (com exceção da Aldeia Central que não tem investimento inicial projetado), baseado nas infraestruturas existentes. As projeções de receitas para os primeiros 6 meses mostram um aumento gradual na ocupação e receitas significativas para as aldeias que oferecem pacotes de hospedagem e atividades (Aldeias Masepô, Águas Correntes e Uapo) e também para as que oferecem atividades pontuais (Aldeias Boropô, Katamã) ou eventos (Aldeia Central). As projeções de despesas mostram custos operacionais que crescem com o número de clientes.

A análise de ponto de equilíbrio demonstra que as aldeias atingem o equilíbrio financeiro com um número muito baixo de clientes por mês e evento (entre 2 e 3 clientes para a maioria das aldeias que vendem pacotes). O projeto é considerado viável devido aos baixos custos e alta lucratividade potencial. Todo o lucro será gerido pelas próprias aldeias, para investimentos ou poupança, com uma margem de 10% direcionada às empresas de turismo pela divulgação e venda. As projeções de fluxo de caixa para os primeiros 6 meses são totalmente positivas para todas as aldeias, mostrando um rápido retorno financeiro. A análise de Retorno sobre Investimento (ROI) confirma a alta lucratividade projetada para o período inicial.

Espera-se que os visitantes cheguem em seus próprios veículos. Todo o pessoal necessário para as atividades turísticas será composto pelos próprios membros das aldeias, sem contratação externa prevista.

#### 4.5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Além do Plano Marketing e do Plano de Negócio, outros documentos foram elaborados para auxiliar a implementação do turismo na comunidade Balatiponé, como o Plano de Sinalização, Apostila de Primeiros Socorro, Manual Expandido de Conduta e Boas Práticas, Manual com Estratégias de Impedimento de Bebidas e Drogas e a Cartilha de Resíduos Sólidos.

O Plano de Sinalização Turística da comunidade é um instrumento para promover a visibilidade do território e garantir segurança, acessibilidade e organizar o fluxo turístico da região. Ele apresenta qualidade técnica, respeito às leis, normas e integração cultural. Foi elaborado de maneira a ser um projeto de captação de recurso, em que apresenta os locais mais estratégico para receber placas de identificação, amparadas no: Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); Lei de Inclusão (nº 13.146/2015); NBRs específicas (como a NBR 9050 de acessibilidade); Normas de proteção de patrimônio (Decreto-Lei nº 25/1937).

Além do plano de sinalização, outros documentos foram criados para auxiliar a comunidade Balatiponé e o turista, sendo eles:

- **Apostila de Primeiros Socorro:** Disponível em QR Code no PV na página 117, ela aborda fundamentos teóricos e práticos do atendimento pré-hospitalar (APH), como reconhecimento de sinais vitais, controle de hemorragias, atendimento em casos de choque, fraturas, queimaduras, infarto, AVC, entre outros. Traz protocolos como o ABCDE do trauma, técnicas de mobilização e uso de desfibrilador, com linguagem acessível e orientações sobre o que fazer e o que evitar.
- **Manual Expandido de Conduta e Boas Práticas:** Disponível em QR Code no PV página 117); essencial para orientar visitantes de territórios indígenas sobre como agir de maneira respeitosa, sustentável e ética. São destacadas práticas como pedir permissão para fotos, seguir normas locais, apoiar a economia indígena, respeitar áreas sagradas e preservar o patrimônio cultural e natural. Incentiva a participação respeitosa em atividades culturais e reforça a proibição do álcool nos atrativos.
- **Manual com Estratégias de Impedimento de Bebidas e Drogas:** Disponível em QR Code no PV página 117; ele apresenta ações para prevenir o uso de álcool e drogas, com base na política de tolerância zero. As estratégias incluem: comunicação clara aos visitantes, educação e sensibilização com material



informativo, capacitação dos moradores em primeiros socorros e resolução de conflitos, monitoramento com pontos de verificação, e parceria com órgãos como FUNAI e instituições de saúde. A proposta visa garantir um ambiente seguro, saudável e coerente com os valores culturais das comunidades indígenas;

- **Cartilha de Resíduos Sólidos:** Disponível em QR Code no PV página 117; Propõe um plano de gestão de resíduos sólidos voltado às aldeias indígenas, buscando reduzir impactos ambientais sem desrespeitar a cultura local. As estratégias incluem a redução na fonte, separação correta dos resíduos, compostagem, reciclagem e descarte seguro. Valoriza a educação ambiental e a participação comunitária, propondo oficinas, materiais educativos, programas infantis e colaboração com organizações. Também trata do armazenamento adequado, descarte de resíduos especiais e reaproveitamento de resíduos alimentares e agrícolas, promovendo sustentabilidade e autonomia.

Como destacado no Plano de Marketing, o Plano de Visitação e seus documentos complementares, como foram elaborados e estão sendo implantados são um exemplo pioneiro e inspirador de Turismo de Base Comunitária que integra tradição, sustentabilidade e protagonismo indígena, servindo como modelo não apenas para o Brasil, mas para iniciativas de Etnoturismo em territórios tradicionais em todo o mundo.

#### 4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

O projeto de Etnoturismo na TI Umutina representa um avanço importante na valorização da cultura e na busca por alternativas sustentáveis de geração de renda para o povo Balatiponé. A adoção do Turismo de Base Comunitária e a elaboração de instrumentos técnicos como o Plano de Visitação e demais planos e documentos complementares mostram um esforço consistente para estruturar o turismo de forma responsável, respeitando a autonomia e os interesses das comunidades. O PV constitui a espinha dorsal para a implementação das atividades turísticas, sendo concebido com a participação ativa e a liderança do próprio povo Balatiponé, por meio das lideranças, especialmente os caciques das aldeias.

Por outro lado, apesar dos avanços, ainda persiste uma participação tutelada, indicando a necessidade de fortalecer a autonomia real das comunidades nas decisões e na gestão do turismo. Para alcançar maior efetividade e emancipação, é fundamental

aprimorar a infraestrutura, investir em capacitação contínua e criar mecanismos que garantam maior protagonismo indígena e fiscalização das ações públicas e privadas. Os documentos assumem um caráter mais técnico e operacional. Estes focam em metodologias práticas, diagnóstico de potencialidades e estruturação mercadológica do turismo, porém, com menos aprofundamento reflexivo sobre as relações de poder e participação comunitária. Esta pesquisa, portanto, complementa criticamente esses materiais, evidenciando como as estruturas de poder e a efetiva participação da comunidade influenciam os resultados obtidos em cada um desses documentos.

No caso específico do Plano de Visitação Balatiponé, percebe-se avanços no sentido de contemplar a participação das comunidades, respeitando aspectos culturais e ambientais, dentro da proposta do Turismo de Base Comunitária e Etnoturismo. Contudo, se faz uma crítica ao caráter ainda tutelado desse protagonismo, pois, embora as lideranças indígenas sejam ouvidas e participem das atividades, as decisões estratégicas e os marcos do planejamento seguem mais a lógica e os interesses das políticas públicas e consultorias contratadas, do que um real exercício de autodeterminação plena pelas aldeias. Assim, o PV Balatiponé, apesar de estruturado, ainda reflete as limitações práticas do protagonismo indígena em processos que deveriam ser efetivamente autônomos.

Após a anuência do PV, as comunidades que participam do projeto criaram uma agência receptiva com a finalidade gerar, vender e divulgar o Etnoturismo Balatiponé, já que havia algumas aldeias que tinham dificuldade de implementar o turismo.

## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

### 5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta a análise das entrevistas realizadas com lideranças indígenas, gestores públicos e consultores envolvidos no processo de elaboração e implementação do Plano de Visitação Balatiponé. As entrevistas semi-estruturadas foram transcritas na íntegra e, posteriormente, submetidas à análise qualitativa por meio de codificação temática. Inicialmente, realizou-se uma leitura dinâmica do material com o objetivo de captar as ideias centrais. Em seguida, foram definidos eixos de análise previamente fundamentados na revisão bibliográfica e nos objetivos da pesquisa. As falas dos participantes foram então codificadas em unidades de significado, agrupadas em categorias temáticas que emergiram tanto de forma indutiva (a partir dos dados) quanto dedutiva (a partir do referencial teórico). O processo foi sistematizado com o auxílio de tabelas/resumos, sistematizada se encontra no Apêndice 5. Ele permitiu organizar os conteúdos pelos temas recorrentes, facilitando a construção da análise. O objetivo central é examinar as relações de poder que influenciaram o planejamento turístico, a participação comunitária nas decisões, e o protagonismo indígena na gestão do turismo.

Os resultados estão organizados em três seções, correspondentes aos eixos teóricos discutidos na revisão da literatura (Capítulo 2):

- Seção 5.2: Dinâmicas de poder entre atores institucionais e comunidades;
- Seção 5.3: Políticas públicas e mecanismos de participação;
- Seção 5.4: Protagonismo indígena e desafios para o planejamento participativo.

A análise revela contradições entre o discurso de autonomia previsto na IN 03/2015/FUNAI e as práticas observadas, destacando avanços e obstáculos na implementação do Turismo de Base Comunitária.

O projeto PV Etnoturismo Balatiponé foi custeado com uma emenda parlamentar destinada pelo deputado estadual de Mato Grosso Gilberto Cattani. O projeto de Etnoturismo Balatiponé recebeu oficialmente no dia 29 de maio de 2024 a carta de anuência da FUNAI. A entrega da carta foi feita em Cuiabá durante o evento FIT Pantanal 2024, feita pelo próprio Cattani e pelo governador Mauro Mendes aos representantes do projeto. Como não foi possível na época entrevistar o deputado, obteve-se sua fala publicada no Jornal que a aprovação dos roteiros garante um meio de subsistência para as

aldeias, além de beneficiar a população com a possibilidade de conhecer de perto a tradição e cultura dos povos indígenas.

É uma forma de garantir aos nossos irmãos indígenas uma fonte de renda e dignidade, além de privilegiar os turistas do Mato Grosso, do Brasil e do mundo, que vão ter a oportunidade de conhecer de perto a cultura e estes lugares que são uns dos mais bonitos do nosso país”, disse o deputado. Deputado Gilberto Cattani (PowerMix, 2024).

## 5.2 RELAÇÃO DE PODER: A DINÂMICA DE INFLUÊNCIA, CONTROLE E DEPENDÊNCIA

Na revisão da Literatura, a discussão teórica sobre as relações de poder e políticas públicas se alicerça em autores como Foucault, Bourdieu e Clastres, destacando que o poder se manifesta de forma relacional, muitas vezes de forma sutil, pela tutela ou pelas regras impostas aos povos indígenas. Tem-se como problematização que, mesmo com políticas públicas destinadas ao Turismo Indígena (como a Instrução Normativa da FUNAI 03/2015), às comunidades continuam sujeitas aos processos tutelados, o que limita sua autonomia e coloca o Estado como mediador principal das decisões sobre seus territórios e formas de desenvolvimento.

Observa-se nas narrativas apresentadas que algumas comunidades conseguiram se envolver mais com a elaboração do Projeto, devido maior conhecimento de seus líderes sobre a atividade turística e outras que tiveram mais dificuldade de entendimento e de engajamento. Identifica-se essa importância na descrição de A2, que sempre esteve presente nas atividades relacionadas a implantação do turismo no território, desde as primeiras preparações para os Circuitos Umutinas (Programa Caminhada na Natureza em 2012), até o início das discussões sobre o PV (2017). O entrevistado A2 ainda complementa como ponto positivo em sua aldeia em relação ao turismo e a elaboração do plano, a presença de uma liderança feminina experiente frente às discussões e a existência de uma associação com uma estrutura comunitária e organização política consolidada. Por outro lado, ele descreve a atual burocracia para atender a Normativa, é o que nota-se em sua fala:

[...] O plano de visitação foi uma exigência colocada pela própria FUNAI e também pelos órgãos que ajudam a fiscalizar o turismo dentro das terras indígenas. Não é uma escolha nossa, é algo que tem que acontecer [...]. Muitas vezes o governo coloca uma norma e a gente tem que seguir. Não adianta querer fazer diferente porque senão o projeto não sai do papel.



Já para o entrevistado A1, houve no início algumas dificuldades para o entendimento do processo de elaboração do PV, dificultando a articulação interna. Assim como, entendeu que era burocrático, como identifica-se em sua fala:

[...]O Plano de Visitação? Pela prefeitura, a gente já havia trabalhando. Pela prefeitura até Brasília. [...] Na verdade tudo é dificultoso. Toda burocracia. Conseguimos trazer o pessoal do Estado.

Conhecendo a comunidade e sua liderança, compreende-se que há uma ação comunitária também ativa em algumas aldeias. Na entrevista com A3 ao falar da constituição da sua comunidade, do crescimento da aldeia, ele diz que mesmo lenta, ele teve autonomia. Pode-se observar que mesmo com uma formação relativamente recente, a aldeia tem uma dinamicidade territorial e uma forte organização, reflexo da liderança individual do cacique - isso é explicado por Wolf (1999), que refere-se ao poder individual, à potência capacidade que é tida como inerente em um indivíduo. O entrevistado destaca seu incômodo com o fato de ter que pedir autorização para fazer algo em seu próprio território: mas com baixo suporte estatal estruturado:

[...] Eu fico muito desgostoso quando há necessidade da gente fazer algo, não seria preciso mais para o estado eles acham que é preciso pra gente estar fazendo, porque eu acreditava que não precisava pedir permissão ou autorização pra fazer tal coisa. Mas infelizmente é o sistema. A gente precisa acompanhar o sistema, querendo ou não essa integração ela é necessária que aconteça [...]. Eu na verdade falo mais isso por causa que pelo tempo de trabalho que eu venho desenvolvendo e a gente começou a entender que só depois que você consegue, você conquista seu objetivo, você alcança realmente o respeito a dignidade. (A3, 2025).

E ainda descreve que o processo inicial da elaboração do PV começou de maneira errada e não foi bem compreendida pela comunidade: “Eu acho que começou de uma maneira errada, mas eu vejo que, era o que fazer, e a gente vai fazer de tudo pra que realmente der certo” (A3, 2025).

Outra modalidade de poder observado nos diálogos é o poder tático ou organizacional, relativos às capacidades de interação com outras, enfatizando os instrumentos que permitem que os controlem as ações de outros (Wolf, 1999). Observou ainda na fala de A3, que falta igualdade de poder interno, embora os povos indígenas estejam abrindo seus territórios ao turismo, o controle ainda está parcialmente nas mãos de atores externos, que detêm o conhecimento técnico, jurídico e os recursos financeiros. A

presença de técnicos externos e suas influências (da consultoria, do estado e da prefeitura) é bem vista, mas também revela uma dependência, o que pode minar a autonomia do processo.

Sempre tem uma pessoa, é uma das pessoas que tem interesse em ajudar, que foi realmente as pessoas que conversaram bastante: o município de Barra do Bugres, o próprio estado né na pessoa da Aline, na pessoa do professor, eu falo professor [...] que é uma das pessoas que vem sempre orientando e fazer o que é correto. (A3, 2025).

Para o entrevistado A5, o que se destaca na aldeia que foi inserido no plano é a estrutura doméstica e o trabalho coletivo que a aldeia tem. Assim, em sua fala apresenta como ponto positivo um cotidiano marcado pela autonomia produtiva, com um trabalho intenso dos moradores, o que garantiu ampliar a infraestrutura da comunidade, como energia elétrica, poço artesiano e horta familiar. Interessante notar que a liderança da aldeia, como outros membros da comunidade trabalham na escola Indígena Julá Paré, sugerindo que a instituição tem participação ativa nas políticas educacionais. Para A5: “Na maioria das vezes a escola Julá Paré é um elemento central de todas as questões políticas sociais do território.”

Contudo, apesar dos avanços, a aldeia ainda recorre à contratação de mão de obra externa para o trabalho na roça, o que sugere algumas limitações. A A5 destaca como o poder público e as normas estatais ainda exercem forte influência sobre a organização das ações turísticas nas aldeias, principalmente pela necessidade de cumprimento das exigências da FUNAI quanto ao Plano de Visitação. A própria inserção da sua aldeia no turismo foi mediada por reuniões e orientações de pessoas externas. O que pode ser averiguado na modalidade de poder estrutural, o poder de governança, da ação sobre a ação.

Embora a liderança dessa aldeia e das demais também compreendam o turismo como estratégia de geração de renda e visibilidade, às limitações financeiras e estruturais reforçam uma relação de dependência em relação ao Estado para realizar melhorias básicas (exemplo: estradas, infraestrutura). O entrevistado apresenta que o turismo: “Precisa melhorar muito, principalmente nessa questão de parceria. Porque exige, e nós não temos recursos, para por exemplo fazer uma estrada.” (A5, 2025)

Na entrevista com I6, essa relação de poder aparece de forma prática e concreta: ele relata que a iniciativa do turismo no território mesmo sendo iniciativa das comunidades, o turismo só pôde se consolidar com anuência formal da FUNAI e com a exigência da elaboração de um Plano de Visitação, em que as comunidades precisam se

submeter a processos burocráticos externos para legitimar suas ações internas, o que reforça a crítica sobre como as políticas públicas, apesar de proporem participação, ainda operam sob lógicas de controle e tutela. Assim, ele narra:

O plano foi feito mais com o pessoal da prefeitura, com o pessoal que já mexe com essas coisas, a gente foi mais ouvindo e aceitando porque é assim que funciona [...]. A gente sabe que se não seguir o que eles pedem, depois a gente perde a oportunidade. Então, tem que fazer certinho, do jeito que eles ensinam. (I6, 2025)

Ele ainda relata mais: “Veio muita gente de fora pra falar pra nós como era esse negócio de turismo, que tinha que ter um plano, que tinha que ter autorização, tudo isso.” Ele também reconhece que o processo trouxe benefícios, mas evidencia as tensões entre o desejo local e a regulamentação externa:

Ao perguntar sobre o que entende por turismo, o entrevistado A4 retrata o turismo como ferramenta de resistência cultural. Para ele, com a própria organização familiar inicial teve como objetivo principal o turismo na aldeia, aliar a vivência tradicional com o desenvolvimento do turismo sustentável. Sua visão positiva evidencia nessa resposta um esforço de integração entre saberes indígenas e não indígenas, utilizando trilhas, ervas medicinais, canoagem e danças como forma de compartilhar e valorizar a cultura com o visitante. Por outro lado, ele faz menção à dependência do “conhecimento de fora”, o que pode apontar para uma tensão entre autonomia e necessidade de validação externa. O entrevistado ainda analisa que desde 2017 as aldeias vêm lutando com a implantação do turismo no território, sendo que só foi possível o fechamento do Plano ao se contratar uma empresa de consultoria em 2023.

As entrevistas com I7, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo de Barra do Bugres (MT) e I8 (representante da empresa de Consultoria em Turismo), trazem elementos relevantes para uma análise crítica sob os três eixos principais desta pesquisa, as relações de poder e políticas públicas indígenas, a participação comunitária e protagonismo indígena no desenvolvimento do Turismo Indígena. Suas narrativas apresentam uma relação ambígua com as instâncias externas de poder (FUNAI, secretarias, técnicos, prefeitura, etc.). Para o entrevistado I7, embora haja interesse nas parcerias e na legalização das atividades, os indígenas demonstram desconfiança e cansaço diante das exigências burocráticas e das imposições legais, muitas vezes não compreendidas plenamente.

Ainda na explanação de A6, há uma dinâmica desigual nas relações entre poder público, empresa consultora e comunidade indígena. Para ele, de forma positiva, a empresa contratada assumiu a maior parte das atividades de elaboração do PV, o que levanta a preocupação sobre terceirização excessiva de um processo que exige sensibilidade cultural e escuta ativa. Ele esclarece que apesar da origem da demanda ser da comunidade, o poder decisório e a condução técnica do processo ficaram concentrados em atores externos, o que pode limitar a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas.

O projeto foi provocado pela própria comunidade Balatiponé, mas a Secretaria captou recurso por emenda parlamentar e contratou a empresa. [...] Nosso papel foi acompanhar, prestar contas, garantir que a empresa estivesse cumprindo o contrato. [...] Mas ficou na responsabilidade da empresa consultora de turismo a maior parte do processo de implantação do plano. (I7, 2025).

Ao entrevistar o representante I8 ele descreve que a participação indígena foi garantida formalmente, com consultas, atas e reuniões. Por outra perspectiva, ele diz que cada aldeia quis se posicionar de forma autônoma, recusando, por exemplo, a implantação de um roteiro integrado. Visto pela consultoria como um obstáculo logístico e estratégico: “Percebemos que cada aldeia queria trabalhar separadamente e não aceitaram um planejamento coletivo. A decisão política interna deles foi respeitada.”

Aqui, observa-se a convivência entre diferentes formas de organização cultural e empresarial. A decisão das aldeias de manter a autonomia e a individualidade em seus produtos turísticos reflete suas escolhas próprias e o desejo de preservar suas formas tradicionais de organização e gestão. A tentativa de padronização ou integração, mesmo que mais eficiente, pode silenciar diferenças culturais importantes. Por isso, há necessidade de uma discussão entre todos.

É evidenciado na fala de I6 as desigualdades nas relações entre diferentes atores envolvidos: a consultoria, o poder público (prefeitura e FUNAI) e os povos indígenas. Embora a Empresa de Consultoria em Turismo tenha sido contratada formalmente pela prefeitura, o controle efetivo sobre o processo decisório esteve muitas vezes nas mãos da consultoria e da gestão municipal, especialmente nas fases iniciais, como a definição do escopo do trabalho. Esta análise revela a dependência das comunidades indígenas em relação a políticas públicas e recursos externos, evidenciando uma relação de subordinação ao poder do Estado. A ausência de recursos é um entrave concreto para que o poder local se materialize em autonomia plena.

### 5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: DA CONSULTA À DECISÃO COLETIVA

As entrevistas analisadas apontam que a implementação do turismo nas aldeias Balatiponé reflete a centralidade das políticas públicas como indutoras das práticas locais, confirmando as reflexões de Corbari (2017; 2023) e Silvestre e Fontana (2023) sobre a participação comunitária frequentemente limitada por exigências externas. A narrativa mostra que houve envolvimento comunitário de algumas aldeias mais que outras, nas decisões e construção do plano. A participação ocorreu de forma prática, na identificação dos atrativos e no debate sobre o turismo. Para A2:

A comunidade participou nas reuniões, nas oficinas, principalmente na parte de identificar o que temos de atrativo, como a mata medicinal, as danças e as belezas naturais. [...] As reuniões ajudaram a gente a entender que o turismo precisa ser organizado, que a comunidade deve participar para decidir o que quer ou não mostrar.

Para a aldeia do entrevistado A1, no início houve confusão e desinformação, mesmo assim, o processo coletivo aconteceu, ele apontou: “O pessoal foi se animando, vieram”. O que identifica, para muitos, um primeiro contato com o turismo organizado e sinais fortes de aprendizado coletivo e empoderamento progressivo.

I8 menciona que o turismo é “uma atividade comercial” e que “pode dar lucro ou prejuízo”. Ainda que isso seja verdade no campo técnico, a lógica de mercado pode colidir com os princípios comunitários, de cooperação e de preservação cultural e ambiental, principalmente do território. Nesse diálogo, pode-se entender que falta uma reflexão mais profunda sobre os impactos do turismo na cultura local.

Podemos observar portanto que, mesmo com desafios como a falta de recursos, a capacitação adequada, a pressão de interesses comerciais e a desigualdade de poder nas relações com atores externos ainda persistem. Apesar destas complexidades, a participação comunitária é vista como um caminho para o empoderamento, a valorização cultural e o desenvolvimento socioeconômico sustentável para os povos indígenas. O processo revela desafios contínuos para a efetiva inclusão das vozes indígenas nas decisões que afetam seus territórios, . Um ponto fundamental é a capacitação, por exemplo, I8 comenta, por exemplo, que a ausência ocorreu pelo orçamento limitado do contrato, sendo para ele essencial para a autonomia indígena na implementação do plano.



A política pública, para o entrevistado I8, representa que a Normativa foi seguida formalmente, mas carece de articulação com outras políticas de apoio ao turismo, desenvolvimento local e autonomia indígena, como acesso a crédito, formação continuada, e infraestrutura. A ausência de previsão contratual para acompanhamento pós-projeto, por exemplo, evidencia lacunas nessa política pública. Ele ainda complementa que a proposta do plano é claramente de Etnoturismo, com foco na valorização da cultura e do território indígena.

Assim, podemos observar que participação comunitária indígena no planejamento turístico está diretamente relacionada ao direito à autodeterminação, à gestão territorial e à preservação cultural.

#### 5.4 PROTAGONISMO ÍNDIGENA E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Apesar das dificuldades locais, os diálogos mostram que o processo de implementação do Turismo está gerando capacidades das comunidades, fortalecimento das lideranças, aprendizado e criando condições para autonomia. É o que retrata toda a narrativa do entrevistado A4, que pode ser entendido nessa fala: “Tudo pra gente ainda é aprendizado.”

Essa pesquisa mostra como o protagonismo indígena no planejamento participativo é fundamental para o etnodesenvolvimento. Proença (2020) defende que o turismo deve ser uma ferramenta para fortalecer a autonomia das comunidades, valorizando os seus conhecimentos e tradições, e não apenas uma prática adaptada às exigências do mercado ou das políticas públicas.

O entrevistado I6 exemplifica esse protagonismo em sua fala sobre como a comunidade estruturou uma agência receptiva própria, formada por indígenas e voltada para a promoção do Etnoturismo. Ele destaca que as atividades foram pensadas coletivamente e que hoje a comunidade busca se qualificar, adaptar e inovar, mesmo que ainda dependa de regulamentações externas. Isso explica o posicionamento desta pesquisa sobre a busca por protagonismo e autonomia a partir da gestão interna das atividades e do território, mesmo dentro de um sistema que tende a limitar esse protagonismo. Martins *et al.*, (2019) descrevem como o protagonismo é elemento fundamental para garantir a sustentabilidade e a legitimidade das atividades turísticas. Resgatamos isso na fala de I6: “A gente procura mostrar nossa cultura, contar nossa história, porque isso é o que a gente tem de mais importante”.

A pesquisa centra-se na participação comunitária e no protagonismo como formas de democracia que garantem envolvimento direto das comunidades nas decisões (IN 03/2015). Sobre esse tema, A2 enfatiza a construção participativa na sua aldeia do plano:

“Todos davam opinião, todos davam sugestões. Não foi colocando dentro do plano coisas que a empresa queria”. Ele esclarece:

A gente foi entendendo que não adianta esperar só dos outros, temos que nos organizar como comunidade para que o turismo seja uma fonte de renda e de valorização da nossa cultura. [...] Hoje eu vejo que estamos mais preparados para tomar decisões, falar nas reuniões, dizer o que é importante para nossa aldeia. [...] Nosso protagonismo aparece quando mostramos nossa cultura, nossas danças, nossa medicina tradicional. Isso ninguém pode fazer por nós. (A2, 2025).

A participação ativa tem o potencial de fortalecer a autonomia e a capacidade de autogestão das comunidades tradicionais, aqui se relaciona com que traz Andrade e Cruz (2022), ao identificarem que o controle sobre o desenvolvimento do turismo nos territórios indígenas tenham decisões alinhadas com os seus valores e interesses a longo prazo. Observa-se que o grau de participação nas reuniões para o desenvolvimento do plano e das atividades turísticas varia entre as aldeias e as pessoas, mas no geral as entrevistas mostram um esforço de inclusão. Em vários casos, as decisões sobre o formato do plano e as ofertas turísticas foram coletivas.

A1 relata que na sua comunidade a participação foi crescendo ao longo do tempo, com reuniões e envolvimento de diferentes grupos na aldeia. Apesar de algumas dificuldades iniciais e limitações na comunicação, o esforço coletivo resultou em avanços, como a atração de visitantes e o fortalecimento da cultura local. Contudo, nota-se em sua fala que a participação poderia ser mais ampla e bem estruturada, indicando que há potencial para fortalecer ainda mais o envolvimento de toda a comunidade no projeto. Ele indica que internamente eles precisam melhorar essa questão da participação da comunidade, é o que se nota nessa sua fala: “Internamente nós precisamos melhorar.”

Os entrevistados demonstram também uma percepção do turismo como uma ferramenta de valorização cultural, geração de renda e até mesmo de reconstrução da identidade.

A2 relaciona turismo como ferramenta para luta contra o preconceito: “Diminuir o preconceito dos povos indígenas.” Ele vê o turismo como um resgate cultural e uma forma de integração com a sociedade: “Há uma necessidade dos indígenas de mostrar sua cultura e resgatar o que estava perdido.”

Ouvindo as narrativas das lideranças é possível compreender como os produtos da terra são potenciais para o turismo em suas aldeias, foi que destacou A2 e I6 ao falarem do café, e o A4 das ervas medicinais, ligando turismo à sustentabilidade econômica e ambiental, buscada por todo território Balatiponé.

Entre as questões apontadas nas entrevistas que podem ser vistas tanto no PV, quanto nos planos complementares, estão a falta de estrutura básica como grande barreira para o desenvolvimento do turismo: como as estradas, banheiros, transporte, internet, etc. Isso mostra um descompasso entre a intenção e a capacidade operacional, exigindo políticas públicas mais eficazes e direcionadas tanto ao Turismo Indígena, como em outros setores. Binafaré *et al.* (2016) retrata isso ao dizer que planejamento participativo enfrenta diversos desafios, que pode incluir a falta de recursos e capacitação, a pressão externa e interesses comerciais e turísticos, e desigualdade de poder nas relações com o Estado e outros atores envolvidos no setor turístico.

A1 destaca que o turismo tem ajudado a valorizar a cultura local, incluindo artesanatos e pinturas, fortalecendo a identidade indígena. Ao mostrar sua cultura para visitantes, os moradores se sentem mais valorizados e reconhecidos, o que contribui para o fortalecimento do sentimento de orgulho e autonomia. No entanto, também há uma percepção de que o processo poderia ser mais inclusivo e bem esclarecido, sugerindo que há espaço para ampliar o empoderamento, garantindo que mais pessoas participem e se sintam parte do projeto.

[...] a gente viu que foi um ponto positivo, porque ao mesmo tempo você vai trabalhar com turismo vai também aprofundar com a cultura. Aprofundar, conhecer mais a cultura do nosso povo.

Isso indica que o desafio está em fortalecer mecanismos comunitários duradouros, para que o turismo seja verdadeiramente gerido por todos, e não apenas por lideranças específicas.

Esse é o ponto mais fortalecido no discurso de I7, mas também merece uma análise mais crítica. Verifica-se que ao longo de 2024 até julho de 2025, a secretaria Municipal de Turismo de Barra do Bugres, fez várias ações que pudessem fomentar o turismo no território, tanto ações internas como externas, como incentivando os representantes do projeto a participarem de eventos nacionais e internacionais. Para o entrevistado, as ações resultaram em valorização da cultura, gastronomia, identidade e geração de renda, elementos que, quando bem conduzidos, podem transformar o turismo em uma ferramenta de etnodesenvolvimento.

Existe o risco do turismo ser visto apenas como solução econômica, sem considerar os impactos socioculturais e ambientais de médio e longo prazo. A ausência de mecanismos claros de gestão comunitária e controle do turismo é ainda uma lacuna.

A entrevista com I8 demonstra que houve múltiplas reuniões, escutas e adequações, com participação das lideranças, especialmente nas fases de diagnóstico e planejamento. A experiência com a Empresa de Consultoria em Turismo mostra avanços importantes, especialmente no respeito à Normativa da FUNAI e na realização de escutas locais. Por outro lado, a proposta da consultoria em um modelo mais eficiente de roteiro único, pode ser uma barreira no direito das aldeias à autodeterminação, já que muitas não conseguem trabalhar em conjunto com outra aldeia.

Portanto, políticas públicas mais integradas, baseadas nos princípios da autodeterminação, participação ativa e consulta prévia, são fundamentais para consolidar o Etnoturismo como um caminho legítimo de desenvolvimento.

A elaboração do Plano de Visitação Turística da comunidade Balatiponé demonstra uma iniciativa importante de integração entre políticas públicas e demandas indígenas. No entanto, há elementos que apontam tanto avanços quanto limitações.

I7 descreve que o plano surgiu de uma demanda da própria comunidade indígena, o que indica respeito à autonomia e protagonismo dos povos originários, ponto central nas diretrizes de políticas públicas voltadas às populações indígenas e atendendo a NI 03/2015. O uso de emenda parlamentar e a articulação com a Secretaria Adjunta de Turismo do Estado mostra um esforço interinstitucional para viabilizar ações voltadas ao desenvolvimento territorial indígena. O papel da secretaria foi mesmo gerir o PV, ficando responsável pela burocratização do processo (captação de recurso, contratação de empresa, prestação de contas).

Nesse sentido, a partir desta entrevista, pode-se verificar que o protagonismo da comunidade foi reconhecido, mas é preciso questionar em que medida as decisões centrais do plano (roteiros, forma de receber turistas, distribuição dos ganhos, salvaguardas culturais) foram feitas com autonomia plena pelos Balatiponé, ou se houve imposição sutil de lógicas externas. Ao falar sobre o trabalho desenvolvido na aldeia o entrevistado reflete sobre tudo que realizou até o momento:

Eu na verdade falo mais isso por causa que pelo tempo de trabalho que eu venho desenvolvendo e a gente começou a entender que só depois que você consegue você conquista seu objetivo, você alcança realmente o respeito a dignidade.(A3 2025).

E o que se discute nesse eixo, é que ainda que a política pública estimule o protagonismo, na prática, a autonomia continua limitada por dinâmicas institucionais e burocráticas externas. Os autores Corbari, Bahl e Souza (2016) destacam por exemplo, que em relação a Instrução Normativa nº 3/2015, ela regulamenta o turismo em terras indígenas e apesar de representar um avanço, ainda centraliza as decisões nas mãos do Estado, limitando a autonomia dos povos. Portanto, para que o turismo seja uma política pública transformadora, é necessário que a participação indígena ocorra desde o planejamento até a gestão e avaliação das atividades turísticas..

## 5.5 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

As entrevistas, assim como os meios para realizá-las, corroboram com a análise de que o Turismo Indígena no território Balatiponé é uma balança muitas vezes tensionada entre autonomia e tutela, participação e imposição, protagonismo e dependência de políticas públicas externas. Contudo, aponta também avanços concretos no protagonismo comunitário e na capacidade de adaptação das comunidades, que não apenas cumprem exigências formais, mas constrói caminhos próprios dentro de suas limitações. A partir das entrevistas realizadas com lideranças e representantes das aldeias Boropô, Águas Correntes, Katamã, Central, Massepô e do representante da Agência Receptiva Balatiponé foi possível identificar aspectos relevantes sobre as relações de poder, participação comunitária e protagonismo indígena no processo de construção e implementação do Plano de Visitação Turística no território Balatiponé/Umutina.

No que se refere à relação de poder, ficou evidente que o desenvolvimento das atividades turísticas ainda está fortemente condicionado à atuação e às diretrizes de instituições externas, como a FUNAI, a Prefeitura Municipal e órgãos estaduais. As falas destacam que a exigência da elaboração de um Plano de Visitação e o acompanhamento técnico dessas instituições são vistos como imposições necessárias para a legalização e a continuidade das atividades. Em diversos momentos, os entrevistados expressaram a percepção de que, mesmo desejando autonomia, precisam se adequar às normas e procedimentos definidos fora das comunidades. A escola indígena Julá Paré foi mencionada como espaço estratégico das discussões e articulações políticas. Observa-se que essas estruturas institucionais internas são mediadoras do processo decisório, seja para atividade turística, ou quaisquer outras ações realizadas no território.



Quanto à participação comunitária, as entrevistas revelam que, embora tenham existido reuniões, oficinas e momentos de consulta às comunidades, a participação foi heterogênea e, por vezes, em algumas aldeias, limitada. As lideranças relataram que a adesão comunitária oscilou entre o interesse inicial e o desânimo diante das burocracias e das dificuldades enfrentadas no processo. Ao mesmo tempo, reconhecem que as reuniões foram fundamentais para o fortalecimento da compreensão coletiva acerca da importância da organização e da construção conjunta das propostas. Algumas aldeias, ainda se encontram em um processo inicial de compreensão e envolvimento, tratando o turismo como uma oportunidade de aprendizado. Em outras, houve maior envolvimento na identificação e valorização dos atrativos culturais e naturais.

Por fim, no que se refere ao protagonismo indígena, as falas revelam um movimento em construção. As comunidades reconhecem que o turismo pode ser um instrumento de fortalecimento cultural e de valorização de suas identidades, especialmente por meio da promoção de seus saberes tradicionais, como o artesanato, das danças entre outros conhecimentos milenares. Lideranças demonstram consciência de que o protagonismo indígena requer organização interna e superação de desafios estruturais. Embora ainda dependentes de apoio externo, as comunidades mostram avanços em direção à autonomia e expressam o desejo de consolidar práticas turísticas que respeitem suas especificidades culturais e garantam benefícios diretos à coletividade.

A elaboração do Plano de Visitação é um exemplo concreto de como as políticas públicas para o Etnoturismo direcionam e moldam as ações locais, exigindo organização comunitária para se adequar às normas impostas. A partir dessa análise, as entrevistas indicam que as comunidades indígenas envolvidas vivenciam um processo de transição de uma posição de relativa passividade diante das normas estatais à respeito da atividade turística, para uma atuação mais consciente, participativa e protagonista, ainda que gradativa e marcada por desafios institucionais e internos. O fortalecimento da participação e do protagonismo é percebido como caminho necessário para a autonomia e para o desenvolvimento de práticas turísticas que valorizem as tradições e assegurem condições dignas às populações envolvidas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar a participação das comunidades indígenas Balatiponé-Umutina, localizadas no município de Barra do Bugres, MT, na elaboração e implementação do Plano de Visitação em seus territórios. A pesquisa não apenas responde às questões centrais propostas, como também oferece uma análise crítica, embasada e sensível às realidades das comunidades. Articula teoria, dados empíricos e recomendações práticas, em que algumas reflexões importantes emergem.

A análise desenvolvida ao longo da dissertação demonstra que os objetivos específicos propostos foram alcançados. Em relação ao primeiro objetivo: analisar o processo de desenvolvimento do plano na Terra Indígena Umutina, a pesquisa evidenciou que o PV Balatiponé foi construído de maneira coletiva, por meio de reuniões participativas, respeitando o modo de vida, os tempos e as decisões comunitárias. Esse processo revelou não apenas o caráter técnico do planejamento, mas também sua dimensão cultural e política, incorporando os saberes tradicionais como elemento estruturante da proposta turística. A pesquisa evidenciou também que, apesar da existência de instrumentos legais como a Convenção 169 da OIT e a Instrução Normativa nº 03/2015 da FUNAI, ainda há uma lacuna significativa entre o que está previsto na legislação e a efetivação desses direitos na prática. Os dispositivos legais oferecem diretrizes e asseguram o direito à consulta livre, prévia e informada, mas a sua implementação enfrenta resistências estruturais, políticas e culturais.

No que tange ao segundo objetivo: que buscava verificar as relações de poder ocorridas no planejamento e implementação do plano, a pesquisa identificou tensões entre os atores indígenas e instituições externas, como a FUNAI, a empresa de consultoria em turismo e demais órgãos envolvidos. A dissertação destaca como as comunidades indígenas buscaram negociar essas relações, reafirmando sua autonomia frente à tentativa de normatização externa.

Quanto ao terceiro objetivo; que consistia em identificar a participação das comunidades na implementação das atividades de elaboração do plano, a análise dos dados coletados, especialmente nas entrevistas, indica uma atuação ativa dos indígenas em todas as fases da construção do Plano de Visitação, ainda que com variações entre as aldeias no nível de engajamento. Mesmo assim, houve destaque para o protagonismo da comunidade Balatiponé em definir diretrizes e validar decisões. Constatou-se que a FUNAI, embora desempenhe um papel central, encontra-se limitada por dificuldades operacionais, além da

burocratização de processos. No geral, tem-se que a normatização do turismo por meio do PV é positiva no sentido de sistematizar a atividade e proteger os territórios, mas pode, paradoxalmente, inibir a autonomia das comunidades, ao impor estruturas que nem sempre dialogam com suas dinâmicas socioculturais.

Apesar dos entraves, a pesquisa aponta para avanços importantes, como o fortalecimento das lideranças comunitárias, a valorização de práticas tradicionais, o reconhecimento do turismo como estratégia de geração de renda e permanência territorial. Os dados indicam que, mesmo diante dos desafios, as comunidades têm buscado ocupar os espaços de decisão e ampliar sua capacidade gestora.

A análise da participação das comunidades indígenas Balatiponé-Umutina - Central (Umutina), Águas Correntes, Massepô, Boropô e Katamã - na elaboração do PV, permite compreender melhor as formas de organização comunitária e as estratégias utilizadas na construção de um turismo pautado na ressignificação cultural. Cada um dos três objetivos específicos foi efetivamente alcançado, conforme demonstrado ao longo da dissertação e reafirmado nesta conclusão.

Com base nos resultados desta pesquisa, é possível afirmar que as contribuições inicialmente propostas foram, em grande parte, concretizadas. A análise beneficiou diretamente as comunidades pesquisadas, ao reiterar o protagonismo indígena no processo de planejamento do PV, possibilitando a valorização de suas vozes e saberes. Aos participantes, foi oferecido um espaço legítimo de expressão, tanto às lideranças indígenas quanto aos representantes do poder público municipal e da consultoria externa, reafirmando suas atuações no contexto do Etnoturismo.

Indiretamente, a pesquisa contribuiu para a ampliação da visibilidade das comunidades indígenas envolvidas, destacando seus papéis no desenvolvimento turístico em seus territórios. Também promoveu um espaço de escuta e representação para gestores públicos e consultores, registrando suas ações, desafios e percepções. Para a ciência, esta dissertação amplia o conhecimento acadêmico sobre o Turismo Indígena ao discutir suas práticas, desafios, significados e necessidades específicas, oferecendo novos *insights* e perspectivas para pesquisadores e pesquisadoras da área.

Do ponto de vista social, os resultados serão sistematizados e devolvidos à comunidade por meio de uma cartilha digital (Apêndice 7), acessível e didática, servindo como material de divulgação científica e de retorno social. Tal ação visa sensibilizar a sociedade e fomentar o debate sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo em comunidades indígenas. Portanto, a dissertação reforça que o

Turismo Indígena, quando construído de forma participativa e respeitosa, pode contribuir com a valorização cultural, a autonomia dos povos originários e a transformação social mais ampla.

Nesse contexto, a pesquisa buscou compreender como o turismo pode ser implantado em territórios indígenas como instrumento de etnodesenvolvimento, priorizando a participação das comunidades e o protagonismo no planejamento e nas políticas públicas direcionadas aos povos originários. Também buscou entender como as relações de poder existentes interferem nos anseios e ações das comunidades no processo de implementação do turismo.

Embora o Plano de Visitação Balatiponé – Etnoturismo tenha sido aprovado em abril de 2024, e ainda esteja em fase de formatação e promoção dos roteiros, a pesquisa já revela elementos fundamentais sobre sua construção e aplicação. Por meio de leis e normativas, observa-se que a autonomia indígena ainda pode ser tutelada, como demonstra a IN 03/2015, que orienta os procedimentos, mas também burocratiza e exclui povos que não possuem terras homologadas, além de exigir conhecimentos técnicos que demandam a contratação de assessorias externas.

A partir da análise de conteúdo do plano e das entrevistas, foi possível observar que, embora o processo se declare participativo, em alguns momentos a participação se mostrou tutelada. A construção do plano carece, em certos pontos, de uma metodologia que assegure o protagonismo indígena desde o início do planejamento. É possível observar que o envolvimento das aldeias foi desigual, e a capacidade de mobilização variou conforme o grau de familiaridade com os instrumentos técnicos. Ainda assim, destaca-se um esforço coletivo das comunidades para apropriar-se do projeto e adaptá-lo às suas realidades.

Observa-se também que a fase de implementação do plano envolveu ações bem definidas, como cronogramas de visitação, medidas de segurança, gestão de resíduos e manuais de boas práticas, bem como planos de marketing e de negócios. A estrutura legal da atividade está sob responsabilidade da Associação Balatiponé, com CNPJs individuais por aldeia, o que garante maior autonomia na gestão financeira. A criação da identidade visual Balatiponé, o uso de plataformas digitais, a criação da agência receptiva e a segmentação da comunicação são estratégias que reforçam o potencial de fortalecimento da cultura e geração de renda. A rede de parceiros institucionais e técnicos é ampla, envolvendo desde a FUNAI até universidades, prefeituras, secretarias estaduais, SEBRAE e agências de turismo, o que demonstra um esforço multissetorial. A continuidade e o êxito

do plano dependem da manutenção desse apoio, da formação contínua dos anfitriões e da infraestrutura adequada nas aldeias.

A pesquisa também permitiu levantar algumas recomendações: a necessidade de capacitações específicas para as pessoas envolvidas na execução do plano e do turismo no território; o acompanhamento da revisão da IN 03/2015, incorporando diretrizes de monitoramento participativo; e o fortalecimento dos mecanismos de controle social pelas próprias comunidades. Evitar modelos padronizados e respeitar as decisões coletivas, mesmo quando desafiadoras, também se mostrou essencial.

Entre as limitações enfrentadas pela pesquisa, destaca-se a morosidade burocrática para autorização da entrada na terra indígena, o que impactou o tempo de coleta de dados. A comunicação com algumas lideranças também apresentou dificuldades. Por outro lado, o acesso à internet nas aldeias foi um facilitador importante no contato pós-campo.

Assim, esta dissertação traz uma contribuição ao propor uma reflexão crítica sobre o Turismo Indígena, fundamentado no etnodesenvolvimento e no protagonismo comunitário. Sugere-se que futuras pesquisas adotem uma abordagem antropológica mais aprofundada, com tempo de campo ampliado, e que explorem as implicações do turismo nos processos de reterritorialização e de reprodução cultural dos povos indígenas.

Para a comunidade Balatiponé, recomenda-se a criação de redes sociais oficiais, oficinas de comunicação e gestão turística, bem como projetos voltados à juventude e à preservação da ancestralidade, como o legado de Dona Sebastiana Uapodenopá, cuja arte de tecer a palha segue viva na memória e na identidade do seu povo.



## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, J. M. A.; CARVALHO, A. R. **O povo Umutina: passado – presente – futuro**. Unemat, 2020. Disponível em: <https://museucasaborges.wordpress.com/2020/09/26/balatipone-umutinapassado-presente-futuro/>. Acesso em 20 de jan. 2023.
- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Autonomia Libertária, Elefante, 2016.
- AGÊNCIA SENADO. **Em 2023, marco temporal colocou à prova harmonia entre os poderes**. 02 de Jan. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/02/em-2023-marco-temporal-colocou-a-prova-harmonia-entre-os-poderes>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- ALVERGA, C. F. R. P. **Democracia representativa e democracia participativa no pensamento político de Locke e Rousseau**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/1710?locale=es>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- ANDRADE, A B.; CRUZ, J. G.. O Lugar do Turismo no processo de gestão territorial e ambiental na terra indígena Mura do Careiro da Várzea-AM. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 22, n. 3, p. 61-75, 2022. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/2037>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. *In: Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 29-37, 2002. Disponível em: <http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/arquivos/02-Etnodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BARRETTO, M. *Turismo étnico y tradiciones inventadas*. Universidad de Caxias do Sul, **El encuentro del turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación**, v. 19, 2005.
- BARRETO, M.; BANDUCCI JR, A. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas–SP: Papiros, 2001.
- BARRETO, L. M. T. S.; SILVA, R. L. G. **Política Nacional de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas**. 2023a.

\_\_\_\_\_. **Turismo Responsável no Brasil**: subsídios e orientações técnicas. 2023b.

BINFARÉ, P. W.; CASTRO, C. T.; SILVA, M. V.; GALVÃO, P. L.; COSTA, S. P. Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, 2016. Disponível em: <https://sgr.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2793/1/Planeamento%20Turistico%20%281%29.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.747, de 15 de junho de 2012. **Institui a Política de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI**, e dá outras providências. Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Acesso em: 03 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. **Experiências do Brasil Original**. Disponível em: PROJETOEOB05.07\_VF.pdf ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 14 de ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acesso em: 5 dez. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023**. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14701.htm#promulgacao](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14701.htm#promulgacao). Acesso em: 5 jan.2025.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Manual de Ecoturismo Indígena**. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: **Caderno de Experiências**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). 1. ed. Brasília, 2019.

CABRAL, J. F. P. "A relação de poder entre os povos indígenas segundo Pierre Clastres"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-relacao-poder-entre-os-povos-indigenas.htm>. Acesso em: 13 nov. 2023.

CASTRAVECHI, L.; PEREIRA, W. Turismo Indígena em Campo Novo dos Parecis, Mato Grosso: uma análise da preservação cultural e histórica dos Paresí. **Ateliê do Turismo**, 2(1),

119-146, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/5920>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CAMINHO POLÍTICO. **Domingo de Sol e Caminhada na Aldeia Umutina (2013)**. Disponível em: <http://www.caminhopolitico.com.br/2013/07/domingo-de-sol-e-caminhada-na-aldeia.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CASTRO, D. T.; OLIVEIRA, I. P. **Descolonização do Saber: Paulo Freire e o pensamento indígena brasileiro**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/rLBpZJxyRLbvY3wZc5KTbbs/?lang=pt> Acesso 20 out. 2023.

CARDOSO, M. R.G.; DE OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

CAMINHADA NA NATUREZA. **CIRCUITO 2011**. Disponível em: <https://bbuon.blogspot.com/2011/07/caminhada-na-natureza-circuito-umutina.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CARVALHO, A. R. **Reunião na Umutina discute plano de visitação nas aldeias**. 2021. Disponível em: <https://www.barradobugres.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Reuniao-na-umutina-discute-plano-de-visitacao-nas-aldeias-3021/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. **Estão abertas as inscrições para Caminhada na Natureza: Circuito Umutina (2011)**. Disponível em: <https://www.barradobugres.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Estao-abertas-as-inscricoes-para-caminhada-na-natureza-circuito-umutina---118/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CARVALHO, A. R.; CAMPOS, D. **Sucesso Absoluto na Caminhada da Natureza (2011)**. Disponível em: <https://www.barradobugres.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Sucesso-absoluto-na-caminhada-na-natureza---circuito-umutina-em-barra-do-bugres---mt-158/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

COREZOMÁÉ, L.; GONÇALVES J. L.; LEMOS, F. Etnomotricidade dos povos indígenas da aldeia Umutina: contribuições para a educação das relações étnico-raciais. **EDUCERE**, 2013. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/9813\\_5197.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/9813_5197.pdf). Acesso em: 01 out. 2020.

COREZOMÁÉ, M. M. **Povo Balatiponé-Umutina: Passado, Presente, Futuro**. Disponível em: [POVO BALATIPONÉ-UMUTINA : Presente – Passado – Futuro \(wordpress.com\)](http://POVO-BALATIPONÉ-UMUTINA:Presente-Passado-Futuro.wordpress.com). Acesso em 20 de nov. de 2022.



COREZOMAE, M. M. *Matáre Pitukwá Makewá: Narrativa mítica e (re)significação entre o povo indígena Balatiponé-Umutina*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Faculdade de Ciências Aplicadas e Linguagem Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2017. Disponível em: [https://portal.unemat.br/media/files/Dissertacao\\_final-Marcio\\_Monzilar\\_Corezomae.pdf](https://portal.unemat.br/media/files/Dissertacao_final-Marcio_Monzilar_Corezomae.pdf). Acesso em: 04 nov. 2023.

CORBARI, S. D. **Povos indígenas e o turismo: o retrato das relações e dos impactos socioculturais nas teses e dissertações brasileiras**. Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade Federal do Paraná. 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38376>. Acesso em: 07 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Alternativas ao desenvolvimento, autonomia dos povos indígena e limitações: o caso do turismo em terras indígenas. **Revista de Turismo Contemporâneo - RTC**, v. 5, n. 2, p. 301-322. Natal, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/turismocontemporaneo/article/view/12497>. Acesso em: 07 nov. 2023.

CORBARI, S. D.; BAHL, M. Reflexões sobre Conceitos e Definições atinentes aos Tipos de Turismo e ao Turismo Indígena, v. 15, 2022. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/9.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. R. **Reflexões sobre conceitos e definições atinentes ao turismo envolvendo comunidades indígenas**. Repositório Institucional de la Universidade de Alicante, 2016. Disponível em: <https://investigacionesturisticas.ua.es/article/view/9369>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CORBARI, S. D.; MARTINS, M. R. Levantamento e Mapeamento de iniciativas de Turismo em Territórios Indígenas no Brasil. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**. 2023. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/11665>. Acesso em: 30 jun. 2024.

COSTA, A.; CHAVES, S. **Língua, luta e resistência na trajetória dos Povos Guarani**. 2020. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/projetoriosilveira/a-lingua/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, 2010.

DE FARIA, I. F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Número patrocinado por, p. 63, 2005. Disponível em: <https://www.pasosonline.org/Publicados/3105/PASOS05.pdf#page=73>. Acesso em: 30 jun. 2024.

DEL VALLE, S. O conceito de poder disciplinar no pensamento de Michel Foucault. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 18, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/14724>. Acesso em: 15 set. 2024.

ECO, H. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Editorial Presença, 2007.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FOUCAULT, M. A Governamentalidade. *In: Microfísica do Poder*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. Resenha de: DIA, Bibiana Soldera. Aedos. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 325-329, jun. / dez., 2008.

FREIRE, P. Conversa com Paulo Freire: **Linguagem e Poder**. Entrevista concedida a Virgínia Maria de Figueiredo e Tânia Maria Piacentini. Florianópolis, Perspectiva, 1985.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Instrução Normativa N. 03/2015 de Junho de 2015**. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos, em terras indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/in-03-2015.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GALERIA DE FOTOS CAMINHADA NA NATUREZA. **Caminhada na Natureza**. Disponível em: <https://www.barradobugres.mt.gov.br/Imprensa/Galeria-de-Fotos/Caminhada-na-natureza---circuito-umutina-2011-42/>. Acesso em mar. de 2024.

GASPARDO, M. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 65-88, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jGVkdSF8SjLPjQkxCckWTQG/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GÓMEZ, C.R.P. FALCÃO, M.C.; CASTILLO, L.A.G.; CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Vol. 13 N.º 5. Págs. 1213-1227. 2015. Disponível em: [https://www.pasosonline.org/Publicados/13515/PS515\\_15.pdf](https://www.pasosonline.org/Publicados/13515/PS515_15.pdf). Acesso em: 30 jun. 2024.

GUIMARÃES, F. O. Turismo Indigenista na Amazônia Legal: Atividade sustentável entre os detentores de um Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, v. 11, Dossiê Especial, p. 283-296, 2021.



Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/12706>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GRUNEWALD, R. A. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e póscolonialidade na região do Descobrimento do Brasil. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 13(2): 411–424, 2015. Disponível em: <https://www.pasosonline.org/Publicados/13215/PASOS41.pdf#page=143>. Acesso em: 30 jun. 2024.

HERTER DA SILVA, R.; KUHN JUNIOR, N. As Políticas Públicas e o Protagonismo Indígena: Uma interlocução necessária. **Revista Direitos Culturais**, 2018. <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/2390/1512> Acesso em 15 de outubro de 2023.

IBGE. **Base territorial, censos e povos e comunidades tradicionais**. 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101867\\_folder.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101867_folder.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

JESUS, D. L. N., MELO, M. R. S. Turismo Indígena: Herança e Identidade Cultural da Etnia Kadiwéu em Campo Grande-MS. **Comunicação & Mercado. Unigran**, vol. 04, n. 09, p. 185-196, ja-jun A2015. Disponível em: <https://ecodidatica.com.br/wp-content/uploads/2021/02/turismo-indigena-heranca-e-identidad-e-cultural-da-etnia-kadiweu-em-campo-grande-ms.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

JUNQUEIRA, C. **Antropologia indígena**: uma introdução: história dos povos indígenas no Brasil. (No Title), 1991.

LIMA, F, B, C SILVA, Y, F. Turismo comunitário e desenvolvimento local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia. 2019. Disponível em: Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia (redalyc.org). Acesso em 20 de maio de 2023.

LUÍNDIA, A. L. **Ecoturismo indígena**. Quito- Equador: Abya - Yala, 2007.

NU-SOL. **Carmen Junqueira (parte 1)**. YouTube, 20 de maio de 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aj3u3Fvi5mk&t=1440s>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

\_\_\_\_\_. **Carmen Junqueira (parte 2)**. YouTube, 20 de maio de 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w2ysUmGkeNY>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

\_\_\_\_\_. **Carmen Junqueira (parte 3)**. YouTube, 20 de maio de 2021c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OEUrdlpMyOE&t=69s>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

MACIEL, G. **Convenção 169 OIT - Bloco 5 - Eixo Temático 4**. Disponível em (1760) Convenção 169 OIT - BLOCO 5 - EIXO TEMÁTICO 4 - (Marcos Normativos sobre Povos Indígenas) - YouTube publicado em 12 de fev. 2024. Acesso em 23 mar. 2024.

MARQUEZ, L. A. M.; FALCÃO, M. T. Capacidade de carga turística na Trilha do Kuatá, Comunidade Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos, Pacaraima-Roraima. **Acta Geográfica**, v. 15, n. 37, 2021. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/6606>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARTINS, L. M.; SILVA, R. V. S.; VILAR, J. W. C.; NASCIMENTO, I. R. O protagonismo da comunidade no Planejamento Turístico Participativo. *In: Turismo em Foco – Volume 2/* Organização Editora Poisson – Belo Horizonte - MG: Poisson, 2019. Disponível em: <https://poisson.com.br/produto/turismo-em-foco-volume-2/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. Edusp, 2023.

MENEZES, A.P. Colônia agrícola nacional de Dourados—história, memória: considerações acerca da construção de uma memória oficial sobre a CAND na região da Grande Dourados. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1165>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MERELES, C. **Democracia Participativa É Possível?** Disponível em: <http://politize.com.br/democracia-participativa/>. Acesso em 20 de abril de 2024.

MONZILAR, E. B. Saberes e Memórias nos Territórios e nas Políticas. **VOZES INDÍGENAS**. São Paulo, 1 ed. p. 229-244, Hucitec, 2022.

\_\_\_\_\_. **Aprender o conhecimento a partir da convivência**: uma etnografia indígena da educação e da escola do povo Balatiponé-Umutina. 326 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

\_\_\_\_\_. **Território Umutina**: vivências e sustentabilidade. *Revista Tecnologia e Sociedade*, v. 14, n. 34, p. 122-143, 2018.

MUSEU CASA BORGES. **Povo Balatiponé-Umutina: Presente – Passado – Futuro**. 26 de setembro de 2020. Disponível em: <https://museucasaborges.wordpress.com/2020/09/26/balatipone-umutinapassado-presente-futuro/comment-page-1/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MUSEU DO ÍNDIO. **Os Umutina. Documentário de Harald Schultz [1945]**. 6 de dez. de 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_cdRnfy2660](https://www.youtube.com/watch?v=_cdRnfy2660). Acesso em: 20 de set. 2019.

OIT. **Convenção 169 OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e Desenvolvimento - Planejamento e Organização**. Atlas, 4ª ed. 2002.

OLIVEIRA, C. A. F. A Trajetória da Normatização do Turismo em Terras Indígenas: Práticas do Estado e dos povos indígenas. *Revista Turismo e Sociedade*. Curitiba, V. 14, n, p. 1-19, setembro-dezembro de 2021.

OLIVEIRA, L. S. **Etnoturismo Indígena: Princípios e Desafios**. Disponível em: <https://youtube.com/live/0NrnAkdO-Hw?feature=share>. Acesso em 18 de set. 2024.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA. Haliti-Paresi Obtém Anuência para Realização de Turismo de Base Comunitária na Aldeia Wazare. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/2022/01/28/haliti-paresi-obtem-anuencia-para-realizacao-de-turismo-de-base-comunitaria-na-aldeia-wazare/> Acesso em 30 de jan. de 2022.

PEREIRO, X. 2013. Los efectos del turismo en las culturas indígenas de América Latina. **Revista Española de Antropología Americana**, 43(1), 155-174.

PORTOCARRERO, J. A. B. **Tecnologia indígena em Mato Grosso: habitação**. Entrelinhas Editora, 2023.

PROENÇA, A R. G. B. **Turismo em territórios indígenas: desenvolvimento e impacto sociocultural na Comunidade Indígena Nova Esperança "Pisasú Sarusawa" (Amazonas - Brasil)** 17/10/2020 215 f. Mestrado em Turismo Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades

POWERMIX. Projeto de etnoturismo custeado com emenda de Cattani recebe carta de anuência da Funai. Disponível em: <https://www.powermix.com.br/politica/projeto-de-etnoturismo-custeado-com-emenda-de-cattani-recebe-carta-de-anuencia-da-funai/31194>. Acesso em 18 set. de 2024.

RAMOS, A C. **Turismo de Base Comunitária em Terras Indígenas e o Bem Viver**. Curitiba: 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/74943>. Acesso em 5 de Janeiro de 2023.

RAMOS, A. R.; MONZILAR, E. B. Umuti na: Um exercício de humanismo interétnico. **Série Antropologia**, Universidade de Brasília, v. 453, 2016.



REDECULTURAINDÍGENA. Uma História do Povo Umutina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iYQodlj9rEg>. Acesso dia 18 set. 2023.

ROSA, P. C.; ROSA, L. M. V.; NASSAR, P. M. Turismo indígena, protagonismo e desenvolvimento local: experiência na terra indígena Jaquiri, Médio Solimões, AM. **Revista Turismo Em Análise**, v. 31, n. 2, p. 381-399, 2020.

SANTOS, Karine da Silva et al. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. *Ciencia & saude coletiva*, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020.

SAMPAIO, C. A. C. Princípios para Pensar a Ecosocioeconomia do Turismo e sua Prática sob a Denominação Turismo Comunitário. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62595>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

SAMPAIO, C. A.C. Turismo Comunitário: turismo como fenômeno antropológico cultural, por Manfre Max-Neeff. Apresentação de Seminário na Disciplina de Turismo Comunitário. 18. out. 2023. Curitiba.

SECCHI, L; COELHO, F.S, PIRES, V. Políticas Públicas [livro eletrônico] : Conceitos, Casos práticos, questões de concurso. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zqwEEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=As+Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas+podem+ser+caracterizadas+em+quatro+tipos:&ots=Ri8YLiLk\\_&sig=0N2f6PfUU-7ILtjgUFdQqHbu16w&redir\\_esc=y#v=onepage&q=As%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20podem%20ser%20caracterizadas%20em%20quatro%20tipos%3A&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zqwEEAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=As+Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas+podem+ser+caracterizadas+em+quatro+tipos:&ots=Ri8YLiLk_&sig=0N2f6PfUU-7ILtjgUFdQqHbu16w&redir_esc=y#v=onepage&q=As%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20podem%20ser%20caracterizadas%20em%20quatro%20tipos%3A&f=false) São Paulo, 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2000.

SILVA, E. L. **Terra Umutina - Documentário**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Jornalismo Científico do LabJor, Unicamp Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0d1wqPyCshM> Acesso em 15 de maio de 2024.

SILVA, V. M. de F.; PIANCENTINI, T. M.. Conversa com Paulo Freire: linguagem e poder. **Perspectiva**, V.2(4), 47-5, (1985). Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8828/8171>. Acesso em 25 de maio, de 2024.

SOUZA, N. N. S. de; Irving, M. De A.; Souza, C. de M. & Lima, M. A. G. de. 2021. Turismo étnico indígena: definición conceptual, potencialidades y desafíos en Brasil. **Turismo, Visão e Ação**, 23(2), 308-328.

SCHULTZ, H.. **Vinte e Três Índios Resistem à Civilização**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

SHARPLEY, R. *Tourism and development theory: Which way now?*. **Tourism Planning & Development**, v. 19, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21568316.2021.2021475>. Acessado em 22 mar de 2024

\_\_\_\_\_. *Tourism and sustainable development: Exploring the theoretical divide*. **Journal of Sustainable tourism**, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2000. Acessado em 22 mar de 2024

\_\_\_\_\_. *Tourism, Sustainable Development and theoretical divide: 20 years on*. Disponível em <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1779732>. Publicado Exploring the Theoretical Divide. **Journal of Sustainable Tourism** em 15 de jun de 2020. Acessado em 22 mar de 2024.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, 84. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

SZTUTMAN, Renato. O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens. São Paulo: Edusp, 2008.

TANGARÁ DA SERRA. Edital de Licitação. **Pregão Eletrônico Nº41/2022**. Disponível em <https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?licitacoes=pregao-eletronico-no-041-2022>. Acesso em 20 de jul. de 2022.

THE NATURE CONSERVANCY. O Turismo Como uma Oportunidade de Renda para os Povos Indígenas: **Foi aprovado o primeiro plano de visitação de turismo indígena do estado do Mato Grosso, idealizado pelo povo Paresi**. Fevereiro 24, 2022. Disponível em: O turismo como uma oportunidade de renda para os Povos Indígenas (tnc.org.br). Acesso em 20 março de 2023.

UNEMAT. OFICIAL. Unemat, **Faculdade Indígena Intercultural**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8A7jQ6Cgfg&t=6s>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

VEAL, A.J. **Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo**. Aleph, São Paulo, 2011.

YÁZIGI, E. Ensaio Metodológico de Manejo Turístico em Áreas Indígenas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 137-183, dez. 2007.

YÁZIGI, E. A. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**. São Paulo: Plêiade, 2009.

WOLF, E. R. *Envisioning power: Ideologies of dominance and crisis*. Univ of California Press, 1999.



## **APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA LIDERANÇAS BALATIPONÉS**

Aldeias participantes do Plano de Visitação (Central, Boropo, Massepo, Katamã e Águas Correntes)

01- Fale um pouco da sua aldeia, famílias, moradores. Como se constituem?

02- O que você entende como turismo?

03- Como foi a decisão de ter o turismo na sua Aldeia?

04- Como você soube sobre a necessidade de um plano de visitação para ter turismo na sua Aldeia?

05- Como foram as reuniões/atividades para desenvolver o Plano de Visitação na sua aldeia?

06- Como foi a participação da sua comunidade nas atividades para elaboração do Plano de Visitação? (Quem participou? Como contribuiu?)

07- Como você avalia o processo de elaboração do Plano de Visitação? E a implantação do Plano de Visitação na sua aldeia?

## **APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA AGÊNCIA DE TURISMO BALATIPONÉ**

- 01- Quando foi constituída a Agência receptiva?
- 02- Como é constituída a Agência?
- 03- Como foi a decisão de ter o turismo no Território Umutina?
- 04- Quando começaram as atividades de Turismo no Território?
- 05- Como você soube sobre a necessidade de um Plano de Visitação para ter turismo no Território?
- 06- Como foram as reuniões/atividades para desenvolver o Plano de Visitação?
- 07- Como foi a participação das comunidades nas atividades para elaboração do Plano de Visitação?
- 08- Como você avalia o processo de elaboração do Plano de Visitação? E a implantação do Plano de Visitação no território?
- 09- Você participou de alguns eventos turísticos para apresentar o projeto Etnoturismo Balatiponé, quais foram eles e quando?
- 10- Como você avalia essa participação nesses eventos? Fale um pouco do que aprendeu

**APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO DE BARRA DO BUGRES**

01- Qual o papel da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo de Barra do Bugres, MT para a elaboração do Plano de Visitação Turística, Ecoturismo Balatiponé?

02- A secretaria participou das atividades para implantação do Plano de Visitação?

03- Como foi a participação das comunidades nas atividades para elaboração do Plano de Visitação?

04- Como foram as reuniões/atividades para desenvolver o Plano de Visitação?

05- Como você avalia o processo de elaboração do Plano de Visitação? E a implantação do Plano de Visitação no território?

#### **APÊNDICE 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA EMPRESA DE CONSULTORIA EM TURISMO**

01- Qual o papel da Empresa de Consultoria em Turismo para a elaboração do Plano de Visitação Turística, Ecoturismo Balatiponé?

02- Como foram as reuniões/atividades para desenvolver o Plano de Visitação?

03- Como foi a participação das comunidades nas atividades para elaboração do Plano de Visitação?

04- Como você avalia o processo de elaboração do Plano de Visitação? E a implantação do Plano de Visitação no território?

## APÊNDICE 5 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado	Relação do Poder	Participação Comunitária	Protagonismo Indígena
A1	<p><b>Análise:</b> A condução do processo iniciou pela prefeitura e articulação política fora da aldeia. A burocracia e a dependência de órgão externos dificultam o desenvolvimento do território, as ações precisam ser validadas.</p> <p><b>Falas:</b> “O Plano de Visitação? Pela prefeitura, a gente já havia trabalhando. Pela prefeitura até Brasília.”</p> <p>“Na verdade tudo é dificultoso. Toda burocracia.”</p> <p>“Conseguimos trazer o pessoal do Estado.”</p> <p><b>Palavras-Chaves:</b> Prefeitura, Burocracia, Validação, Política Externa.</p>	<p><b>Análise:</b> A comunidade, no geral, apoiou a ideia do turismo, motivada pela valorização da cultura local. Contudo, na sua aldeia nem todos participaram igualmente. No início houve confusão e desinformação. Mesmo assim, com falhas e limitações, as reuniões e o processo coletivo aconteceram.</p> <p><b>Falas:</b> “Na verdade partiu de todo mundo né, todo mundo abraçou porque viu a importância do turismo.”</p> <p>“Cada reunião teve reunião, aqui na Central e nas aldeinhas.”</p> <p>“No começo teve. Na verdade até eu, ficar mais à parte. Aqui chegou muita conversa.”</p> <p>“O pessoal foi se animando, vieram.”</p> <p><b>Palavras-Chaves:</b> Confusão, Reuniões, Apoio Parcial, Valorização cultural</p>	<p><b>Análise:</b> Reconhecimento que o turismo fortalece o conhecimento e a preservação da cultura indígena. A valorização dos artesanatos e das tradições aparecem como uma iniciativa que depende diretamente da própria comunidade. Ainda assim, ele afirma que a aldeia precisa melhorar, mostrando uma autocritica e que o protagonismo ainda está em construção e enfrenta desafios.</p> <p><b>Falas:</b></p> <p>“Teve uns grupinhos. Poderia ser bem melhor.”</p> <p>“Pontos positivos. Aparentemente deu certo”.</p> <p>“Internamente nós precisamos melhorar.”</p> <p><b>Palavras-Chaves:</b> Artesanato, Cultura, Aprendizado, Melhoria.</p>
A2	<p><b>Análise:</b> O poder de decisão e as regras são imposições de fora.</p> <p><b>Falas:</b> “O plano de visitação foi uma exigência colocada pela própria FUNAI e também pelos órgãos que ajudam a fiscalizar o turismo dentro das terras indígenas. Não é uma escolha nossa, é algo que tem que acontecer.”</p> <p>“Muitas vezes o governo coloca uma norma e a gente tem que seguir. Não</p>	<p><b>Análise:</b> A narrativa mostra que houve envolvimento comunitário nas decisões e construção do plano. A participação ocorreu de forma prática, na identificação dos atrativos e no debate sobre o turismo.</p> <p><b>Falas:</b> “A comunidade participou nas reuniões, nas oficinas, principalmente na parte de identificar o que temos de atrativo, como a mata medicinal, as danças e as belezas naturais.”</p> <p>“As reuniões ajudaram a gente a entender</p>	<p><b>Análise:</b> O protagonismo indígena está sendo construído e fortalecido, principalmente no reconhecimento do próprio valor cultural e na tentativa de assumir responsabilidades no desenvolvimento das atividades turísticas.</p> <p><b>Falas:</b> “A gente foi entendendo que não adianta esperar só dos outros, temos que nos organizar como comunidade para que o turismo seja uma fonte de renda e de</p>



	<p>adianta querer fazer diferente porque senão o projeto não sai do papel.”</p> <p>Palavras-chaves: Imposição, Normas Externas, FUNAI, Obrigatoriedade</p>	<p>que o turismo precisa ser organizado, que a comunidade deve participar para decidir o que quer ou não mostrar.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Reuniões, Oficinas, Identificação de Atrativos.</p>	<p>valorização da nossa cultura.”</p> <p>“Hoje eu vejo que estamos mais preparados para tomar decisões, falar nas reuniões, dizer o que é importante para nossa aldeia.”</p> <p>“Nosso protagonismo aparece quando mostramos nossa cultura, nossas danças, nossa medicina tradicional. Isso ninguém pode fazer por nós.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Organização comunitária, Cultura, Autonomia.</p>
A3	<p><b>Análise:</b> Estado e técnicos externos orientam e apresentam regras; dificuldade em conquistar autonomia. Submissão e desigualdade de poder. Dificuldade da comunidade de entender o processo no início.</p> <p>Falas: “Eu fico muito desgostoso quando há necessidade da gente fazer algo, não seria preciso mais para o estado eles acham que é preciso pra gente estar fazendo, porque eu acreditava que não precisava pedir permissão ou autorização pra fazer tal coisa. Mas infelizmente é o sistema. A gente precisa acompanhar o sistema, querendo ou não essa integração ela é necessária que aconteça.”</p> <p>“Eu acho que começou de uma maneira errada, mas eu vejo que, era o que fazer, e a gente vai fazer de tudo pra que realmente der certo.”</p>	<p><b>Análise:</b> Participação com dificuldade, reuniões desgastantes, mas reconhecida como necessária e engajamento.</p> <p><b>Falas:</b> “Houve algumas reuniões, pra falar sobre o plano. Eu sei que pra quem fez o plano realmente foi muito cansativo.”</p> <p>“As reuniões são difíceis de acontecer, que seja presencial ou on-line.”</p> <p>“Nós vimos oportunidade pra fazer o que nós queríamos realmente.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Reuniões, Cansaço, Oportunidade, Engajamento</p>	<p><b>Análise:</b> Protagonismo pessoal e familiar, mas sente-se limitado pelas exigências e pela falta de estrutura. A busca pela autonomia e respeito é o motor desse protagonismo.</p> <p><b>Falas:</b> “Eu particularmente tenho enfrentado muita dificuldade devido à estrutura, devido à logística.”</p> <p>“Eu particularmente mesmo não tendo estudo, mas tudo eu corri atrás, eu consegui.”</p> <p>“Hoje eu tenho pra mim, as pessoas tem muito respeito por mim, é em consideração.”</p> <p>“Minha esposa que sempre deu muita força pra mim e tem aí meu irmão [...], também que não mede esforços.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Respeito, Esforço Pessoal, Família, Logística</p>

	<p>“Sempre tem uma pessoa é uma das pessoas que tem interesse em ajudar, que foi realmente as pessoas que conversaram bastante o município de Barra do Bugres, o próprio estado né na pessoa da Aline, na pessoa do professor, eu falo professor [...] que é uma das pessoas que vem sempre orientando e fazer o que é correto.”</p> <p>“Eu na verdade falo mais isso por causa que pelo tempo de trabalho que eu venho desenvolvendo e a gente começou a entender que só depois que você consegue você conquista seu objetivo, você alcança realmente o respeito a dignidade.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Regras externas, Submissão, Sistema Estatal, Orientação Técnica</p>		
A4	<p><b>Análise:</b> A comunidade tinha pouco ou nenhum conhecimento prévio sobre a necessidade legal e institucional para desenvolver o turismo. Com os consultores e a articulação com a FUNAI e lideranças locais permitiram entender o que poderia ou não ser feito de forma legalizada.</p> <p>As dificuldades enfrentadas para obter infraestrutura básica (auditório, banheiros, transporte, etc) mostram que, mesmo com políticas públicas, ainda há ausência de apoio efetivo e de recursos para infraestrutura, limitando a autonomia da aldeia no turismo.</p>	<p><b>Análise:</b> Um envolvimento comunitário, mas de aprendizagem. Houve participação da comunidade, mas de forma limitada a núcleos familiares. A participação das aldeias foi afetada por fatores internos, como saúde e dificuldades pessoais. O projeto acabou sendo levado adiante por um pequeno grupo.</p> <p>O turismo ainda é conduzido mais por vontade individual e familiar do que por um consenso mais amplo da comunidade.</p> <p><b>Falas:</b> “Aqui dentro nós tivemos mais de cinco reuniões, junto com Arthur e com Sidney.”</p> <p>“Trabalhamos tentando junto à Aldeia Barreiro, mas ela ficou de fora porque no</p>	<p><b>Análise:</b> Protagonismo ainda frágil, comunidade está aprendendo a lidar com as demandas e precisa de mais apoio e contínuo para se consolidar como uma atividade sustentável.</p> <p><b>Falas:</b> “Aqui na aldeia [...] Katamã mora eu, em três famílias ainda, quatro famílias. A gente está construindo ainda, veio pra cá com intuito de trabalhar turismo também junto com a base da nossa cultura.”</p> <p>“Temos a mata medicinais, temos o rio pra trabalhar com canoagem, temos dança cultural, mulheres que fazem artesanato, homens também arco e flecha.”</p>



	<p><b>Falas:</b> “A gente foi trabalhando assim sem conhecimento, aí veio o Sidney e o Artur falando sobre a questão da legalidade, junto à FUNAI, junto à parceria, junto né, que nós somos de Barra do Bugres. O trabalho foi aprovado, né, cacique daqui, mais o Paulo, mais outro cacique. Ficou comprovado que poderia ser aceito.”</p> <p>“A gente achava que tinha que correr atrás de parceria, buscar pra poder, pra tudo aquilo, tinha um auditório, tinha os banheiros, tinha tudo aquilo lá pra poder estar atendendo o pessoal que chega.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Legalização, FUNAI, Parcerias, Falta de Infraestrutura</p>	<p>momento meu cunhado estava com problema de saúde. Mesmo assim, a gente inclui ele também porque faz parte.”</p> <p>“A participação ficou nós aqui que somos quatro famílias.”</p> <p>“Minha esposa, alguém da família dela que mora lá na aldeia de lá, ficou pra ficar na parte de cá pra entrar com turismo aqui.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Núcleo Familiar, Dificuldades Internas, Reuniões</p>	<p>“A gente fez essa linha aí, então ficou nós aqui pra poder trabalhar.”</p> <p>“Tudo pra gente é aprendizado. A gente tem sempre lutado pra entender, começando ainda, a conhecer.”</p> <p>“Do plano deu tudo certo. Fomos de ônibus, passeio de barco, um ponto muito positivo. A questão da alimentação, da comida típica. Graças a Deus deu tudo certo.”</p> <p>“Que a gente possa alavancar cada vez mais.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Cultura, Aprendizado, Turismo Local, Início.</p>
A5	<p><b>Análise:</b> Decisões políticas centralizadas na Escola Julá Paré; dependência de recursos externos para infraestrutura.</p> <p><b>Falas:</b> “Na maioria das vezes a escola Julá Paré é um elemento central de todas as questões políticas”</p> <p>“Precisa melhorar muito, principalmente nessa questão de parceria. Por que exige, e nós não temos recursos, para por exemplo fazer uma estrada.” sociais do território.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Escola Julá Paré, Recursos Externos, Centralização.</p>	<p><b>Análise:</b> Participação por meio das reuniões escolares e comunidade decidiu aderir.</p> <p><b>Falas:</b> “Foi a partir da comunidade a busca da atividade turística. Foi consenso da equipe.”</p> <p>“Então, eu participei lá, então eu vinha e falava tudo que aconteceu na reunião.”</p> <p>“A gente dividiu, a gente começou a fazer o estudo. O Sidney veio e explicou.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Reuniões Escolares, Decisão Comunitária, Estudo.</p>	<p><b>Análise:</b> A decisão foi comunitária, mas com limitações de infraestrutura que impedem maior autonomia</p> <p><b>Falas:</b> “Eu vejo que foi importante para o povo Balatiponé. Eu posso falar daqui da [...] , teve assim, grande visibilidade.”</p> <p>“Aqui nós plantamos, desde então que nós começamos nós plantamos plantações, variedades tipos de plantações.”</p> <p>“Foi então que a gente decidiu entrar nesse desafio. E assim a gente entrou.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Agricultura, Visibilidade, Desafio, Consenso.</p>

I6	<p><b>Análise:</b> Turismo condicionado às exigências de políticas públicas externas, especialmente da FUNAI, que detém o poder normativo e jurídico para autorizar e validar atividades. A burocracia e as exigências legais centralizam as decisões, criando uma relação de dependência da comunidade indígena com os órgãos estatais.</p> <p><b>Falas:</b> “Quando se falou em realmente estruturar o turismo como uma atividade econômica, ele foi buscar informações, descobrimos que a FUNAI tinha portaria né, onde estabelecia as regras pra desenvolver essa atividade.”</p> <p>“Então, é, a gente vem fazendo algumas adequações, melhorando infraestrutura, fazendo treinamentos, capacitações, né, até mesmo para renovação da anuência por parte da Funai para estar regulamentada a atividade dentro do nosso território.”</p> <p>“O plano de visitação tinha que ser construído com a comunidade. Ouvindo cada comunidade, estabelecendo as regras, dos critérios, o que seria ofertado.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> FUNAI, Normativa, Anuência, Infraestrutura, Regulação.</p>	<p><b>Análise:</b> Participação ativa do processo, principalmente nas reuniões e definições das regras locais para a recepção dos turistas. As ações como a participação em feiras e eventos reforçam que a comunidade esteve envolvida não só na construção interna do Plano, mas também na divulgação externa, mostrando um movimento coletivo e organizado para garantir a inserção do projeto no mercado turístico. Esse envolvimento identifica uma participação comunitária efetiva.</p> <p><b>Falas:</b> “Na nossa comunidade aqui teve uma participação efetiva de todos os moradores, né, foram ouvidos. Manifestando também interesse né e definidas atribuições de cada uma nesse contexto.”</p> <p>“Desde o ano passado a gente tem participado de feiras com objetivo de divulgar o território.”</p> <p>“Também participamos da Expo lá na Aldeia Wazare em Campo Novo dos Parecis, onde foi lançada a rota do Etnoturismo.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Reuniões, Feiras, Eventos, Atribuições.</p>	<p><b>Análise:</b> Construção do protagonismo indígena por meio da criação da agência receptiva e da atuação direta das lideranças e famílias locais na gestão e comercialização do turismo. Apropriação do processo pela comunidade, que assume a condução das atividades e busca formas de fortalecer sua autonomia econômica e cultural. O protagonismo é demonstrado não só na operacionalização do turismo, mas também na inserção ativa nos circuitos de promoção e comercialização, mostrando um movimento concreto de fortalecimento interno e externo da comunidade.</p> <p><b>Falas:</b> “A agência receptiva foi constituída para fazer esse trabalho que de realmente acompanhar, vender os pacotes, acompanhar as atividades, dentro do território.”</p> <p>“Hoje nós somos três pessoas [...], a gente vem fazendo esse trabalho de divulgação, de apresentação do projeto de Etnoturismo nos eventos.”</p> <p>“O projeto Balatiponé passa a ser a vitrine aqui, a chegada dessa rota Chapada dos Parecis e a rota do Etno.”</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Agência Receptiva, Autonomia, Mercado, Divulgação.</p>
I7	<p><b>Análise:</b> O poder político do</p>	<p><b>Análise:</b> As lideranças locais atuaram como</p>	<p><b>Análise:</b> O projeto nasce de uma</p>



	<p>município foi central na captação e formalização dos recursos, mas limitou sua ação à burocracia, repassando a responsabilidade técnica e cultural à consultoria.</p> <p><b>Falas:</b> "O projeto foi provocado pela própria comunidade Balatiponé, mas a Secretaria captou recurso por emenda parlamentar e contratou a empresa."</p> <p>"Nosso papel foi acompanhar, prestar contas, garantir que a empresa estivesse cumprindo o contrato."</p> <p>"Mas ficou na responsabilidade da empresa consultora de turismo a maior parte do processo de implantação do plano."</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Prefeitura, Burocracia, Contratação Externa, Recursos.</p>	<p>ponte entre técnicos e comunidade, garantindo adesão e participação nas atividades.</p> <p><b>Falas:</b> "As lideranças eram responsáveis por mobilizar as aldeias para as reuniões e atividades."</p> <p>"Houve envolvimento significativo da comunidade, que se mobilizou para alcançar o propósito do plano."</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Lideranças, Mobilização, Reuniões, Envolvimento.</p>	<p>demanda local e que houve engajamento comunitário com fins claros: resgate cultural, manutenção do território, geração de renda.</p> <p><b>Falas:</b> "A própria comunidade provocou o projeto e se envolveu positivamente para alcançar os objetivos."</p> <p>"O plano ajudou no resgate cultural, fortalecimento da identidade e trouxe uma alternativa de renda."</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Cultura, Renda, Território, Identidade</p>
18	<p><b>Análise:</b> Influência direta das políticas públicas formais (licitação, Normativas da FUNAI, emenda parlamentar).</p> <p>Fragilidade da Normativa atual da FUNAI e à sua necessidade de atualização para melhor atender realidades específicas.</p> <p><b>Falas:</b> "Fomos contratados pela prefeitura municipal de Barra do Bugres através de licitação. [...] Seguimos as normativas da FUNAI a 03 de 2015."</p> <p>"Percebemos que cada aldeia queria</p>	<p><b>Análise:</b> Participação comunitária ativa, porém fragmentada. Cada aldeia participou em separado, o que mostra as dificuldades internas de articulação e coesão comunitária. A adesão ao projeto foi consistente ao longo do tempo, mas precisou de mediação contínua.</p> <p><b>Falas:</b> "Cada aldeia não queria se reunir com as outras, por isso tivemos que trabalhar individualmente com cada uma."</p> <p>"Sempre dependíamos do cacique ou liderança para marcar datas e mobilizar as pessoas."</p> <p>"Eles aprovaram o plano e participaram da</p>	<p><b>Análise:</b> O protagonismo indígena aparece de forma mais clara nas decisões sobre como organizar o turismo (cada aldeia como um produto independente), o processo exigiu forte apoio externo, tanto técnico quanto financeiro. O protagonismo existe, mas ainda é frágil e dependente da continuidade do apoio público e institucional.</p> <p><b>Falas:</b> "As aldeias decidiram que cada uma seria um produto turístico separado."</p> <p>"Aprovamos juntos o cronograma e as</p>



	<p>trabalhar separadamente e não aceitaram um planejamento coletivo. A decisão política interna deles foi respeitada."</p> <p>"A Normativa da FUNAI precisa ser atualizada. É um instrumento necessário, mas muito burocrático."</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Licitação, Normativa FUNAI, Separação Aldeias, Atualização Normativa.</p>	<p>definição do cronograma."</p> <p>"Durante 2023 estivemos todos os meses no território, uma semana por mês com todas as aldeias."</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Fragmentação, Caciques, Cronograma, Presença.</p>	<p>etapas, mas foi respeitada a vontade de cada comunidade."</p> <p>"Mesmo após o contrato, acompanhamos voluntariamente em 2024, para apoiar as aldeias nos primeiros passos."</p> <p><b>Palavras-chaves:</b> Produto Turístico, Apoio Técnico, Continuidade, Autonomia.</p>
--	---	--	---

FONTE: Autora, 2025.

## APÊNDICE 6 - REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Título do Projeto: Turismo na Terra Indígena Umutina: A participação no processo de planejamento do Plano de Visitação Balatiponé - Etnoturismo

Pesquisador responsável: Dr. Sandro Carnicelli Filho (orientador)

Pesquisadora assistente: Dra. Sarah Marroni Minasi (coorientadora)

Pesquisadora assistente: Alessandra Ribeiro de Carvalho (discente)

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa.

Este documento, chamado “Registro de Consentimento Livre e Informado” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas.

Se houver perguntas antes ou depois de assinar este registro, você poderá buscar orientação junto à equipe de pesquisa.

Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada Turismo na Terra Indígena Umutina: A participação no processo de planejamento do Plano de Visitação Balatiponé - Etnoturismo, tem como objetivo analisar a participação das comunidades indígenas Balatiponé-Umutina, na elaboração e implementação dos Planos de Visitações em seus territórios. Esta pesquisa é importante para entender a participação das comunidades na implementação do turismo, como se organizam e como é a autonomia de cada uma. Para este estudo você está sendo convidado/a a participar de uma entrevista individual.

i) A entrevista terá duração aproximada de 30 minutos.

ii) A entrevista será presencial e você não precisará se deslocar de sua comunidade.

iii) A entrevista terá perguntas guias, permitindo que você fale abertamente sobre o tema.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas que, para este estudo, são Os pesquisadores professores Sandro Carnicelli Filho e Sarah Marroni Minasi e, a mestrandia Alessandra Ribeiro de Carvalho.

Desconfortos e riscos:

i) Desconfortos e riscos: Você poderá se sentir constrangido/a ao responder algumas perguntas.

ii) Providência e cautelas: Caso isso ocorra, lembramos que a sua fala é confidencial e só pode ser conhecida pelas pesquisadoras; a sua fala estará contextualizada no estudo e você não poderá ser identificado; e a pesquisa é voluntária e você pode deixar de responder qualquer pergunta ou mesmo deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo (Resolução CNS no 510 de 2016, Art. 9o, Inciso II).

iii) Formas de assistência e acompanhamento: As pesquisadoras estarão disponíveis para conversar e esclarecer qualquer dúvida que você tenha sobre a pesquisa. Caso o risco de constrangimento persista, você terá assistência integral e imediata das pesquisadoras para acolher suas dúvidas e poderá ser encaminhado/a para serviços compatíveis com a sua necessidade, custeado pelas pesquisadoras.

Rubrica da/s pesquisadora/s: \_\_\_\_\_ Rubrica da participante: \_\_\_\_\_

1 de 3

Benefícios:

Participando deste estudo você estará, beneficiando:

i) o seu protagonismo indígena, ao ter um espaço para expressar sua opinião;

- ii) a representatividade da sua associação, ao dar voz e aumentar a visibilidade dela; e
- iii) o conhecimento científico sobre Turismo Indígena, ao discutir a sua prática, seus entendimentos, problemas e necessidades.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para esta pesquisa, em conformidade às regulamentações e normativas (Resolução no 304/2000 - CNS, Resolução no 466/2012- CNS, Instrução Normativa no 001/PRESI/1995 e Portaria no 177/PRES/2006).

Forma de armazenamento dos dados: Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora responsável, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa (Resolução CNS no 510 de 2016, Art. 28, Inciso IV).

Sigilo e privacidade: Você tem garantia de manutenção de seu sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

( ) Permito a gravação de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade das pesquisadoras, que se comprometem em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

( ) Não permito a gravação de voz e/ou depoimentos para esta pesquisa.

Ressarcimento e Indenização: As despesas necessárias para a realização da pesquisa, por exemplo, material de expediente, transporte, entre outros, não são de responsabilidade do entrevistado, e sim das pesquisadoras.

Diante de eventual despesa, você será ressarcido pela equipe de pesquisa. Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, você terá a garantia ao direito à indenização.

Resultados da pesquisa: Você tem direito de conhecer os resultados desta pesquisa. Para isso será disponibilizado uma cópia digital, em pen-drive da dissertação, uma cartilha expondo os resultados da entrevista, bem como material audiovisual produzido para publicação em meios digitais.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a equipe de pesquisa:

Pesquisadora responsável

Endereço:

E-mail:

Pesquisadora assistente:

Rubrica            da/s            pesquisadora/s: \_\_\_\_\_ Rubrica            da  
participante: \_\_\_\_\_

2 de 3

Endereço:

Telefone: E-mail:

Pesquisadora assistente: Alessandra Ribeiro de Carvalho

Endereço:

Telefone: E-mail:

Ou no Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná, Rua Rockefeller, 57, Rebouças - Curitiba/PR, 3o andar, telefone fixo: (41) 3535-6281, no horário comercial das 9h às 12h e das 14 às 18h de segunda-feira a sexta-feira.

O Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná é um órgão que avalia e acompanha os aspectos éticos de

pesquisas envolvendo seres humanos. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas deste estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do CEP/CHS. Nossos contatos: Rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11o andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094, e-mail cep\_chs@ufpr.br.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep é a instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos e sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Você poderá entrar em contato com a CONEP pelo endereço SRTVN -Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3o andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília(DF), ou pelo Telefone: (61) 3315-5877 - Horário de atendimento: 09h às 18h.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar. Para garantir seu direito de acesso ao RCLI, este documento é elaborado em duas vias, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UFPR sob o número CAAE nº81578625.9.0000.0214 e aprovada com o Parecer número nº 7.032.231, emitido em data 21/10/2024

Consentimento livre e informado: Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que aceito participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

\_\_\_\_\_  
 –  
 Assinatura do/a participante da pesquisa:

\_\_\_\_\_  
 Assinatura da/s pesquisadora/s :

–

–

–  
 Data: \_29\_/\_05\_/\_

Rubrica da/s pesquisadora/s: \_\_\_\_\_  
 participante: \_\_\_\_\_

Rubrica da



APÊNDICE 7 - CARTILHA TURISMO - POVO BALATIPONÉ



The cartilha is a promotional material for indigenous tourism. It features a green background with white and yellow geometric patterns. The top section shows two indigenous men in traditional headdresses. The middle section contains the title 'CARTILHA TURISMO POVO BALATIPONÉ' in large, bold, white letters. The bottom section features a close-up of a man in a feathered headdress. The text is in Portuguese and includes information about the research line, the master, the orientator, the co-orientadora, and the participants.

**CARTILHA  
TURISMO  
POVO  
BALATIPONÉ**

**TURISMO NA TERRA INDÍGENA  
UMUTINA:  
A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE  
PLANEJAMENTO DO PLANO DE  
VISITAÇÃO BALATIPONÉ - ETNOTURISMO**

*Linha de Pesquisa: Turismo,  
Sociedade e Ambiente*

*Mestre: Alessandra Ribeiro de  
Carvalho*

*Orientador: Sandro CarneccielI Filho*  
*Co-orientadora: Sarah Marroni  
Minasi*

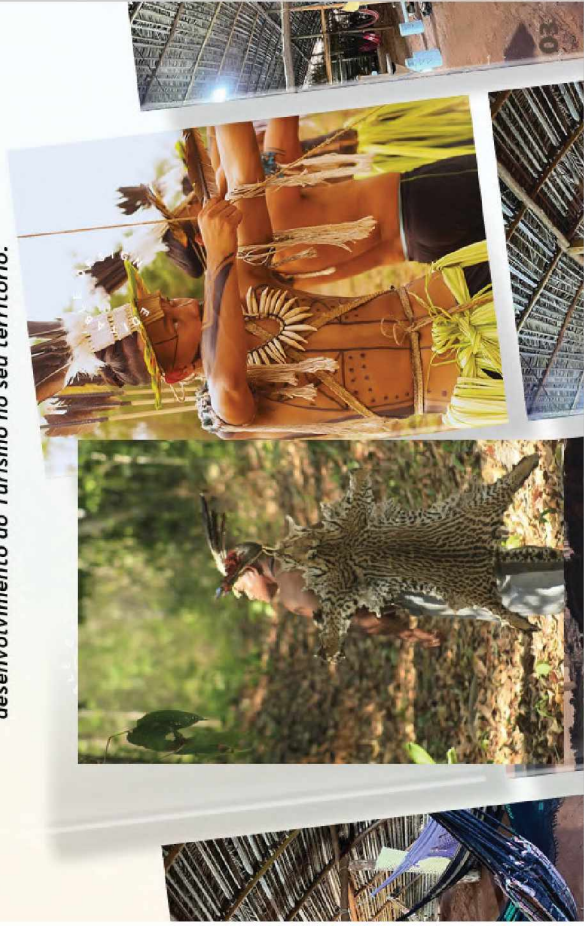
*Participação: Márcia Shizue  
Massukado Nakatani  
Alexandre Gosenheimer*

UFPR



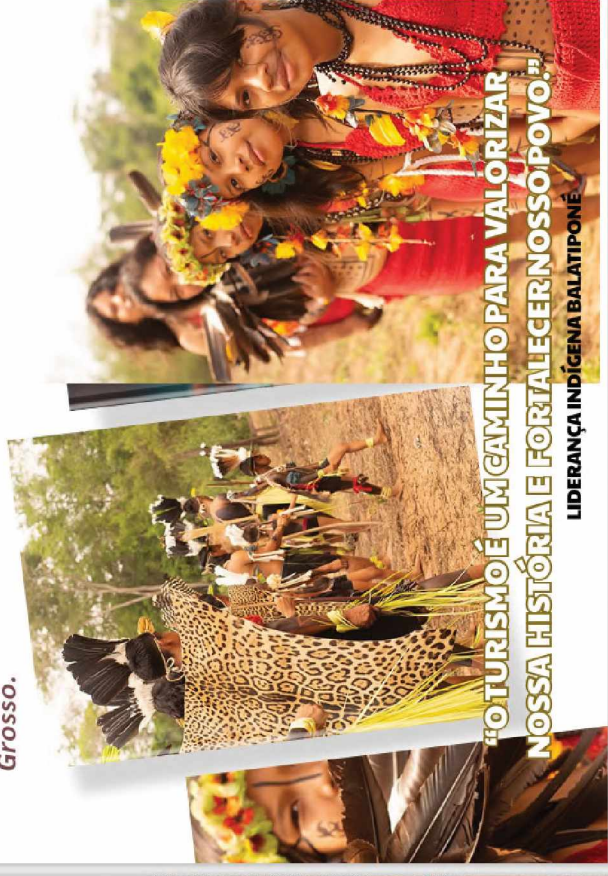
# APRESENTAÇÃO

Esta cartilha sintetiza a Pesquisa de Mestrado da acadêmica Alessandra Ribeiro de Carvalho defendida em 2025 na Universidade Federal do Paraná. A cartilha foi criada para fortalecer o conhecimento sobre o Turismo Indígena e valorizar o protagonismo do povo Balatiponé no processo do desenvolvimento do Turismo no seu território.



# POVO BALATIPONÉ

O Povo Balatiponé localiza-se na Terra Indígena Umutina (TI Umutina), em Barra do Bugres – Mato Grosso.



"O TURISMO É UM CAMINHO PARA VALORIZAR  
NOSSA HISTÓRIA E FORTALECER NOSSO POVO."

LIDERANÇA INDÍGENA BALATIPONÉ





O povo Balatiponé é resultado da união das etnias — Pareci, Nambikwara, Bororo, Bakairi, Irantxe, Kayabi, Monoky, Terena, Umutina e Chiquitano. Após um processo de etnogênese, passaram a se autodenominar Balatiponé, termo que significa “Povo Antigo”.

Pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, da Família Bororo, e vêm realizando esforços de revitalização da língua materna.



Figura 9: Guerreiros Balatiponé. Arquivo autora, s.d



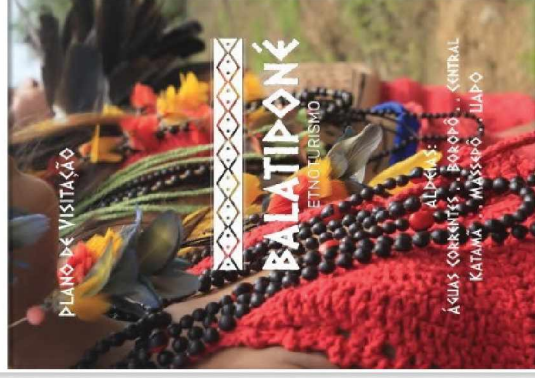
Figura 10: Panorâmica Aldeia Central: Arquivo autora, 2022

*Historicamente, os Balatiponé vivenciaram um dos mais dolorosos processos de contato, chegando a apenas 23 sobreviventes no início do século XX (Monzilar, 2018).*

# O QUE É O PLANO DE VISITAÇÃO?

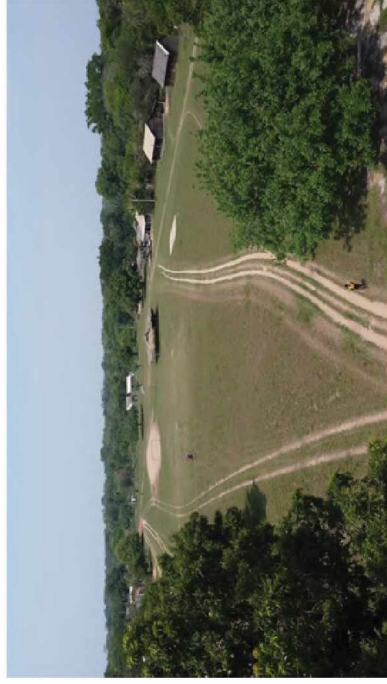
Plano de Visitação Turística Balatiponé é um guia criado pelas comunidades indígenas junto com parceiros, para organizar o turismo dentro da TI Umutina, de forma respeitosa e sustentável.

Atendendo Normativa 03/2015 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Plano mostra como receber os visitantes, proteger o meio ambiente, valorizar a cultura indígena e gerar renda para as famílias das aldeias.



Figuras 12: Capa Plano de Visitação Balatiponé (2023)

09



Figuras 11: Aldeia Central. Plano de Visitação (2023)

O povo vive um processo de ressignificação cultural, fortalecendo práticas tradicionais, a agricultura familiar, o artesanato e o Etnoturismo como estratégias de sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Assim, o povo Balatiponé representa um exemplo de resistência e protagonismo, mantendo viva sua identidade e reafirmando o território como espaço de memória, espiritualidade e futuro.

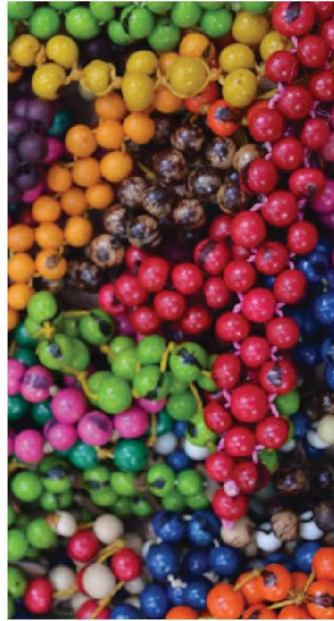
10



No Plano estão reunidas informações sobre:

- As aldeias e seus atrativos culturais e naturais;
- As regras de visitação e os cuidados com o território;
- O papel de cada aldeia e a forma de dividir responsabilidades;
- Os roteiros turísticos de cada aldeia;
- E a criação da Agência Receptiva Balatiponé, que cuida da organização das visitas.

O Plano de Visitação é um projeto de união e fortalecimento do povo Balatiponé, que mostra como o turismo pode andar junto com a preservação da natureza, a cultura e o bem viver coletivo.



Figuras 13: Artesanato Balatiponé. Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)

## Componentes do Plano de Visitação



Figuras 14: Capas dos documentos complementares. Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)

Além do Plano de Visitação foram elaborados alguns documentos complementares que auxiliam o desenvolvimento do Turismo dentro do Território, sendo eles: Diagnóstico das 8 aldeias do território Umutina, Plano de Sinalização, Plano de Marketing, Plano de Negócio, Apostila de Primeiro Socorros, Manual de Conduta e Boas Práticas, Manual/Cartilha de Prevenção ao Uso de Bebidas Alcoólicas e Drogas.



# PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

● A participação comunitária é a base de um Turismo justo e sustentável.

Significa que as pessoas da comunidade ajudam a planejar, decidir e cuidar das ações turísticas no seu território.

Quando a comunidade participa, o Turismo respeita a cultura local, gera benefícios para todos e fortalece a autonomia do povo.

Nas políticas públicas, essa participação garante que as decisões do governo sejam construídas com os povos indígenas, e não apenas para eles.

Assim, o Turismo deixa de ser imposto de fora e passa a ser um instrumento de fortalecimento cultural e de gestão do próprio território.

13

# METODOLOGIA



Figuras 15: Pesca Tradicional. Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)

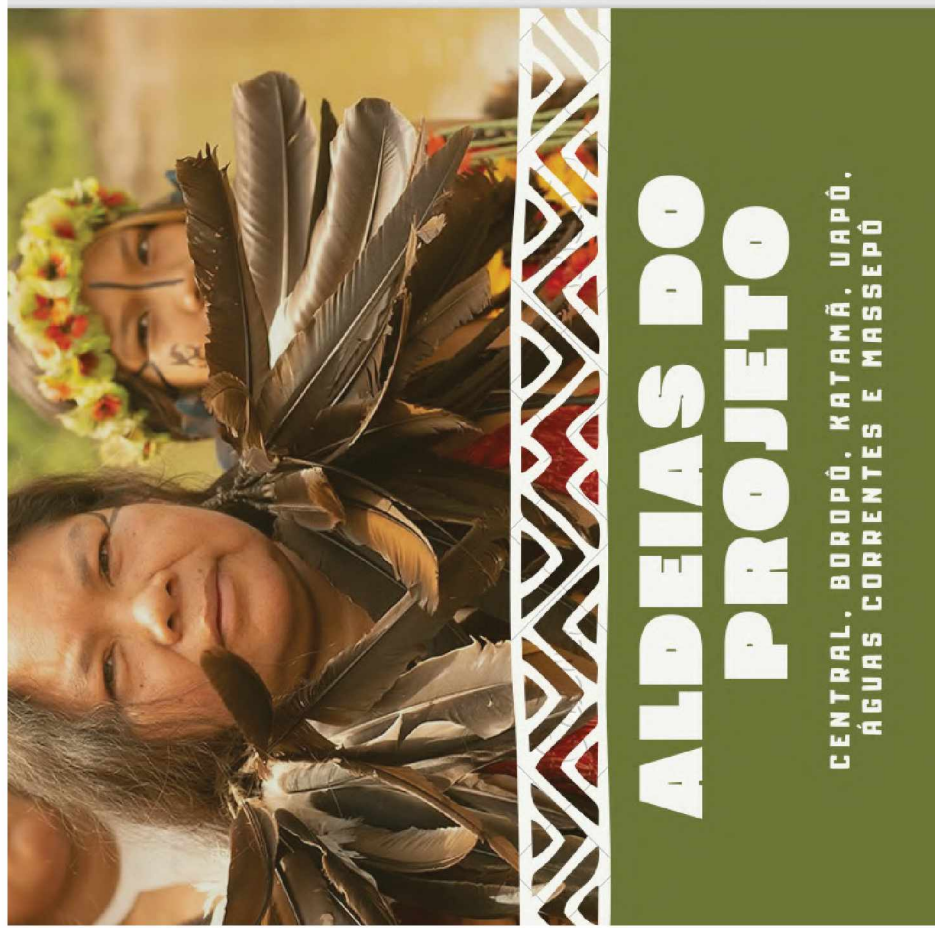
A Dissertação teve como base de pesquisa:

- Entrevistas com lideranças das aldeias, representantes da Gestão Municipal de Barra do Bugres e consultor da empresa Icone Consultoria em Turismo;
- Análise de documentos oficiais e registros do processo de planejamento turístico.

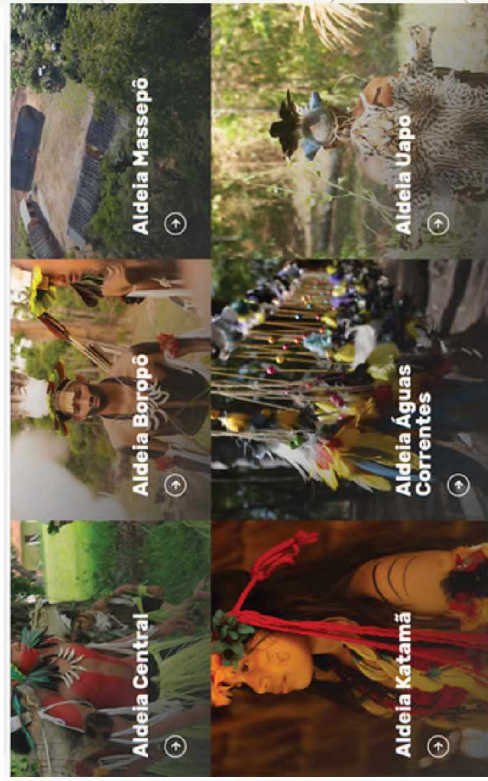
Essa forma de pesquisa valorizou o diálogo, o respeito e o olhar indígena sobre o território e o Turismo.

Mais do que coletar informações, o objetivo foi escutar, aprender e construir conhecimento em conjunto, fortalecendo o protagonismo da comunidade no Etnoturismo.

14



A pesquisa teve como objeto de estudo as seis aldeias do território que participaram do Plano de Visitação e criaram seus roteiros turísticos. São elas, Aldeia Central, Boropô, Massépô, Katamã, Águas Correntes e Uapô. O site [www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br) criado pela empresa contratada para assessorar o Plano apresenta quais são essas aldeias do projeto.



Figuras 16 e 17: Comunidade Balatipone. Arquivo [www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br)



# ALDEIA BOROPÔ

Aldeia Boropô tem como principal objetivo o desenvolvimento de projetos de Etnoturismo como geração renda, valorização a cultura e criação de alternativas que incentivem os jovens a retornarem ao seu território. Os principais atrativos da aldeia são o artesanato, trilha, a dança tradicional com pintura corporal, a culinária e as práticas esportivas.



Figuras 19 e 20: Arquitetura das Casas Boropô e Alimentação Tradicional: Arquivo Plano de Visitação Balatiponté (2023)



QUADRO 1 - INFORMAÇÕES DOS INDÍGENAS DAS ALDEIAS

Aldeia	Nº de Famílias	Nº de Moradores	Fontes de Renda
Uapo	2	2	Artesanato e Agricultura Familiar
Central	100	170	Artesanato e Agricultura Familiar
Agua Corrente	07	18	Artesanato e Agricultura Familiar
Boropô	3	8	Artesanato e Agricultura Familiar
Kitimbá	3	7	Artesanato e Agricultura Familiar
Massepô	11	42	Artesanato e Agricultura Familiar
Total	126	347	

FONTE: Adaptado Plano de Visitação (2023), p.100



Figuras 18: Pesca e Alimentação Tradicional. Arquivo Plano de Visitação:

Assim como todo o território, as aldeias do projeto tem como base econômica a agricultura familiar, o artesanato, a pesca e buscam outras alternativas de geração de emprego, renda e valorização da cultura local, principalmente para manter os jovens no território.

O ponto forte da Boropô é a organização, a infraestrutura (com destaque para a casa de Palafita e o desejo de desenvolvimento sustentável). A Aldeia busca parcerias com instituições de ensino, políticos e empresas, com o objetivo de melhorar a infraestrutura local



Figura 21: Arco e Flecha Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)

# ALDEIA CENTRAL

Aldeia Central (Umutina) é a maior aldeia com cerca de 100 famílias, sendo o coração cultural do território. Assim, como nas outras aldeias, o Turismo está iniciando, havendo potencial para diversos segmentos como o histórico-cultural, esportivo, gastronômico e observação da fauna.



Figura 22: Arquitetura Histórica Aldeia Central: Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)



# ALDEIA KATAMÃ

A aldeia se destaca por sua multiculturalidade, com casas históricas, riqueza de matérias-primas e proximidade com Barra do Bugres, por meio da Balsa que fica no Rio Paraguai. Na convivência com a comunidade foi possível observar sua grande organização, especialmente nos eventos, nas apresentações culturais, como nas danças.



Figuras 23 a 25: Dança Tradicional: Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)

21

A aldeia Katamã busca desenvolver também o Etnoturismo, Ecoturismo, Cicloturismo e Cultural. Entre os pontos fortes estão a proximidade com Barra do Bugres, com os rios Paraguai e Bugres, o engajamento cultural das crianças e a diversidade cultural.



Figura 26: Xipa na Aldeia Katamã: Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)

22

# ALDEIA UAPÓ

A aldeia é pioneira no desenvolvimento do Turismo no território, atraindo visitantes nacionais e internacionais para os segmentos como Observação de Aves e Animais, Ecoturismo, Turismo de Saúde, Científico, Rural e Étnico. Ela enfrenta desafios como a falta de apoio externo, dificuldades em formar parcerias e problemas ambientais graves causados por pessoas fora da aldeia



Figura 28: Vista Aldeia Uapó: Arquivo Plano de VisitaçãoBalatiponé (2023)

Com a falta de infraestrutura turística, a aldeia pretende construir espaços adequados e firmar parcerias com instituições de ensino e outras instituições para fortalecer o turismo local.



Figura 27: Os Jovens Balatiponé: <https://indigenasbrasileros.blogspot.com/2016/02/umutina.html>



# ALDEIA ÁGUAS CORRENTES

Para a aldeia Águas Correntes o Turismo é uma forma de gerar renda, valorizar o trabalho local e transmitir conhecimento. A aldeia busca trabalhar com diversos segmentos do Turismo, como Étnico, Ecoturismo, Rural, Gastronômico, de Experiência e Observação de Aves.



Figura 30. Jovens Balatiponé. Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)

A Uapô busca tornar o Turismo sua principal fonte de renda, de forma sustentável. Observa-se que desde 2017, por meio da sua liderança tem se engajado para desenvolver o Turismo e elaborar o Plano de Visitação.



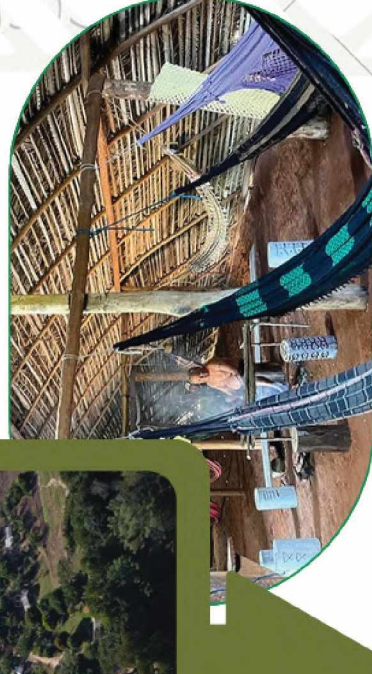
Figura 29. Cacique Aldeia Uapô: Arquivo Plano de Visitação Balatiponé (2023)



Figura 31: Artesanato de Pena. Arquivo [www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br) (2023)

*O artesanato é forte, tanto para produção de consumo próprio, como para venda externa. A aldeia já tem uma associação com CNPJ e conta com projetos culturais e uma proposta de aldeia temática..*

## ALDEIA MASSEPO



**“MAIS DO QUE VISITANTES, QUEREMOS PARCEIROS QUE  
APRENDAM COM NOSSA HISTÓRIA E RESPEITEM NOSSO  
MODO DE VIVER.” LIDERANÇA INDÍGENA**

Figura 32 e 33 : Arquitetura Tradicional. Arquivo [www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br) (2023)



# RESULTADOS

O estudo revelou que o Turismo começou por vontade das próprias comunidades, que buscaram uma forma de mostrar sua cultura, gerar renda e manter vivas suas tradições. A criação do Plano contou com a participação de oito aldeias a princípio, depois finalizando com seis. Participaram as lideranças, anciãos, jovens, mulheres e representantes de instituições parceiras.



Figura 35: Guerreiros: Arquivo Autora (2014)

A aldeia Massepô vê o turismo como uma forma de fortalecer sua cultura e gerar renda adicional. A comunidade vive do artesanato e da agricultura familiar, com potencial para desenvolver o Turismo de Pesca, Cultural, Histórico Educacional. Seus principais pontos fortes são a união familiar, a valorização cultural e a presença de anciãos atuantes. Entre os desafios, tanto para a Massepô quanto para as outras aldeias, estão o risco de incêndios, o acesso precário e a gestão de resíduos.

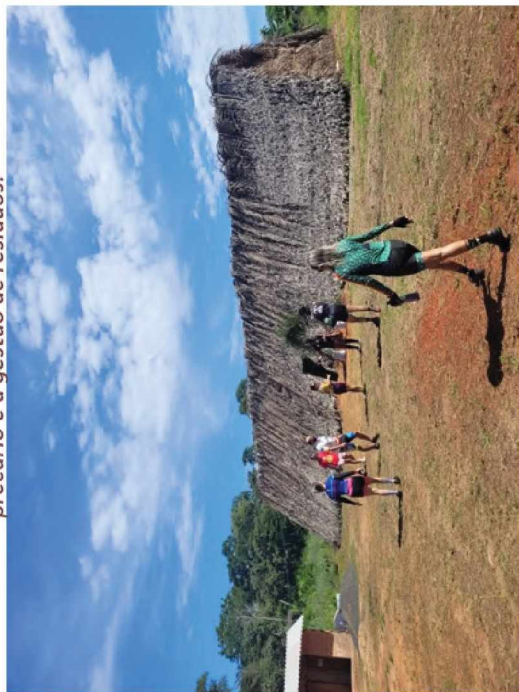


Figura 34: Visitantes na Aldeia Massepô. [www.barradobugres.mt.gov.br](http://www.barradobugres.mt.gov.br) (2023)

O Plano mostra que é possível desenvolver o Turismo Indígena de forma respeitosa, com planejamento comunitário, participação social e autonomia.

O Turismo, quando feito com sabedoria e união, se torna uma ferramenta de etnodesenvolvimento, gerando aprendizado, renda e orgulho.



Figura 36: Guerreira: Arquivo Autora (2014)

Um dos maiores resultados foi o fortalecimento da identidade Balatiponé.

Durante a elaboração do plano, as aldeias se uniram internamente para definir como o turismo poderia respeitar seus costumes e tradições.

Esse processo despertou orgulho e valorização da cultura local, reforçando a importância da língua, da arte, da culinária, das danças e dos rituais tradicionais.

O Turismo, nesse contexto, não é visto apenas como uma forma de ganhar dinheiro, mas como um instrumento para manter viva a cultura e ensinar o modo de vida Balatiponé às novas gerações e aos visitantes.

A pesquisa confirmou que mesmo com algumas dificuldades, houve grande envolvimento comunitário no planejamento do turismo. As lideranças mobilizaram suas aldeias, ouviram sugestões e participaram de todas as etapas do processo.

Alguns desafios encontrados foram a linguagem técnica e os trâmites burocráticos que dificultaram a compreensão de algumas etapas, e ainda há necessidade de formação continuada para a gestão do Turismo e manutenção das atividades. Ao finalizarem e obterem a anuência do Plano, a prefeitura Municipal de Barra do Bugres e o próprio Governo Estadual vem trabalhando com a comunidade para fortalecer o Turismo.



Figura 37: Formanda Escola Julia Pará: Arquivo Autora (2019)

33

Mesmo com as dificuldades, o protagonismo indígena ficou evidente: as decisões centrais foram tomadas nas aldeias, e as comunidades mostraram sua capacidade de conduzir o turismo de forma autônoma e sustentável. Por meio da análise dos documentos e entrevistas é possível ver que o Plano de Visitação representa um marco para seu povo.



Figura 38: Formando Escola Julia Pará: Arquivo Autora (2019)

34



# CONCLUSÃO

Por meio da análise realizada é possível ver que o Plano de Visitação Balatiponé - Etnoturismo representa um

marco para este povo.

Ele mostra que é possível desenvolver o Turismo Indígena de forma respeitosa, com planejamento comunitário, participação social e autonomia.



Figura 39: Traje Tradicional. Arquivo Autora (2019)

O Turismo, quando feito com sabedoria e união, se torna uma ferramenta de etnodesenvolvimento, gerando aprendizado, renda e orgulho.

# REFERÊNCIAS

MONZILAR, E. B. Território Umutina: vivências e sustentabilidade. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 14, n. 34, p. 122-143, 2018.

CARVALHO, A. R. Reunião na Umutina discute plano de visitação nas aldeias. 2021. Disponível em: <https://www.barradobugres.mt.gov.br/imprensa/Noticias/Reuniao-na-umutina-discute-plano-de-visitacao-nas-aldeias-3021/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CARVALHO, A. R. de. Turismo na Terra Indígena Umútna: A Participação no Processo de Planejamento do Plano de Visitação Balatiponé Etnoturismo. Dissertação (Mestrado em Turismo) – UFPR, 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO (FUNAI). Instrução Normativa N. 03/2015 de Junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos, em terras indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/fun-03-2015.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.



**ANEXO 1 - INSTRUÇÃO NORMATIVA No. 03/2015****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 /2015, de 11 de junho de 2015.**

Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas.

**O PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 25, inciso IX, do Anexo I, do Decreto nº 7.778/2012;

Considerando o disposto nos artigos 231 e 232 da Constituição, a garantia do usufruto exclusivo e permanente pelos povos indígenas sobre suas terras e o comprometimento do Estado brasileiro em valorizar as culturas, as tradições, as formas de organização e os meios de vida sustentáveis dos povos indígenas;

Considerando o artigo 1º, inciso VII, da Lei nº 5.371/1967, que estabelece como finalidade da Funai exercer o poder de polícia nas terras indígenas e nas matérias atinentes à proteção do índio;

Considerando o disposto no Decreto nº 5.051/04, que incorpora a Convenção 169 da OIT ao ordenamento jurídico nacional e prevê o reconhecimento da autonomia, do direito de consulta e de participação dos povos indígenas na definição das ações e planejamentos referentes às terras indígenas;

Considerando o disposto no Decreto nº 7.747/12, que institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, a qual prevê no Eixo V, “g”, apoio a iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades;

Considerando que a Lei nº 12.593/12, ao instituir o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, estabeleceu como meta do objetivo 0945 a regulamentação do ecoturismo e etnoturismo em terras indígenas;

Considerando as iniciativas de turismo já existentes em terras indígenas, o interesse de algumas comunidades indígenas em desenvolver essas atividades, bem como os riscos e situações de vulnerabilidade enfrentadas pelos indígenas em razão de visitação para fins turísticos em suas terras;



**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam estabelecidas as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Etnoturismo e de Ecoturismo.

Art. 2º São objetivos da visitação com fins turísticos em terras indígenas a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente, visando à geração de renda, respeitando-se a privacidade e a intimidade dos indivíduos, das famílias e dos povos indígenas, nos termos por eles estabelecidos.

Art. 3º Compreendem-se por terras indígenas, para fins desta Instrução Normativa, as terras de ocupação tradicional estabelecidas pelo art. 231 da Constituição, delimitadas pela Funai nos termos do art. 2º, § 7º, do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, as áreas objeto de portaria de restrição de uso, bem como as áreas reservadas, previstas no art. 26 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Art. 4º São diretrizes gerais a serem observadas nos processos de autorização de atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas:

I – o respeito e o fortalecimento da identidade, usos, costumes e tradições, bem como da autonomia e das formas de organização próprias dos povos indígenas;

II – a proposição de atividades em bases sociais, ambientais e economicamente sustentáveis;

III – a promoção do diálogo e da cooperação entre os povos indígenas e a Funai para o controle de visitantes em terras indígenas, visando fortalecer as ações de desenvolvimento sustentável, bem como as ações de proteção territorial e ambiental das terras indígenas;

IV – a observância do direito de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e do direito ao usufruto exclusivo sobre suas terras e riquezas naturais;

V – o controle e a fiscalização do ingresso em terras indígenas pela Funai.

**Do Plano de Visitação**

Art. 5º As atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas serão propostas mediante Plano de Visitação, apresentado por indígenas, suas comunidades ou suas organizações, denominados para fins desta Instrução Normativa como proponentes, contendo:

- a) objetivos e justificativas da proposta de visitação;
- b) público alvo, frequência de visitas previstas, quantidade máxima de visitantes por visita e previsão de tempo de duração por visitas;
- c) distribuição das competências na comunidade levando em conta aspectos sociais, geracionais e de gênero;



- d) parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições;
- e) descrição das atividades propostas aos visitantes;
- f) delimitação do roteiro objeto das atividades de visitação, constando mapa ou croqui;
- g) condições de transporte, hospedagem, alimentação e atividades correlatas à visitação oferecidas pelo proponente aos visitantes, assim como quaisquer riscos ou eventualidades inerentes a essas condições;
- h) plano de negócios simplificado, contendo custos previstos para operação, manutenção e monitoramento da visitação e atividades correlatas, assim como previsão de receita, lucro e investimento, visando à continuidade da atividade;
- i) estratégia de atendimento de primeiros socorros;
- j) manual de conduta e boas práticas, para visitantes e para a comunidade;
- k) estratégia para impedir a entrada de bebidas e drogas nas comunidades indígenas e outros ilícitos;
- l) estratégia de gestão de resíduos sólidos;
- m) estratégia de monitoramento da atividade de visitação;
- n) estratégia de capacitação dos proponentes.

§ 1º O Plano de Visitação não deverá incluir os procedimentos de regularização de equipamentos públicos, como pistas de pouso, vicinais ou outras, no âmbito da realização das atividades previstas.

§ 2º Os proponentes poderão convidar parceiros públicos ou privados de seu interesse para elaboração e execução dos Planos de Visitação, respeitada a autonomia e os direitos dos povos indígenas, considerando, ainda, o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam e os recursos naturais nelas existentes.

§ 3º Os Planos de Visitação deverão ser elaborados sempre sob a coordenação e responsabilidade do proponente e contemplar a participação e o protagonismo das comunidades indígenas na elaboração, execução, percepção dos frutos, monitoramento, avaliação e revisão do plano.

### **Das Competências**

Art. 6º Compete ao proponente:

I – propor Plano de Visitação à Funai;

II – emitir e efetuar o controle de entrega da autorização individual de ingresso (Anexo I), após aprovação do Plano de Visitação pela Funai;

III – exigir assinatura do termo de responsabilidade individual dos visitantes (Anexo II) e do termo de responsabilidade dos parceiros (Anexo III);

IV – encaminhar cópia da autorização individual de ingresso emitida, do termo de responsabilidade individual do visitante e do termo de responsabilidade dos parceiros à Coordenação Regional da Funai competente, no prazo de 5 (cinco) dias;





V – esclarecer aos visitantes sobre as regras de conduta na terra indígena e fornecer o roteiro de atividades;

VI – monitorar as atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas e informar à Funai e autoridades competentes sobre a ocorrência de ilícitos, inclusive ambientais, ou quaisquer incidentes provocados pela presença de visitantes;

VII – adotar as medidas cabíveis e acionar os parceiros ou órgãos competentes, quando necessário, para mitigação de impactos ambientais e sociais advindos da atividade de visitação;

VIII – cuidar pelo cumprimento do Plano de Visitação, conforme autorizado pela Funai;

IX – zelar pela proteção dos recursos genéticos de uso tradicional e os conhecimentos a eles associados;

X – apresentar relatórios anuais das atividades de visitação à Funai.

Art. 7º Compete aos parceiros públicos ou privados da proponente:

I – promover treinamentos, capacitações e formações para os indígenas e visitantes, de forma a qualificar a participação de todos os envolvidos nas atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas;

II – respeitar e fazer respeitar as regras de conduta e formas de organização dos povos indígenas, conforme suas decisões, usos, costumes e tradições;

III – respeitar e fazer respeitar o usufruto exclusivo indígena sobre suas terras e as riquezas naturais ali existentes;

IV – garantir o protagonismo indígena na proposição, execução e percepção dos frutos dos Planos de Visitação;

V – informar aos visitantes sobre as condições diferenciadas das atividades a serem desenvolvidas, de modo a respeitar e promover os direitos dos povos indígenas;

VI – informar a ocorrência de ilícitos em terras indígenas à Funai e às autoridades competentes, sobretudo os decorrentes das atividades de visitação;

VII – alertar os visitantes para a legislação referente à proteção dos recursos genéticos de uso tradicional e os conhecimentos a eles associados;

VIII – responsabilizar-se pelo cumprimento do Plano de Visitação, conforme autorizado pela Funai;

IX – informar aos visitantes sobre o uso indevido de máquina fotográfica, celular ou qualquer outro meio de captura de som e imagem, sem prévia autorização dos indígenas;

X – apresentar relatórios anuais das atividades de visitação à Funai.



Art. 8º Compete às Coordenações Regionais da Funai:

I – orientar as comunidades indígenas sobre os procedimentos normativos de visitação em terras indígenas sob sua área de atuação;

II – receber os Planos de Visitação;

III – encaminhar o Plano de Visitação à Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento – CGETNO, por meio de processo administrativo instruído com análise preliminar sobre o preenchimento dos requisitos mínimos da proposta e de mérito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento;

IV – devolver ao proponente o Plano de Visitação que não cumpra os requisitos mínimos exigidos, com as devidas justificativas e recomendações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, informando à CGETNO o ocorrido;

V – informar à proponente todas as etapas da análise do Plano de Visitação, bem como às comunidades indígenas interessadas e ao Comitê Regional da Funai;

VI – exigir dos visitantes, a qualquer tempo, a apresentação da autorização individual de ingresso para visitação em terras indígenas;

VII – acompanhar e fiscalizar as atividades de visitação em terras indígenas;

VIII – receber, analisar e encaminhar à CGETNO os relatórios anuais dos Planos de Visitação e as cópias das autorizações individuais de ingresso emitidas pelo proponente;

IX – receber, a qualquer tempo, considerações dos povos indígenas sobre as atividades de visitação em terras indígenas;

X – informar imediatamente à CGETNO e à Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial – CGMT condutas irregulares dos visitantes ou parceiros envolvidos, bem como aos órgãos policiais competentes, se for o caso;

XI – realizar consulta e registrar as decisões das comunidades indígenas envolvidas e afetadas pelo Plano de Visitação, comunicando à CGETNO o andamento do processo.

Art. 9º Compete à CGETNO:

I – difundir informações que orientem e esclareçam aos povos indígenas e aos entes públicos e privados sobre as normas e diretrizes para realização de atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas;

II – apoiar, em parceria intersetorial e interinstitucional, atividades de capacitação e qualificação das comunidades indígenas para proposição e monitoramento das atividades de visitação;

III – monitorar as atividades de visitação, em colaboração com as Coordenações Regionais e os povos ou comunidades indígenas envolvidos;



IV – analisar tecnicamente os Planos de Visitação encaminhados pelas Coordenações Regionais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento na CGETNO;

V – solicitar informações técnicas complementares das Coordenações Gerais da Funai no âmbito de suas competências;

VI – encaminhar, por meio das Coordenações Regionais, solicitações de ajustes e complementações dos Planos de Visitação pelas entidades proponentes;

VII – consolidar as manifestações das unidades da Funai e subsidiar a decisão da Presidência sobre os Planos de Visitação em todos os aspectos, mediante manifestação técnica;

VIII – encaminhar às Coordenações Regionais, para que deem ciência à proponente, as justificativas técnicas que fundamentam a manifestação da Funai sobre os Planos de Visitação;

IX – informar imediatamente à CGMT condutas irregulares dos visitantes ou parceiros envolvidos, bem como aos órgãos policiais competentes, se for o caso.

Art. 10. Compete ao Presidente da Funai a aprovação dos Planos de Visitação.

#### **Da análise e autorização da proposta de Plano de Visitação**

Art. 11. São requisitos mínimos para análise da proposta de Plano de Visitação:


I – atendimento às exigências do art. 5º desta Instrução Normativa;

II – apresentação de termo de anuência das comunidades indígenas que contemple as formas de sua organização e tomada de decisão para realização da atividade, bem como relatório do procedimento de diálogo;

III – assinatura de Termo de Responsabilidade para Parceiros, conforme Anexo III desta Instrução Normativa;

IV – apresentação de relatório de possíveis impactos, positivos e negativos, assim como medidas mitigatórias, contendo:

- a) breve descrição do modelo de gestão do negócio;
- b) descrição do modelo de repartição de benefícios adotado;
- c) capacidades desenvolvidas e benefícios comunitários esperados;
- d) impacto do cronograma das atividades no calendário de atividades comunitárias indígenas;
- e) apresentação de levantamento ambiental simplificado que contenha estimativa de uso dos recursos naturais, plano de conservação, de manutenção, de monitoramento de impactos e informação sobre possível sobreposição com unidade de conservação.



Art. 12. Na hipótese de sobreposição de terras indígenas com unidades de conservação, o Plano de Visitação deverá ser analisado em parceria com o órgão ambiental competente, levando-se em consideração os instrumentos conjuntos de gestão compartilhada e o Plano de Manejo da Unidade de Conservação, quando houver.

Art. 13. No caso de Planos de Visitação em terras indígenas com presença de povos isolados ou de recente contato, a CGETNO solicitará, obrigatoriamente, informação técnica da Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato – CGIIRC, instruída com manifestação preliminar da Frente de Proteção Etnoambiental competente.

§ 1º Não serão aprovados Planos de Visitação em áreas com portaria de restrição de uso em razão da presença de índios isolados.

§ 2º A manifestação da CGIIRC será vinculante em relação à CGETNO, orientando a decisão da Presidência da Funai.

Art. 14. A proposta de Plano de Visitação, caso preencha todos os requisitos de admissibilidade, será encaminhada pela CGETNO à Presidência da Funai, com análise de mérito conclusiva, para decisão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 15. A aprovação de Plano de Visitação não dispensa os procedimentos de licenciamento ambiental para implantação e funcionamento de obras de infraestrutura ou outras autorizações de uso de recursos naturais com diversos fins, no âmbito da realização das atividades previstas, quando aplicáveis.

Art. 16. A validade da autorização concedida a Plano de Visitação será de até 03 (três) anos, prorrogável por igual período.

§ 1º A Funai poderá realizar, juntamente com os órgãos de proteção ambiental, visitas de avaliação das atividades desenvolvidas durante a vigência do Plano de Visitação.

§ 2º O proponente poderá solicitar alterações pontuais no Plano de Visitação aprovado, cabendo à CGETNO, após análise técnica, autorizar as modificações propostas ou determinar o reinício do processo de autorização.

§ 3º Ao final da vigência do Plano de Visitação, deverá ser apresentado relatório final à Funai, com as informações consolidadas de todo o período autorizado.

Art. 17. O procedimento para renovação da autorização do Plano de Visitação adotará os seguintes critérios:

I - caso sejam mantidas as condições originais, deverá ser encaminhado novo termo de anuência das comunidades, relatório de consulta constando expressamente tratar-se de renovação de Plano de Visitação previamente aprovado e o relatório final;

II – caso sejam modificadas as condições originais, deverá ser elaborado novo Plano de Visitação, o qual deverá seguir o mesmo trâmite e requisitos estabelecidos nesta Instrução Normativa para análise de propostas.





Art. 18. As comunidades indígenas potencialmente afetadas com a realização das atividades de visitação para fins turísticos poderão, a qualquer tempo, apresentar manifestação acerca do Plano de Visitação que será apreciada pela Coordenação Regional e posteriormente pela CGETNO, para subsidiar a decisão da Presidência da Funai.

#### **Das obrigações e vedações**

Art. 19. É vedado aos visitantes de terras indígenas e aos parceiros, sejam entidades públicas ou privadas, quando da elaboração ou da execução dos Planos de Visitação:

I – permanecer ou transitar nas terras indígenas para atividades que não aquelas referentes à preparação, execução, monitoramento ou avaliação do Plano de Visitação;

II – remover qualquer material da terra indígena, salvo os resíduos sólidos introduzidos pelas atividades de visitação;

III – praticar caça, pesca ou extrativismo, incluindo a coleta de frutos, que viole o usufruto exclusivo dos povos indígenas, ou outras atividades proibidas por lei;

IV – divulgar imagens sem prévia autorização dos indígenas, ainda que para fins não comerciais, respeitando-se o disposto na legislação em vigor;

V – registrar e divulgar técnicas e conhecimentos tradicionais indígenas sem a prévia autorização da comunidade, respeitando-se o disposto na legislação em vigor;

VI – permitir a entrada, portar ou ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas em terras indígenas, ressalvadas as de uso tradicional, feitas pelos índios, quando consumidas em contexto apropriado àquela realidade cultural;

VII – permitir a entrada ou portar armas de fogo na terra indígena;

VIII – exercer atividades de pesquisa, proselitismo religioso, comércio e jornalismo ou qualquer atividade que não esteja prevista no Plano de Visitação.

Art. 20. Os visitantes e parceiros deverão portar os seguintes documentos quando do ingresso em terras indígenas:

- a) documento de identidade oficial com foto;
- b) autorização individual de ingresso.

§ 1º Os visitantes e parceiros estrangeiros deverão portar também a documentação comprobatória de regularidade de permanência em território brasileiro, conforme legislação em vigor.

§ 2º A Funai poderá exigir a apresentação de atestado médico que comprove não ser o ingressante em terra indígena portador de moléstia infecto-contagiosa e de carteira de vacinação, em decisão motivada.





Art. 21. É vedado o ingresso em terra indígena de portador de moléstia infecto-contagiosa.

Art. 22. Não será concedida autorização de ingresso para fins turísticos em terra indígena a quem tenha sido penalizado com revogação ou cassação de autorização de ingresso de qualquer modalidade nos últimos 5 (cinco) anos.

#### **Das hipóteses de suspensão ou revogação das autorizações**

Art. 23. A autorização de Plano de Visitação poderá ser suspensa cautelarmente ou revogada a qualquer tempo pela Funai, sem prejuízo da instauração posterior de devido processo legal para apurar irregularidades, nas seguintes hipóteses:

- I – violação de direitos dos povos indígenas;
- II – iminência de conflito fundiário ou social na terra indígena;
- III – prejuízo na prestação de serviços públicos;
- IV – situação que importe em risco à vida, à saúde ou à segurança dos visitantes, da comunidade indígena ou de seus parceiros;
- V – existência de procedimento administrativo ou judicial de extrusão de não índios da terra indígena;
- VI – confirmação da presença de índios isolados na área afetada pelo Plano de Visitação;
- VII – ocorrência de ilícitos ambientais relacionados à atividade de visitação;
- VIII – descumprimento de qualquer obrigação prevista no Plano de Visitação aprovado ou na presente Instrução Normativa.

Parágrafo único. A autorização de Plano de Visitação poderá ser revogada a qualquer tempo por solicitação do proponente ou mediante requerimento das comunidades indígenas que firmaram o termo de anuência constante do art. 11, II, desta Instrução Normativa.

Art. 24. Na hipótese de prática, por parte dos parceiros ou visitantes, de quaisquer das condutas vedadas pelo artigo 19 desta Instrução Normativa, será revogada a autorização individual de ingresso em terra indígena.

#### **Das Disposições Finais**

Art. 25. Das decisões a que se referem os artigos 14 e 23 desta Instrução Normativa, caberá recurso sem efeito suspensivo à Presidência da Funai, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência inequívoca do ato.

Parágrafo único. Caso não seja reconsiderada a decisão, o recurso será encaminhado, no prazo de 10 (dez) dias, à Diretoria Colegiada da Funai para julgamento na próxima reunião ordinária.



Art. 26. As informações referentes ao controle de ingresso em terra indígena deverão ser armazenadas pela Funai em sistema de consulta.

Art. 27. A autorização de ingresso para visitação não substitui autorizações específicas para desenvolvimento de atividades de pesquisa, religiosas, de comércio, jornalismo ou qualquer outra que sejam reguladas por meio de normativas próprias da Funai.

Art. 28. Em terras indígenas com presença de índios isolados ou de recente contato, medidas adicionais de proteção poderão ser tomadas, mediante recomendações da CGIIRC e das Frentes de Proteção Etnoambiental.

Art. 29. Os Planos de Visitação que tenham por objeto as atividades de pesca esportiva requererão estudos complementares, a partir de Termo de Referência específico emitido pela Funai.

Parágrafo único. A Funai poderá solicitar apoio técnico de outras instituições públicas ou privadas para analisar a viabilidade de atividades de pesca esportiva em terras indígenas.

Art. 30. As atividades de visitação em terras indígenas não poderão obstar a execução de qualquer política pública.

Art. 31. A Funai atuará na função de fiscalização e controle das atividades de visitação, não se responsabilizando pela prestação de quaisquer serviços referentes aos Planos de Visitação aprovados.

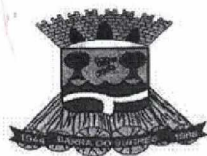
Art. 32. As disposições constantes da presente Instrução Normativa não excluem a incidência das normas previstas na Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, e na legislação ambiental e trabalhista, quando aplicáveis, observadas as peculiaridades atinentes aos povos indígenas.

Art. 33. As atividades de visitação que já estejam em execução na data de publicação desta Instrução Normativa terão o prazo de 2 (dois) anos para se adequarem às regras estabelecidas, submetendo-se à Funai o Plano de Visitação, conforme art. 11 desta Instrução Normativa.

Art. 34. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.



**FLÁVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO**

**ANEXO 2 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2023**

**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PÁG.**  
**1/10**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023 - REGISTRO DE PREÇOS**

**Validade: 12 (doze) meses**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, situada à Praça Felipe F. Mendes, nº 1000 – Centro, Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.522/0001-72, nesse ato representada pelo Prefeita Municipal Sr.<sup>a</sup>. **MARIA AZENILDA PEREIRA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, publicada no DIÁRIO E SITE OFICIAL, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **VARANIS DE SOUZA & SILVA SOUZA LTDA (ICONE CONSULTORIA EM TURISMO)**, inscrita no CNPJ sob o nº **12.399.451/0001-22**, com sede na Rua Miranda Reis, nº 73, Sala 03, Bairro: Pocaço, na cidade de Cuiabá - MT, Cep: 78.015-640, Telefone: **(65) 3044-3111/ (65) 99242-2343**, e-mail: [sidnei@icone.com.br](mailto:sidnei@icone.com.br), neste ato, representada por **Sidnei Varanis de Souza**, portador(a) do RG nº 532.480 SSP/MT, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 486.667.501-20, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Nº 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1.1. SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO SETOR TURÍSTICO PARA IMPLANTAÇÃO DE ECOTURISMO E ETNOTURISMO NA TERRA INDÍGENA UMUTINA-BALATIPONÊ POR MEIO DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DE 08 COMUNIDADES, SENDO ELAS; ALDEIA CENTRAL UMUTINA; BAKALANA; MASSEPÔ; ADONAI; ÁGUAS CORRENTES; UAPÔ; KATAMÃ E BOROPÔ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO, CONFORME CONVÊNIO Nº

Praça Felipe Ferreira Mendes, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000  
 E-mail: [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br) Fone: (65)3361-1921/1922





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

PÁG.  
2/10

2081/2022/SEDEC/GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO**

2.1. Foram elaborados pelas Secretarias requisitantes o Termo de Referência do Processo Licitatório 004/2023, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

2.2. Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 004/2023, com fundamento na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberam, as disposições contidas na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONTRATADA E DOS PREÇOS PRATICADOS**

3.1. Descrição, Quantidades e Preços praticados:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	UNID/ PERÍODO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAR, APRESENTAR E VALIDAR O PLANO DE VISITAÇÃO DAS ALDEIAS INDÍGENAS JUNTO ÀS FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI, CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA 03/2015 E LEGISLAÇÕES PERTINENTES AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS.	UNI	1	12 MESES	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
2	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS INTEGRADOS ENTRE AS ALDEIAS PÚBLICO-ALVO DESTE PROJETO, EM CONJUNTO COM AS COMUNIDADES.	UNI	1	5 MESES	R\$ 8.900,00	R\$ 8.900,00
3	ELABORAÇÃO DO PLANO DE MARKETING TURÍSTICO E ESTREITAMENTO DO RELACIONAMENTO ENTRE OS INDÍGENAS E AS AGENCIAS DE TURISMO DO ESTADO. COM FOCO NA COMERCIALIZAÇÃO DOS ROTEIROS TURÍSTICOS.	UNI	1	4 MESES	R\$ 13.400,00	R\$ 13.400,00
4	DESENVOLVER UM PORTAL TURÍSTICO - SITE DA TERRA INDÍGENA UMUTINA-BALATIPONÉ (WEB), INTEGRADO A UM SISTEMA ONLINE DE AGENDAMENTO, PARA FACILITAR A COMERCIALIZAÇÃO. CONTROLE, CAPACIDADE DE CARGA, VOUCHER, DENTRE OUTROS CONTROLES NECESSÁRIOS A TODOS OS PRODUTOS TURÍSTICOS DENTRO DO TERRITÓRIO, INCLUINDO SUPORTE E MANUTENÇÃO POR 12 MESES. O PORTAL DEVE APRESENTAR TAMBÉM A COMERCIALIZAÇÃO DOS ARTESANATOS, DOS EVENTOS E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS AO TURISMO NA ALDEIA, COM CAPACIDADE PARA INTEGRAR ÀS PLATAFORMAS DE REDES SOCIAIS DA T.I UMUTINA. DEVE COMPORTAR TAMBÉM VÍDEOS E PODCAST.	UNI	1	1 MÊS	R\$ 4.400,00	R\$ 4.400,00

Praça Felipe Ferreira Mendes, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000  
E-mail: [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br) Fone: (65)3361-1921/1922





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

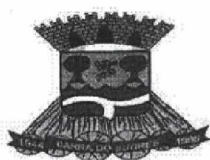
PÁG.  
3/10

5	SERVIÇO DE BANCO DE IMAGEM FOTOGRÁFICO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA FOTO E IMAGENS AÉREAS E TERRESTRES, FORNECENDO UM BANCO DE IMAGEM. AS IMAGENS FOTOGRÁFICAS PRODUZIDAS DEVEM TER A MELHOR QUALIDADE POSSÍVEL EM TERMOS DE ENQUADRAMENTO, NITIDEZ E RESOLUÇÃO. PARA OS ARQUIVOS DE IMAGEM FOTOGRÁFICO: TAMANHO MÍNIMO DE 3000X2000 PIXELS, 72 PPP E 2MB; FEITA EXCLUSIVAMENTE COM CÂMERA (S) PROFISSIONAL (IS), DE MANEIRA A REGISTRAR OS PRINCIPAIS ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS DAS ALDEIAS PÚBLICO ALVO, COM NO MÍNIMO 200 IMAGENS DE CADA ALDEIA. ALÉM DOS FOTOS DOS ATRATIVOS, DEVEM SER REALIZADAS REGISTROS DE TODAS AS AÇÕES DO PLANO, COMO FORMA DE ACOMPANHAMENTO.	UNI	1	4 MESES	R\$ 6.600,00	<b>R\$ 6.600,00</b>
6	ELABORAR O PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA, INDICANDO O ACESSO A TODAS AS 08 ALDEIAS PÚBLICO-ALVO DO PROJETO, NOS DOIS SENTIDOS DA RODOVIA PARTINDO DE BARRA DO BUGRES, CONTEMPLANDO TODOS OS DETALHAMENTOS, TAIS COMO: DAS ROTAS (COM MEMORIAL DE CÁLCULO), DAS PLACAS, DA FIXAÇÃO DOS SUPORTES, DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, DO CRONOGRAMA, DO EVENTOGRAMA, DO MEMORIAL DESCRITIVO, DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS E DAS PLACAS, ENTRE OUTROS, CONFORME AS ORIENTAÇÕES DA SECRETARIA DE TURISMO E EM CONSONÂNCIA COM O GUIA BRASILEIRO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA.	UNI	1	4 MESES	R\$ 14.300,00	<b>R\$ 14.300,00</b>
7	SERVIÇO DE FILMAGEM - SERVIÇO DE FILMAGEM AÉREA E TERRESTRE PARA BANCO DE IMAGEM PROMOCIONAL DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DAS ALDEIAS PÚBLICO-ALVO E ACOMPANHAMENTO DE TODAS ATIVIDADES DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MARKETING DA TERRA INDÍGENA UMUTINA-BALATIPONÉ. OS SERVIÇOS DE FILMAGEM DEVEM INCLUIR: A) GRAVAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS AÇÕES E DOS ATRATIVOS, EM ÁUDIO E VÍDEO COM CÂMERAS FILMADORAS DIGITAIS PROFISSIONAIS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO, CASO A ILUMINAÇÃO DO AMBIENTE NÃO SEJA SUFICIENTE PARA A CAPTURA DAS IMAGENS. B) ENTREGA DE 03 (TRÊS) CÓPIAS DO MATERIAL AUDIOVISUAL EDITADO EM DVD (S) COM MENU E CAPA PERSONALIZADOS, COM A MELHOR QUALIDADE DE GRAVAÇÃO DE VÍDEO E ÁUDIO POSSÍVEL, NUM PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS APÓS A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES. OS ARQUIVOS DE ÁUDIO E VÍDEO DEVERÃO SER CEDIDOS PELO AUTOR POR TEMPO INDETERMINADO PARA USO DE QUALQUER VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO. OBSERVANDO O CUMPRIMENTO DA LEI Nº 9.610/98.	UNI	1	4 MESES	R\$ 4.900,00	<b>R\$ 4.900,00</b>

#### **4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR**

4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação, o valor total de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) de acordo com a proposta.

Praça Felipe Ferreira Mendes, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000  
E-mail: [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br) Fone: (65)3361-1921/1922



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PÁG.**  
**4/10**

**5. CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;
- 5.2. Executar os serviços nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência.
- 5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pela Prefeitura Municipal a Licitante Vencedora continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;
- 5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Barra do Bugres/MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres/MT;
- 5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres/MT;
- 5.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;
- 5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa vencedora do certame licitatório quaisquer danos que venham a ocorrer a Contratante ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;
- 5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.
- 5.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil e/ou penal, relacionados a execução dos serviços, originalmente ou vinculado por prevenção, conexão ou continência;
- 5.10. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigação estabelecida na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do CONTRATANTE.
- 5.11. Repassar ao CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, todos os preços e vantagens ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos;
- 5.12. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do CONTRATANTE.
- 5.13. Reparar e/ou substituir equipamentos, no prazo de 12(doze) horas contadas a partir do recebimento da reclamação do CONTRATADO pela CONTRATANTE, eventuais falhas que porventura venham a ocorrer na execução dos serviços, ou no caso da impossibilidade da regularização dos serviços neste prazo.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PÁG.**  
**5/10**

manifestar-se justificando as causas da falha de atendimento a solicitação de conserto e estipulando prazo para a normalização dos serviços;

5.14. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

5.15. Reparar, corrigir, remover, construir ou substituir, as suas expensas, sem quaisquer ônus para o contratante, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei 8.666/93).

5.16. A realização do serviço da presente licitação dar-se-á de acordo com art. 76, inciso I alíneas “a” e “b” da lei nº 8.666/93.

**6. CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das devidas requisições assinada pelo departamento solicitante;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.6. Acompanhar os serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.7. Paralisar os serviços casos os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada;

6.8. Autorizar e ou negar os orçamentos solicitados dentro de no máximo 40 horas comerciais, ou seja, 5 dias úteis;

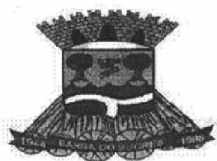
6.9. Autorizar o planejamento anual de manutenção preventiva referente a cada serviço.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

7.1. O Contrato terá sua vigência por 12(doze) meses, contados da data da assinatura do contrato podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Praça Felipe Ferreira Mendes, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000  
E-mail: [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br) Fone: (65)3361-1921/1922





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

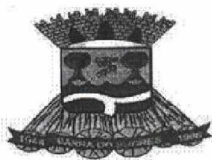
**PÁG.**  
**6/10**

- 7.2. O prazo para a prestação dos serviços objetos deste contrato será estipulado pela unidade demandante, contados do recebimento da Ordem de serviço.
- 7.3. O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;
- 7.4. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;
- 7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por esta administração;
- 7.6. Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- 7.7. A critério desta administração, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

**8. CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da fatura correspondente visada pela fiscalização, até o quinto dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços de acordo com a emissão da ordem de fornecimento pela CONTRATANTE, conforme indicado no Termo de Referência.
- 8.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços realizados além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;
- 8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
- 8.2.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.
- 8.3. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;
- 8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PÁG.**  
**7/10**

8.5. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com a Receita Federal e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS.

**9. CLÁUSULA NONA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

9.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento.

9.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da ata, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do IGPM/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo município.

9.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

9.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o município solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

9.4. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

- a). Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata de Registro de Preço, ou quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art. 78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;
- b). Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;
- c). Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d). Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado.

10.2. Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PÁG.**  
**8/10**

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do município - AMM, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao fornecimento dos materiais.

10.6. Caso a Prefeitura Municipal não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

11.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

11.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 11.2.2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, o respectivo valor será descontado dos



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PÁG.**  
**9/10**

créditos que a contratada possuir com esta administração, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria do Município;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

11 004.0.0.23.695. 7010 1.156 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

<b><u>FONTE:</u></b>	<b><u>OBJETO:</u></b>
<b><u>17010000000</u></b>	<b>Outras Transferências de Convênio ou Instrumentos Congêneres dos Estados</b>

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. A CONTRATADA obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata de Registro de Preço, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do Pregão Presencial nº 004/2023, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

14.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO**

Praça Felipe Ferreira Mendes, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000  
 E-mail: [licitacao@barradobugres.mt.gov.br](mailto:licitacao@barradobugres.mt.gov.br) Fone: (65)3361-1921/1922





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PÁG.**  
**10/10**

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Barra do Bugres-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Barra do Bugres - MT, 23 de fevereiro de 2023.

**MARIA AZENILDA PEREIRA**  
 Prefeitura Municipal de Barra do Bugres-MT  
 ORGAO GERENCIADOR

VARANIS DE SOUZA E SILVA  
 SOUZA LTDA:12399451000122

Assinado de forma digital por VARANIS DE  
 SOUZA E SILVA SOUZA  
 LTDA:12399451000122  
 Dados: 2023.02.23 10:51:45 -04'00'

**VARANIS DE SOUZA & SILVA SOUZA LTDA**  
 Sidnei Varanis de Souza  
 FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS:

**MARIVALDO MARCOS DE MAGALHÃES**  
 Sec. Desenvolvimento Econ. Meio Ambiente e Turismo  
 CPF nº 630.980.321-20

**ALESSANDRA RIBEIRO DE CARVALHO**

Fiscal do Contrato (Titular)  
 CPF nº 929.695.930-68

**DANIELE DOURADO AMORIM**

Fiscal do Contrato (Suplente)  
 CPF nº 036.977.671-27



## ANEXO 3 - PLANO DE VISITAÇÃO BALATIPONÉ - ETNOTURISMO

Plano Visitação Povo Balatiponé | x

https://heyzine.com/flip-book/e2e1a6142f.html%23page/3#page/1

Plano Visitação Povo Balatiponé

Terra Indígena Umutina-Balatiponé

Barra do Bugres - Mato Grosso - Brasil

Heyzine Flipbooks

PLANO DE VISITAÇÃO

BALATIPONÉ

ETNOTURISMO

ALDEIAS:  
ÁGUAS CORRENTES ... BOROPÓ ... <ENTRAL  
KATAMÁ ... MASSEPÓ ... UAIPO

1035

POR

PTB2

12/11/2025

## PLANO DE VISITAÇÃO



# BALATIPONÉ

## ETNOTURISMO

### ALDEIAS:

ÁGUAS CORRENTES .. BOROPÔ .. CENTRAL

KATAMÃ .. MASSEPÔ .. UAPO

BARRA DO BUGRES, 2023



FICHA TÉCNICA

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ

Filadelfo de Oliveira Neto  
Barra do Bugres - MT  
Presidente  
CNPJ: 27.276.072/0001-12

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - MT

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo

CONSULTORIA DO PROJETO

Ícone Consultoria em Turismo  
CNPJ: 12.399.451/0001-22  
www.iconea.tur.br  
Varanis de Souza e Silva Souza LTDA  
(65) 4042-3451  
Cuiabá - MT

EQUIPE TÉCNICA

Sidnei Varanis de Souza  
Dra. Bruna Mendes de Fava  
Arthur Varanis Silva Souza  
Caroline Varanis Silva Souza  
Cristine Victoria de Jesus  
Especialista Gestão Pública e Coordenador Geral  
Turismóloga e Coordenadora do Plano de Visitação  
Turismólogo  
Economista  
Estagiária e Estudante do Turismo

COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

Dionísio Apodonepá  
Luciel Boporany  
Paulo Apodonepá  
Edna Monzilar  
Branco Corezomae Calomezoré  
Felisberto de S. Cupudunepá Filho  
Ivanilde B. Nascimento  
Maria Helena Luz  
Wesley Granella Oenning  
Alessandra Ribeiro de Carvalho  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sedec / Secretaria Adjunta de Turismo  
Aldéia Uapo  
Aldéia Central  
Aldéia Águas Correntes  
Aldéia Boropó  
Aldéia Katamã  
Aldéia Masepô  
FUNAI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo  
Turismóloga da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo

DIAORAMAÇÃO

Ruan Carlos Ramos da Silva

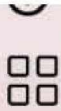
Lista de Quadros

Quadro 1. Informações dos indígenas das aldeias- foco do plano de visitação.....	10
Quadro 2. Relação dos caciques.....	11
Quadro 3. Dias de Visitação por Aldeia.....	23
Quadro 4. Capacidade de Carga por Aldeia.....	24
Quadro 5. Matriz de responsabilidades por aldeia.....	28
Quadro 6. Descrição da localização das aldeias.....	50
Quadro 7. Distâncias da Aldeia até Barra do Bugres.....	50
Quadro 8. Informações adicionais sobre o roteiro.....	59
Quadro 9. Programação do roteiro turístico do primeiro semestre de 2024.....	61
Quadro 10. Programação do roteiro turístico do segundo semestre de 2024.....	61
Quadro 11. Atividades ofertadas pelas Aldeias.....	66
Quadro 12. Artesanatos ofertados pelas Aldeias.....	66
Quadro 13. Infraestrutura disponível em cada aldeia deste Plano de Visitação.....	68
Quadro 14. Cardápio Aldeia Masepô.....	69
Quadro 15. Cardápio Aldeia Águas Correntes.....	69
Quadro 16. Cardápio Aldeia Boropó.....	69
Quadro 17. Cardápio Aldeia Katamã.....	70
Quadro 18. Cardápio Aldeia Uapo.....	70
Quadro 19. Ações da Aldeia Águas Correntes.....	107
Quadro 20. Ações da Aldeias Boropó.....	108
Quadro 21. Ações da Aldeia Central.....	109
Quadro 22. Ações da Aldeia Katamã.....	109
Quadro 23. Ações da Aldeia Masepô.....	110
Quadro 24. Ações da Aldeia Uapo.....	111

Lista de Figuras

Figura 1. Espinha dorsal do plano de visitação.....	13
Figura 2. Reunião participativa para obtenção do diagnóstico turístico.....	18
Figura 3. Reunião participativa na Aldeia.....	19
Figura 4. Mapa da Terra Indígena.....	51
Figura 5. Estratégia e fluxo de monitoramento da visitação.....	96





Lista de Siglas

CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ISO	Organização Internacional para Padronização
NBR	Norma Técnica
OMT	Organização Mundial do Turismo
SEADTUR	Secretaria Adjunta de Turismo de Mato Grosso
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SGS	Sistema de Gestão de Segurança
TBC	Turismo de Base Comunitária
TI	Terra Indígena

Sumário

1 Apresentação	9
1.1 Objetivo Geral	14
1.1.1 Objetivos Específicos	14
1.2 Justificativas da proposta de visitação	15
1.3 Tipologia Turística, Modelo de Gestão e Metodologias utilizadas no Plano de Visitação	17
2 Público-alvo	23
2.1 Frequência de visitas previstas	23
2.2 Quantidade máxima de visitantes por visita	24
3 Distribuição das competências na comunidade	27
4 Parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições	33
4.1 Plano de Sinalização Turística	43
5 Descrição das atividades propostas aos visitantes	47
6 Delimitação do roteiro, objeto e das atividades de visitação	53
6.1 Caracterização das Atividades com Pernoite nas Aldeias	60
6.2 Eventos Programados para 2024	60
7 Atividades, condições estruturais e infraestrutura disponível	65
7.1 Sistema de Gestão de Segurança	70
8 Plano de negócios	75
8.1 Plano de Marketing Turístico	77
9 Estratégia de atendimento de primeiros socorros	81
10 Manual de conduta e boas práticas para visitantes e para a comunidade	85
11 Estratégia para impedir a entrada de bebidas e drogas nas comunidades indígenas e outros ilícitos	89
12 Estratégia de gestão de resíduos sólidos	91
13 Estratégia de monitoramento da atividade de visitação	95
14 Estratégia de capacitação dos proponentes	99
15 Considerações finais	105
15.1 Relação de ações posteriores	107
Referências Bibliográficas	113
Anexos	117





Foto: Francisca Rosa Córdova

Este trabalho foi realizado com o consentimento e colaboração do povo indígena Balaitiponé, e da Fundação Nacional do Índio – Funai







Foto: Francieli Dal Cortivo

## 1 APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Visitação é uma iniciativa da Associação Indígena Balatiponé, que compõe o grupo indígena Balatiponé proponente, situada em Barra do Bugres, em Mato Grosso. Embora o nome da TI - Umutina seja utilizado com frequência, traremos neste documento a TI como Balatiponé, haja vista que compõe uma aldeia híbrida, e, portanto, Balatiponé compreende todos os moradores, antigos e atuais do local. É importante ressaltar que este Plano de Visitação iniciou com **oito aldeias do território Balatiponé, e foi finalizado com seis aldeias**, devido à necessidade de as aldeias Adonai e Bakalana se adequarem estruturalmente, e, assim, não fazerem parte do plano inicialmente.

Nós, representantes dessas associações, manifestamos interesse em realizar o etnoturismo em nossas aldeias. O projeto de criação do Plano de Visitação nasceu com o apoio da Secultur, Seadtur e Assembleia Legislativa. Foi alinhado com as regras da Instrução Normativa nº 3 da Funai, publicada no Diário Oficial da União em junho de 2015, elaborado pelas mãos indígenas dos líderes das aldeias contempladas, Uapo, Central, Águas Correntes, Boropô, Katamã e Masepô, com o suporte da empresa de consultoria em turismo contratada, vencedora do processo licitatório do edital descrito<sup>1</sup>.

Nossas aldeias situam-se nas proximidades do município de Barra do Bugres, estado de Mato Grosso. A distância entre a capital, Cuiabá, e Barra do Bugres é de 175,9 km via MT-246. O tempo estimado do percurso da viagem entre as duas cidades é de aproximadamente 2h32min (Google

<sup>1</sup> Edital 004/2023.



Plano de Visitação: Balatiponé

Maps, 2023). Já em linha reta, a distância entre Cuiabá e Barra do Bugres é de 129,62 km (Distância Cidades, 2023).

A cidade de Barra do Bugres será território de apoio deste plano de visitação, haja vista sua proximidade com as aldeias Balatiponé e por ser local estratégico, caso seja necessário utilizar serviço de saúde, hospedagem e restauração pelos turistas. Barra do Bugres apresenta uma base de sete hotéis, com uma média de 319 leitos em 146 UHs (Unidades Habitacionais), estrutura que pode complementar os locais de pernoite da TI Balatiponé.

Quadro 1. Informações dos indígenas das aldeias-foco do plano de visitação

Aldeia	Número de Famílias	Número de Moradores	Fontes de Renda
Uapo	02	02	Artesanato e Agricultura Familiar
Central	100	170	Artesanato e Agricultura Familiar
�guas Correntes	07	18	Artesanato e Agricultura Familiar
Borop�	3	8	Artesanato e Agricultura Familiar
Katam�	3	7	Artesanato e Agricultura Familiar
Massep�	11	42	Artesanato e Agricultura Familiar
Adonal	3	14	Artesanato e Agricultura Familiar
Bakalana	11	45	Artesanato e Agricultura Familiar

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.

De acordo com a prefeitura municipal de Barra do Bugres (2023), a fundação de Barra do Bugres está intrinsecamente ligada aos ciclos econômicos que ocorreram em Mato Grosso no final do século XIX e início do século XX. A cidade teve seu início com o ciclo da exploração vegetal, com produtos como poaia, borracha e cedro. Isso atraiu uma população diversificada, incluindo descendentes de quilombolas, indígenas, migrantes de várias regiões do Brasil, além dos mato-grossenses tradicionais que investiram no município.

O transporte da poaia era feito pelo rio Paraguai, conectando Barra do Bugres a Cáceres e, posteriormente, aos portos brasileiros. No início do século XX, o transporte fluvial teve um desenvolvimento significativo, contribuindo para a formação e expansão do município.

Um evento marcante na história da cidade foi a invasão por "os revoltosos da Coluna Prestes" em 1926, comandados por Siqueira Campos. A cidade

resistiu, mas foi saqueada e incendiada.

A busca pela poaia rapidamente transformou o vilarejo em uma área urbana densamente povoada, com a chegada de novos habitantes que buscavam oportunidades.

Em 1943, Barra do Bugres se tornou município, desmembrado de Diamantino, Cáceres e Rosário Oeste. O desenvolvimento da cidade continuou, impulsionado pela rodovia estadual MT 246, que a ligou a Cuiabá e a outros municípios do noroeste do estado. A construção de uma ponte de concreto sobre o rio Paraguai em 1976 também ampliou as oportunidades econ micas da cidade.

Na década de 1980, o ciclo econômico mudou com a chegada de migrantes de Minas Gerais, São Paulo e Ceará, que investiram na pecuária e na cultura da cana-de-açúcar, tornando-se o principal setor econômico. A industrialização da cana-de-açúcar trouxe uma grande quantidade de mão de obra durante as colheitas.

A cidade de Barra do Bugres, ao longo de sua história, passou por várias transformações econ micas e sociais, moldando sua identidade e sua paisagem urbana ao longo do tempo.

As nossas aldeias-foco deste Plano de Visitação, pertencentes à  tnia Balatiponé, vislumbrando essa história, necessitam de fortalecimento cultural respeitando nossos aspectos tradicionais e identitários.

Quadro 2. Relação dos caciques

Aldeias	Caciques
Aldeia Adonal	Cacildo Amajunep�
Aldeia Uapo	Dionísio Apodonepá
Aldeia Central	Luciel Boporany
Aldeia �guas Correntes	Paulo Apodonepá
Aldeia Bakalana	Francisco
Aldeia Borop�	Edna Monzilar
Aldeia Katam�	Branco Corezoma�
Aldeia Massep�	Felisberto de Souza Cupudunep� Filho

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.



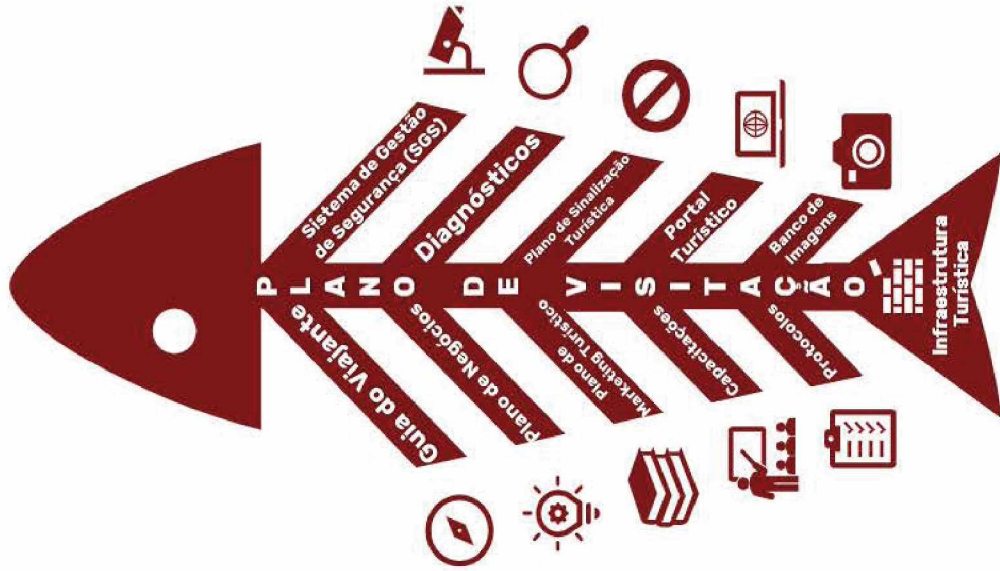
Mato Grosso apresenta avanços em uma proposta turística alinhada ao processo sustentável da relação entre sociedade, cultura e natureza, na perspectiva do Turismo de Base Comunitária, produção associada e economia solidária.

Confeccionar o Plano de Visitação para essas aldeias potencializa a coexistência respeitosa, a relação do homem com a natureza e suas perspectivas culturais se expressam no cuidado que nós, povos indígenas, temos com nossos bens naturais e culturais, nossos hábitos e costumes ancestrais e promove o diálogo com os desafios contemporâneos provenientes do processo de globalização.

O desafio para nossas aldeias é transformar o potencial em produto turístico voltado ao mercado e à afirmação positiva da cosmologia indígena, considerando a manutenção da riqueza material e imaterial preservada na memória e expressa no cotidiano de nossos povos em nossa estrutura social, levando em conta a cultura tradicional e reafirmando o foco no cuidado com a natureza.

O Plano de Visitação consiste em um projeto-base que atende à Normativa IN 003/2015 e que desmembra outros projetos relevantes para iniciação de uso turístico nas nossas aldeias. Portanto, o Plano de Visitação compõe a espinha dorsal para a implementação do turismo em terra indígena, promovendo diretrizes que direcionam outros projetos necessários para o turismo se estruturar na TI. Abaixo, a imagem expõe a centralidade do Plano de Visitação como projeto que desmembrou e desmembrará outros projetos para o turismo. É importante salientar que alguns projetos não foram contemplados no contexto inicial deste Plano de Visitação, mas foram solicitados em formato de aditivo. Na espinha dorsal (Figura 1) estão as ações essenciais para que tenhamos um Plano de Visitação bem encaminhado, assim, as espinhas de capacidades, e do Guia do Viajante, por exemplo, são ações que contemplam o aditivo e, portanto, serão executadas em 2024.

Figura 1. Espinha dorsal do plano de visitação



Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.





### 1.1 OBJETIVO GERAL

O Objetivo do Plano de Visitação é desenvolver o etnoturismo e o ecoturismo nas oito Aldeias Indígenas Balatiponé de Barra do Bugres-MT, atendendo aos requisitos da Normativa 003/2015 da Fundação Nacional do Índio (Funai), por meio de metodologias participativas.

#### 1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar nossos potenciais ecológicos e turísticos por meio dos nossos recursos naturais (rio, bioma, paisagem, entre outros) e culturais, como nossos rituais, festividades, danças, músicas, culinária, entre outros.
- Dar suporte à execução planejada de um programa de atividades ecoturísticas e de turismo cultural como alternativa de desenvolvimento sustentável para nossas aldeias Uapo, Central, Águas Correntes, Boropó, Katamá e Massepó.
- Promover a participação ativa das mulheres indígenas em atividades de visitação, garantindo sua representatividade, ancestralidade e valorização.
- Engajar os jovens indígenas nas atividades de visitação, oferecendo oportunidades de aprendizado e empoderamento, valorização da cultura indígena (identidade coletiva) e incentivo para permanência nas aldeias por meio do turismo.
- Incluir os mais velhos indígenas, nossos anciãos, como guardiões do conhecimento tradicional, proporcionando espaços para compartilhar suas histórias e saberes.
- Promover, por meio do etnoturismo, o fortalecimento cultural e re-memoração de valores, hábitos, tradições e rituais indígenas.
- Estabelecer medidas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais presentes na terra indígena, em conformidade com os conhecimentos tradicionais.
- Sensibilizar os visitantes sobre a importância da preservação do meio ambiente, da biodiversidade e do ecossistema da TI como um valor cultural indígena.
- Criar espaços de diálogo e troca de experiências entre indígenas e visitantes não indígenas, visando à construção de relações de respeito e valorização mútua.
- Estimular a realização de atividades culturais conjuntas, promovendo a compreensão e o respeito pela diversidade cultural.



- Incentivar o etnoturismo como uma alternativa de renda para as comunidades indígenas, valorizando seus produtos e serviços tradicionais.
- Identificar ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades indígenas.

### 1.2 JUSTIFICATIVAS DA PROPOSTA DE VISITAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o usufruto de terras indígenas deve ser exclusivo e permanente dos povos indígenas, cabendo ao Estado brasileiro valorizar suas culturas, tradições e meios de vida de forma sustentável para esses povos.

O desenvolvimento socioeconômico das populações indígenas tem despertado cada vez mais diversas etnias para o turismo, enquanto atividade de valorização cultural, desenvolvimento econômico e interação entre os povos.

A partir disso, surgiu a Normatização nº 03/2015 da Funai, que estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas.

Contudo, vale ressaltar que tal entendimento deve, antes de tudo, partir do nosso interesse inicial e primordial, como residentes indígenas e nosso representante legalmente constituído, quanto à prática do turismo em nosso território.

O papel das nossas aldeias, nesse sentido, é de articulação com o Estado e órgãos reguladores para disponibilizar capacitação, e propiciar melhores condições para a implantação da atividade turística, por meio de assessoria técnica consultiva e parcerias institucionais, com foco prioritário para o desenvolvimento sustentável.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo sustentável deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento econômico da atividade, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações.

Nesse aspecto, pressupõe-se que a atividade turística em terras indígenas é um meio de conservação cultural, bem como de promoção social, gerando renda para nós, enquanto anfitriões, melhora da qualidade de vida, e propiciando a experiência aos visitantes.





### Plano de Visitação: Balatiponé

A manutenção das comunidades indígenas Balatiponé em nossas terras está atrelada, hoje, à venda de artesanatos e de produtos da agricultura familiar. Entretanto, com o crescimento das famílias e o surgimento de novas aldeias, o que é natural, essa renda não está sendo suficiente para atender as nossas necessidades.

Esse fato vem provocando o êxodo, principalmente dos mais jovens, para os centros urbanos (Barra do Bugres, Cuiabá, entre outras localidades), em busca de novas oportunidades de trabalho para apoiarem suas famílias. A renda proveniente do turismo agregará valor a nossas atuais fontes de renda, sendo mais uma alternativa de geração de divisas dentro das nossas aldeias.

No Brasil, o etnoturismo destaca-se como um forte segmento em ascensão, dada a riqueza étnica e cultural do país. As comunidades e povos tradicionais, como os Quilombolas, ribeirinhos e nós, indígenas, aos poucos alcançamos a percepção de que o turismo é uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento local. O empoderamento dos nossos grupos e a apropriação do espaço enquanto provisão de emprego e renda para nossos conterrâneos são o principal apelo para a implantação da atividade.

De acordo com o Ministério do Turismo (2023), já se encontra disponível no mercado a comercialização do etnoturismo nacional, como o caso da Reserva indígena Pataxó da Jaqueira, situada a 12 km do centro de Porto Seguro (BA); a Terra Indígena Guarani do Ribeirão Silveira, localizada na praia de Boraceia, em São Sebastião (SP), a cerca de 200 km de São Paulo; o projeto Rede Solidária Papyguá (índios Guarani do Paraná e Santa Catarina) reunidos em cinco roteiros disponíveis; e no Acre; uma imersão na floresta é a proposta dos índios Yawanawás, da área indígena Rio Gregório, onde vivem cerca de mil índios em sete aldeias.

Em Mato Grosso, a proposta pioneira foi realizada pela etnia Pareci, por meio da Aldeia Wazare. Aldeia Quatro Cachoeiras e Aldeia Utitariti. Porém, hoje, entre essas etnias a única que apresenta Plano de Visitação é a Wazare. A busca pela consolidação do Plano de Visitação é almejada por outras aldeias Pareci, como pelo circuito de Tangará da Serra de mesma etnia, que enviou seu Plano de Visitação para a Funai neste ano de 2023 para aprovação, construído com o suporte de nossos parceiros deste Plano de Visitação.

As iniciativas no lançamento do etnoturismo mato-grossense voltaram o olhar para membros de nossa etnia Balatiponé sobre a possibilidade de abrir as



aldeias para visitação turística.

É assim que surge nossa busca pelo Plano de Visitação nas nossas aldeias, Uapo, Central, Águas Correntes, Boropô, Katamã e Masepô, constituídas por indígenas Balatiponés, que necessitam de uma alternativa de renda e fortalecimento cultural, respeitando nossos aspectos tradicionais e identitários. Esse fato enfatiza o desejo e a necessidade da comunidade em abrir as portas para o turismo, o que justifica este Plano de Visitação.

### 1.3 TIPOLOGIA TURÍSTICA, MODELO DE GESTÃO E METODOLOGIAS UTILIZADAS NO PLANO DE VISITAÇÃO

O turismo cultural é o segmento do turismo em que o etnoturismo, vinculado a este Plano de Visitação em terra indígena, se insere. O turismo étnico faz parte dos segmentos turísticos que têm como foco a valorização da cultura e do patrimônio imaterial de uma determinada comunidade. A cartilha do Ministério do Turismo (2010) traz a definição e contextualização desses segmentos.

É caracterizado pela oferta de produtos e serviços turísticos que têm como objetivo principal proporcionar aos visitantes a vivência e a experiência da cultura local.

Essa forma de turismo engloba manifestações artísticas, festas populares, gastronomia tradicional, artesanato, arquitetura histórica, entre outros elementos que representam a identidade cultural de nossa comunidade. O turismo cultural valoriza as tradições e promove o intercâmbio cultural entre visitantes e a população local, contribuindo para a preservação e valorização do patrimônio cultural.

O etnoturismo é inerente ao turismo cultural e está diretamente ligado as nossas comunidades tradicionais indígenas. Esse segmento busca proporcionar aos visitantes a oportunidade de conhecer e vivenciar a cultura, os costumes, as práticas do nosso povo e a forma de vida das nossas comunidades.

O turismo em território étnico valoriza nossos saberes ancestrais, a relação harmoniosa com o meio ambiente e as manifestações culturais específicas de cada comunidade. É uma forma de turismo que respeita e envolve diretamente os povos tradicionais, contribuindo para o fortalecimento de nossos processos identitários e para a sustentabilidade dos povos originários que visam ao turismo como atividade econômica.





Além disso, é importante mencionar o conceito de turismo de base comunitária como modelo de gestão promovido pelo Ministério do Turismo e pela normativa (2015) que rege o Plano de Visitação.

O turismo de base comunitária envolve a participação ativa e o protagonismo social das nossas comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento e gestão do turismo em nossas localidades. Nesse modelo, a comunidade é a principal beneficiária do turismo, pois assume o controle das atividades, toma decisões coletivas e busca garantir a distribuição justa dos benefícios gerados por ele. O turismo de base comunitária promove o desenvolvimento sustentável, a valorização da cultura local, a preservação ambiental e a geração de renda para a comunidade, contribuindo para a redução das desigualdades e a valorização das identidades culturais.

Entre as formas de observação e identificação das realidades das aldeias-foco deste Plano de Visitação de nossas aldeias da TI Balatiponé, está o levantamento diagnóstico realizado nas aldeias Uapo, Central, Águas Correntes, Boropô, Katamã e Masepô. Foi realizado o levantamento técnico e verificado em conjunto com os membros das nossas aldeias o potencial turístico para a promoção do desenvolvimento sustentável do turismo nas comunidades indígenas.

Figura 2. Reunião participativa para obtenção do diagnóstico turístico.



Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.

Figura 3. Reunião participativa na Aldeia.



Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.

O diagnóstico turístico é um processo sistemático de análise de um território turístico para identificar pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. É uma ferramenta essencial para o planejamento e gestão de destinos turísticos, pois fornece informações para orientar as estratégias de desenvolvimento e promoção do turismo no território analisado. Em um contexto étnico complexo com características únicas como no nosso território indígena, o diagnóstico exige cautela e atenção à escuta comunitária para descrição desse processo mais próximo possível do relatado pela comunidade. O diagnóstico se encontra no link do anexo 2, e a Figura 2 mostra a reunião de diagnóstico turístico.

As metodologias Observação Participante e Visitas in Loco são utilizadas no Plano de Visitação das aldeias Balatiponé foco - Uapo, Central, Águas Correntes, Boropô, Katamã e Masepô, para obter um diagnóstico abrangente do nosso potencial turístico e promover um processo de planejamento participativo. Cada uma dessas metodologias desempenha um papel específico na coleta de informações e no envolvimento das nossas comunidades indígenas, visando garantir a sustentabilidade do turismo e o respeito a nossa cultura e território. A seguir, descrevemos cada uma dessas metodologias e sua importância.

- Observação Participante:

A Observação Participante é uma metodologia de pesquisa que envol-



ve o processo de imersão no contexto e na rotina da comunidade. Nesse caso, os responsáveis técnicos pelo diagnóstico do potencial turístico do nosso território Balatiponé vivenciaram o cotidiano das nossas aldeias, participando de atividades, interagindo com os membros da comunidade e observando nossas características culturais, ambientais e turísticas. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais profunda das necessidades, desafios e oportunidades de desenvolvimento do turismo nas nossas comunidades indígenas.

• Visitas in loco:

As Visitas in loco são fundamentais para o levantamento de informações sobre os atrativos turísticos presentes nas nossas aldeias. Durante essas visitas, foram percorridas minuciosamente as aldeias Uapo, Central, Águas Correntes, Boropó, Katamã e Massepó, identificando os nossos recursos naturais, culturais e históricos. Foram detectados pontos de interesse, como trilhas, rituais, artesanato indígena, danças tradicionais, entre outros. Essas visitas permitiram um mapeamento detalhado do potencial turístico de cada aldeia, considerando nossos atrativos únicos e a forma como podem ser utilizados de maneira sustentável e biointerativa. Com a utilização dessas metodologias, o Plano de Visitação das aldeias da TI Balatiponé em Barra do Bugres contempladas visou entender a realidade situacional e o potencial turístico das aldeias Uapo, Central, Águas Correntes, Boropó, Katamã e Massepó. A partir desse processo metodológico, foram propostas ações e estratégias para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, atrelado à normativa em questão.





# FEVEREIRO

**DIA 4 (DOMINGO):**  
**CAMINHADA NA NATUREZA**  
**LOCAL DE PARTIDA / HORÁRIO:**  
**ALDEIA CENTRAL ÀS 9H**

**DESTINO:**  
**ALDEIA UAPO**  
**VALOR DA INSCRIÇÃO:**  
**R\$ 10,00**

**PERCURSO DE 5 KM**  
**SITE PARA INSCRIÇÃO:**  
**WWW.BALATIPONE.COM.BR**

**INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E**  
**EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS**  
**ALMOÇO NA ALDEIA UAPO**

**REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ**  
**PARCEIROS**  
ANDA BRASIL, IRCOB-ALEMANHA, IUV - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, COMTUR, EMPAER-MT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, VAR, PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.



**BALATIPONÉ**  
ETNOTURISMO





Aldéias	Dias da Visitação
Central	Primeiro final de semana de cada mês (Eventos culturais) (Anexo 10)

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.

2.2 QUANTIDADE MÁXIMA DE VISITANTES POR VISITA

Considerando as peculiaridades de cada aldeia-foco, a capacidade de carga (quantidade máxima de visitantes por visita) ficou estabelecida de acordo com as características específicas de cada aldeia, vislumbrando seus limites e potenciais para acomodação e segmento turístico que contempla, baseado nas escolhas dos roteiros de cada aldeia.

Esse limite é estabelecido para garantir que a infraestrutura disponível e a capacidade de acolhimento da nossa comunidade sejam respeitadas, evitando impactos negativos na qualidade da experiência turística e na cultura local.

É importante observar que a capacidade de carga pode variar entre as aldeias-foco, dependendo dos recursos disponíveis, da estrutura de hospedagem, das características culturais e das restrições ambientais. Portanto, é necessário respeitar as orientações específicas de cada aldeia e seguir os roteiros estabelecidos, a fim de garantir uma visita sustentável e respeitosa.

Portanto, a capacidade de carga é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4. Capacidade de Carga por Aldeia

Aldéias	Day Use	Pernoite
Massepô	10 pessoas	10 pessoas
Uapo	-	12 pessoas
Águas Correntes	-	15 pessoas
Boropô	20 pessoas	-
Katamã	15 pessoas	-
Central	-	-

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.

Além disso, é fundamental que os visitantes estejam conscientes da importância de respeitar as normas e restrições estabelecidas pela nossa comunidade, tanto em relação ao número de visitantes quanto às práticas culturais,

para preservar a autenticidade e o bem-estar da comunidade anfitriã. A conscientização sobre a capacidade de carga e a promoção do turismo responsável são essenciais para garantir uma experiência positiva e sustentável tanto para os visitantes quanto para as nossas comunidades envolvidas.

É importante ressaltar que a capacidade de carga poderá ser ajustada e aumentada ao longo do tempo, levando em consideração a evolução do projeto, a obtenção de conhecimentos científicos relevantes e a autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai). Essas medidas visam garantir a sustentabilidade e a preservação da nossa terra indígena, equilibrando o turismo com a proteção do meio ambiente e a salvaguarda da nossa cultura indígena. A revisão da capacidade de carga será realizada de forma responsável e em estreita colaboração com nosso povo, respeitando nossos direitos, saberes tradicionais e decisões coletivas.



Foto: Francieli Dal Cortivo



### 3 DISTRIBUIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NA COMUNIDADE

As nossas comunidades contam com anciãos que dominam o processo histórico de composição das aldeias-foco Boropô, Katamã, Central, Águas Correntes, Uapo e Massepô. Portanto, a manutenção de nossos usos e costumes para as próximas gerações se faz necessária.

Estabeleceremos a rotina de reuniões frequentes para avaliarmos a necessidade de ajustes e promovermos melhorias gerais no nosso trabalho nas aldeias. Essas reuniões têm o objetivo de tratarmos questões relacionadas à organização interna, infraestrutura, resolução de eventuais conflitos, prestação de contas, planejamento e investimentos, entre outros aspectos relevantes para nossa operação turística. Por meio desses encontros, poderemos discutir desafios e oportunidades, compartilhar experiências, propor soluções colaborativas e garantir que o plano esteja alinhado com nossas necessidades e aspirações. Dessa forma, a realização de reuniões frequentes contribuirá para o nosso aprimoramento contínuo do Plano de Visitação, promovendo efetividade, transparência e sustentabilidade.

A prática da educação intercultural bilingue, por exemplo, na perspectiva de diálogo entre dois universos: índios e não índios, proporciona maior redução do possível estranhamento cultural proveniente do contato. Vale ressaltar que nossas mulheres têm papel fundamental na manutenção do saber quanto à história e à produção de artefatos, como brincos, bolsas e acessórios. As atribuições foram realizadas por afinidade e desejo de trabalhar com determinada função dentro do turismo, e, das funções que ainda não sabiam exe-



Plano de Visitação: Balatiponé

cutar, foram efetuadas capacitações de cada membro das aldeias em atividades vinculadas ao trabalho com o turismo. No Quadro 5 vislumbramos a matriz de responsabilidades por cada membro das aldeias.

Quadro 5. Matriz de responsabilidades por aldeia

Aldeias	Katamá	Central	Boropô	Massepô	Uapo	Águas Correntes
<b>Financeiro</b>	Blenda			Maria Alice	Salatiel Eriko	Neulione Paulo Tânia
<b>Restaurante</b>	Blenda Elaine	Alcides Arenilson Edlaine		Nadir Jackeline Sandra Jucely Elzira Adailson Geicy	Dionísio	Rosângela Cleide Andrela Aretuza Adevair
<b>Apresentação de línguas, cantos, dança</b>		Alifer Éder Luciel Luciana Emily	Edgar Eliana Lorraine	Jackeline Leosimar Juliane Wenderson	Dionísio	Paulo Gabriela Isabela Luara Adrian Mizael
<b>Divulgação rede social</b>	Marcio Blenda	Manoel Lucas Alifer	Edgar	Wanderson Juliane Danieli Rosiney Rosilene Geicy Indianara		Tânia Gabriela Isabela Victor
<b>Artesanatos</b>	Blenda Elaine	Jndira Alifer Valdecir Edlaine	Edgar Edna	Jackeline Sandra Jucely Elzira Eza Adailson Rosilene Hilton	Dionísio	Neulione Paulo Tânia Rosângela Salomão Cleide Sandriano Andrela Aretuza Tatiane Adevair
<b>Trilhas</b>	Marcio Everton				Dionísio	Paulo Isabela



Distribuição das competências na comunidade

Aldeias	Katamá	Central	Boropô	Massepô	Uapo	Águas Correntes
<b>Cestaria</b>	Shella Blenda Elaine Carminda	Adelaide Maria Lúcia Elizabeth	Edna	Rosiney Rosilene Hilton		
<b>Compras suprimentos</b>	Blenda Elaine	Manoel Debora		Nadir Maria Alice Sandra Geicy		Paulo
<b>Documentos, relatórios</b>	Marcio Blenda	Edlaine		Maria Alice Jackeline Sandra Neuzinho Geicy		Helio
<b>Serviços gerais</b>	Welinton Blenda	Aurihanner Darllete Lucas Daniel Edlaine	Edleison Edna Lorraine Lucinei	Wanderson Leosimar Hamilton Joilson Adailson Wenderson Adailton Danieli Hilton Jailson		Paulo Rosângela Cleide Adevair
<b>Transporte (cidade X aldeia X cidade)</b>	Blenda Everton	Manoel Éder	Wellington	Wanderson Hamilton Felisberto		Paulo Victor Dinei Adevair
<b>Cerâmica</b>			Edna			Paulo
<b>Tecelagem</b>				Wanderson Leosimar Hamilton Joilson Adailson Adailton Felisberto		Paulo Isabela Salomão
<b>Condutor de turismo</b>	Marcio Blenda Everton	Alifer Clarindo Luciel Emily	Eliana Lucinei		Dionísio	
<b>Contador de histórias, lendas</b>	Blenda	Ademil	Edna Eliana	Maria Alice Hamilton Elzira Eza Hilton Joilson Felisberto	Dionísio	Paulo Isabela



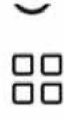


Plano de Visitação: Balatiponé

Aídeias	Katamá	Central	Boropô	Massepô	Uapo	Águas Correntes
Atividades de aventura	Blenda Everton	Éder Luciel	Elliana Lucinei	Hamilton Adailson Adailton Jailson Felisberto Indianara	Dionísio	Paulo Isabela Salomão Victor
	Marcio Blenda Everton Elaine	Dariete Lucas Alifer	Edgar Elliana Lorraine	Geicy Rosiney	Dionísio	Neulione Adevair
Ajudante de hospedagem e camping	Marcio Blenda Everton Elaine	Ademil Manoel Debora Alifer Cláudio Soniston Vanessa Luciel	Edgar Edna Elliana Lorraine Lucinei	Nadir Jackeline Juliane Wenderson Geicy Rosiney Rosilene Felisberto Indianara	Dionísio	Neulione Paulo Gabriela Victor Cleide Adrian Endreus Tatiane
Recepção dos visitantes	Marcio Blenda Everton Elaine	Ademil Manoel Debora Alifer Cláudio Soniston Vanessa Luciel	Edgar Edna Elliana Lorraine Lucinei	Nadir Jackeline Juliane Wenderson Geicy Rosiney Rosilene Felisberto Indianara	Dionísio	Neulione Paulo Gabriela Victor Cleide Adrian Endreus Tatiane
Pintura corporal	Blenda					Paulo

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.





#### 4 PARCEIROS ENVOLVIDOS, RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Depois da entrega do nosso Plano de Visitação do projeto de etnoturismo, todos os parceiros continuam desempenhando um papel fundamental na sua supervisão e implementação. Aqui estão algumas das responsabilidades e atribuições potenciais nessa fase:

##### **Associação Indígena Balatiponé:**

- **Implementação do Plano de Visitação:** Somos responsáveis por implementar o Plano de Visitação em nossas comunidades, coordenando atividades e garantindo que tudo esteja alinhado com o plano apresentado.
- **Guardiões do Patrimônio Cultural:** Têm a responsabilidade de proteger e preservar o patrimônio cultural de nossas comunidades de etnoturismo para garantir que não haja exploração cultural.
- **Educação e Sensibilização:** Devem educar os visitantes sobre a nossa cultura indígena, tradições, história e valores. Isso pode envolver a coordenação de workshops, palestras e experiências culturais.
- **Coordenação Comunitária:** Devem coordenar com nossa comunidade indígena, mantendo a comunicação aberta e assegurando que os benefícios do etnoturismo sejam equitativamente distribuídos dentro da comunidade.
- **Relações com Parceiros:** Devem manter uma relação estreita com outros parceiros do projeto, como a Funai, agências de turismo, autoridades locais e esta-



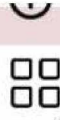
Foto: Franciel Dal Cortivo





#### Plano de Visitação: Balatiponé

- duais, para garantir uma implementação eficaz do Plano de Visitação.
- Resolução de Conflitos: Devem atuar como mediadores em eventuais conflitos que possam surgir durante a implementação do plano, sejam eles entre membros da comunidade, entre a comunidade e os visitantes, ou entre a comunidade e outros parceiros do projeto.
  - Monitoramento e Avaliação: Têm a responsabilidade de monitorar a implementação do Plano de Visitação e avaliar o impacto do projeto na nossa comunidade.
  - Promoção do Empreendedorismo Local: Pode apoiar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas dentro da nossa comunidade, como artesanos locais, guias de turismo da comunidade, entre outros.
- Fundação Nacional do Índio (Funai):**
- Aprovação do Plano de Visitação: Deve revisar e aprovar o Plano de Visitação, garantindo que ele respeite nossos direitos e nossa cultura e esteja alinhado com os princípios de sustentabilidade.
  - Monitoramento Contínuo: Deve monitorar a implementação do Plano de Visitação para garantir que ele esteja sendo executado conforme aprovado e que quaisquer impactos negativos nas nossas comunidades sejam minimizados.
  - Revisões e Ajustes: Deve ter a capacidade de solicitar revisões e ajustes no Plano de Visitação se verificar que ele não está sendo implementado de acordo com as diretrizes acordadas ou se estiver causando danos às nossas comunidades.
  - Mediação de Conflitos: Se surgirem conflitos entre os visitantes e nossas comunidades, a Funai deve intervir para mediar e resolver esses conflitos de maneira justa e equitativa.
  - Educação dos Visitantes: Pode ter a responsabilidade de educar os visitantes sobre nossa cultura e história, assim como as regras e regulamentos do Plano de Visitação.
  - Advocacia: Deve continuar a atuar como defensora dos nossos povos, garantindo que nossos direitos sejam respeitados durante a implementação do Plano de Visitação.
  - Relatórios de Progresso: Pode ser responsável por fornecer relatórios regulares de progresso para as partes interessadas do projeto, incluindo a comunidade indígena, as agências governamentais e os financiadores.
  - Garantir a Participação Indígena: Deve garantir que nossas comu-



#### Parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições

- nidades indígenas participem da supervisão e avaliação da implementação do Plano de Visitação.
- Promoção do Respeito e da Harmonia: Deve trabalhar para promover o respeito e a harmonia entre os visitantes e nós, as comunidades indígenas, garantindo que ambas as partes se beneficiem de maneira respeitosa e justa do Plano de Visitação.

#### Secretaria de Desenvolvimento Econômico/Secretaria Adjunta de Turismo:

- Aprovação do Plano de Visitação: Deve revisar e aprovar o Plano de Visitação, garantindo que ele esteja alinhado com as políticas e regulamentos estaduais de turismo.
- Promoção do Plano de Visitação: Uma vez aprovado, a Secretaria tem a responsabilidade de promover o etnoturismo das oito aldeias, divulgando-o através de seus canais de comunicação e incentivando os turistas a visitarem a região.
- Monitoramento e Avaliação: Deve monitorar a implementação do Plano de Visitação e avaliar seu impacto no desenvolvimento do turismo local e regional.
- Fiscalização: Tem a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento do Plano de Visitação e garantir que as regras e regulamentos sejam seguidos.
- Mediação de Conflitos: Se surgirem conflitos entre os operadores de turismo, os turistas e as comunidades locais, a Secretaria pode ter a responsabilidade de mediar esses conflitos.
- Educação e Treinamento: Pode oferecer programas de educação e treinamento para os operadores de turismo, a fim de garantir que eles estejam cientes e respeitem as práticas de etnoturismo sustentável.
- Apoio Logístico e de Infraestrutura: Pode trabalhar para melhorar a infraestrutura de turismo na região, como estradas, sinalização e outras instalações que possam apoiar a implementação do Plano de Visitação.
- Coordenação com Outros Órgãos Governamentais: Deve coordenar com outros órgãos governamentais relevantes para garantir que o Plano de Visitação seja implementado de maneira eficaz e sustentável.
- Relatórios de Progresso: Deve fornecer relatórios regulares sobre o progresso e o impacto do Plano de Visitação para as partes interessadas do projeto.
- Avaliação de Impacto: Deve conduzir ou facilitar avaliações de im-





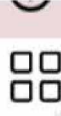
pacto para determinar os efeitos do Plano de Visitação sobre a comunidade local, a economia e o meio ambiente.

#### **Prefeitura Municipal de Barra do Bugres:**

- **Aprovação do Plano de Visitação:** Deve revisar e aprovar o Plano de Visitação, assegurando que ele esteja alinhado com as políticas municipais de turismo e cultura.
- **Promoção do Plano de Visitação:** Uma vez aprovado, a Secretaria tem a responsabilidade de promover o etnoturismo das seis aldeias, utilizando seus canais de comunicação para divulgar as atividades de etnoturismo.
- **Monitoramento e Avaliação:** Deve monitorar a implementação do Plano de Visitação, assegurando que as diretrizes sejam seguidas e que os objetivos do projeto sejam alcançados.
- **Fiscalização:** Tem a responsabilidade de fiscalizar a execução do Plano de Visitação, garantindo que todas as normas municipais sejam respeitadas.
- **Mediação de Conflitos:** Caso surjam conflitos entre os operadores de turismo, os turistas e as comunidades locais, a Secretaria pode intervir para mediar e resolver esses conflitos.
- **Educação e Treinamento:** Pode fornecer programas de educação e treinamento para os operadores de turismo e a comunidade local, a fim de garantir a sustentabilidade e o respeito à cultura local.
- **Apoio Logístico e de Infraestrutura:** Pode trabalhar para melhorar a infraestrutura de turismo na área local, como sinalização, trafegabilidade das estradas dentro e fora do território, e outras instalações necessárias para o Plano de Visitação.
- **Coordenação com Outros Órgãos Governamentais:** Deve coordenar com outros órgãos governamentais relevantes nos níveis municipal, estadual ou federal para assegurar uma implementação eficaz do plano.
- **Relatórios de Progresso:** Deve fornecer relatórios regulares sobre o progresso e o impacto do Plano de Visitação para as partes interessadas do projeto.
- **Preservação Cultural:** Em seu papel de guardião da cultura local, deve trabalhar para garantir que o Plano de Visitação respeite e promova a cultura local, sem causar danos ou exploração indevida.

#### **Ícone Consultoria em Turismo:**

- Implementação do Plano de Visitação: A empresa de consultoria



deve auxiliar na implementação do Plano de Visitação, garantindo que seja executado de acordo com o que foi aprovado e planejado.

- **Treinamento e Capacitação:** Pode ser responsável por treinar a equipe local e os operadores de turismo para garantir que eles estejam cientes e respeitem as práticas de etnoturismo sustentável.
- **Monitoramento e Avaliação:** Deve monitorar continuamente a execução do Plano de Visitação, avaliando seu sucesso e eficácia, e sugerindo ajustes conforme necessário.
- **Relatório de Progresso:** Deve preparar e fornecer relatórios regulares sobre o progresso e o impacto do Plano de Visitação às partes interessadas do projeto.
- **Garantia de Qualidade:** Deve garantir a qualidade da execução do Plano de Visitação, assegurando que todas as atividades e experiências oferecidas estejam de acordo com os padrões estabelecidos no plano.
- **Mediação e Resolução de Conflitos:** Se surgirem conflitos ou problemas durante a implementação do Plano de Visitação, a empresa de consultoria pode ter a responsabilidade de mediar e resolver esses problemas.
- **Marketing e Promoção:** Pode ser responsável pela promoção do projeto de etnoturismo, garantindo que ele alcance o público-alvo e atraia o número desejado de visitantes.
- **Coordenação com Outros Parceiros:** A empresa de consultoria deve coordenar com outros parceiros do projeto, incluindo a Funai, a Secretaria Adjunta Estadual de Turismo, a Secretaria Municipal e as comunidades locais, para garantir uma implementação eficaz do plano.
- **Ajustes e Melhorias Contínuas:** Com base no feedback e nos resultados do monitoramento e da avaliação, a empresa de consultoria deve estar pronta para fazer ajustes no Plano de Visitação e melhorar continuamente o projeto.

#### **Assembleia Legislativa de Mato Grosso (Deputado Cattani):**

- **Legislação:** Pode ser responsável por aprovar legislações que apoiem a implementação do Plano de Visitação, como leis que incentivem o turismo sustentável ou protegem os direitos e a cultura das comunidades indígenas.
- **Aprovação de Orçamento:** Pode aprovar orçamentos para a implementação do Plano de Visitação, seja através de fundos estaduais de turismo ou outros mecanismos de financiamento.



- **Fiscalização:** Tem o papel de fiscalizar a implementação do Plano de Visitação, garantindo que ele esteja sendo executado de acordo com as leis e regulamentos estaduais.
- **Mediação de Conflitos:** Pode intervir em eventuais conflitos que possam surgir durante a implementação do Plano de Visitação, como entre operadores de turismo, turistas e comunidades locais.
- **Promoção do Plano de Visitação:** Pode promover o Plano de Visitação, utilizando seus canais de comunicação para informar o público sobre o projeto de etnoturismo.
- **Avaliação do Impacto:** Pode avaliar o impacto do Plano de Visitação no turismo, na economia e na cultura local, e sugerir ajustes e melhorias com base nessa avaliação.
- **Apoio à Sustentabilidade:** Pode aprovar legislação e políticas que apoiem a sustentabilidade do projeto de etnoturismo, garantindo que ele contribua para o desenvolvimento sustentável da região.

#### **Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Barra do Bugres:**

- **Aprovação do Plano de Visitação:** Pode ter a tarefa de revisar e aprovar o Plano de Visitação, garantindo que esteja alinhado com as diretrizes municipais para o turismo.
- **Monitoramento e Avaliação:** Pode monitorar a implementação do Plano de Visitação, assegurando que as diretrizes sejam seguidas e que os objetivos do projeto sejam alcançados.
- **Assessoria Técnica:** Pode fornecer orientação técnica para a implementação do Plano de Visitação, garantindo que seja realizada de maneira eficiente e eficaz.
- **Promoção do Plano de Visitação:** Pode ter a responsabilidade de promover o Plano de Visitação, utilizando seus canais de comunicação para divulgar as atividades de etnoturismo.
- **Mediação de Conflitos:** Se surgirem conflitos entre os operadores de turismo, os turistas e as comunidades locais, o COMTUR pode desempenhar um papel de mediação.
- **Interação com a Comunidade:** Pode interagir com a comunidade local, garantindo que suas preocupações sejam levadas em conta na implementação do Plano de Visitação.
- **Coordenação com Outros Órgãos Governamentais:** Pode coordenar com outros órgãos governamentais relevantes para assegurar uma implementação eficaz do plano.

- **Relatórios de Progresso:** Deve fornecer relatórios regulares sobre o progresso e o impacto do Plano de Visitação para as partes interessadas do projeto.
- **Advocacia:** Pode advogar em favor do projeto de etnoturismo, garantindo que ele receba o apoio necessário de outros órgãos governamentais e do público em geral.

#### **Futuros Parceiros**

##### **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar:**

- **Treinamento e Capacitação:** Pode fornecer treinamento e capacitação às pessoas envolvidas no projeto, incluindo membros das comunidades locais. Esse treinamento pode abordar tópicos como práticas de turismo sustentável, técnicas de hospitalidade e conservação ambiental.
- **Desenvolvimento de Habilidades:** Pode ser responsável por ajudar a desenvolver as habilidades necessárias para implementar o Plano de Visitação, como habilidades de liderança, de negócios ou de serviço ao cliente.
- **Apoio à Implementação do Plano:** Pode ajudar na implementação do Plano de Visitação, oferecendo apoio técnico e orientação às pessoas envolvidas no projeto.
- **Acompanhamento e Avaliação:** Pode monitorar e avaliar o sucesso dos programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades, ajustando-os conforme necessário para garantir que sejam eficazes.
- **Promoção da Educação Continuada:** Pode promover a educação contínua e o aprendizado ao longo da vida, incentivando as pessoas envolvidas no projeto a continuarem aprendendo e se desenvolvendo mesmo após a conclusão do treinamento inicial.
- **Relatórios de Progresso:** Pode ser responsável por fornecer relatórios regulares sobre o progresso do treinamento e desenvolvimento das pessoas envolvidas no projeto.
- **Fomento à Empregabilidade:** Pode auxiliar na criação de oportunidades de emprego dentro do projeto de etnoturismo para a população local, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico da região.

##### **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae:**

- **Apoio Técnico e Consultoria:** Pode fornecer apoio técnico e consultoria às empresas envolvidas no projeto, ajudando-as a implementar o



#### Plano de Visitação: Balatiponé

Plano de Visitação e a gerir suas operações de forma eficaz.

- **Formação e Capacitação Empresarial:** Pode oferecer treinamento e desenvolvimento em gestão de empresas, empreendedorismo, marketing e outros tópicos relevantes para as empresas envolvidas no projeto.
- **Acesso a Financiamento:** Pode ajudar as empresas criadas dentro do projeto a acessar o financiamento necessário para implementar o Plano de Visitação, seja através de programas de financiamento próprios ou conectando-as com outras fontes de financiamento.
- **Promoção do Projeto:** Pode ajudar a promover o projeto de etnoturismo, destacando-o em seus canais de comunicação e ajudando as empresas a desenvolverem suas próprias estratégias de marketing.
- **Monitoramento e Avaliação:** Pode monitorar a implementação do Plano de Visitação e avaliar seu impacto no desenvolvimento das empresas e da economia local.

**Networking e Parcerias:** Pode ajudar a conectar as empresas criadas por nós, indígenas, com outras organizações e empresas relevantes, facilitando parcerias que possam beneficiar o projeto.

- **Apoio na Sustentabilidade do Projeto:** Pode auxiliar as empresas na implementação de práticas sustentáveis, garantindo que o projeto de etnoturismo contribua para o desenvolvimento sustentável da região.

#### Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater:

- **Assistência Técnica:** Pode fornecer assistência técnica para a implementação do Plano de Visitação, particularmente em relação a práticas agrícolas sustentáveis e de baixo impacto que podem ser integradas no plano.

- **Formação e Capacitação:** Pode estar encarregada de formar e capacitar membros da comunidade indígena em diversas habilidades, des- de práticas agrícolas sustentáveis até o desenvolvimento de empresas agrícolas pequenas e viáveis.

- **Desenvolvimento de Projetos Paralelos:** Pode ajudar a desenvolver projetos paralelos que complementem o projeto de etnoturismo, tais como iniciativas de agricultura sustentável e produção de alimentos orgânicos.

- **Promoção da Sustentabilidade:** Pode promover práticas sustentáveis dentro do projeto de etnoturismo, garantindo que as atividades de visita- ção não prejudiquem o meio ambiente local.



#### Parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições

- **Relatórios de Progresso:** Deve fornecer relatórios regulares sobre suas atividades e progresso para os outros parceiros do projeto.
- **Advocacia:** Pode atuar como uma defensora do projeto de etnoturismo, trabalhando para garantir o apoio das autoridades governamentais e do público em geral.

#### Programa REM MT (REDD+ for Early Movers Mato Grosso)

Financiado pela Alemanha e pelo Reino Unido, é uma iniciativa que conhece e recompensa os esforços de conservação florestal em Mato Grosso. Esse programa tem como objetivo promover a sustentabilidade, a conservação de florestas e a redução de emissões de gases de efeito estufa. No contexto de um projeto de etnoturismo, as responsabilidades e atribuições do Programa REM MT, após a entrega e aprovação do Plano de Visitação, poderiam incluir:

- **Apoio Financeiro:** Dependendo do alinhamento do projeto com os objetivos do REM MT, esse programa pode fornecer suporte financeiro para a implementação do Plano de Visitação e/ou suas atividades relacionadas à conservação florestal.
- **Monitoramento Ambiental:** Pode ser responsável por monitorar a saúde do ecossistema local, garantindo que as atividades do projeto estejam alinhadas com os objetivos de conservação e sustentabilidade.
- **Assessoria Técnica:** Pode oferecer assessoria técnica no desenvolvimento e implementação de práticas de conservação e de redução de emissões de carbono.
- **Educação Ambiental:** Pode desempenhar um papel de educador, proporcionando informações e recursos sobre as questões ambientais relevantes para os visitantes, a comunidade local e outros parceiros do projeto.
- **Relatórios de Progresso:** Pode ser responsável por relatar regularmente o progresso do projeto em termos de seus objetivos ambientais para os outros parceiros do projeto e para as partes interessadas relevantes.
- **Advocacia:** Pode atuar como um defensor do projeto de etnoturismo, ajudando a promover seus objetivos ambientais e a garantir o apoio das partes interessadas locais, nacionais e internacionais.
- **Geração de Créditos de Carbono:** Pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias para a geração e comercialização de créditos de carbono que possam advir do projeto de etnoturismo, o que pode ser uma fonte adicional de financiamento.







Plano de Visitação: Balatiponé

#### **Agências de Turismo parceiras:**

- Operacionalização das Visitas: Serão responsáveis por ajudar na execução do Plano de Visitação, organizando e conduzindo visitantes de acordo com o plano estabelecido.
- Promoção e Marketing: Também serão responsáveis pela promoção do projeto de etnoturismo, realizando marketing para atrair visitantes.
- Reservas e Logística: Estarão encarregadas de orientar de que forma são realizadas as reservas, os aspectos logísticos das visitas, como transporte, melhor trajeto e, se necessário, acompanhar até a chegada à aldeia.
- Garantia de Conformidade: Devem acompanhar para que todas as atividades estejam em conformidade com o Plano de Visitação e com as diretrizes de sustentabilidade, proteção cultural e segurança estabelecidas.
- Formação e Capacitação de Guias: Poderão ajudar na formação e capacitação de condutores de turismo indígenas, para garantir que estejam bem-preparados para conduzir os visitantes.
- Avaliação de Feedback dos Visitantes: Devem coletar e avaliar o feedback dos visitantes para melhorar continuamente a experiência de visita.



Parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições

- Relatório de Progresso: Devem fornecer relatórios regulares sobre a execução do Plano de Visitação para os outros parceiros do projeto.
- Coordenação com Outros Parceiros: Pode coordenar com os outros parceiros do projeto, como a Funai, o Sebrae, o Senar e as autoridades locais e estaduais, para garantir uma implementação eficaz do plano.
- Mediação e Resolução de Conflitos: Se surgirem conflitos ou problemas durante a implementação do Plano de Visitação, as agências de turismo podem ter a responsabilidade de mediar e resolver esses problemas.

#### **4.1 PLANO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA**

Importa ressaltar que foi realizado como contribuição para o desenvolvimento do turismo das nossas aldeias-foco deste Plano de Visitação o plano de sinalização turística, alguns dos requisitos que compõem as demandas deste projeto e outros vinculados à prefeitura de Barra do Bugres.

Para contextualizar o plano de sinalização turística para nossas aldeias indígenas, usamos como referência documentos que a orientam.

Um desses registros é a Norma Técnica de Sinalização Turística, elaborada pelo Ministério do Turismo brasileiro. Essa norma estabelece diretrizes para

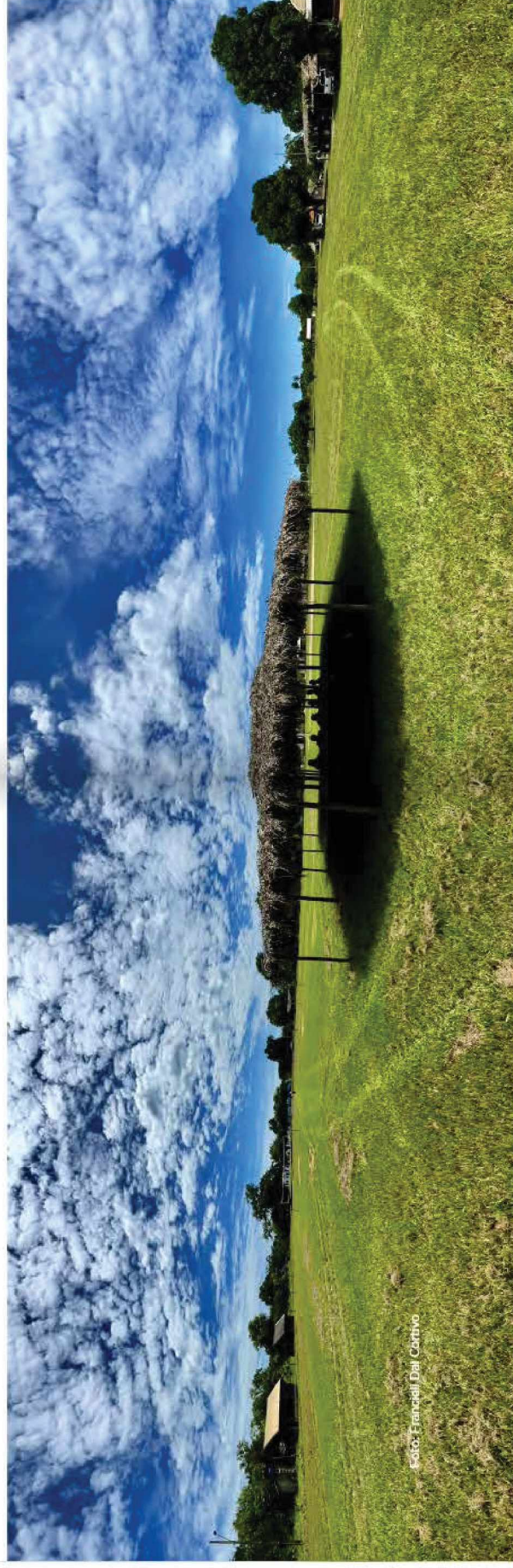


Foto: Francis Dal Córrego





**B** Plano de Visitação: Balatiponé

a implantação de sinalização turística em todo o país, com o objetivo de orientar os turistas e promover o desenvolvimento do setor. Entre os pontos abordados pela norma, estão a padronização dos elementos de sinalização, a definição de cores e símbolos, a indicação de distâncias e tempos de deslocamento, e a adequação à legislação de trânsito.

Outro documento relevante é o Manual de Sinalização Turística do Instituto de Turismo Responsável, que traz orientações para a implantação de sinalização em áreas naturais e culturais. O manual destaca a importância da sinalização para orientar e informar os visitantes, e ressalta a necessidade de respeitar as características e particularidades do local, bem como nossas comunidades e culturas locais.

Com base nesses documentos, salienta-se a relevância do plano de sinalização turística para nossas aldeias indígenas-foco, o que agrega valor ao Plano de Visitação turística e deve levar em consideração nossas especificidades, respeitando nossa cultura e identidade. Isso significa que a sinalização deve ser desenvolvida de forma participativa, envolvendo as comunidades locais e respeitando nossos saberes e práticas. Além disso, a sinalização deve ser clara e objetiva, utilizando cores e símbolos que sejam facilmente compreendidos pelos turistas e que estejam em conformidade com nossa cultura. Portanto, é importante destacar que a sinalização deve ser adaptada às nossas condições locais, considerando aspectos como o relevo, a vegetação e a infraestrutura existente. Nesse contexto, criamos o plano de sinalização turística das aldeias-foco, disponível no link do anexo 3.





CALENDÁRIO DE EVENTOS

**CAMINHADAS NA NATUREZA 2024**

**ABRIL**

**DIA 7 (DOMINGO):**

**CAMINHADA NA NATUREZA**

**LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:**

**ALDEIA CENTRAL ÀS 9H**

**DESTINO:**

**ALDEIA BOROPÔ**

**VALOR DA INSCRIÇÃO:**

**R\$ 10,00**

**PERCURSO DE 4 KM**

**SITE PARA INSCRIÇÃO:**

**WWW.BALATIPONE.COM.BR**

**INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS**

**ALMOÇO ALDEIA BOROPÔ**

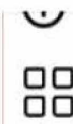
**REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ PARCEIROS**

**BALATIPONÉ**

ETNOTURISMO

ANDA BRASIL, IRICOD-ALEMANHA, IVV - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, COMTUR, ENPAER-MT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, VAR. PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.





# MAIO

**DIA 5 (DOMINGO):  
CICLOTURISMO  
LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:  
ALDEIA CENTRAL ÀS 9H**

**DESTINO:  
ALDEIA BAKALANA  
VALOR DA INSCRIÇÃO:  
R\$ 15,00**

**PERCURSO DE 18 KM**

**SITE PARA INSCRIÇÃO:  
[WWW.BALATIPONE.COM.BR](http://WWW.BALATIPONE.COM.BR)**

**INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E  
EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS  
ALMOÇO ALDEIA CENTRAL**

**BALATIPONÉ**  
ETHNOTURISMO

**REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ**  
**PARCEIROS**  
ANAC - BRASIL, BICOD-ALLENMANHA, IVV - PREFEITURA MUNICIPAL DE  
BARRA DO BUGRES, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES,  
COMITÊ EMPAER-ANT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO  
DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO  
GROSSO, VAR, PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.



## 5 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PROPOSTAS AOS VISITANTES

A descrição detalhada das atividades a serem realizadas em cada aldeia deste Plano de Visitação contribui para o entendimento do processo da experiência do visitante dentro das nossas aldeias e da logística da visita. Auxilia ainda a orientação aos visitantes e cria expectativas realistas sobre o que podem esperar durante a visita. Isso é relevante para que os turistas estejam informados e preparados para alguma intempérie da vivência que possa surgir e para aproveitarem o roteiro que irão vivenciar de forma enriquecedora.

Além disso, a descrição das atividades pode contribuir para a valorização da cultura e dos saberes das nossas comunidades visitadas. Ao destacar as práticas culturais e atividades econômicas realizadas nas nossas aldeias, o Plano de Visitação turística pode incentivar o reconhecimento e a preservação da cultura local, além de fortalecer a economia e a identidade das comunidades. Cabe ressaltar que o etnoturismo planejado e responsável preserva e salvaguarda a cultura, e, portanto, a atividade turística não colocará nossa cultura em risco, exposição ou vulnerabilidade.

A descrição das atividades colabora para o início da gestão do turismo em nosso território. Ao ter um planejamento explicitado e detalhado das atividades, é possível melhorar a organização da visita, garantir a segurança dos visitantes e minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades. Além disso, o planejamento prévio pode ajudar a evitar conflitos comunitários ou problemas relacionados à infraestrutura, como a falta de acesso à água ou de abrigo para os visitantes.





### Plano de Visitação: Balatiponé

Para tanto, apresentamos a descrição detalhada das atividades a serem realizadas em cada aldeia, o que é fundamental para a promoção do turismo sustentável e para a valorização da nossa cultura e da identidade das comunidades indígenas-foco.

Para tanto trazemos a descrição detalhada das atividades a serem realizadas em cada aldeia:

1. **Agricultura Familiar** - Durante esta atividade, compartilhamos nossa cultura tradicional sobre a agricultura familiar por meio da ancestralidade indígena, nossos métodos tradicionais de plantio. Esta é a oportunidade de imergir em nossas tradições rurais e aprender sobre nossas práticas de cultivo, conectando-se com a terra que nos sustenta.
2. **Trilha:** Guiamos os visitantes por trilhas que temos na terra indígena, oferecendo o contato com a flora e fauna locais. Além disso, compartilhamos saberes ancestrais sobre o uso medicinal de plantas, enfatizando a indispensabilidade da preservação ambiental para a manutenção desses recursos e do nosso bem-estar coletivo.
3. **Passeio de Barco:** Proporcionamos aos visitantes uma experiência através de passeios de barco, revelando as belezas naturais de nossas águas e proporcionando uma conexão com o ambiente aquático que desempenha um papel vital em nossa cultura.
4. **Pintura Corporal:** Nesta atividade, revelamos nossa arte da pintura corporal, oferecendo uma demonstração viva de nossas técnicas. Além disso, mergulhamos nos nossos significados culturais e simbólicos que se escondem por trás das diversas pinturas, conectando-os à nossa herança e tradições ancestrais.
5. **Dança / Canto:** Apresentamos nossas danças tradicionais e cantos em performances vivas, compartilhando com os visitantes a profundidade cultural e espiritual dessas expressões artísticas. Essas atividades proporcionam uma janela de valorização de nossa cosmovisão, permitindo aos visitantes uma compreensão mais profunda da cultura e tradições.
6. **Arco e Flecha:** Mostramos o uso tradicional do arco e flecha, transmitindo técnicas de tiro, elucidando os materiais empregados e imergindo-os nos nossos contextos históricos e culturais que permeiam essas práticas. É uma oportunidade para vivenciar e apreciar a profundidade e a relevância dessas habilidades ancestrais.
7. **Ciclismo:** Conduzimos os visitantes por trilhas e caminhos cênicos



### Descrição das atividades propostas aos visitantes

em nossas terras, oferecendo uma experiência de ciclismo que não apenas promove o contato direto com a natureza, mas também destaca a importância da mobilidade sustentável em nossa comunidade.

8. **Culinária:** Convidamos os visitantes a aproveitarem a riqueza da nossa culinária tradicional. Oferecemos uma experiência imersiva em que demonstramos nossas técnicas autênticas de preparo de alimentos, utilizamos ingredientes locais e desvendamos os sabores distintos dos pratos emblemáticos de origem balatiponé.
9. **Ponto de Recepção:** Este é o ponto de acolhimento dos visitantes, o palco inicial para a introdução à nossa cultura e tradições. Aqui, transmitimos informações fundamentais sobre a visita, apresentamos uma visão geral do nosso povo e costumes, além de orientar os visitantes sobre as atividades disponíveis, criando uma prévia do que está por vir.
10. **Artesanatos:** Apresentamos nosso artesanato vibrante e significativo através de demonstrações práticas da criação de peças variadas, que incluem cerâmicas, tecidos, acessórios e objetos decorativos. Durante essa exposição, compartilhamos os aspectos culturais e simbólicos imbuídos em cada produção, revelando a beleza e a importância dessas expressões da nossa cultura.
11. **Pescaria:** Oferecemos aos visitantes uma experiência autêntica de pesca, compartilhando técnicas tradicionais, destacando a importância da pesca em nossa comunidade e promovendo a compreensão da sustentabilidade na relação homem-natureza.
12. **Banho de Rio:** Guiamos os visitantes até o banho em nosso rio, enfatizando a importância desse contato com a natureza. Além disso, conscientizamos sobre os cuidados necessários para aproveitar esta experiência mantendo a preservação do ambiente.
13. **Hospedagem:** Proporcionamos aos visitantes a oportunidade de se hospedarem na nossa comunidade, imergindo-os no ritmo do nosso cotidiano e no nosso modo de vida tradicional. Este é um convite para aprender, compartilhar e absorver e trocar com nossa cultura, criando conexões profundas e memórias.
14. **Observação de Pássaros:** Conduzimos os interessados por trilhas específicas, proporcionando uma experiência em avistamento de aves e compartilhando conhecimentos sobre a importância das aves em nossa cosmovisão, conectando os participantes com a diversidade e significância dessas criaturas em nosso ambiente.
15. **Língua Raiz** - Ensino da Língua: "Convidamos os visi-









#### 4 DELIMITAÇÃO DO ROTEIRO, OBJETO E DAS ATIVIDADES DE VISITAÇÃO

A delimitação do roteiro do objeto e das atividades de visitação é um processo importante no planejamento da visitação nas nossas aldeias-foco deste plano. Essa roteirização diz respeito à identificação dos locais e atividades que serão abertos à visitação e a definição das regras e limites para visitação compartilhada e coletiva, quando envolve parceria entre as aldeias, e por território, quando a aldeia trabalha de forma independente.

No contexto da visitação em Barra do Bu-  
gres, a delimitação do roteiro do objeto e das atividades de visitação deve levar em conta a preservação da cultura e dos recursos naturais das nossas comunidades. Isso significa que as atividades de visitação devem ser planejadas de forma cuidadosa, para minimizar os impactos sobre a vida cotidiana das comunidades e sobre o meio ambiente.

Por isso, neste Plano de Visitação envolvemos nossas comunidades indígenas na definição do roteiro de visitação, para que, com o conhecimento e desejo de cada território, potencializássemos a experiência da visita nos locais da forma como desejássemos e como protagonistas do próprio processo. Além disso, foi necessário respeitar as restrições impostas pelas lideranças e pelos rituais e práticas culturais das nossas comunidades.

Outro aspecto relevante foi a definição de limites para a visitação. Foi preciso estabelecer regras claras para o acesso às nossas áreas de visitação, os horários e períodos de visitação, e a capacidade máxima de visitantes, como vimos no item da capacidade de carga. A garantia de que a





#### Plano de Visitação: Balatiponé

visitação tenha impactos previstos e minimizados sobre o meio ambiente e sobre as comunidades é necessária nesse processo, como o cuidado para questões como a contaminação de recursos naturais ou a interferência nas atividades cotidianas das nossas aldeias envolvidas.

Portanto, a delimitação do roteiro das aldeias em questão e das atividades de visitação escolhidas pelos membros de cada uma delas é fundamental para garantir a visitação turística de forma sustentável e respeitosa às nossas comunidades e ao meio ambiente. Esse processo será conduzido de forma participativa e cuidadosa, levando em conta nossas especificidades culturais e necessidades.

De acordo com membros da nossa comunidade, foram elaborados os seguintes roteiros e mapeamentos, identificando lugares a serem visitados e a programação estratégica nas aldeias:

#### Aldeia Águas Correntes

##### Dia 1

1. Chegada e Boas-Vindas (8:00 - 9:00): Inicie o dia com a calorosa boas-vindas da comunidade local, que irá lhe introduzir às tradições e costumes Umutina.
2. Visita à Aldeia Temática (8:00 - 9:00): Explore a aldeia temática e descubra as diferentes tradições e práticas culturais que são representadas. Cada detalhe da aldeia foi cuidadosamente pensado para refletir a cultura Umutina.
2. Apresentação de Danças Tradicionais (9:00 - 10:30): Assista a uma emocionante apresentação de danças tradicionais, um espetáculo de cores, ritmos e movimentos.
3. Feira de Artesanato (10:30 - 12:00): Visite a feira de artesanato, onde você pode comprar lembranças únicas feitas à mão pelos artesãos locais.
4. Almoço Tradicional (12:00 - 13:30): Desfrute de uma refeição preparada pelos habitantes locais, com pratos típicos da culinária Umutina.
5. Contos de Histórias (13:30 - 14:30): Depois do almoço, sente-se ao redor da fogueira e ouça as histórias tradicionais contadas pelos anciãos da aldeia.
6. Trilha na Natureza (14:30 - 16:00): Faça uma trilha guiada para explorar o entorno da aldeia e aprender mais sobre a flora e fauna local.



#### Delimitação do roteiro, objeto e das atividades de visitação

3. Aula de Arco e Flecha (16:30 - 17:30): Participe de uma aula prática de arco e flecha, uma habilidade vital na cultura Umutina.
7. Tempo Livre e Jantar (18:00 - 20:00): Use este tempo para descansar, explorar mais a aldeia ou interagir com os moradores. O jantar será servido com mais delícias tradicionais.
8. Pernoite nas Ocas Tradicionais (20:00 - 06:00 do dia seguinte): Você terá a oportunidade única de dormir em uma oca tradicional, oferecendo um vislumbre autêntico da vida Umutina.

##### Dia 2

9. Café da Manhã (6:00 - 8:00): Comece o dia com um café da manhã nutritivo, preparado com ingredientes locais.
10. Tempo Livre e Despedida (7:00 - 8:00): Utilize este tempo para relaxar, fazer últimas compras ou tirar fotos. A despedida ocorrerá às 08:00, encerrando sua jornada inesquecível na Aldeia

#### Aldeia Boropô (Day use)

1. Chegada e Boas-Vindas (8:00 - 9:00): O dia começa com uma calorosa boas-vindas pela comunidade local. Você terá a oportunidade de conhecer os membros da comunidade e ouvir histórias fascinantes sobre a cultura e as tradições Umutina.
2. Visita à Casa Tradicional (9:00 - 10:00): Visite uma autêntica casa tradicional da aldeia. Aprenda sobre a construção, a arquitetura e a importância cultural deste importante ponto de encontro comunitário.
3. Arco e Flecha (10:00 - 11:30): Aprenda a arte do arco e flecha com os moradores locais. Esta atividade ancestral é um elemento crucial da cultura Umutina e uma experiência única.
4. Almoço Tradicional (11:30 - 13:30): Aproveite um merecido descanso e desfrute de uma refeição tradicional preparada com ingredientes locais.
5. Banho no Rio Paraguai (13:30 - 14:30): Refresque-se com um banho relaxante no Rio Paraguai, uma experiência refrescante e revitalizante.
6. Apresentação de Danças Tradicionais (14:30 - 15:30): Mergulhe mais fundo na cultura Umutina assistindo a uma apresentação de danças tradicionais.
7. Trilha na Natureza (15:30 - 16:30): Junte-se a um guia local para uma caminhada exploratória pela floresta nativa, conhecendo a fauna e flora locais e a relação dos Umutina com a natureza.







#### Plano de Visitação: Balatiponé

8. Oficina de Artesanato (16:30 - 17:00): Conclua seu dia com uma visita à feira de artesanato local, onde você pode comprar lembranças feitas à mão e apoiar a economia local.

#### Atualização do roteiro 21/08/2023:

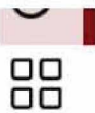
- Opção de chegada de barco na Aldeia
- Canto e Dança Umutina
- Contos de história

#### Aldeia Central

1. Realização apenas eventos dentro da T.I. Balatiponé.

#### Aldeia Katamá (Day use)

1. Chegada e Boas-Vindas (8:00 - 9:00): O dia começa com uma calorosa boas-vindas pela comunidade local. Você terá a oportunidade de conhecer os membros da comunidade e ouvir histórias fascinantes sobre a cultura e as tradições Umutina.
2. Visita à Casa Tradicional (9:00 - 10:00): Visite uma autêntica casa tradicional da aldeia. Aprenda sobre a construção, a arquitetura e a importância cultural deste importante ponto de encontro comunitário.
3. Arco e Flecha (10:00 - 11:30): Aprenda a arte do arco e flecha com os moradores locais. Esta atividade ancestral é um elemento crucial da cultura Umutina e uma experiência única.
4. Almoço Tradicional (11:30 - 13:30): Aproveite um merecido descanso e desfrute de uma refeição tradicional preparada com ingredientes locais.
5. Banho no Rio Paraguai (13:30 - 14:30): Refresque-se com um banho relaxante no Rio Paraguai, uma experiência refrescante e revitalizante.
6. Apresentação de Danças Tradicionais (14:30 - 15:30): Mergulhe mais fundo na cultura Umutina assistindo a uma apresentação de danças tradicionais.
7. Trilha na Natureza (15:30 - 16:30): Junte-se a um guia local para uma caminhada exploratória pela floresta nativa, conhecendo a fauna e flora locais e a relação dos Umutina com a natureza.
8. Oficina de Artesanato (16:30 - 17:00): Conclua seu dia com uma visita à feira de artesanato local, onde você pode comprar lembranças feitas à mão e apoiar a economia local.



#### Delimitação do roteiro, objeto e das atividades de visita

#### Atualização do roteiro 21/08/2023:

- Ensinar a língua tradicional
- Passeio de canoa

#### Aldeia Masepô

#### Dia 1

1. Chegada e Boas-Vindas (08:00 - 09:00): Seu dia começa com uma calorosa recepção da comunidade local, onde você terá a oportunidade de conhecer os anciãos e ouvir contos tradicionais, proporcionando uma visão profunda da rica cultura Umutina.
2. Visita à Casa Tradicional Balatiponé (09:00 - 10:00): Visite a única casa tradicional Balatiponé na aldeia. Conheça a arquitetura, a construção e a importância desta casa para o dia-a-dia e os rituais da comunidade.
3. Trilha na Natureza (10:00 - 11:30): Junte-se a um guia local para uma caminhada pela floresta circundante, durante a qual você vai aprender sobre a fauna e flora locais, bem como a relação do povo Umutina com a natureza.
4. Almoço Tradicional (11:30 - 13:30): Aproveite um intervalo para descansar e desfrutar de uma refeição tradicional Umutina, preparada com ingredientes locais, incluindo possivelmente o peixe que você pegou mais cedo.
5. Pesca no Rio Paraguai (13:30 - 15:00): Experimente uma sessão de pesca no Rio Paraguai, uma prática tradicional que é fundamental para a subsistência da comunidade.
6. Visita à Plantação de Café (15:00 - 16:00): Conheça a bem-sucedida plantação de café da aldeia. Saiba mais sobre a colheita, a produção e a importância do café para a economia local.
7. Apresentação de Danças Tradicionais (16:00 - 17:00): Assistir a uma apresentação de danças tradicionais é uma maneira maravilhosa de entender mais profundamente a cultura e as tradições Umutina.
8. Jantar e Contos ao Redor da Fogueira (19:00 - 21:00): Após um jantar preparado na aldeia, participe de um momento de contos e lendas ao redor da fogueira, uma bela forma de terminar o dia.
9. Pernoite na Aldeia: Desfrute da oportunidade única de passar a noite na aldeia, mergulhando profundamente na experiência da vida na comunidade Umutina.





**Dia 2**

10. Café da Manhã (06:00 - 08:00): Comece o dia com um café da manhã local, preparando-se para as atividades do dia.
11. Oficina de Artesanato (07:00 - 08:00): Termine o seu dia visitando uma feira de artesanato local, onde você poderá comprar lembranças autênticas e apoiar a economia local.

**Atualização do roteiro 21/08/2023:**

- Conto de Histórias
- Ensino da língua

**Aldeia Uapo**

**Dia 1**

1. Chegada e Café da Manhã na Aldeia Uapo (8:00 - 9:00): Comece sua experiência sendo recebido pelos moradores da aldeia com um típico café da manhã local.
2. Tour pela Aldeia e Conversa com os Anciãos (9:00 - 11:00): Faça um passeio pela aldeia para entender o modo de vida dos moradores. Aprenda sobre as tradições e a cultura da comunidade Umutina através das histórias contadas pelos anciãos.
3. Trilha e Reconhecimento da Fauna e Flora Local (11:00 - 13:00): Explore a natureza ao redor da aldeia com um guia local, aprendendo sobre a fauna e a flora da região.
4. Almoço Tradicional (13:00 - 14:00): Prove da culinária Umutina com um almoço tradicional preparado pelos moradores.
5. Apresentação de Danças Típicas (9:00 - 10:00): Assista a uma apresentação de danças tradicionais Umutina, um belo espetáculo de cores, energia e expressão cultural.
6. Oficina de Artesanato (14:00 - 16:00): Aprenda sobre o artesanato Umutina em uma oficina prática, onde você poderá criar sua própria lembrança.
7. Jantar e Contos ao Redor da Fogueira (19:00 - 21:00): Após um jantar preparado na aldeia, participe de um momento de contos e lendas ao redor da fogueira, uma bela forma de terminar o dia.
8. Pernoite na Aldeia: Desfrute da oportunidade única de passar a noite na aldeia, mergulhando profundamente na experiência da vida na comunidade Umutina.



**Dia 2**

9. Café da Manhã (6:00 - 8:00): Comece o dia com um café da manhã local, preparando-se para as atividades do dia.
10. Tempo Livre para Exploração e Compras de Artesanato (7:00 - 8:00): Use este tempo para explorar a aldeia, interagir mais com os moradores ou comprar artesanatos locais.

**Atualização do roteiro 21/08/2023:**

- Passeio de barco

Também seguem, no Quadro 8, informações das políticas de preço e regras de visitação para os turistas, expostas nos quadros, e, posteriormente, o roteiro e atividades.

Quadro 8. Informações adicionais sobre o roteiro

Informações	
Medidas Sanitárias Exigência de Vacinação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Atestado médico de cada ingressante de que não possui moléstia infectocontagiosa.</li><li>• Cópia da carteira de vacina dos ingressantes com anotação de vacina contra febre amarela válida.</li><li>• Cópia da carteira de vacina Covid-19.</li></ul>
Política de Transferência de Titularidade Sem Nenhum Custo	<ul style="list-style-type: none"><li>• Transferência de titularidade da viagem.</li></ul>
Política de Segurança Viagens de Ambien- tes Naturais Envol- vem Riscos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acesso às informações sobre segurança e as orientações necessárias e explicativas de situações de riscos e/ou vulnerabilidade, assim como os encaminhamentos em situação de urgência quando constatada a necessidade de medidas práticas de socorro e atendimento.</li><li>• Alteração até 7 dias corridos da compra, sem custo.</li><li>• Alteração até 60 dias antes da data do início da viagem: diferença de tarifa (se houver) + 5% de multa sobre o valor original pago à vista.</li><li>• Alteração até 30 dias antes da data do início da viagem: diferença de tarifa (se houver) + 5% de multa sobre o valor original pago à vista.</li><li>• Alteração até 5 dias antes da data do início da viagem ou menos: sem possibilidade de alteração.</li></ul>
Política de Alteração de Data ou Destino	







	Informações
<b>Política de Cancelamento e Reembolso</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desistência até 7 dias corridos da compra: Reembolso total em até 7 dias úteis.</li><li>• Desistência até 60 dias antes da data do início da viagem: 90% de reembolso em até 30 dias úteis.</li><li>• Desistência até 30 dias antes da data do início da viagem: 60% de reembolso em até 30 dias úteis.</li><li>• Desistência até 15 dias antes da data do início da viagem: 30% de reembolso em até 30 dias úteis.</li><li>• Desistência com menos de 5 dias antes do início da viagem: Sem reembolso e acerto do valor total.</li><li>• A legislação brasileira proíbe a compra e a venda, o transporte, a posse e a aquisição de cocares, flechas, colares pulseiras, bolsas, brincos, cintos ou qualquer outro tipo de artesanato confeccionado com dentes, penas, garras ou demais partes da fauna silvestre nativa.</li><li>• É permitido somente aos indígenas, pela sua cultura, o uso de artefatos com fragmentos de animais, mas é proibida sua comercialização. Também é proibido o transporte ou a guarda de qualquer artefato que possua partes de animais sem a devida licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.</li><li>• No Brasil, é proibido remeter para o exterior amostra de patrimônio genético sem autorização.</li><li>• O eventual desrespeito às normas ambientais é crime. De acordo com a legislação brasileira, o comércio (venda ou compra), a guarda, o transporte e o depósito de animais silvestres ou de parte deles implica sanção administrativa (multa de R\$ 500,00 a R\$ 5.000,00 por espécime) e responsabilização criminal (pena de seis meses a um ano de detenção).</li></ul>
<b>Atenção</b>	

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM PERNOITE NAS ALDEIAS

As nossas seis aldeias, Uapo, Central, Águas Correntes, Boropô, Katamá e Masepô têm formas de operar e atividades distintas, portanto, apresentam roteiros separados e com finalidades de visitação diversas. Por meio do Pasta - Google Drive é possível acessar os roteiros de cada aldeia e entender quais as opções e possibilidades de atividades a serem experienciadas pelos visitantes. É importante ressaltar que a aldeia Águas Correntes montou aldeia temática que foi inaugurada no dia 28 de outubro.

6.2 EVENTOS PROGRAMADOS PARA 2024



Delimitação do roteiro, objeto e das atividades de visita

Os eventos programados para as aldeias Balatiponé em 2024 serão cuidadosamente planejados e executados por uma dedicada comissão composta por indivíduos comprometidos. Essa comissão é liderada pelo coordenador e Cacique Luciel Boropônepa, que conta com a participação ativa e colaborativa de Emily Vitória Calomezore Boropônepa, José Nildo Alves Uapodonepa, Aurino Uaquixinepa, Elina Santa da Silva Ferreira, Geniston Oliveira Jeri, Jéssica de Matos Apadonepa, Débora Tan Huare, Lucas Felipe Terena Silva, e Ivete Enemare. A diversidade de talentos e experiências dessa equipe reflete o compromisso em proporcionar eventos de qualidade, promovendo não apenas atividades físicas, mas também destacando a rica cultura, arte e artesanato das comunidades envolvidas. Essa comissão se empenhará em garantir que cada evento seja uma experiência enriquecedora para os participantes, promovendo o bem-estar e a valorização da herança cultural de nossas aldeias.

Quadro 9. Programação do roteiro turístico do primeiro semestre de 2024.

Mês	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
Dia	4	3	7	5	2
Tipo de Evento	Caminhada na Natureza	Cicloturismo	Caminhada na Natureza	Cicloturismo	Caminhada na Natureza
Local de Partida	Aldeia Central	Aldeia Central	Aldeia Central	Aldeia Central	Barra do Bugres
Horário	9h	9h	9h	9h	9h
Destino	Aldeia Uapo	Aldeia Masepô	Aldeia Boropô	Aldeia Abacalana	Aldeia Adonal
Valor	R\$ 10	R\$ 15	R\$ 10	R\$ 15	R\$ 10
Inscrição	5 km	21 km	4 km	18 km	8 km
Site para Inscrição	<a href="http://www.balatipone.com.br">www.balatipone.com.br</a>				
Informações Adicionais	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Uapo	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Masepô	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Boropô	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Central	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Central

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.

Quadro 10. Programação do roteiro turístico do segundo semestre de 2024.

Mês	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Dia	7	4	1	6	3	1







### Plano de Visitação: Balatiponé

Mês	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Tipo de Evento</b>	Cicloturismo	Caminhada na Natureza	Cicloturismo	Caminhada na Natureza	Cicloturismo	Caminhada na Natureza
<b>Local de Partida</b>	Aldeia Central	Aldeia Central	Aldeia Central	Aldeia Central	Aldeia Central	Aldeia Central
<b>Horário</b>	9h	9h	9h	9h	9h	9h
<b>Destino</b>	Aldeia Águas Correntes	Aldeia Adonai	Aldeia Massepô	Aldeia Uapo	Aldeia Bakalana, Adonai, Águas Correntes	Aldeia Boropô e Katamá
<b>Valor Inscrição</b>	R\$ 15	R\$ 10	R\$ 15	R\$ 10	R\$ 15	R\$ 10
<b>Percurso</b>	10 km	8 km	21 km	5 km	Bakalana, 18 km; Adonai, 8 km; Águas Correntes, 10 km	Boropô, 4 km; Katamá, 6 km;
<b>Site para Inscrição</b>	<a href="http://www.balatipone.com.br">www.balatipone.com.br</a>					
<b>Informações Adicionais</b>	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Águas Correntes	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Central	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Massepô	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Uapo	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Águas Correntes	Apresentação Cultural e Exposição de Artesanatos, Almoço em Boropô

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.



Foto: Francieli Dal Cortivo







Foto: Francisco De Córdova

## 7 ATIVIDADES, ESTRUTURAIS E DISPONÍVEL

### CONDIÇÕES INFRAESTRUTURA

O levantamento das condições estruturais e das infraestruturas disponíveis em cada uma das nossas aldeias, assim como nossas dinâmicas nas atividades oferecidas, é essencial para o nosso Plano de Visitação. Isso porque essas informações ajudam a entender a realidade situacional das nossas aldeias e quais são as possibilidades de atividades para os visitantes.

Nossas aldeias indígenas deste projeto são locais de grande importância cultural e histórica, com potencial de atrair turistas interessados em conhecer a diversidade cultural do país e do estado de Mato Grosso. Embora ainda existam ajustes para a visitação, as nossas aldeias estão empenhadas em realizar as adequações e melhorias necessárias.

As atividades nas nossas aldeias oferecem passeios para conhecer a natureza local e programas de turismo cultural, como apresentações de danças tradicionais e artesanato.

Compreender essas condições é essencial para o planejamento de visitas às nossas aldeias. É necessário avaliar a infraestrutura disponível, como hospedagem, alimentação e transporte, para garantir a segurança e o conforto dos visitantes. Também devemos levar em consideração as atividades disponíveis e a possibilidade de interação entre anfitriões e turistas. Dentre as aldeias-foco do Plano de Visitação do nosso percurso, que têm interesse pelo turismo, estamos em processo de adequação aos requisitos básicos de estrutura necessários à visita, portanto, estamos em fase dos



ajustes essenciais para garantirmos que as visitas possam ocorrer com eficiência, como podemos visualizar no Quadro 11.

Quadro 11. Atividades ofertadas pelas Aldeias

Atividades ofertadas	Aldela Boropô	Aldela Uapo	Aldela Katamã	Aldela Central	Aldela Águas Correntes	Aldela Massepô
Agricultura familiar	X		X	X	X	X
Trilha	X	X	X	X	X	X
Passoio de barco	X	X	X	X	X	X
Pintura corporal	X	X	X	X	X	X
Dança / Canto	X	X	X	X	X	X
Atividade arco e flecha	X	X	X	X	X	X
Ciclismo			X	X	X	
Culinária	X	X	X		X	X
Ponto de recepção	X	X	X	X	X	X
Artesanatos	X	X	X	X	X	X
Pescaria	X	X	X	X	X	X
Banho de rio	X	X	X	X	X	X
Hospedagem		X			X	X
Observação de pássaros		X			X	X
Língua raiz					X	

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

O Quadro 12 apresenta os artesanatos ofertados nas aldeias.

Quadro 12. Artesanatos ofertados pelas Aldeias

Atividades ofertadas	Aldela Boropô	Aldela Uapo	Aldela Katamã	Aldela Central	Aldela Águas Correntes	Aldela Massepô
Brincos e colares	X	X	X	X	X	X
Artesanato com argila		X				

Atividades, condições estruturais e infraestrutura disponíveis

Atividades ofertadas	Aldela Boropô	Aldela Uapo	Aldela Katamã	Aldela Central	Aldela Águas Correntes	Aldela Massepô
Pintura corporal	X	X	X	X	X	X
Artesanato com madeira	X	X	X	X	X	
Arco e flecha	X	X	X	X	X	X
Roupas	X	X	X	X	X	X
Cesto de flecha	X	X	X	X	X	
Artesanato com cesta	X	X	X	X	X	X
Canoa / remo*	X	X	X		X	X
Cocar	X	X	X		X	
Sementes	X	X	X		X	X
Cocar para foto	X	X	X		X	X
Croché		X				X
Abanadores	X		X		X	X

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Para este Plano de Visitação foi realizado o levantamento das infraestruturas disponíveis em cada aldeia e as atividades oferecidas, o que contribuirá com o planejamento estratégico, tático e operacional dos envolvidos no planejamento e gestão do turismo. As informações levantadas contribuirão com os roteiros personalizados e repercutirão nas opções propostas e descritas de experiências tradicionais atrativas aos visitantes, além de colaborar para o desenvolvimento econômico e cultural dos povos tradicionais. Abaixo apresentamos o levantamento e análises da situação atual das nossas aldeias quanto à infraestrutura disponível a ser ofertada aos turistas e as atividades turísticas oferecidas por aldeia. Cardápio Menanehaiti





Plano de Visitação: Balatiponé

Quadro 13. Infraestrutura disponível em cada aldeia deste Plano de Visitação

Atividades ofertadas	Aldeia Boropó	Aldeia Usopó	Aldeia Katemá	Aldeia Central	Aldeia Águas Correntes	Aldeia Masepó
Banheiro	Banheiro da própria casa	Masc./ Fem. disponível	Pronto Masc./ Fem.	Na escola	Masc./ Fem. com chuveiro	Pronto Masc./ Fem. com chuveiros
Local de alimentação	Casa tradicional sendo construída	Na própria casa	Barracão em manutenção	Na escola	Refeitório construído	Refeitório construído
Hospedagem	Não tem	4 casas disponíveis	Não vai ter	Não tem	Aldeia temática (barraca e rede)	2 Casas tradicionais prontas (rede barraca)
Local de recepção	Construindo uma casa tradicional	Construído	Barracão em manutenção	Área coberta no campo	Aldeia temática	Construído (salão de eventos)
Medidas e equipamentos de segurança	Coletes salva vidas adquiridos	Coletes salva vidas adquiridos	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
Cozinha preparada	Na própria casa, não preparada	Na própria casa, não preparada	Na própria casa, não preparada	Na escola, preparada	Em construção	Construída, preparada

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, abril de 2023

Este Plano de Visitação apresenta opções de transporte (pelo próprio veículo), hospedagem, alimentação e atividades correlatas à visitação planejadas e fornecidas pelas nossas aldeias. Serão realizadas em 2024 atualizações das capacitações no território para que nós, indígenas, entendamos os processos de manipulação de alimentos, organização nos atrativos e estrutura de hospedagem. Até a presente data, ainda estamos no processo de ajuste desses locais, conforme plano de ação disposto no final deste documento. As capacitações realizadas encontram-se no anexo 5.

No que diz respeito ao transporte, nossas aldeias não o oferecem aos visitantes, e estes, desejando visitar o local, devem ir com seus próprios veículos ou utilizar a opção de aluguel de carro.



Atividades, condições estruturais e infraestrutura disponíveis

A hospedagem nas nossas aldeias Balatiponé é oferecida apenas por três aldeias, a Masepó, com capacidade para 10 turistas, a Águas Correntes, com capacidade para 15 turistas, e a Uapo, com capacidade para 12 turistas.

Quanto à alimentação e atividades correlatas, nossas aldeias oferecem uma rica experiência gastronômica, com pratos regionais/tradicionais por nós preparados, bem como atividades culturais, como visitas a áreas de preservação ecológica e trilhas na mata. A descrição das refeições e respectivos ingredientes podem ser encontrados nos Quadros 14 a 18.

Quadro 14. Cardápio Aldeia Masepó

Aldeia Masepó	
Café da Manhã	Pão francês, tapioca, manteiga, ovos mexidos, mel, café, suco de fruta e melancia
Almoço	Peixe assado na folha de bananeira, beiju pirão, arroz, feijão, Repolho com tomate, Carne assada, Mandioca cozida e creme de milho verde
Jantar	Alface com tomate, frango ao molho com pequi, frango ao molho sem pequi, arroz e feijão

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Quadro 15. Cardápio Aldeia Águas Correntes

Aldeia Águas Correntes	
Café da Manhã	Beiju, bolo de fubá, bolo de mandioca, bolo de arroz, pão caseiro, batata, banana e inhame
Almoço	Arroz, feijão, feijão de corda, galinha caipira com macarrão, galinha com pirão, peixe com mandioca, batata assada, mandioca assada, banana assada, legumes variados, saladas diversas, purê de batata, suflê de mandioca e suco natural de frutas da época (açai, buri e bacaba)
Jantar	Arroz, feijão, peixe frito, peixe grelhado, carne bovina, galinha caipira, palmito, banana grelhada, legumes variados, salada verde e tomate

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Quadro 16. Cardápio Aldeia Boropó

Aldeia Boropó	
Almoço	Arroz, peixe frito, molhos de peixe, galinhada, mandioca, salada, molho de galinha frita

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023





Plano de Visitação: Balatiponé

Quadro 17. Cardápio Aldeia Katamã

Aldeia Katamã	
Almoço	Arroz, salada, peixe, frito e cozido, mandioca, beiju e abóbora

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Quadro 18. Cardápio Aldeia Uapo

Aldeia Uapo	
Café da Manhã	Beiju, pão, bolacha, café, suco e chá
Almoço	Arroz, peixe, feijão, mandioca, farinha e salada
Jantar	Arroz, peixe, feijão, mandioca, farinha e salada.

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Observação: Todos os nossos pratos são preparados com ingredientes locais frescos e tradicionais da região do Cerrado, valorizando a cultura e os sabores tradicionais. Os sucos são feitos com frutas nativas do Cerrado, trazendo uma experiência única aos turistas.

7.1 SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA

É importante destacar que, como em qualquer experiência turística, há riscos e eventualidades inerentes a essas condições oferecidas pelos anfitriões. Nossas aldeias estarão respaldadas por algumas estratégias que minimizarão os riscos aos futuros visitantes. Para prevenir-se desses possíveis riscos e garantir a segurança dos visitantes, nossas aldeias buscarão parcerias para um estudo de confecção de documento que normaliza o Sistema de Gestão de Segurança (SGS) nas aldeias em questão. Esse documento deve ser realizado por um técnico especializado e envolverá a identificação e avaliação de riscos, bem como a implementação de medidas preventivas e de resposta a eventuais emergências.

Dessa forma, o SGS garante que a experiência turística em terras indígenas seja cautelosa nas ações vinculadas ao turismo, entregando ao turista uma vivência mais segura e respeitosa, levando em consideração as particularidades culturais e as necessidades dos povos tradicionais anfitriões.

A NBR 21101 é uma norma técnica brasileira que estabelece os requisitos para a implantação de um sistema de gestão de segurança em atividades de turismo de aventura. Essa norma tem como objetivo garantir a segurança dos participantes durante a realização de atividades turísticas de aventura, incluín-







Plano de Visitação: Balatiponé

do o planejamento, execução e monitoramento delas.

A norma é aplicável a todas as empresas e organizações que oferecem atividades turísticas de aventura, independentemente do tamanho ou do local de atuação. Ela estabelece os requisitos mínimos para a gestão de segurança em todas as etapas da atividade, desde a seleção e treinamento dos guias/condutores até a manutenção e controle dos equipamentos utilizados.

Ao implementarem um sistema de gestão de segurança baseado na NBR ISO 21101, nossas aldeias adotarão uma abordagem padronizada e reconhecida internacionalmente para a gestão de riscos e segurança em atividades de turismo. Isso significa que os visitantes poderão ter confiança de que as atividades serão planejadas e executadas de acordo com os mais altos padrões de segurança, garantindo uma experiência turística segura e agradável.





CALENDÁRIO DE EVENTOS

# CAMINHADAS NA NATUREZA 2024

# JUNHO

**DIA 2 (DOMINGO):**  
**CAMINHADA NA NATUREZA**  
**LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:**  
**ALDEIA CENTRAL ÀS 9H**  
**DESTINO:**  
**ALDEIA ADONAI**  
**VALOR DA INSCRIÇÃO:**  
**R\$ 10,00**  
**PERCURSO DE 8 KM**  
**SITE PARA INSCRIÇÃO:**  
**WWW.BALATIPONE.COM.BR**

**INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS ALMOÇO NA ALDEIA CENTRAL**

**REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ**  
**PARCEIROS**  
ANDA BRASIL, IRACD-ALENHANHA, IVV. - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, COMTUR, EMPAER-MT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, VAR. PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.




**BALATIPONÉ**  
ETNOTURISMO

72



CALENDÁRIO DE EVENTOS



CAMINHADAS NA NATUREZA 2024

JULHO

DIA 7 (DOMINGO):

CICLOTURISMO

LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:

ALDEIA CENTRAL ÀS 9H

DESTINO:

ALDEIA ÁGUAS CORRENTES

VALOR DA INSCRIÇÃO:

R\$ 15,00


PERCURSO DE 10 KM

SITE PARA INSCRIÇÃO:

WWW.BALATIPONE.COM.BR

INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS

ALMOÇO NA ALDEIA ÁGUAS CORRENTES




BALATIPONÊ

REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA E DA ALDEIA TIPONÊ

PARCEIROS

ANDA BRASIL, IRACÓD-ALÉM, BARRA DO BUGRES, CANAÍNA, COMITÊ EMPREENH, DE MATO GROSSO, ASSINELA, DROSSO, VAR PLAT



### 8 PLANO DE NEGÓCIOS

O plano de negócios para o Plano de Visitação de aldeias indígenas consiste em um documento que descreve de forma clara e objetiva as estratégias e ações necessárias para viabilizar a atividade turística nas nossas comunidades. O objetivo principal desse plano é garantir a continuidade da atividade, por meio da previsão de custos, receitas, lucro e investimentos necessários.

Nosso plano de negócios do Plano de Visitação em terra indígena é baseado no Turismo de Base Comunitária (TBC) como modelo de gestão por diversos motivos, assim como ressaltamos no item 14.

O TBC é uma abordagem que coloca nossas comunidades das aldeias-foco deste projeto como protagonistas do desenvolvimento do turismo em suas terras, permitindo que elas tenham controle sobre as atividades turísticas e se beneficiem de maneira mais significativa. Existem algumas razões essenciais para adotar o TBC como modelo de gestão no plano de negócios do nosso Plano de Visitação.

- Empoderamento das comunidades: O TBC valoriza o conhecimento tradicional e as práticas culturais das comunidades indígenas. Ao adotar esse modelo de gestão, nossas comunidades têm a oportunidade de se envolver ativamente na tomada de decisões, no planejamento e na implementação das atividades turísticas. Isso fortalece nossa identidade cultural, aumenta a autoestima e proporciona um senso de empoderamento, à medida que temos o controle sobre o desenvolvimento do turismo em nossas terras.



- Sustentabilidade social e cultural: O TBC promove a sustentabilidade social e cultural, pois busca conciliar o desenvolvimento do turismo com a preservação dos valores culturais das nossas comunidades. Ao se basear nesse modelo de gestão, o plano de negócios enfatiza a importância da preservação das tradições, dos conhecimentos ancestrais, das manifestações culturais e do modo de vida das nossas comunidades. Isso contribui para a valorização e proteção da nossa cultura, evitando assim a descaracterização cultural e garantindo a continuidade dos nossos patrimônios.

- Distribuição equitativa dos benefícios: O TBC busca garantir que os benefícios gerados pelo turismo sejam distribuídos de forma equitativa e justa entre a nossa comunidade. O plano de negócios, baseado nesse modelo de gestão, inclui estratégias para a geração de emprego e renda nas nossas comunidades, promovendo a inclusão social e econômica. Isso contribui para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento sustentável das comunidades, permitindo que elas tenham acesso aos benefícios econômicos gerados pelo turismo.

- Conservação ambiental e territorial: O TBC valoriza a relação harmoniosa entre as nossas comunidades e o meio ambiente. O plano de negócios, alinhado a esse modelo de gestão, considera a importância da conservação ambiental e territorial, estabelecendo diretrizes para a prática de turismo responsável e sustentável. Isso envolve a implementação de medidas de preservação ambiental, a conscientização dos visitantes sobre a importância da conservação e o respeito aos nossos territórios, garantindo a integridade dos recursos naturais das comunidades.

Portanto, ao adotar o Turismo de Base Comunitária como modelo de gestão no plano de negócios do Plano de Visitação em Terra Indígena, buscamos promover a autonomia das nossas comunidades, a preservação cultural e o protagonismo em todas as etapas do turismo. A distribuição de renda entre nós, indígenas, proveniente do turismo, o valor por pessoa de cada atividade do roteiro turístico, as atividades e serviços opcionais, assim como o valor total da viagem ao final para o turista, são informações descritas no plano de negócios no anexo 6.

No que se refere aos custos previstos para operação, manutenção e monitoramento da visitação e atividades correlatas, é importante levar em consideração os custos fixos e variáveis, como alimentação, hospedagem, transporte e pagamento dos guias/condutores indígenas (o Plano de Negócios apresenta

a descrição dos nomes dos indígenas que serão os condutores locais). Também é importante incluir os custos relacionados à infraestrutura, como a manutenção de estradas e edificações, além de eventuais gastos com marketing e divulgação da atividade turística. Importa ressaltar que um primeiro plano de marketing turístico foi realizado para entrega do Plano de Visitação que pode ser localizado no link do anexo 6.

#### 8.1 PLANO DE MARKETING TURÍSTICO

O Plano de Marketing Turístico consiste em projeto relevante para o processo de criação da marca “Balatiponé”, e a partir de uma ação estratégica e técnica especializada, trabalhamos com processos identitários das nossas aldeias e identificamos peculiaridades que destacam a TI em um contexto mercadológico. Portanto, prospectamos a inserção da nossa marca no mercado turístico e a materialização da nossa cultura em camisetas, artesanatos e novos produtos que vamos comercializar. Ainda, é relevante nos atentarmos as nossas redes sociais para entendermos como devemos nos posicionar na internet, e criarmos implementações de nosso marketing virtual. Também temos um banco de imagens com fotos e vídeos de nossa dinâmica cultural.

A previsão de receita e lucro no plano de negócios deve ser baseada em estimativas realistas e considerar a sazonalidade da atividade turística. É importante destacar que a visitação às nossas aldeias deste plano deve ser vista como uma atividade que tem como objetivo principal o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, e não apenas o lucro financeiro.

Nesse sentido, a relevância do protagonismo indígena é fundamental. Devemos ter a autonomia para decidir como a atividade turística será desenvolvida em nossas comunidades, além de receber uma parcela justa dos lucros gerados por ela. É preciso ter cautela na escolha de parceiros comerciais (mesmo que toda a operação será feita pela comunidade indígena), priorizando empresas que respeitem os valores e tradições indígenas, e que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das nossas comunidades.

O plano de negócios realizado para este Plano de Visitação foi elaborado de forma colaborativa, com a participação ativa de nós, indígenas, e dos parceiros comerciais. Foram realizadas reuniões nas nossas aldeias, com o levantamento de necessidades de cada território, com auxílio técnico especializado em mensurar as despesas e prospectar a geração de capital suficiente para pagar as despesas e gerar lucro. Foram momentos de troca entre nossa comunidade



### Plano de Visitação: Balatiponé

e a equipe técnica relevantes para o entendimento da importância da gestão econômica para gerar renda com o turismo nas aldeias, que trabalharão como empresas turísticas, sem perder o protagonismo social em nossas características e dinâmicas comunitárias.

Nosso objetivo principal é viabilizar a atividade turística de forma sustentável, garantindo a continuidade da atividade e o desenvolvimento socioeconômico das nossas comunidades. O plano de negócios das aldeias Balatiponé deste Plano de Visitação encontra-se no anexo 7.



Foto: Francieli Dal Cortivo



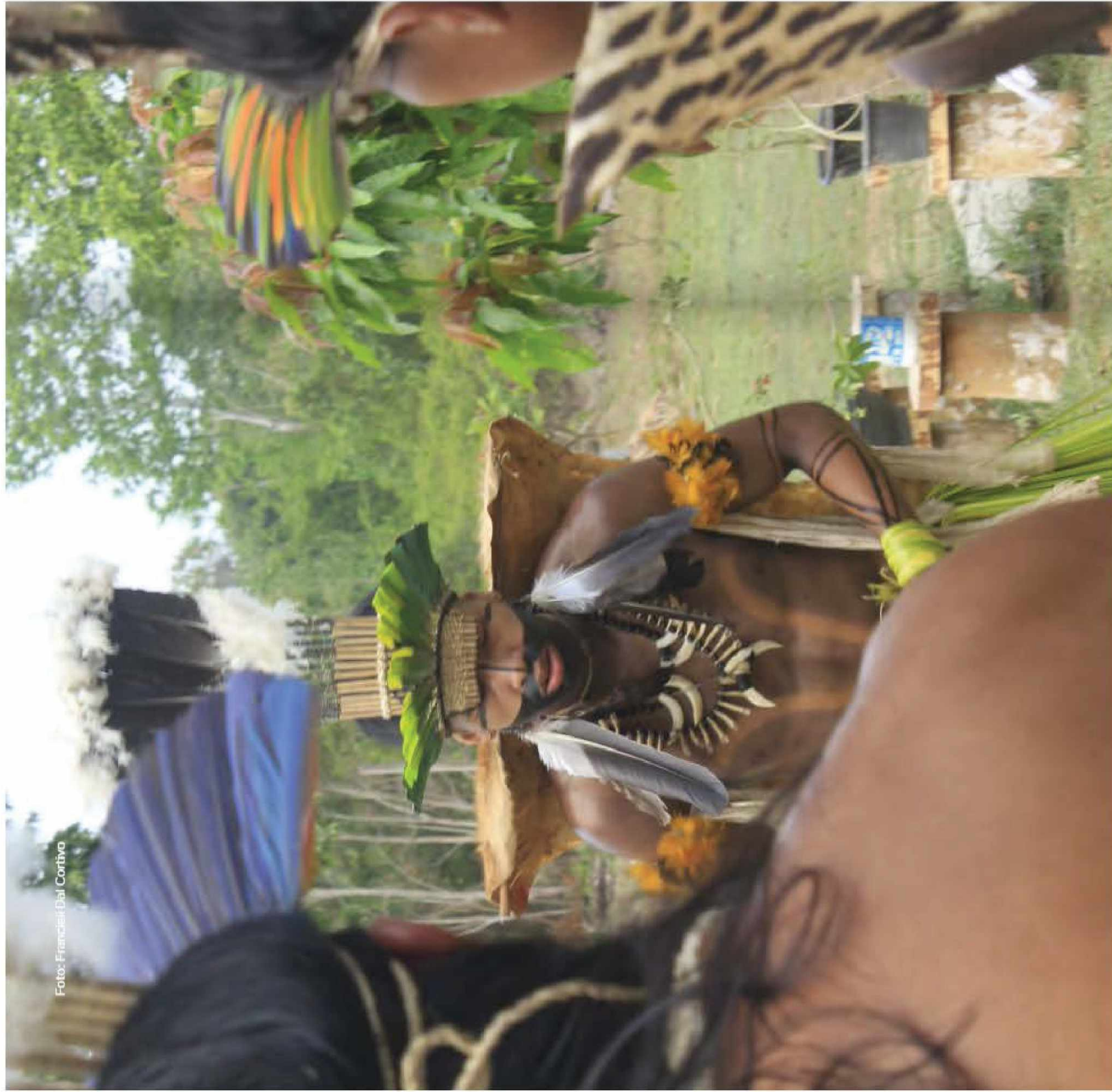


Foto: Francieli Dal Cortivo

## 9 ESTRATÉGIA DE ATENDIMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS

A estratégia de atendimento de primeiros socorros no contexto das empresas indígenas é um plano que estabelece as diretrizes para o atendimento rápido e eficaz de emergências médicas e lesões que podem surgir na visitação turística. Isso inclui a identificação de procedimentos padrão de atendimento de emergência, treinamento e capacitação da equipe responsável pelo atendimento, fornecimento de equipamentos e suprimentos necessários para o atendimento e a comunicação efetiva com serviços médicos de emergência.

No contexto do turismo nas aldeias Balatiponés em questão, a estratégia de atendimento de primeiros socorros é fundamental para garantir a segurança dos visitantes. Além da cartilha, existirá um profissional de saúde nas aldeias para apoiar ou prestar o primeiro atendimento. A unidade de saúde mais próxima que será demandada em caso de acidente é a da própria aldeia Central, que subsidia as aldeias da TI e a do Polo base de Barra do Bugres. Caso seja necessário algum serviço de saúde mais específico, os hospitais mais próximos a serem utilizados são os do próprio município de Barra do Bugres, que são o Hospital Municipal de Barra do Bugres e o Primeiro Hospital de Barra do Bugres MT. Caso necessária uma maior estrutura de atendimento, em casos mais graves que algum acidente na aldeia suscite, e o município não tenha condições de atender, será necessário encaminhar os turistas à capital, Cuiabá, Mato Grosso.

A cartilha apresenta orientações básicas em relação aos primeiros socorros, informações de seguro-viagem, medidas importantes para informar aos visitantes sobre o que fazer em caso de emergência e nas aldeias deste plano. A cartilha pode ser localizada no link do anexo 8.





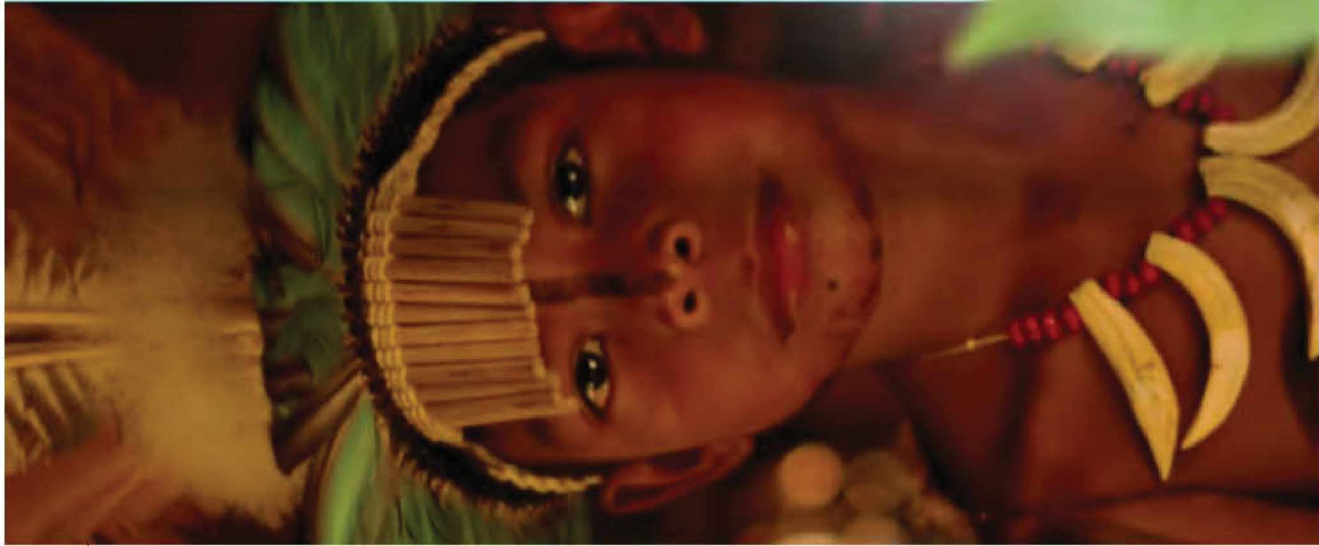


Plano de Visitação: Balatiponé

Cursos de capacitação para primeiros socorros também são cruciais para garantirmos que a equipe responsável pelo atendimento esteja preparada para lidar com qualquer emergência que possa surgir. No passado, existem relatos de que foi realizada uma capacitação em que todas as nossas aldeias proponentes participaram, com exceção da aldeia Masepô. Sugerimos uma atuação na capacitação de primeiros socorros em 2024, para que todas as nossas aldeias proponentes participem e estejam ainda mais preparadas para a recepção dos turistas. A nossa equipe indígena responsável pelos primeiros cuidados tem ciência da necessidade de aquisição de kits de primeiros socorros para lidar com eventuais acidentes. Esses utensílios, portanto, fazem parte do nosso planejamento de compras futuras, quando estivermos aptos a receber turistas.

A atualização da capacitação de 2024 deve incluir treinamento prático em habilidades de primeiros socorros, bem como o treinamento sobre os procedimentos padrão de atendimento de emergência. Os participantes também devem aprender a usar adequadamente os equipamentos e suprimentos de primeiros socorros, como kits de primeiros socorros e desfibriladores externos automáticos (DEAs). A capacitação também inclui a simulação de situações de emergência para que os participantes possam praticar suas habilidades em um ambiente controlado.

A estratégia de atendimento de primeiros socorros é fundamental para garantir a segurança dos visitantes nas aldeias Balatiponé deste plano, e em qualquer outro local turístico. A cartilha com orientações básicas é medida importante que vai ajudar nossa equipe de atendimento a estar preparada para lidar com qualquer emergência que possa surgir.



# AGOSTO

**DIA 4 (DOMINGO):  
CAMINHADA NA NATUREZA  
LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:  
ALDEIA CENTRAL ÀS 9H**

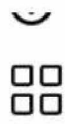
**DESTINO:  
ALDEIA ADONAI**

**VALOR DA INSCRIÇÃO:  
R\$ 10,00**

**PERCURSO DE 8 KM  
SITE PARA INSCRIÇÃO:  
WWW.BALATIPONE.COM.BR**

**INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E  
EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS  
ALMOÇO NA ALDEIA CENTRAL**

**REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ  
PARCEIROS**  
ANDA BRASIL, IRCOD- ALEMANHA, IVV - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, COMITUR EMPAER-MT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, VAR: PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.



## 1º MANUAL DE CONDUITA E BOAS PRÁTICAS PARA VISITANTES E PARA A COMUNIDADE

O Manual de Conduita e Boas Práticas foi documento relevante para as adequações das nossas aldeias ao Plano de Visitação. Ele foi aprovado pela comunidade e a dinâmica será o envio eletrônico para o turista no momento da reserva no portal turístico das nossas aldeias. Portanto, o turista já chegará ao nosso destino consciente do que pode e deve fazer em espaço étnico.

Esse documento estabelece as diretrizes e orientações para um comportamento adequado e respeitoso do turista em determinado ambiente ou situação na aldeia.

No contexto do turismo em terra indígena, o manual de conduita e boas práticas é fundamental para garantir que os visitantes sejam informados sobre as normas e regras de convivência na comunidade, bem como para promover a preservação do meio ambiente e combater práticas criminosas.

O manual elaborado para a visitação em terra indígena contém várias orientações importantes para os visitantes. A primeira delas é a fiscalização e impedimento da entrada de bebidas alcoólicas, drogas e armas de fogo na comunidade. Essas restrições são comuns em comunidades indígenas, e visam garantir a segurança e a preservação da nossa cultura e valores da comunidade.

Além disso, o manual também contém orientações sobre a importância das regras de cuidado com a natureza e o uso racional do espaço destinado ao turista. Isso inclui evitar a poluição do meio ambiente, não perturbar a fauna e flora lo-

CALENDÁRIO DE EVENTOS

**CAMINHADAS NA NATUREZA 2024**

# SETEMBRO

**DIA 1 (DOMINGO):**  
**CICLOTURISMO**  
**LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:**  
**ALDEIA CENTRAL ÀS 9H**

**DESTINO:**  
**ALDEIA MASSEPÔ**  
**VALOR DA INSCRIÇÃO:**  
**R\$ 15,00**

**PERCURSO DE 21 KM**

**SITE PARA INSCRIÇÃO:**  
**WWW.BALATIPONE.COM.BR**

**INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS ALMOÇO NA ALDEIA MASSEPÔ**

**REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ PARCEIROS**

ANIDA BRASIL, IPÓCO-ALFAMENHA, IVV - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRO DO RUÍDO, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO DO RUÍDO, CONTUS, IMPAR, MT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, YAKI, PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.

**BALATIPONÉ**  
 ETNIA TURIPONÉ



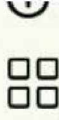


#### Plano de Visitação: Balatiponé

cais e respeitar as trilhas e áreas delimitadas para visitação. Essas regras visam promover a sustentabilidade ambiental e garantir que a visitação não cause danos à natureza e à cultura do nosso território étnico.

Outra orientação presente no manual é a necessidade de combater a prática da exploração e abuso de crianças e adolescentes. Essa é uma preocupação fundamental em qualquer ambiente turístico, mas é ainda mais importante em nossas comunidades, que muitas vezes são alvo de exploração e violência. As orientações presentes no manual visam estimular a denúncia aos órgãos competentes de possíveis ocorrências desse crime, garantindo a proteção das crianças e adolescentes da nossa comunidade.

O manual de conduta e boas práticas é um documento fundamental para garantir a segurança, o respeito à cultura e à natureza, e o combate a práticas criminosas na visitação em terra indígena. As orientações do manual visam garantir uma convivência harmoniosa e respeitosa entre visitantes e comunidade, e promover a sustentabilidade ambiental e cultural. Neste plano, o manual de conduta e boas práticas foi escrito de forma a expor as condições e limites das visitas de forma lúdica e chamando os turistas para a visita, como pode ser visto no link do anexo 9.



CALENDÁRIO DE EVENTOS  
**CAMINHADAS NA  
NATUREZA 2024**

# OUTUBRO

**DIA 6 (DOMINGO):  
CAMINHADA NA NATUREZA  
LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:  
ALDEIA CENTRAL ÀS 9H**

**DESTINO:  
ALDEIA UAPO  
VALOR DA INSCRIÇÃO:  
R\$ 10,00**

**PERCURSO DE 5 KM  
SITE PARA INSCRIÇÃO:  
[WWW.BALATIPONE.COM.BR](http://WWW.BALATIPONE.COM.BR)**

**INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E  
EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS  
ALMOÇO NA ALDEIA UAPO**

**REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ  
PARCEIROS**

ANDE BRASIL, IRCOOD-ALEMANHA, IVV - PREFEITURA MUNICIPAL DE  
BARRA DO BUGRES, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES,  
COMTUR, EMPAER-MT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO  
DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO  
GROSSO, VAR: PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.



**BALATIPONÉ**  
ETNOTURISMO







Foto: Francieli Dal Cortivo



## 11 ESTRATÉGIA PARA IMPEDIR A ENTRADA DE BEBIDAS E DROGAS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS E OUTROS ILÍCITOS

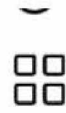
As estratégias para impedir a entrada de bebidas e drogas nas nossas comunidades neste plano são medidas de segurança adotadas pelas comunidades para garantir a integridade física e moral dos nossos membros, especialmente crianças e jovens, e preservar a cultura e os valores da comunidade. A presença desses itens pode causar desordem, violência e prejuízos à saúde e ao bem-estar da população local, além de desprezar os valores e costumes do nosso povo.

Para evitar a entrada de bebidas e drogas, nossas comunidades indígenas adotam diversas estratégias. Após a realização da reserva eletrônica, os visitantes serão informados, e quando chegar o dia do check-in, haverá um briefing na recepção e tudo será dito novamente, ressaltando a impossibilidade de entrar com esses ilícitos.

Além disso, as comunidades também podem contar com a ajuda de órgãos públicos, como a Polícia Federal e a Funai, que podem colaborar com a fiscalização e o combate ao tráfico de drogas nas áreas indígenas.

A importância dessas estratégias está relacionada à proteção da comunidade e à preservação da sua cultura e dos seus valores. Por isso, a adoção de medidas eficazes para impedir a entrada desses itens é fundamental. O manual com essas estratégias de impedimento está no Anexo 10 deste documento.





## 12 ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As estratégias de gestão de resíduos sólidos são medidas adotadas para minimizar o impacto ambiental causado pela geração de lixo e garantir a sua destinação adequada. Essas estratégias envolvem desde a coleta seletiva de resíduos até a implementação de medidas de redução do consumo de materiais descartáveis.

No contexto do Plano de Visitação em terra indígena nas aldeias Balatiponé, a gestão de resíduos sólidos é uma preocupação importante, pois a presença de visitantes pode aumentar significativamente a quantidade de lixo gerado na região. Por isso, o plano prevê a adoção de medidas para minimizar o impacto ambiental causado pelo turismo na região. Entre as estratégias de gestão de resíduos sólidos adotadas nas aldeias Umutuna estão:

- Implementação de lixeiras seletivas: a separação dos resíduos em diferentes tipos de materiais permite a sua destinação adequada, seja por meio da reciclagem, compostagem ou outras formas de tratamento.
- Redução do uso de materiais descartáveis: a adoção de medidas para reduzir o uso de copos, talheres e outros materiais descartáveis contribui para a redução da quantidade de lixo gerado.
- Educação ambiental: a realização de campanhas de conscientização aos visitantes e moradores das aldeias sobre a importância da gestão de resíduos sólidos contribui para a mudança de hábitos e a adoção de práticas mais sustentáveis.



Foto: Francieli Dal Cortivo







Foto: Francieli Dal Cortivo



### 13 ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO DA ATIVIDADE DE VISITAÇÃO

A estratégia de monitoramento da atividade de visitação é uma medida adotada para acompanhar o desenvolvimento das atividades turísticas nas nossas aldeias, avaliar o seu impacto ambiental e social, e tomar decisões para minimizar eventuais problemas. Essa estratégia envolve a coleta de dados e informações sobre a atividade turística, a análise dessas informações e a tomada de decisões com base nos resultados obtidos.

No contexto do Plano de Visitação em nossa terra indígena - aldeias Balatiponés, a estratégia de monitoramento da atividade de visitação é fundamental para garantir a sustentabilidade e minimizar o impacto negativo. Algumas das medidas adotadas nesse sentido incluem:

- Realização de pesquisas e estudos para avaliar o impacto da atividade turística nas aldeias, considerando aspectos como o meio ambiente, a cultura local, a economia e o bem-estar da população. Faremos o monitoramento por meio de pesquisa eletrônica, enviada pelo sistema de turismo das aldeias.
- Coleta de dados sobre o número de visitantes, a sua origem, o tempo de permanência na região, o perfil socioeconômico, entre outros aspectos relevantes para a gestão da atividade turística.
- Análise dos dados coletados e identificação de eventuais problemas ou oportunidades de melhoria na gestão da atividade turística.
- Tomada de decisões com base nos resultados obtidos, como a adoção de me-

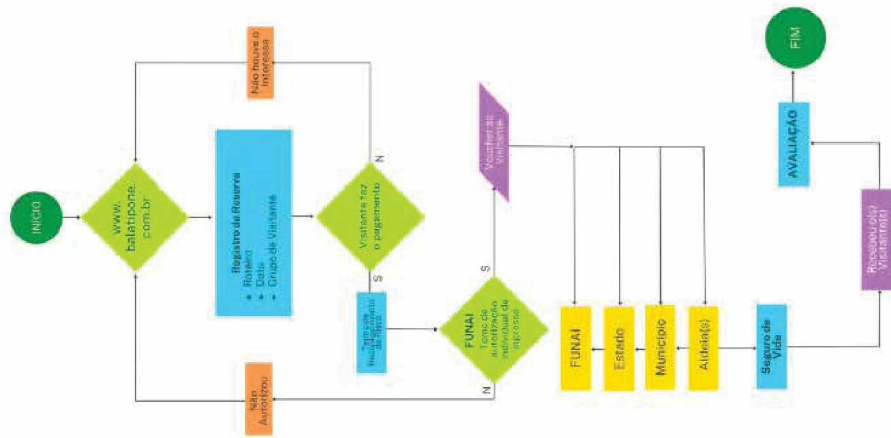




### Plano de Visitação: Balatiponé

...didas para reduzir o impacto ambiental da atividade turística, o fortalecimento das relações entre os visitantes e a comunidade local, a melhoria dos serviços turísticos oferecidos, entre outras ações.

Figura 5. Estratégia e fluxo de monitoramento da visitação



Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023.



### Estratégia de monitoramento da atividade de visita

A adoção dessas estratégias de monitoramento contribui para a gestão sustentável da atividade turística na região, garantindo a sua preservação e a sua valorização como patrimônio natural e histórico-cultural. Além disso, o monitoramento da atividade de visitação é uma forma de garantir a transparência e a responsabilidade na gestão do turismo, contribuindo para o seu desenvolvimento de forma ética e responsável no nosso território. O Plano de Visitação terá reavaliação de acordo com critérios da Funai para eventuais ajustes futuros. A Figura 5 expõe o fluxograma do monitoramento da visitação.

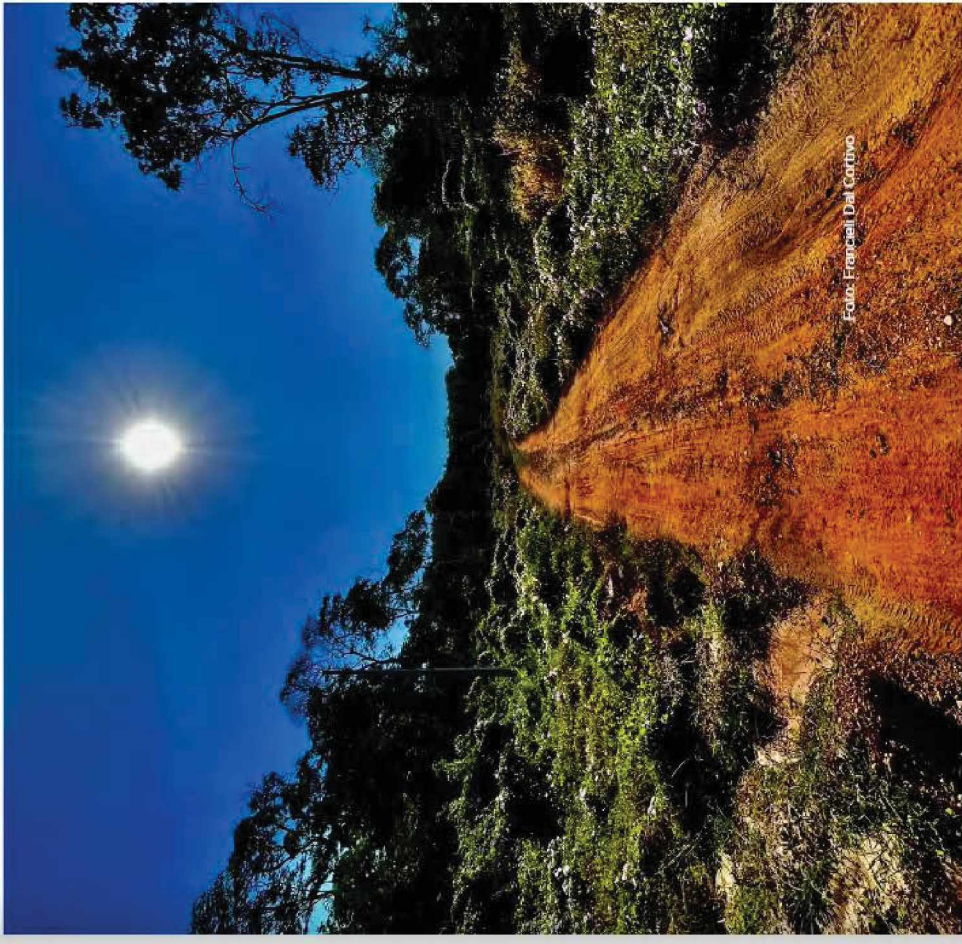


Foto: Franciel Dal Corbo





CALENDÁRIO DE EVENTOS

CAMINHADAS NA NATUREZA 2024



NOVEMBRO

DIA 3 (DOMINGO):

CICLOTURISMO

LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:

ALDEIA CENTRAL ÀS 9H

DESTINO:

ALDEIA BAKALANA, ADONAI E ÁGUAS CORRENTES

VALOR DA INSCRIÇÃO:

R\$ 15,00

PERCURSO BAKALANA DE 18 KM

PERCURSO ADONAI DE 8 KM

PERCURSO ÁGUAS DE 10 KM

SITE PARA INSCRIÇÃO:

WWW.BALATIPONE.COM.BR

INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS

ALMOÇO NA ALDEIA ÁGUAS CORRENTES

BALATIPONÊ

ETHNOTURISMO

REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÊ

PARCEIROS

ATICA BRASIL, INDO-ALAMANHA, IVV - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, COMTUR, ENPAER-MT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, VAR. PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.



## 14 ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO DOS PROPONENTES

A estratégia de capacitação de proponentes neste Plano de Visitação compreende um conjunto de ações e atividades planejadas que objetivam fornecer conhecimentos, habilidades e recursos necessários a nós, indígenas envolvidos no desenvolvimento e execução do Plano de Visitação. Para esse processo, será realizado um aperfeiçoamento das capacitações em 2024, para que nossas aldeias estejam ainda mais preparadas para recebermos turistas de forma adequada.

Essa estratégia tem como objetivo nos capacitar para garantir a oferta de serviços de qualidade, respeitando nossa cultura, promovendo o turismo sustentável e proporcionando experiências enriquecedoras para os visitantes.

A capacitação é uma parte fundamental do Plano de Visitação, pois visa preparar-nos para lidar com os desafios e demandas específicas relacionadas à visitação em nossas terras. Abrange uma variedade de áreas, como preservação cultural, conhecimento da comunidade indígena, boas práticas de turismo, gestão administrativa e financeira, atendimento ao público, segurança dos visitantes, entre outros aspectos relevantes.

As estratégias de capacitação incluem a realização de oficinas, treinamentos, palestras, workshops e outras formas de educação e desenvolvimento de nossas habilidades. Essas atividades devem ser ministradas por especialistas e profissionais com experiência nas áreas específicas relacionadas ao Plano de Visitação, como artesãos indígenas, guias de turismo, administradores, contadores, gestores de projetos, especiali-





Plano de Visitação: Balatiponé

listas em culinária indígena, entre outros.

As oficinas e treinamentos visam ao fornecimento a nós, indígenas anfitriões, de conhecimentos técnicos, práticos e teóricos necessários para desempenharmos nossas funções de forma eficiente e sustentável. Por exemplo, relembramos técnicas tradicionais de artesanato indígena, boas práticas de preparação de alimentos, princípios de segurança em trilhas e atividades ao ar livre, habilidades de atendimento ao público e noções básicas de gestão administrativa e financeira.

Além disso, a capacitação também aborda questões mais amplas, como a sensibilização cultural, o respeito aos direitos indígenas, a valorização da diversidade cultural e a conscientização sobre a importância da sustentabilidade ambiental. Esses aspectos são fundamentais para garantir que atuemos de forma ética, respeitosa e responsável, levando em consideração as nossas particularidades e necessidades enquanto comunidades indígenas.

Portanto, a estratégia de capacitação no Plano de Visitação em terra indígena visa fornecer conhecimentos, habilidades e recursos necessários para garantirmos a qualidade, o respeito à cultura indígena e a sustentabilidade do turismo.

Essa capacitação será essencial para prepararmos-nos, enquanto proponentes, para enfrentarmos os desafios e proporcionarmos experiências significativas aos visitantes, ao mesmo tempo que promovemos o desenvolvimento econômico e social das nossas comunidades indígenas.

A capacitação é um processo contínuo e evolutivo. À medida que novas necessidades surgirem ou as circunstâncias mudarem, nossas al-



DEZEMBRO

DIA 1 (DOMINGO):

CAMINHADA NA NATUREZA

LOCAL DE PARTIDA/HORÁRIO:

ALDEIA CENTRAL ÀS 9H

DESTINO:

ALDEIA BOROPÔ E KATAMÃ

R\$ 10,00

VALOR DA INSCRIÇÃO:

PERCURSO BOROPÔ DE 4 KM

PERCURSO KATAMÃ DE 6 KM

SITE PARA INSCRIÇÃO:

[WWW.BALATIPONE.COM.BR](http://WWW.BALATIPONE.COM.BR)

INFORMAÇÕES: APRESENTAÇÃO CULTURAL E

EXPOSIÇÃO DE ARTESANATOS

ALMOÇO NA ALDEIA BOROPÔ

REALIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BALATIPONÉ

PARCEIROS

ANDIA BRASIL, IPICOD-ALENHANHA, IVV - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, COMTUR, EMPAER-INT, SECRETARIA ADJUNTA DE TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, VAR, PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA.







#### Plano de Visitação: Balatiponé

deias buscarão parceiros adequados para fornecer treinamentos adicionais e reciclagens, visando à melhoria contínua e à adaptação às demandas que venham a surgir.

**Portal Turístico:** Foi desenvolvido um portal turístico que serve como plataforma online para divulgar as atrações turísticas, serviços de hospedagem, gastronomia e atividades disponíveis nas aldeias. Tem como objetivo facilitar o acesso às informações pelos visitantes interessados em conhecer e vivenciar a cultura Balatiponé de nossas aldeias. O portal também será uma plataforma de informações dinâmicas, com a divulgação dos nossos eventos e venda de nossos artesanatos.



Foto: Francieli Dal Cortivo







## 15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Visitação das seis aldeias Balatiponé, localizadas no município de Barra do Bugres, em Mato Grosso, é uma iniciativa importante para o desenvolvimento do turismo em nossa terra indígena e na região, visando promover a valorização da nossa cultura e a preservação do meio ambiente, considerando as necessidades e particularidades de cada comunidade, bem como os desafios e oportunidades da atividade turística na região. Na elaboração deste projeto, além do nosso planejamento participativo indígena, contamos com a parceria da Prefeitura de Barra do Bugres, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, Governo de Mato Grosso (Seadtur) e Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o que foi essencial no suporte do planejamento deste plano.

Entre as estratégias adotadas pelo nosso Plano de Visitação, destacam-se a capacitação dos profissionais envolvidos na atividade turística, o desenvolvimento de roteiros, a construção de um plano de sinalização turística, a construção de um plano de marketing turístico, com a criação da marca turística, a elaboração de manuais de conduta e boas práticas para visitantes e comunidade, a implantação de estratégias de gestão de resíduos sólidos, a promoção de medidas para impedir a entrada de bebidas e drogas nas nossas comunidades indígenas e outros ilícitos, a criação de um mapa turístico, a implantação de um sistema de gestão de segurança nas atividades e a implementação de estratégias de monitoramento da atividade de visitação, com um portal turístico ([www.balatipone.com.br](http://www.balatipone.com.br)), conectado a um sistema de reserva, gestão e avaliação online.



O envolvimento das nossas comunidades indígenas na gestão da atividade turística é um ponto fundamental para a implementação do plano, garantindo a sua efetividade e sustentabilidade.

O Plano de Visitação das aldeias Uapo, Central, Águas Correntes, Boropô, Katamã e Massepô é uma iniciativa valiosa para promover o turismo sustentável e o respeito a nossa cultura.

É fundamental ressaltar a importância da parceria e do diálogo contínuo entre as nossas comunidades indígenas, as autoridades locais, as instituições de turismo e os demais envolvidos. A colaboração conjunta é essencial para garantir que a visitação seja realizada de maneira ética, respeitando os direitos, a autonomia e as tradições das comunidades.

Além disso, o atendimento com qualidade e sustentabilidade dos condutores indígenas, artesãos e demais envolvidos contribui com as habilidades necessárias para receber e orientar os visitantes, bem como para preservar e transmitir nossa cultura de forma a potencializar o fortalecimento cultural e o turismo.

No que diz respeito à divulgação, é importante adotar uma abordagem estratégica para promover as aldeias e suas experiências únicas. O plano de marketing, que inclui a divulgação em plataformas digitais, redes sociais, parcerias com agências de turismo responsável e a participação em eventos turísticos relevantes, irá contribuir para atrair visitantes interessados em conhecer nossa cultura indígena e as características intrínsecas às aldeias Balatiponé.

Considerar a capacidade de carga das aldeias é essencial para garantir a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais e culturais. Estabelecer um limite máximo de visitantes por dia ou por visita, com base na infraestrutura disponível e na capacidade de acolhimento das nossas comunidades, ajudará a evitar impactos negativos e a proporcionar uma experiência mais exclusiva e significativa aos visitantes, além de preservar para a população futura os recursos naturais e culturais.

A gestão dos recursos financeiros provenientes do turismo também é um aspecto crítico. É importante realizar regularmente reuniões de esclarecimento quanto à função dos envolvidos e aos recursos a serem utilizados, destinando uma parte para a melhoria das condições de vida das nossas comunidades, preservação cultural e ambiental, e investimentos em infraestrutura adequada



Plano de Visitação: Balatiponé

para a visitação. A transparência e a prestação de contas são fundamentais para garantir a confiança dos visitantes e a sustentabilidade do projeto a longo prazo.

Por fim, a educação e a sensibilização dos visitantes desempenham um papel crucial na valorização e no respeito a nossa cultura. O manual de conduta e boas práticas para os visitantes deve ser constantemente lembrado e atualizado, destacando a importância do respeito, da preservação ambiental e da valorização da nossa cultura, o que contribuirá para uma visitação mais consciente e responsável.

Portanto, o Plano de Visitação das aldeias tem o potencial de promover o turismo sustentável, preservar nossa cultura e gerar uma nova alternativa de renda para o povo Balatiponé.

15.1 RELAÇÃO DE AÇÕES POSTERIORES

Ainda existem algumas ações em fase de concretização, para implementarmos outras iniciativas importantes, visando aprimorar a experiência turística nas nossas aldeias. Destacamos as ações a serem realizadas pelas aldeias, sendo as linhas em verdes as atividades **EM ANDAMENTO** e em vermelho as ações **A INICIAR**.

Quadro 19. Ações da Aldeia Águas Correntes

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
A definição do nome da aldeia temática é um passo fundamental na consolidação da identidade e na promoção da cultura local, sendo um momento significativo para a comunidade de Águas Correntes e para todos os envolvidos no desenvolvimento deste projeto especial. As trilhas em Águas Correntes serão cuidadosamente planejadas e mantidas, proporcionando aos visitantes uma experiência única e segura de imersão na natureza local, enquanto se mantém um profundo respeito pelo meio ambiente e pela cultura da comunidade indígena.	Aldeia Águas Correntes	Setembro/2023
O calendário de eventos de 2024 será cuidadosamente planejado para incluir uma variedade de atividades culturais, educacionais e recreativas, refletindo a riqueza e diversidade da comunidade local e promovendo a integração e o envolvimento dos visitantes.	Aldeia Águas Correntes	Novembro/2023
	Aldeia Águas Correntes	Novembro/2023



Plano de Visitação: Balatiponé

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
A elaboração de placas de sinalização interna é fundamental para orientar os visitantes de maneira eficiente e segura, facilitando o acesso aos diversos pontos de interesse e garantindo uma experiência mais agradável e organizada para todos.	Aldeia Águas Correntes	Novembro/2023
A construção de uma cozinha com refeitório e a aquisição de utensílios de cozinha são fundamentais para oferecer alimentação de qualidade aos visitantes. A cozinha e o refeitório devem ser funcionais e equipados com todos os utensílios necessários para preparar e servir refeições tradicionais e nutritivas, contribuindo para uma experiência completa e agradável.	Aldeia Águas Correntes	Janeiro/2024
A criação de novas trilhas é vital para permitir que os visitantes explorem a beleza natural da área de forma segura e sustentável. As trilhas devem ser bem marcadas, manter a vegetação intacta e oferecer vistas panorâmicas do entorno, proporcionando uma experiência de imersão na natureza rica e diversificada da região.	Aldeia Águas Correntes	Janeiro/2024

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Quadro 20. Ações da Aldeias Boropó

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
É essencial formalizar um contrato com o responsável pelo transporte de visitantes de Barra até a Aldeia Boropó, garantindo assim, a regularidade, segurança e qualidade deste serviço vital para o funcionamento do turismo na região.	Aldeia Boropó	Dezembro/2023
A organização do barracão para recepção dos turistas, incluindo a disponibilização de utensílios necessários, é uma etapa fundamental para o acolhimento adequado na Aldeia Boropó. Essa estruturação é vital para criar um ambiente acolhedor e funcional, demonstrando profissionalismo e respeito aos visitantes.	Aldeia Boropó	Dezembro/2023
A construção da cozinha é uma etapa crucial para a aldeia Boropó, pois é onde serão preparadas as refeições para os turistas. Além da estrutura física, é necessário investir em utensílios de cozinha de qualidade, como panelas, talheres e pratos, para garantir que a comida seja preparada e servida de maneira adequada e higiênica.	Aldeia Boropó	Janeiro/2024



Considerações finais

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
A aquisição de equipamentos de segurança para banho de rio é crucial para garantir a segurança dos turistas durante as atividades aquáticas na aldeia Boropó. Isso demonstra um compromisso com o bem-estar dos visitantes, o que pode aumentar a confiança e a satisfação dos turistas, contribuindo para uma experiência positiva e memorável.	Aldeia Boropó	Fevereiro/2024

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Quadro 21. Ações da Aldeia Central

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
Elaboração e apresentação de um planejamento minucioso para cada evento agendado para 2024. Este planejamento deve incluir todos os aspectos cruciais da organização do evento, desde a logística até a promoção, e deve ser apresentado de forma clara e detalhada para todos os membros da comissão e partes interessadas da aldeia. O objetivo é garantir que todos estejam cientes das responsabilidades, prazos e recursos necessários para a realização bem-sucedida de cada evento.	Aldeia Central	Janeiro/2024
Execução do primeiro evento do ano, que servirá como um teste crucial para avaliar a eficácia do planejamento e da organização realizados pela comissão. Este evento não só marcará o início da série de eventos planejados para 2024, mas também fornecerá insights valiosos sobre áreas que podem precisar de ajustes ou melhorias para garantir o sucesso dos eventos futuros. A comissão e todos os envolvidos devem estar totalmente engajados e focados em garantir que este evento inaugural seja um sucesso retumbante e sirva como um modelo positivo para os eventos que seguirão.	Aldeia Central	Fevereiro/2024

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Quadro 22. Ações da Aldeia Katamã

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
A organização do galpão existente na aldeia Katamã, que servirá como recepção e refeitório para os turistas, é fundamental para garantir uma experiência acolhedora e confortável para os visitantes. Isso mostrará um alto nível de profissionalismo e cuidado, demonstrando respeito pelos turistas e, ao mesmo tempo, otimizando o espaço disponível para múltiplas funções.	Aldeia Katamã	Janeiro/2024







Plano de Visitação: Balatiponé

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
A organização dos dois banheiros existentes no galpão da aldeia Katamã é crucial para assegurar que os visitantes tenham acesso a instalações sanitárias limpas e funcionais durante a sua estadia. Isso não só reflete bem na comunidade, mas também é um requisito básico para qualquer empreendimento turístico.	Aldeia Katamã	Janeiro/2024
A construção de uma cozinha bem equipada é essencial para proporcionar uma experiência confortável e agradável para os turistas, permitindo a preparação de refeições frescas e tradicionais, o que não só valoriza a cultura local, mas também garante a satisfação dos visitantes.	Aldeia Katamã	Janeiro/2024
Cooperar com a Aldeia Central para organizar passeios de bicicleta pode promover o espírito de colaboração entre as comunidades e oferecer aos turistas uma forma única e ativa de explorar a região, o que pode ser um atrativo adicional para os visitantes que buscam uma experiência mais dinâmica e interativa.	Aldeia Katamã	Fevereiro/2024
A organização da praia para banho é vital para garantir a segurança e o bem-estar dos visitantes. Isso inclui a limpeza e manutenção da área, bem como a disponibilização de equipamentos de segurança, como boias e salva-vidas, para garantir uma experiência agradável e segura para todos.	Aldeia Katamã	Fevereiro/2024

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023

Quadro 23. Ações da Aldeia Massepô

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
A abertura de trilhas é uma iniciativa crucial para o desenvolvimento do turismo na região. Essas trilhas não só proporcionarão aos visitantes a oportunidade de explorar a beleza natural da área, mas também ajudarão a promover a consciência ambiental e a valorização da cultura local, contribuindo assim para um turismo mais sustentável e responsável.	Aldeia Massepô	Janeiro/2024
É crucial garantir a segurança dos visitantes durante as atividades aquáticas, fornecendo equipamentos de segurança adequados para o barco. Isso não apenas assegura o bem-estar dos turistas, mas também demonstra a responsabilidade e o profissionalismo da comunidade, o que pode contribuir para uma reputação positiva e, por fim, atrair mais visitantes.	Aldeia Massepô	Fevereiro/2024

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023



Quadro 24. Ações da Aldeia Uapo

Ação e Justificativa	Execução	Prazo
A conclusão da construção da casa tradicional, que servirá como recepção na Aldeia Uapo, é fundamental para proporcionar aos visitantes uma introdução autêntica e acolhedora à aldeia. Este espaço não só funcionará como o primeiro ponto de contato para os turistas, mas também refletirá a cultura e tradição da comunidade, estabelecendo o tom para a experiência que se seguirá.	Aldeia Uapo	Outubro/2023
A construção de uma cozinha com refeitório na Aldeia Uapo é um passo crucial para oferecer uma experiência completa aos visitantes. Este espaço não será apenas um local para preparar e servir alimentos, mas também um lugar onde os visitantes podem se reunir, compartilhar experiências e desfrutar da hospitalidade local. A inclusão de utensílios de cozinha adequados é vital para garantir a eficiência e a segurança do espaço.	Aldeia Uapo	Janeiro/2024
A ampliação do número de cabanas para pernoite na Aldeia Uapo é uma iniciativa estratégica para acomodar um número maior de visitantes e proporcionar a eles uma experiência mais confortável e autêntica. Cada cabana será construída respeitando as tradições locais e utilizando materiais sustentáveis, garantindo assim o bem-estar dos hóspedes e a preservação do ambiente natural.	Aldeia Uapo	Fevereiro/2024

Fonte: Ícone Consultoria em Turismo, 2023



Foto: Francieli Dal Cortivo

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Estatuto dos Índios. Disponível em: [http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/19Pensando\\_Direito3.pdf](http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/19Pensando_Direito3.pdf). Acesso em: 13 maio 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Terras indígenas oferecem opções sustentáveis de etnoturismo e ecoturismo. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/turismo/2023/04/20/119419-terras-indigenas-ofertam-opcoes-sustentaveis-de-etnoturismo-e-ecoturismo>. Acesso em: 13 maio 2023.
- IBGE. Barra do Bugres - Panorama. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/barra-do-bugres>. Acesso em: 14 set. 2023.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT. Distância de Cuiabá a Barra do Bugres. Disponível em: <https://br.distanciadades.net/distancia-de-cuiaba-a-barra-do-bugres>. Acesso em: 11 out. 2023.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT. Executivo. Disponível em: <https://www.barradobugres.mt.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2023.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT. História de Barra do Bugres. Disponível em: <https://www.barradobugres.mt.gov.br/Institucional/Caracteristicas/>. Acesso em: 11 out. 2023.

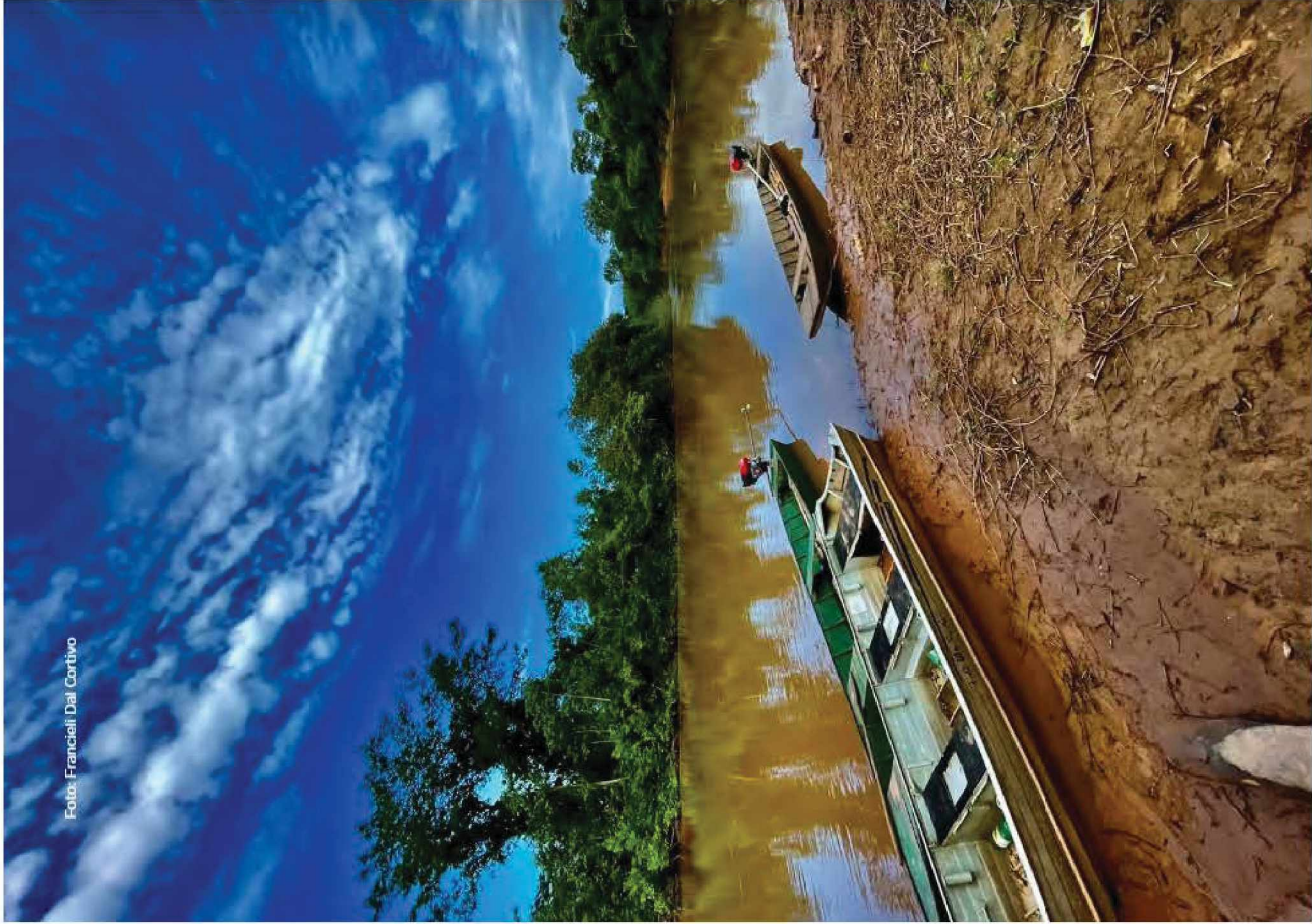

















Foto: Francieli Dal Cortivo





## ANEXOS

<b>Anexo 1: Contrato n.º 00049/ADM/2022 do Plano de Visitação</b>		<b>Anexo 2: Diagnóstico</b>		<b>Anexo 3: Plano de Sinalização Turística</b>	
<b>Anexo 4: Plano de Marketing</b>		<b>Anexo 5: Plano de Negócios</b>		<b>Anexo 6: Cartilha de Primeiros Socorros</b>	
<b>Anexo 7: Manual de Conduta e Boas Práticas</b>		<b>Anexo 8: Manual com as estratégias de impedimento de bebidas e drogas</b>		<b>Anexo 9: Cartilha de gerenciamento de resíduos sólidos</b>	
<b>Anexo 10: Integrantes das aldeias Balatiponé</b>		<b>Anexo 11: Documento de Saída do Plano de Visitação - Aldeias Bakalana e Adonai</b>			



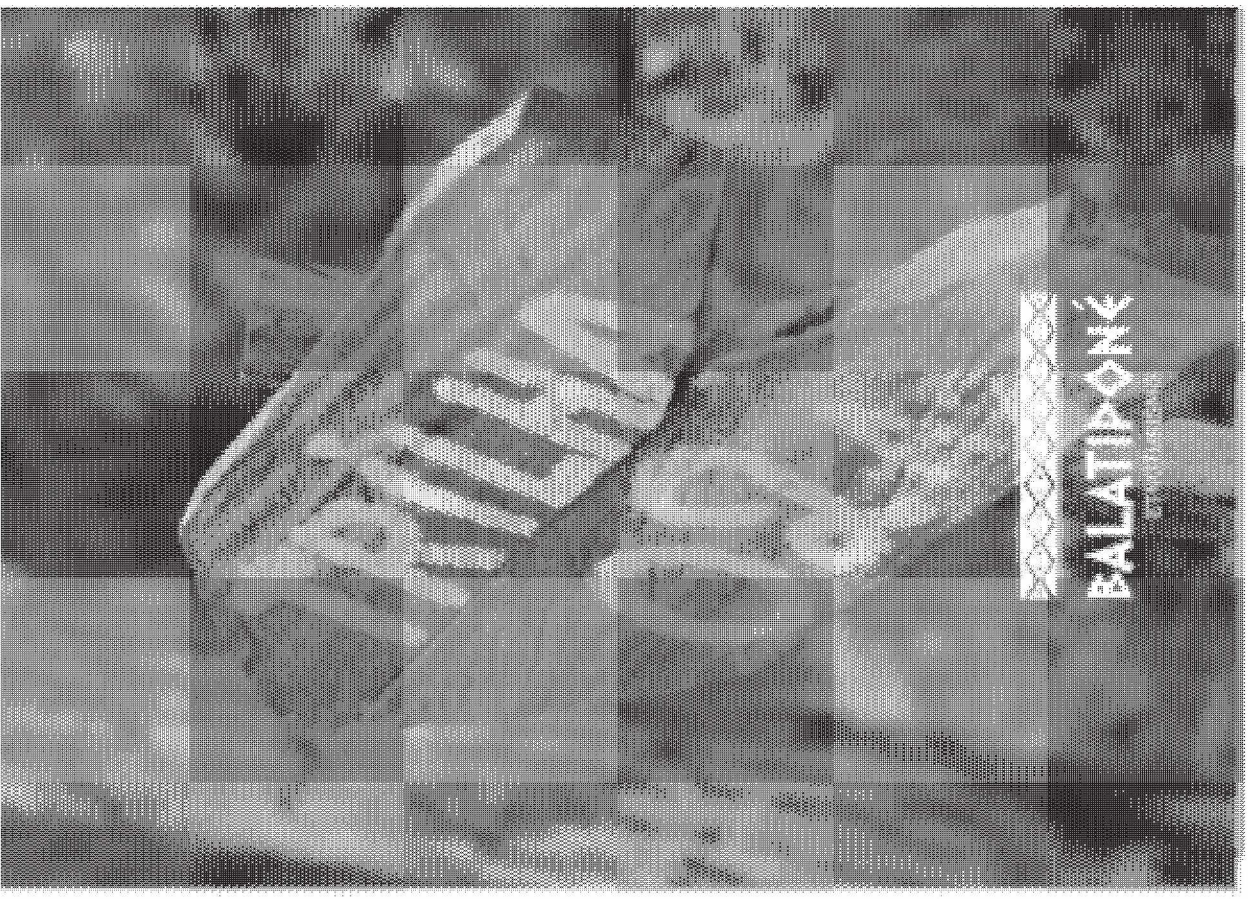
**CONSULTORIA**

A Ícone Consultoria em Turismo é uma renomada empresa composta por uma equipe multidisciplinar de profissionais altamente qualificados. Entre nossos especialistas, contamos com administradores de empresas, consultores, turismólogos, publicitários e designers. Nossa missão é fornecer serviços de consultoria excepcionais, abrangendo a organização, planejamento, marketing e gestão de negócios no setor turístico. Nosso compromisso é impulsionar o crescimento e a inovação em todas as operações turísticas, por meio de soluções personalizadas e estratégicas.

**EQUIPE/CONSULTORIA**

Sidnei Varanis de Souza  
Arthur Varanis Silva Souza  
Caroline Varanis Silva Souza  
Bruna Mendes de Fava  
Luiz Fernando Neves  
Mariana da Silva Gois  
Larissa Pauli Dias  
Cristine Victoria de Jesus  
Doralice de Fátima Jacomazi  
Agnes Sanches Romeu Carlotto  
Ruan Carlos Ramos da Silva





BALATIPONKÉ  
CITY OF THE FUTURE



ANEXO 4 - AUTORIZAÇÃO EM TERRA INDÍGENA FUNAI

07/08/2025, 18:44

SEI/FUNAI - 8623183 - Autorização de Ingresso em TI Pessoa Física



8623183

08620.006428/2024-56



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO AOS ESTUDOS E PESQUISA

Autorização de Ingresso em Terra Indígena nº 76/AAEP/2025

IDENTIFICAÇÃO			
NOME:	ALESSANDRA RIBEIRO DE CARVALHO	PROCESSO Nº:	08620.006428/2024-56
NACIONALIDADE:	Brasileira	IDENTIDADE:	RG nº 264552921 SSP/SP
INSTITUIÇÃO/ENTIDADE:	Universidade Federal do Paraná/UFPR		
PATROCINADOR:			
OBJETIVO DO INGRESSO			
Realizar o projeto de pesquisa científica intitulado “Turismo em terra indígena: a participação no processo de planejamento nas Terras Indígenas Haliti de Tangará da Serra/MT e Balatiponé de Barra do Bugres/MT”.			
EQUIPE DE TRABALHO			
NOME		NACIONALIDADE	DOCUMENTO
*****		*****	*****
LOCALIZAÇÃO			
TERRA INDÍGENA:	TI Umutina	POVO INDÍGENA:	Umutina
COORDENAÇÃO REGIONAL:	Cuiabá (CR - CGB)	CTL:	Tangará da Serra/MT
VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO			
INÍCIO:	Maio de 2025	TÉRMINO:	Novembro de 2025
<b>Autorizo.</b>			
<b>RESSALVAS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Esta autorização não inclui licença para uso de imagem, som e som de voz dos indígenas, para além do objeto desta autorização;</li><li>• Esta autorização não inclui acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade;</li><li>• Esta autorização não inclui acesso ao patrimônio genético;</li></ul>			

07/08/2025, 18:44

SEI/FUNAI - 8623183 - Autorização de Ingresso em TI Pessoa Física

- Remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas – AAEP/Presidência/Funai, mídia digital contendo: relatórios, artigos, livros, gravações audiovisuais, imagens, sons, outras produções oriundas do trabalho realizado e informações sobre o acesso na internet.



Documento assinado eletronicamente por **Joenia Wapichana, registrada civilmente como Joenia Batista de Carvalho, Presidente**, em 27/05/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[http://sei.funai.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8623183** e o código CRC **E2663AF1**.

**Referência:** Processo nº 08620.006428/2024-56

SEI nº 8623183